

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

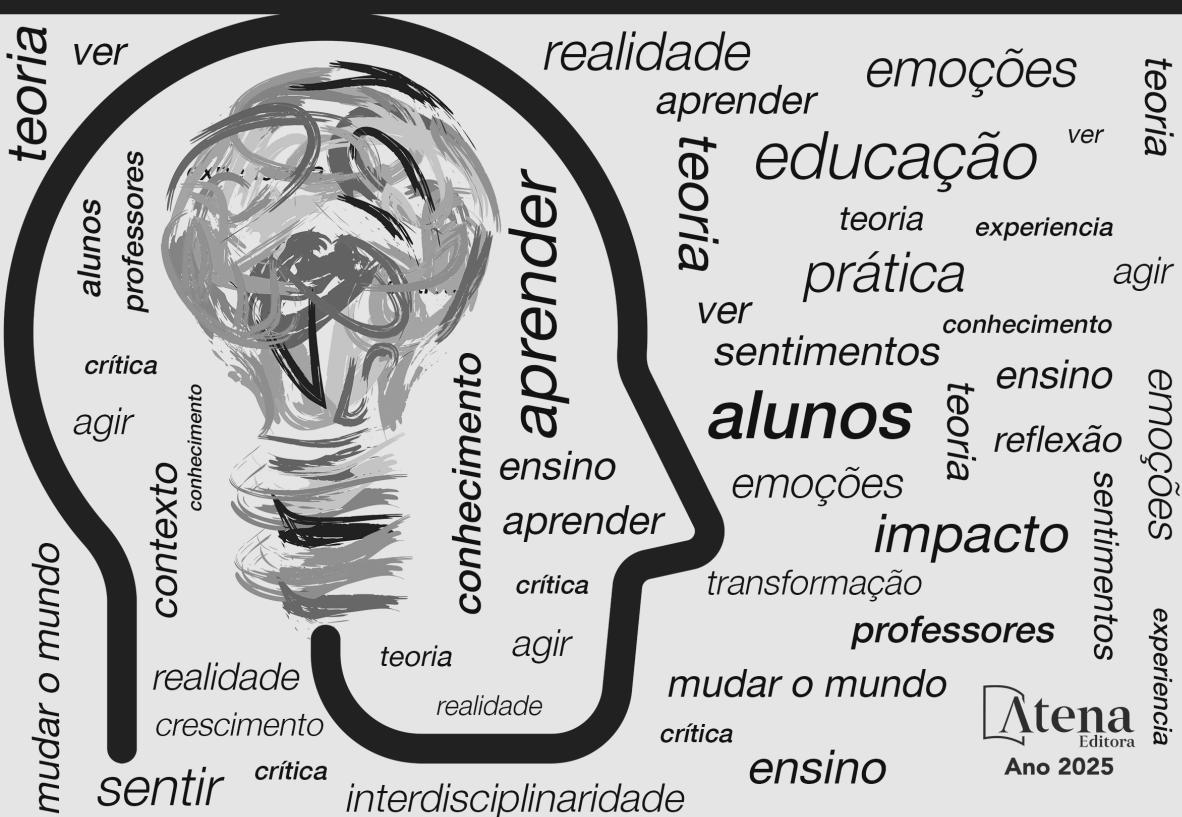
Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)



EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)



Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2025 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2025 O autor

Copyright da edição © 2025 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Os manuscritos nacionais foram previamente submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial desta editora, enquanto os manuscritos internacionais foram avaliados por pares externos. Ambos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Cândido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^a Dr^a Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática - Volume V

Organizadores: Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
Revisão: Os autores
Diagramação: Nataly Evelin Gayde
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática - Volume V /
Organizadoras Anaisa Alves de Moura, Márcia Cristiane
Ferreira Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-3311-8
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.118252404>

1. Educação. I. Moura, Anaisa Alves de (Organizadora). II.
Mendes, Márcia Cristiane Ferreira (Organizadora). III. Título.
CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

PREFÁCIO

O presente livro apresenta um conjunto de vinte e cinco capítulos que estão situados em diferentes etapas da educação e níveis de ensino, haja vista que as contribuições dos escritos aqui postos refletem desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, seja no seu foco de análise ou de onde emergem os estudos. Além disso, mobilizam diferentes áreas do conhecimento e disciplinas que ocupam lugar principalmente nos campos da Educação, Direito, Tecnologia e Saúde. Mas que ao mesmo tempo, apontam para interconexões entre diferentes domínios de conhecimento, explicitando a interdisciplinaridade no processo de construção do saber, que se elabora mediante métodos, reflexões críticas, análise e rigor científico.

No campo educacional, encontraremos capítulos voltados para uma série de discussões que envolvem temáticas relevantes, urgentes e atuais, as quais abrangem: a formação do pedagogo, a cultura escolar e as práticas pedagógicas; a inovação pedagógica e o uso de tecnologias que viabilizem uma educação mais significativa, facilitadora e inclusiva; as metodologias ativas e a ludicidade nas diferentes etapas da educação e níveis de ensino, como forma de buscar uma aprendizagem mais atrativa e que faça sentido para os estudantes em seu processo formativo; a produção e adaptação de materiais didáticos com o intuito de uma educação mais acessível, equitativa e inclusiva; a presença de pesquisas e usos de tecnologias que acontecem no próprio âmbito acadêmico, como forma de articulação entre teoria e prática, visando intervenções que busquem compreender um tema mediante um problema e suas possíveis soluções; e por fim, as contribuições da Pedagogia Libertadora, mediante a perspectiva freireana no processo de ensino e formação profissional.

No campo do Direito, há uma busca por enfatizar a emergência de demandas como a formação em educação e direitos humanos, tanto na formação inicial quanto continuada, no intuito de reforçar que profissionais da educação, possam se inteirar desses direitos como forma de conscientização sobre a dignidade humana, cidadania, ética, respeito e proteção à vida, bem como a promoção de uma cultura cotidiana que valorize esses direitos. Há também escritos que atentam para a Agenda 2030, cujo o lema é: “Ninguém será deixado para trás”, que contempla cinco áreas principais para o desenvolvimento sustentável da humanidade e do planeta. Neste cenário há reflexões e abordagem das temáticas apresentadas pela Agenda 2030, no tocante a uma construção de caminhos para garantia do acesso à justiça.

Por sua vez, no campo da saúde há contribuições significativas que englobam diferentes dimensões como a educação e saúde em uma perspectiva inclusiva, apresentando ainda uma atenção no que tange o cuidado das mães de pessoas com deficiência, ou seja, refletir sobre as necessidades de cuidado

PREFÁCIO

“daquelas que cuidam”; uma outra dimensão são os estudos que enfatizam as contribuições de tecnologias digitais na educação – à exemplo de *Podcast e Chat GPT* -, como forma de dinamizar a aprendizagem e difundir conhecimentos no âmbito da formação em cursos da área de saúde; suscita-se também em meio aos escritos, o foco em um processo formativo que viabiliza a construção de um perfil acadêmico e profissional, buscando um amadurecimento de ideias desde a formação inicial, mediante oportunidades e vivências, como visitas a hospitais, clínicas, participações e envolvimentos em reuniões, como estratégia de articulação entre teoria e prática, promoção do pensamento crítico, emancipador e democrático.

Ainda no campo da saúde, destacamos a delimitação de uma dimensão de estudos e pesquisas que ressaltam a interdisciplinaridade na produção de saber na saúde, a partir de temas, áreas, teorias, conceitos e métodos variados, demonstrando a complexidade e possibilidades de articulação no campo do saber, tendo em vista responder um problema, sistematizar os achados e contribuir no avançar das ciências, das tecnologias e da sociedade... Sobretudo da vida, que por ser plural, requer que os conhecimentos também sejam; e que por ser relacional, demanda também que esses conhecimentos se conectem.

Por fim, é notável que os capítulos deste livro, que atravessam principalmente os campos da Educação, do Direito, da Saúde, muitas vezes mobilizados pelas tecnologias e pela interdisciplinaridade, chegam às pessoas que irão apreciar esses textos, com o intuito de refletir e contribuir em nosso pensar-fazer na sociedade, para que haja mais comprometimento científico, difusão do saber e práticas mais inclusivas, éticas e sustentáveis.

Raissa Regina Silva Coutinho

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Educação também pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Pernambuco, vinculada ao Colegiado de Pedagogia, atuando principalmente na área de Pedagogia Social.

CAPÍTULO 1	1
METODOLOGIAS ATIVAS: DESAFIOS E VANTAGENS	
Márcia Cristiane Ferreira Mendes	
Anaisa Alves de Moura	
Maria da Paz Arruda Aragão	
Josiane Lima Mendes	
Graça Maria de Morais Aguiar e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524041	
CAPÍTULO 2	11
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA FÍSICA: UM ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	
Carlos da Silva Cirino	
Francisco Daniel dos Anjos	
Giovanna Barroca de Moura	
Jocimar Henrique de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524042	
CAPÍTULO 3	25
FATORES ASSOCIADOS À DEPRESSÃO EM GESTANTES ACOMPANHADAS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	
Débora Maria Rodrigues Siqueira	
Inês Élida Aguiar Bezerra	
Quiriane Maranhão Almeida	
Nátila Azevedo Aguiar Ribeiro	
Raul Castro Brasil Bêco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524043	
CAPÍTULO 4	39
IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DO TIKTOK NA SAÚDE MENTAL DA GERAÇÃO Z	
Francisco Jandeval Gomes Lira	
Marcelo Franco e Souza	
Leidiane Carvalho de Aguiar	
Emylle Kelle Dourado de Lima	
Ingrid Kawani Leandro Strohm	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524044	
CAPÍTULO 5	53
UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA HEIDEGGERIANA DO SER E DA FINITUDE NO SERMÃO DE QUARTA-FEIRA DE CINZA DE 1672 DE PE. ANTÔNIO VIEIRA	
Raul Castro Brasil Bêco	
Elane Maria Beserra Mendes	
Carlos Natanael Chagas Alves	
Claudia dos Santos Costa	
Marta Elisa Bendor	
Liana Liberato Lopes Carlos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524045	

CAPÍTULO 6	66
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Luciana de Moura Ferreira	
Aline Alves Siridó de Souza	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524046	
CAPÍTULO 7	76
COMO TRABALHAR AS EMOÇÕES EM AMBIENTE CORPORATIVO	
Ilani Marques Souto Araújo	
Ilaneide Marques Souto Bezerra	
Ivo Tabajara de Souza Paiva	
Carlos Natanael Chagas Alves	
Francisco Marcelo Alves Braga Filho	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524047	
CAPÍTULO 8	85
EDUCAÇÃO, A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E A TERCEIRA IDADE: UMA PESQUISA DE CAMPO NO LAR TORRES DE MELO	
Marilia Linhares Sousa	
Amaury Floriano Portugal Neto	
José Juliano Nogueira Rios	
Bruno Nogueira Rios	
Fabiana Solon Rios	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524048	
CAPÍTULO 9	96
O PAPEL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PROMOTORES DE UMA CULTURA DE PAZ	
Cláudia dos Santos Costa	
Elane Maria Beserra Mendes	
Francisca Moara Cordeiro Carneiro	
Luara Ranessa Braga Ximenes	
Carolyne Marques Araújo	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.1182524049	
CAPÍTULO 10.....	109
SUPORTE BÁSICO DE VIDA E OS AVANÇOS NAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA CAPACITAÇÃO DE PESSOAS LEIGAS	
João Lucas Tomás Vieira	
Vanessa Mesquita Ramos	
Kesia Marques Moraes	
Honara Lima Bandeira	
Adilio Moreira de Moraes	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240410	

CAPÍTULO 11	121
POLÍTICAS DE GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE SOBRAL	
Maria da Penha Cardoso	
Ana Claudia Sá Moraes	
Francisca Leiliene Sousa Siqueira	
Iza Mara Souza Lopes	
Ricelia de Moraes Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240411	
CAPÍTULO 12.....	135
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: INICIATIVA PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA	
Gerciane de Sousa Mascarenhas	
Valdeney Lima da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240412	
CAPÍTULO 13.....	148
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR	
Emanuel Messias Aguiar de Castro	
Francivânia Rodrigues Moura Martins	
Germana Albuquerque Torres	
Igor Augusto de Aquino Pereira	
Sarah de Moura Kurz da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240413	
CAPÍTULO 14.....	160
A FUNÇÃO DO DIRETOR NO DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Francisco Helton Alves da Silva	
Anaisa Alves de Moura	
Maria da Paz Arruda Aragão	
Márcia Cristiane Ferreira Mendes	
Railane Bento Vieira Sabóia	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240414	
CAPÍTULO 15.....	174
EXPLORANDO O SABER NA FORMAÇÃO DOCENTE: A EXPERIÊNCIA NA ALDEIA DO POVO TAPUYA KARIRI	
Maria do Socorro Sousa e Silva	
Antonia Nilene Portela de Sousa	
Railane Bento Vieira Sabóia	
João Eudes Portela de Sousa	
Maria da Paz Arruda Aragão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240415	

CAPÍTULO 16.....	187
MULHER COM DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: FATORES DE RISCOS ASSOCIADOS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO	
Lidiane Romcy de Vasconcelos	
Inês Élida Aguiar Bezerra	
Lourdes Claudênia Aguiar Vasconcelos	
Francisco Freitas Gurgel Júnior	
Raul Castro Brasil Bêco	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240416	
CAPÍTULO 17.....	201
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: RELEVÂNCIA E DESAFIOS NA SAÚDE COLETIVA BRASILEIRA	
Raila Souto Pinto Menezes	
Francisco Freitas Gurgel Júnior	
Yasmin Gabrielle Pereira Ribeiro	
Cristiano Borges Lopes	
Marlisson Kawan Dias Oliveira	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240417	
CAPÍTULO 18.....	214
INTEGRAÇÃO DO ENSINO HÍBRIDO EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR	
Eva Dáks Leite Parente Lima	
José Aroldo Menezes Costa	
Patrícia Holanda de Azevedo Araripe	
Lia Albuquerque Mendes	
Francisco Wesley de Sousa	
Maria Isabel Linhares Amaral	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240418	
CAPÍTULO 19.....	228
O IMPACTO DA TELEFONIA MÓVEL E DAS MÍDIAS SOCIAIS NO DESEMPENHO DOS COLABORADORES DE UMA EMPRESA DO SETOR EDUCACIONAL	
Francisca Leiliane Sousa Siqueira	
Andreia Medeiros de Almeida	
Larice Lourenço de Sá	
Maria Janaina Duarte Sousa	
Thayza de Freitas Parente	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240419	
CAPÍTULO 20	238
IMPACTO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	
Evaneide Dourado Martins	
Antonio Nilson Gomes	
Adriana Pinto Martins	
Josiane Lima Mendes	
Daniel Luís Madeira Carneiro	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240420	

SUMÁRIO

CAPÍTULO 21.....	250
TRAJETÓRIAS DE MULHERES TRAVESTITIS E TRANSEXUAIS NA DOCÊNCIA: UM ESTADO DA ARTE	
Maria Aparecida Alves da Costa Francinalda Machado Stascxak Juliana Silva Santana Mar Silva Márcia Cristiane Ferreira Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240421	
CAPÍTULO 22	260
QUALIDADE DE VIDA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE GERENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE SOBRAL – CE	
Priscila Portela de Azevedo Joyce da Silva Albuquerque Neíres Alves de Freitas Mikaele Alves de Freitas Antônio Jefferson Cavalcante Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240422	
CAPÍTULO 23	273
INCONTINÊNCIA URINÁRIA PÓS-MENOPAUSA E A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA PÉLVICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Carmem Juliana Sousa Fernandes Gabriele Taumaturgo Mororó Hellane Joyce Medeiros de Almeida Marcelo da Silva Costa Tallys Lima Carneiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240423	
CAPÍTULO 24	286
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ROMPENDO OS MUROS DA UNIVERSIDADE PARA A DIVULGAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ANATÔMICOS	
Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras Rômulo César Afonso Goulart Filho Francisco Marcelo Alves Braga Filho Felipe Dias Ferreira Nelson Viana Feitosa Pinto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240424	
CAPÍTULO 25	298
DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE NO ACESSO E PERMANÊNCIA ACADÊMICA	
Francisca Neide Camelo Martins Anaisa Alves de Moura Lara Martins Spíndola Rodrigues Meneses Yuri Alexandre Meneses Adriana Pinto Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11825240425	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	312

CAPÍTULO 1

METODOLOGIAS ATIVAS: DESAFIOS E VANTAGENS

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UECE); Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Professora do Centro Universitário Inta – Uninta. Membro do grupo de Pesquisa: Práticas Educativas, Memórias e Oralidades.

Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6377103436374712>
<https://orcid.org/0000-0002-6219-7182>

Anaisa Alves de Moura

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Especialista em Gestão Escolar pelas Faculdades INTA. Mestre em Ciências da Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ULHT - Lisboa - Portugal e reconhecido pela UFMG.- Universidade Federal de Minas Gerais e Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Humanidades e Tecnologias - ULHT - Lisboa/ Portugal. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Autobiográficas - GEPAS cadastrado no CNPq e membro do corpo editorial científico da Editora Ibero-Americana e Estudos em Educação Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5733205457701234>

Maria da Paz Arruda Aragão

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Gestão Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestra em Educação pela Lusófona. Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2291755554565010>

Josiane Lima Mendes

Doutoranda da Rede Nordeste de Biotecnologia - RENORBIO; Docente, Diretora Pedagógica dos Cursos de Educação a Distância, Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Farmácia e Membro do Conselho Universitário (CONSUNI) do Centro Universitário INTA – UNINTA; Possui Graduação em Farmácia e Mestrado em Biotecnologia pelo Centro Universitário Inta – UNINTA Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5450660474130915>

Graça Maria de Moraes Aguiar e Silva

Doutoranda em Ciências da Educação (Universidade Lusófona/Lisboa-Portugal). Mestre em Educação e Formação de Professores com foco em Educação

Inclusiva (UECE). Especialista em Psicopedagogia (UVA) e em Tutoria em Educação a Distância e Docência no Ensino Superior (UNINTA). Graduada em Pedagogia (UVA); Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional no Centro Universitário INTA-UNINTA e responde como Procuradora Institucional da mantenedora AIAMIS Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5953740726064808>

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as metodologias ativas como proposta inovadora e metodológica para o ensino aprendizagem. Como aporte metodológico iremos recorrer a abordagem qualitativa, por compreender a importância de aprofundamento e reflexões por autores que abordam a temática. A abordagem qualitativa de pesquisa é caracterizada pela busca de compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, através da análise detalhada das experiências, significados e contextos dos indivíduos envolvidos. A justificativa da pesquisa se dá pela necessidade de dar enfoque a uma metodologia inovadora, por mais que na educação ainda se encontre traços fortes do ensino tradicional. Como conclusão, as metodologias ativas representam uma evolução significativa na educação, alinhada com as necessidades da sociedade contemporânea e do mercado de trabalho. Ao promover o engajamento ativo dos estudantes e a aplicação prática do conhecimento, essas abordagens contribuem para o desenvolvimento de competências essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologias Ativas, Ensino, Educação, Aprendizagem.

ACTIVE METHODOLOGIES: CHALLENGES AND ADVANTAGES

ABSTRACT: The aim of this study is to reflect on active methodologies as an innovative and methodological proposal for teaching and learning. As a methodological approach, we will employ a qualitative approach, recognizing the importance of in-depth exploration and reflections by authors who address this topic. The qualitative research approach is characterized by the pursuit of a deep understanding of social phenomena through detailed analysis of the experiences, meanings, and contexts of the individuals involved. The justification for this research lies in the need to emphasize an innovative methodology, even though education still exhibits strong traces of traditional teaching. In conclusion, active methodologies represent a significant evolution in education, aligned with the needs of contemporary society and the job market. By promoting active student engagement and the practical application of knowledge, these approaches contribute to the development of essential skills such as critical thinking, problem-solving, and collaboration.

KEYWORDS: Active methodologies. Teaching. Education. Learning.

1. INTRODUÇÃO

As metodologias ativas vêm proporcionando ao ensino ações que permitem aos alunos desenvolver autonomia e construir seu próprio conhecimento. O aluno como sujeito ativo já vem sendo discutido desde a década de 1930, mas é no momento atual, século XXI, que essa abordagem tem estado presente nas salas de aula, inclusive no ensino superior.

Nesse sentido, reconhecendo sua importância como método de ensino que leva à aprendizagem, tem-se como objetivo deste estudo: refletir sobre as metodologias ativas como uma proposta inovadora e metodológica para o ensino-aprendizagem. O estudo dessa temática ajuda a fundamentar a importância de o discente ser o centro do processo de aprendizagem. O aluno deve ser o centro do processo de aprendizagem, onde o ensino é orientado para suas necessidades, interesses e ritmo de aprendizagem, promovendo um ambiente em que ele possa desenvolver autonomia e responsabilidade pelo seu próprio aprendizado. (Freire, 1996).

O aprendizado ativo surge como um novo paradigma para a oferta de uma educação de qualidade, colaborativa, envolvente e motivadora, com a capacidade de responder à maioria dos desafios presentes nas instituições de ensino, evidenciando que a educação não pode mais ser considerada uma prática simples (Misseyanni et al., 2018). Ainda segundo esses autores, a prática do aprendizado ativo foca-se em uma variedade de ferramentas usadas para envolver cognitivamente os estudantes, acumulando conhecimento e desenvolvendo esquemas de uma forma que eles, em certa medida, possuem maior autonomia sobre a aprendizagem.

A justificativa da pesquisa se dá pela necessidade de enfatizar uma metodologia inovadora, mesmo que a educação ainda apresente traços fortes do ensino tradicional. O método tradicional de ensino focado no professor ainda exerce grande influência na educação, sendo amplamente utilizado nos dias de hoje (Marin et al., 2010), apesar de nem sempre ser adequado para promover conhecimento e independência intelectual no estudante (Vergara, 2003). Esse modelo positivista baseia-se no mito da objetividade, por meio de modelos burocráticos e do movimento tecnicista do ensino, que buscam impedir interferências dos alunos no processo, permitindo maior controle e padronização (Mourthé Junior; Lima; Padilha, 2018).

A expectativa é que ocorram mudanças que tragam verdadeiras transformações e maiores resultados para a educação dos jovens (Barbosa; Moura, 2013), uma vez que apenas por meio de uma prática reflexiva, crítica e comprometida é possível proporcionar autonomia e enfrentar as resistências e conflitos encontrados (Mitre et al., 2008).

Desse modo, consideramos essenciais discussões que levem a pensar em novas formas de ensinar e aprender, compreendendo que as metodologias ativas podem ser adequadas a todas as etapas de ensino.

2. METODOLOGIA

Como aporte metodológico, iremos recorrer a abordagem qualitativa, por compreender a importância de aprofundamento e reflexões por autores que abordem a temática. A abordagem qualitativa de pesquisa é caracterizada pela busca de compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, através da análise detalhada das experiências,

significados e contextos dos indivíduos envolvidos. Ela foca na interpretação dos dados coletados, permitindo uma visão rica e complexa das dinâmicas humanas que não podem ser facilmente quantificadas (Creswell, 2014).

Para a construção dos tópicos a seguir, pensamos no discente como centralidade do processo da aprendizagem e os demais como as metodologias ativas proporcionam a autonomia do aluno na construção do conhecimento. O processo de aprender é contínuo e dinâmico, envolvendo a construção de significados a partir da interação entre o indivíduo e seu ambiente. Aprender não é simplesmente adquirir informações, mas sim transformar essas informações em conhecimento que pode ser aplicado de forma prática e reflexiva. (Vygotsky, 1978).

3. METODOLOGIAS ATIVAS: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

Segundo Moran (2015), às metodologias ativas de ensino são práticas pedagógicas que incentivam a participação ativa dos estudantes em seu processo de aprendizagem. Essas metodologias se baseiam na ideia de que o aprendizado é mais eficaz quando os alunos são engajados de forma ativa e têm a oportunidade de aplicar o conhecimento em contextos práticos. Moran enfatiza que o uso de metodologias ativas contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, como pensamento crítico, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Freire (2005), um dos principais teóricos da educação, também apoia a ideia de que a educação deve ser um processo ativo. Ele argumenta que o aprendizado ocorre através do diálogo e da interação entre os estudantes e o professor, em vez de uma mera transferência de conhecimento. Para Freire, a educação bancária, onde o professor deposita conhecimento nos alunos, é insuficiente para a formação de indivíduos críticos e reflexivos. Em contrapartida, uma educação dialógica, baseada em metodologias ativas, promove uma aprendizagem significativa, na qual o estudante constrói o conhecimento a partir de sua própria realidade.

Existem várias metodologias ativas que podem ser aplicadas em diferentes contextos educacionais. Uma das mais conhecidas é a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL, na sigla em inglês), que foi inicialmente desenvolvida na área de medicina na Universidade McMaster, no Canadá. De acordo com Savin-Baden e Major (2004), a PBL envolve a apresentação de problemas reais aos estudantes, que devem trabalhar em grupo para investigar e propor soluções. Essa metodologia incentiva a autonomia, a colaboração e o desenvolvimento de habilidades de pesquisa.

Outra metodologia ativa amplamente discutida é a Sala de Aula Invertida, ou *Flipped Classroom*. De acordo com Bergmann e Sams (2012), essa abordagem inverte a lógica tradicional de ensino, em que os estudantes estudam o conteúdo teórico em casa, por meio de vídeos ou textos e utilizam o tempo em sala de aula para atividades práticas, discussão

de casos e resolução de problemas. Bergmann e Sams argumentam que essa metodologia aumenta o engajamento dos estudantes e permite que o professor dedique mais tempo ao acompanhamento individualizado.

Além disso, a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) também é uma metodologia ativa significativa. De acordo com Blumenfeld et al. (1991), a ABP envolve os alunos na realização de projetos que requerem investigação, planejamento e execução, permitindo que eles apliquem conceitos teóricos em situações práticas. Esta abordagem promove uma aprendizagem mais profunda e conectada à realidade dos estudantes, favorecendo a retenção do conhecimento e o desenvolvimento de competências essenciais para o mundo do trabalho.

Embora as metodologias ativas sejam amplamente reconhecidas por seus benefícios sua implementação apresenta desafios significativos. De acordo com Masetto (2012), um dos principais desafios é a mudança de paradigma tanto para professores quanto para alunos. Os professores, muitas vezes, precisam desenvolver novas competências pedagógicas e aprender a ceder o controle do processo de ensino para os estudantes. Isso pode ser um desafio, especialmente em sistemas educacionais tradicionais onde a autoridade do professor é central.

Por outro lado, os estudantes, acostumados a uma postura passiva no processo de aprendizagem, podem inicialmente resistir a assumir um papel mais ativo e responsável. Segundo Mazur (1997), essa transição exige um processo gradual de adaptação, onde o professor atua como facilitador, orientando os alunos na construção do conhecimento de maneira autônoma e colaborativa.

Outro desafio é a necessidade de recursos e infraestrutura adequados para a aplicação dessas metodologias. A utilização de tecnologias digitais, por exemplo, é frequentemente associada a metodologias ativas, como na Sala de Aula Invertida. No entanto, a falta de acesso a equipamentos e a uma internet de qualidade pode ser uma barreira, especialmente em contextos de desigualdade social.

4. O ALUNO NA CENTRALIDADE DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Colocar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem é um dos princípios fundamentais das metodologias pedagógicas contemporâneas. Essa abordagem, que contrasta com os modelos tradicionais onde o professor era visto como a principal fonte de conhecimento reconhece o papel ativo do estudante na construção do saber. Nesse contexto, o aluno não é mais um receptor passivo de informações, mas sim um agente ativo, responsável por sua própria aprendizagem, que ocorre por meio da interação com o ambiente, com os colegas e com o professor.

No modelo centrado no aluno, o estudante é visto como protagonista de seu próprio processo educativo. Isso significa que ele participa ativamente das atividades de

aprendizagem, toma decisões sobre seu percurso educativo e é encorajado a explorar, questionar e aplicar o conhecimento de forma crítica e criativa. Segundo Freire (2005), o aluno deve ser visto como um ser capaz de dialogar e de construir seu conhecimento a partir de sua própria realidade e experiência. Freire critica o modelo de educação “bancária”, onde o professor deposita conhecimento nos alunos, sem considerar suas vivências e conhecimentos prévios.

Ao se tornar protagonista, o aluno desenvolve não apenas competências cognitivas, mas também habilidades socioemocionais, como a autonomia, a responsabilidade e a capacidade de trabalhar em grupo. Esse protagonismo é estimulado por metodologias ativas de ensino, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) e a Sala de Aula Invertida, que incentivam o estudante a resolver problemas, realizar projetos e participar de debates e discussões.

Se o aluno é o centro do processo de aprendizagem, o papel do professor também se transforma significativamente. Em vez de ser o único detentor do saber, o professor atua como um facilitador, um guia que ajuda os alunos a navegar pelo conhecimento, fornecendo orientações, mediando discussões e criando um ambiente que favoreça o aprendizado. Como destaca Moran (2015), o professor no modelo centrado no aluno deve ser capaz de motivar e engajar os estudantes, oferecendo-lhes desafios adequados e oportunidades de reflexão.

Essa mudança de papel exige que o professor desenvolva novas competências, como a habilidade de planejar atividades que incentivem a participação ativa dos alunos e a capacidade de oferecer *feedback* construtivo que ajude no desenvolvimento contínuo do estudante. Além disso, o professor deve estar preparado para lidar com a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos, personalizando o ensino de acordo com as necessidades de cada um.

Colocar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem traz uma série de benefícios, tanto para o desenvolvimento individual do estudante quanto para a qualidade do aprendizado. Estudos mostram que alunos que são ativos em seu processo de aprendizagem tendem a ter um entendimento mais profundo dos conteúdos e a desenvolver habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas, essenciais para a vida fora da escola.

Além disso, essa abordagem promove uma maior motivação e engajamento dos alunos. Quando os estudantes percebem que têm controle sobre seu próprio aprendizado e que suas opiniões e experiências são valorizadas, eles se sentem mais motivados a participar das atividades educacionais. Isso pode resultar em uma maior retenção de conhecimento e em melhores desempenhos acadêmicos.

Apesar dos inúmeros benefícios, implementar uma abordagem centrada no aluno também apresenta desafios. Um dos principais é a necessidade de mudança na mentalidade tanto de professores quanto de alunos. Muitos estudantes, acostumados a

um modelo tradicional de ensino, podem inicialmente resistir a assumir um papel mais ativo e responsável em sua educação. Por outro lado, os professores podem encontrar dificuldades em adaptar seus métodos de ensino, especialmente se não tiverem recebido formação adequada para atuar como facilitadores.

Além disso, essa abordagem exige um ambiente de aprendizagem que suporte a participação ativa dos alunos, incluindo recursos tecnológicos, materiais didáticos apropriados e uma organização curricular flexível. Instituições de ensino que ainda seguem modelos rígidos e padronizados podem ter dificuldade em implementar essa mudança.

O modelo de ensino-aprendizagem centrado no aluno representa uma evolução importante na educação contemporânea, refletindo as demandas de uma sociedade que valoriza a autonomia, a criatividade e a capacidade de adaptação. Ao colocar o estudante no centro do processo educativo, esse modelo não apenas melhora a qualidade do aprendizado, mas também prepara os indivíduos para enfrentar os desafios do mundo moderno, promovendo o desenvolvimento de cidadãos críticos, responsáveis e capazes de contribuir para a sociedade.

No entanto, para que essa abordagem seja eficaz, é necessário um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo educativo: professores, alunos, gestores e famílias. Somente através de uma mudança cultural e institucional será possível transformar a educação em um espaço verdadeiramente centrado no aluno.

5. ENSINO BASEADO EM PROBLEMAS (PBL)

O Ensino Baseado em Problemas (PBL, do inglês *Problem-Based Learning*) é uma metodologiaativa de ensino que vem ganhando destaque no campo da educação por sua capacidade de engajar os estudantes de forma mais efetiva no processo de aprendizagem. Ao contrário dos métodos tradicionais, onde o conhecimento é transmitido de maneira linear e geralmente desconectado da prática, o PBL coloca os alunos no centro do aprendizado, desafiando-os a resolver problemas complexos e realistas que refletem situações do mundo real.

A origem do PBL remonta à década de 1960, na Universidade *McMaster*, no Canadá, inicialmente aplicada ao ensino de medicina. A premissa básica do PBL é que o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando os estudantes são confrontados com problemas que precisam ser resolvidos, em vez de apenas memorizar informações para posteriormente aplicá-las. Nesse sentido, o PBL se alinha com as teorias construtivistas de aprendizado, como as de Piaget e Vygotsky, que defendem que o conhecimento é construído ativamente pelo indivíduo em interação com o meio.

No PBL, os estudantes são organizados em pequenos grupos e apresentados a um problema que não tem uma solução única ou simples. Esse problema serve como um ponto de partida para o aprendizado, incentivando os estudantes a pesquisar, discutir e aplicar

seus conhecimentos para chegar a uma solução. Durante esse processo, o professor assume o papel de facilitador, guiando os estudantes na exploração do problema e no desenvolvimento de habilidades de pesquisa, pensamento crítico e trabalho colaborativo.

Um dos principais benefícios do PBL é o desenvolvimento de habilidades que são altamente valorizadas no mercado de trabalho contemporâneo, como a capacidade de resolver problemas complexos, o pensamento crítico e a habilidade de trabalhar em equipe. Além disso, o PBL promove a aprendizagem ativa e significativa, na qual os estudantes são motivados a entender profundamente os conceitos e a aplicá-los em contextos práticos.

De acordo com Barrows (1986), um dos pioneiros do PBL, essa metodologia também ajuda a desenvolver a autonomia dos estudantes, uma vez que eles precisam tomar decisões sobre como abordar o problema e quais recursos utilizar. Isso contrasta com abordagens tradicionais, onde o estudante muitas vezes assume uma postura passiva, aguardando a instrução do professor.

Outro benefício significativo do PBL é a capacidade de integrar diferentes disciplinas no processo de aprendizado. Como os problemas apresentados são geralmente complexos e multifacetados, eles exigem que os estudantes apliquem conhecimentos de várias áreas para encontrar uma solução. Isso favorece uma aprendizagem interdisciplinar e uma visão mais holística do conhecimento.

Apesar dos muitos benefícios, o PBL também apresenta desafios que precisam ser considerados. Um dos principais desafios é a preparação dos professores para atuarem como facilitadores do processo de aprendizagem. Isso exige uma mudança de mentalidade e a aquisição de novas competências pedagógicas, uma vez que o professor não é mais a principal fonte de conhecimento, mas sim um guia que ajuda os estudantes a encontrar suas próprias respostas.

Além disso, o PBL requer um planejamento cuidadoso por parte dos educadores para criar problemas que sejam ao mesmo tempo desafiadores e relevantes para os estudantes. Esses problemas devem ser bem elaborados para estimular a discussão e a investigação, sem serem tão complexos a ponto de desmotivar os alunos.

Outro desafio importante é o tempo necessário para a implementação do PBL. Como essa metodologia exige que os estudantes passem por um processo mais longo de pesquisa e discussão para resolver os problemas, pode ser necessário repensar o currículo para garantir que haja tempo suficiente para o desenvolvimento completo das atividades.

O PBL tem sido aplicado com sucesso em diversas áreas do conhecimento, além da medicina, onde teve sua origem. Na engenharia, por exemplo, o PBL é amplamente utilizado para ajudar os estudantes a desenvolverem habilidades práticas e a aplicarem conceitos teóricos em projetos reais. Na educação básica, o PBL tem sido utilizado para integrar diferentes disciplinas e estimular o engajamento dos estudantes com problemas que refletem questões sociais e ambientais.

No contexto da educação à distância, o PBL também tem mostrado ser uma metodologia eficaz. Plataformas digitais permitem que os estudantes trabalhem

colaborativamente em grupos, mesmo quando estão fisicamente distantes, facilitando a troca de ideias e a construção conjunta do conhecimento.

O Ensino Baseado em Problemas (PBL) representa uma abordagem inovadora e eficaz para a educação, alinhada com as necessidades de um mundo cada vez mais complexo e interconectado. Ao colocar o estudante no centro do processo de aprendizagem e ao utilizar problemas do mundo real como motor para o aprendizado, o PBL desenvolve habilidades fundamentais para o século XXI, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a capacidade de trabalhar em equipe. No entanto, sua implementação bem-sucedida exige preparo e planejamento por parte dos educadores, bem como uma disposição para repensar as abordagens tradicionais de ensino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias ativas representam uma evolução significativa na educação, alinhada com as necessidades da sociedade contemporânea e do mercado de trabalho. Ao promover o engajamento ativo dos estudantes e a aplicação prática do conhecimento, essas abordagens contribuem para o desenvolvimento de competências essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração.

Entretanto, a implementação eficaz dessas metodologias requer uma mudança de mentalidade por parte de educadores e estudantes, além de investimentos em infraestrutura e formação contínua. Como apontam os autores mencionados, o sucesso das metodologias ativas depende da capacidade das instituições de ensino de adaptarem-se a esses novos paradigmas, criando ambientes de aprendizagem que sejam ao mesmo tempo desafiadores e inclusivos.

REFERÊNCIAS

- BERGMANN, J., & Sams, A. **Flip Your Classroom: Reach Every Student in Every Class Every Day.** International Society for Technology in Education.2012.
- BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. **Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica.** B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.
- BLUMENFELD, P. C., Soloway, E., Marx, R. W., Krajcik, J. S., Guzdial, M., & Palincsar, A. **Motivating Project-Based Learning: Sustaining the Doing, Supporting the Learning.** *Educational Psychologist*, 26(3-4), 369-398. 1991.
- BARROWS, H. S. **A Taxonomy of Problem-Based Learning Methods.** *Medical Education*, 20(6), 481-486. 1986.
- CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches** (4th ed.). Sage Publications. 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. Paz e Terra. 1996.
- MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus Editorial. 2012.
- MOURTHÉ JUNIOR, C. A.; LIMA, V.; PADILHA, R. Q. **Integrating emotions and rationalities for the development of competence in active learning methodologies**. Interface, Botucatu, v. 22, n. 65, p. 577-588, 2018.
- MISSEYANNI, A. et al. **Active learning stories in higher education**: lessons learned and good practices in STEM Education. In: MISSEYANNI, A. (ed.). Active learning strategies in higher education: teaching for leadership, innovation, and creativity. Bingley: Emerald Publishing, 2018. p. 75-105.
- MAZUR, E. **Peer Instruction**: A User's Manual. Prentice Hall. 1997.
- MARIN, M. J. S. et al. Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 13-20, 2010.
- MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 2133-2144, 2008.
- MORAN, J. (2015). Metodologias ativas para uma educação inovadora. In: **Revista da Faculdade de Educação**, v. 31, n. 3, p. 52-63.
- SAVIN-BADEN, M., & Major, C. H. **Foundations of Problem-Based Learning**. Open University Press. 2004.
- SAVERY, J. R., & Duffy, T. M. Problem Based Learning: An Instructional Model and Its Constructivist Framework. **Educational Technology**, 35(5), 31-38. 1995.
- SCHMIDT, H. G. **Problem-based Learning**: Rationale and Description. *Medical Education*, 17(1), 11-16. 1983.
- VERGARA, S. C. **Repensando a relação ensino-aprendizagem em administração**: argumentos teóricos, práticas e recursos. Organizações e Sociedade, Salvador, v. 10, n. 28, p. 131- 142, 2003.
- YGOTSKY, L. S. **Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes**. Harvard University Press. 1978.

CAPÍTULO 2

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA FÍSICA: UM ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Carlos da Silva Cirino

Formação e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB Universidade Estadual da Paraíba, Araruna, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7926399757987510>
<https://orcid.org/0000-0003-4468-3686>

Francisco Daniel dos Anjos

Licenciatura em Física pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista em Gestão, Coordenação e Supervisão Escolar e em Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais pela Faculdade Três Marias Universidade Estadual da Paraíba, Araruna, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6624039916239446>
<https://orcid.org/0000-0002-6010-6953>

Giovanna Barroca de Moura

Bacharelado em Pedagogia, Licenciatura em Psicologia e Formação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3632243014562568>
<https://orcid.org/0000-0001-7970-4323>

Jocimar Henrique de Oliveira

Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialização em Ensino de Língua Inglesa e Literatura pela Universidade Paulista Universidade Estadual da Paraíba, Araruna, PB, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/4988422829321789>
<https://orcid.org/0000-0002-8911-4228>

RESUMO: Este estudo teve como objetivo identificar e analisar as possíveis dificuldades enfrentadas pelos alunos no aprendizado da Física. Especificamente, investigou-se a relação da disciplina com fenômenos naturais, a compreensão dos conceitos teóricos e práticos, sua conexão com outras ciências e a percepção dos estudantes sobre a relevância da Física em sua realidade e na iniciação científica. O estudo, de natureza exploratória e com abordagem mista (qualitativa e quantitativa), utilizou a pesquisa de campo como procedimento metodológico. Participaram da pesquisa 94 estudantes do ensino médio de uma escola pública localizada no município de Serra de São Bento, RN. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista composto

por nove questões abertas, além de um questionário socioeconômico e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados ocorreu de forma coletiva, em sala de aula, no mês de outubro de 2022. A análise das informações foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Os principais resultados mostraram que, em relação ao estudo da Física e sua conexão com o ambiente, 56,38% dos estudantes destacaram a compreensão do movimento e dos efeitos gravitacionais sobre os objetos. No que tange às dificuldades no aprendizado da disciplina, 73,40% dos participantes relataram que os cálculos representam o maior desafio, e 44% mencionaram a Matemática como a disciplina que mais gera confusão com a Física. Como consideração final, os alunos não percebem a Física como uma parte integrante de sua relação com a natureza e o contexto cotidiano, e a veem majoritariamente como uma disciplina relevante apenas para exames de ingresso no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades. Aprendizagem. Física. Alunos. Escolas Públicas.

LEARNING DIFFICULTIES IN PHYSICS: A STUDY WITH HIGH SCHOOL STUDENTS

ABSTRACT: The aim of this study was to identify and analyze the possible difficulties faced by students in learning physics. Specifically, it investigated the subject's relationship with natural phenomena, the understanding of theoretical and practical concepts, its connection with other sciences and the students' perception of the relevance of Physics in their reality and in scientific initiation. The study, which was exploratory in nature and took a mixed approach (qualitative and quantitative), used field research as its methodological procedure. Ninety-four high school students from a public school located in the municipality of Serra de São Bento, RN, took part in the study. The data collection instrument was an interview script made up of nine open questions, as well as a socio-economic questionnaire and an Informed Consent Form. Data was collected collectively in the classroom in October 2022. The information was analyzed using the content analysis technique. The main results showed that, in relation to the study of physics and its connection with the environment, 56.38% of the students highlighted their understanding of movement and gravitational effects on objects. With regard to the difficulties in learning the subject, 73.40% of the participants reported that calculations represent the biggest challenge, and 44% mentioned mathematics as the subject that causes the most confusion with physics. As a final consideration, the students do not perceive Physics as an integral part of their relationship with nature and the everyday context, and mostly see it as a relevant subject only for higher education entrance exams.

KEYWORDS: Difficulties. Learning. Physical. Students. Public schools.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da Física no ensino médio, como disciplina obrigatória, é fundamental para a formação dos estudantes. Nesse estágio, a Física introduz os conceitos básicos desse campo científico, desempenhando um papel crucial na observação, compreensão, descrição e explicação dos fenômenos naturais. Além disso, a disciplina é essencial para despertar nos alunos o instinto investigativo, incentivando a descoberta e o senso de pesquisa. Apesar da importância da Física, que é fundamental para a compreensão e observação

dos fenômenos naturais e seus principais conceitos teóricos, pesquisas indicam que seu aprendizado no ensino básico enfrenta diversas dificuldades (Pozo; Crespo, 2009; Rosa; Rosa, 2005; Bonadiman, 2005). Entre os desafios apontados na literatura, destacam-se a dificuldade em entender conceitos abstratos, a confusão entre a Física e outras ciências, e a dificuldade em relacionar a disciplina com questões cotidianas.

Diante desse cenário, e considerando a necessidade de entender como essas dificuldades se manifestam na região em estudo, esta pesquisa foi orientada pelas seguintes questões: Quais são as possíveis dificuldades no aprendizado da Física e em seu processo de ensino? Quais os desafios em relacionar essa ciência com o cotidiano? Quais são as dificuldades de natureza teórica e conceitual, e como a Física dialoga com outras disciplinas?

Com o objetivo de responder a esses questionamentos, esta pesquisa tem como propósito geral identificar e analisar as possíveis dificuldades enfrentadas no estudo e aprendizado da Física. Especificamente, busca-se identificar e examinar como a compreensão e o estudo da Física se relacionam com os fenômenos naturais, verificar como os alunos percebem e aplicam os conceitos teóricos e práticos da disciplina, bem como sua inter-relação com outras áreas do conhecimento. Outro aspecto investigado foi a forma como os estudantes enxergam a Física como uma parte integrante de sua realidade cotidiana e de sua trajetória na iniciação científica.

Realizar uma pesquisa sobre essa temática é de grande importância, pois permite identificar uma série de questões que podem beneficiar docentes, escolas, alunos e a comunidade em geral. Essa identificação pode orientar a criação de propostas pedagógicas para minimizar ou solucionar os problemas encontrados no ensino da Física. Além de destacar aspectos conceituais, teóricos e práticos da disciplina, a pesquisa também alerta para a necessidade de abordar o processo de iniciação científica dos alunos. É essencial considerar as variáveis intervenientes, como questões individuais, comportamentais, afetivas e sociais, bem como fatores estruturais que influenciam o desempenho acadêmico. Dada a combinação desses desafios com os problemas estruturais, históricos e culturais presentes na educação, especialmente nas escolas públicas, torna-se urgente e necessário enfrentar essas questões para melhorar a qualidade do ensino.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza exploratória, com o objetivo de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). Foram empregadas abordagens quantitativa e qualitativa para a investigação. A abordagem qualitativa visa “identificar interpretações, formas de se relacionar com o mundo e com as demais pessoas para identificar o que há de comum e o que se diferencia” (Malheiros, 2011, p. 189). Em contraste, a abordagem quantitativa

foca na quantificação dos dados, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando técnicas estatísticas para análise (Malheiros, 2011). O procedimento adotado foi o levantamento de dados em campo, que se caracteriza pela coleta direta de informações relacionadas ao objeto de estudo (Gil, 2002). O instrumento de coleta consistiu em um roteiro de nove questões abertas, complementado por informações socioeconômicas e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse material foi aplicado a 94 alunos do ensino médio de uma escola pública situada no município de Serra de São Bento, RN.

A coleta de dados ocorreu nas instalações da escola em outubro de 2022. Inicialmente, foi apresentado à gestora da escola um Termo de Anuênciia detalhando os objetivos e a finalidade da pesquisa. Após obter a autorização necessária, o instrumento foi aplicado coletivamente em sala de aula. Durante o processo, os propósitos da pesquisa foram explicados aos participantes, e o Termo de Consentimento foi apresentado. Com a aceitação voluntária dos alunos, o roteiro de questões foi distribuído e aplicado, levando cerca de 20 minutos para ser completado. As respostas foram analisadas utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011).

O processo inicial envolveu a leitura completa das respostas, seguida pela criação de categorias para agrupar respostas similares, momento em que foram formadas subcategorias. A aceitação das similaridades e a organização das categorias foram avaliadas por três juízes. A categoria final foi estabelecida com base no consenso de pelo menos dois dos avaliadores. Os dados foram então organizados em quadros, que serão apresentados e discutidos na seção de Resultados e Discussão.

3. O ESTUDO E APRENDIZADO DA FÍSICA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POSSÍVEIS DIFICULDADES

De acordo com Pozo e Crespo (2009), as principais dificuldades no aprendizado da Física são influenciadas pela maneira como os alunos percebem esse conhecimento, com base nas matrizes cognitivas que moldam sua relação com o aprendizado. Segundo os autores “[...] a compreensão da Física ensinada na escola exigirá superar as restrições impostas pelas próprias teorias dos alunos” (p. 194).

Para aprender essa ciência de maneira eficaz, é necessário que haja uma mudança na estrutura lógica com a qual o conhecimento é apresentado. Essa transformação epistêmica pode ocorrer através de uma maior integração das ‘teorias implícitas’ dos alunos com os conhecimentos teóricos e práticos oferecidos pela disciplina. Portanto, é crucial que os alunos experimentem a Física de forma prática, inserida em seu cotidiano, e não apenas como um conjunto de fórmulas e exercícios matemáticos que frequentemente não têm conexão com sua vida diária. Essa abordagem prática ajuda a tornar a disciplina mais relevante e compreensível, facilitando a assimilação e a aplicação dos conceitos físicos.

Carvalho, Vannucchi, Barros, Gonçalves e Rey (2009) enfatizam a importância

de fazer com que os alunos reconheçam a aplicabilidade da Física em suas realidades cotidianas por meio de investigações e metodologias de ensino variadas. Segundo os autores, “[...] a escola deve trabalhar com a ideia de que a própria ciência é provisória, de que é continuamente reconstruída” (p. 179). Dada a evolução constante da ciência, quando se apresenta uma problemática, é crucial que haja uma conexão com as experiências vividas pelos alunos. Isso permite que eles assimilem e formem suas próprias hipóteses, tornando-se questionadores e críticos em relação ao conteúdo abordado em sala de aula.

No ensino médio, a disciplina de Física tem como objetivo cultivar o espírito questionador dos alunos, incentivando o desejo de explorar, investigar e compreender a natureza da matéria em suas dimensões macro e micro. Ao final do ciclo de ensino, espera-se que os estudantes adquiram uma formação científica sólida e uma capacidade interpretativa dos fenômenos naturais, que estão sempre em evolução. Além disso, por meio da aplicação de tecnologias e conhecimentos físicos, os alunos devem desenvolver uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor e do universo em que estão inseridos.

Do ponto de vista pedagógico, o ensino da Física frequentemente se concentra em conceitos, leis e fórmulas matemáticas, utilizando exercícios repetitivos que favorecem a memorização e a automatização. Esse enfoque pode levar ao distanciamento, desmotivação e desinteresse dos alunos. A disciplina é comumente abordada por meio de teorias e abstrações, sem a devida integração com exemplos concretos e experimentos reais que poderiam esclarecer essas abstrações. Segundo Xavier (2005), embora o 9º ano seja a etapa em que se introduzem as ciências da natureza, muitos alunos chegam ao ensino médio com lacunas significativas, sem uma compreensão adequada de que a Física é um conhecimento experimental e de vasta aplicação.

Rosa e Rosa (2005) ressaltam que as pesquisas sobre o tema evidenciam que o ensino atual constantemente se limita a preparar os alunos para resolver exercícios com o objetivo de ingressar no ensino superior. Essa situação é ilustrada pelo uso excessivo de livros e materiais similares, focados em exercícios preparatórios para vestibulares. Esses recursos tendem a priorizar a memorização e a resolução algébrica, em detrimento de uma compreensão mais profunda dos conceitos físicos. Souza (2002), complementa que essa tendência de direcionar o ensino para a resolução de problemas complexos, frequentemente repletos de cálculos, é fortemente influenciada pelo conteúdo dos livros didáticos. Essa abordagem tem gerado críticas substanciais tanto para as editoras quanto para os autores dos materiais didáticos (Rosa; Rosa, 2005).

Conforme Bonadiman (2005), diversas causas contribuem para as dificuldades no ensino da Física. Entre esses fatores estão a desvalorização do profissional de educação, as condições precárias de trabalho dos docentes, e a baixa qualidade dos conteúdos abordados em sala de aula. Nas escolas de ensino médio, os professores de Física enfrentam o desafio de tornar o aprendizado da disciplina não apenas envolvente, mas também

contextualizado. A Física é frequentemente considerada uma matéria difícil e complexa, o que, segundo os próprios docentes, contribui para o desinteresse dos alunos. Além disso, o extenso conteúdo que deve ser abordado ao longo dos três anos do ensino médio limita o tempo disponível para os professores, forçando-os a utilizar materiais didáticos de forma condensada. Esses materiais muitas vezes empregam modelos simplificados e pouco inspiradores, o que pode desmotivar ainda mais os alunos. Outro problema significativo é a falta de formação especializada entre os professores de Física. Muitos docentes não possuem a qualificação adequada e recorrem a práticas pedagógicas desatualizadas, resultando em aulas cansativas e desestimulantes (Bonadiman, 2005). Para superar esses desafios, é essencial que o ensino da Física seja abordado de forma inovadora e que os professores recebam o suporte necessário para desenvolver metodologias mais eficazes e atraentes.

3.1 O aprendizado da Física e algumas considerações sobre os marcos curriculares

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o currículo do ensino médio deve estar diretamente vinculado à inserção dos jovens no mundo do trabalho e à formação da cidadania. Dessa forma, o aprendizado dos conceitos deve ser flexível, permitindo adaptação às novas exigências profissionais e sociais. A lei ainda destaca a importância de um currículo dinâmico, que integre a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos aos processos produtivos, relacionando teoria e prática em todas as disciplinas (Brasil, 1996). Isso reforça a necessidade de uma abordagem educacional que seja, simultaneamente, contextual e prática, promovendo a formação de estudantes capazes de aplicar os conhecimentos científicos à realidade concreta.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) indicam que o ensino da Física deve ser orientado para o desenvolvimento de competências específicas, capacitando os alunos a observarem e interpretarem fenômenos naturais e tecnológicos presentes tanto em seu cotidiano quanto na compreensão do universo (Brasil, 2001). A disciplina, portanto, deve ser apresentada de forma acessível, com uma linguagem científica que permita a construção gradual do conhecimento.

Ao enfatizar essa perspectiva, busca-se formar cidadãos contemporâneos, ativos e solidários, capazes de compreender e intervir na realidade que os cerca. Mesmo aqueles alunos que não venham a seguir carreiras acadêmicas ou profissionais diretamente ligadas à Física devem sair do ensino médio com a formação necessária para compreender os princípios que regem o mundo moderno e participar de forma crítica e informada da sociedade em que vivem (Brasil, 2001).

Ainda de acordo com os PCNs, as práticas pedagógicas no ensino da Física devem ir além da simples memorização de fórmulas e da repetição automatizada de

procedimentos em contextos artificiais ou excessivamente abstratos. O aprendizado precisa adquirir significado já no momento em que ocorre, dentro do ambiente escolar (Brasil, 2001). Nesse sentido, os parâmetros visam um ensino que se direcione, sobretudo, àqueles alunos para quem a escola representa uma das poucas oportunidades de acesso formal ao conhecimento científico inicial.

Dentro dessa perspectiva, dois aspectos essenciais devem ser considerados no ambiente escolar: a Física como parte integrante da cultura e como uma ferramenta para a compreensão do mundo. Espera-se, assim, que a escola, os professores e demais atores envolvidos se comprometam com um ensino que promova conexões reais e práticas pedagógicas cada vez mais contextualizadas com a realidade dos estudantes.

No que tange à docência e aos marcos curriculares, os PCNs, desde 1998, já apontavam a precariedade na formação de professores ou, em muitos casos, a ausência total dessa formação no ensino fundamental. Como registrado, “[...] a exigência legal de formação inicial para atuação no ensino fundamental nem sempre pode ser cumprida, em função das deficiências do sistema educacional” (p. 30). Nesse período, esse diagnóstico reconhecia que uma das raízes da problemática no ensino da Física estava diretamente ligada à formação profissional inadequada. Essa constatação já evidenciava parte das dificuldades no tratamento pedagógico dos conteúdos científicos, sublinhando a necessidade de investimentos mais consistentes na formação docente.

No cenário educacional atual, Marcelino, Rocha Filho e Oliveira (2021) identificaram que a licenciatura em Física enfrenta desafios significativos: é a graduação com o menor número de inscrições em vestibulares e apresenta uma taxa de conclusão bastante baixa. Essa realidade resulta em uma carência crítica de profissionais qualificados para o ensino de Física no ensino médio.

Oliveira (2022) acrescenta outro fator que intensifica essa problemática: a elevada proporção de docentes que foram formados em áreas distintas da Física. Segundo o autor, dos 44 mil professores de Física atuantes em escolas públicas no Brasil, apenas 9 mil possuem uma licenciatura específica na área, representando menos de 20% do total. Esse panorama reflete, em parte, a preferência de muitos graduados em Física pela carreira acadêmica e de pesquisa, em detrimento da licenciatura.

Além disso, fatores como baixos incentivos financeiros, péssimas condições de trabalho e a falta de capacitação e qualificação contínua para os profissionais agravam ainda mais o quadro. Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de reavaliar e reformular as políticas de formação e valorização do ensino da Física para garantir uma educação científica de qualidade e acessível.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi conduzida em uma escola pública localizada no município de Serra de São Bento, Rio Grande do Norte, na microrregião da Borborema Potiguar. De acordo com o censo do IBGE de 2022, o município conta com uma população de 5.703 habitantes,

distribuídos em uma área de 96,6 km², resultando em uma densidade demográfica de 59,6 habitantes por km². A escola, fundada em 1930, opera nos três turnos – manhã, tarde e noite - e atende a estudantes tanto da zona urbana quanto da zona rural.

A análise dos dados sociodemográficos revelou que, entre os 94 participantes da pesquisa, 44 são do gênero masculino. Desses, apenas 4 estão envolvidos em atividades de reforço escolar e dedicam, em média, 1 hora por dia ao estudo fora da escola. Em contraste, entre as 50 participantes do gênero feminino, 9 estão engajadas em atividades de reforço e estudam, em média, 2 horas por dia fora da escola. A média de idade foi de 16 anos.

Quanto aos objetivos do ensino da Física, as respostas dos 94 participantes foram categorizadas conforme o Quadro 1. Dentre eles, 38,30% consideram que os objetivos do ensino da Física se concentram em ‘conceitos, princípios e cálculos’. Outros 29,79% afirmam que a Física foca nas ‘Leis de Newton e Lei de Kepler’. Por fim, 31,91% acreditam que o ensino da Física aborda ‘aspectos sobre a gravidade, ar, fenômenos e movimento’.

Quadro 1: Sobre os objetivos do ensino na Física

Subcategorias	Quantidades de respostas	Porcentagens
Conceitos, princípios e cálculos da Física	36	38,30 %
Aspectos sobre a gravidade, ar, fenômenos e movimento	30	31,91%
Leis de Newton e Lei de Kepler	28	29,79%
Total	94	100%

Fonte: Autores, 2022

Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria dos participantes considera que o objetivo principal do ensino da Física é trabalhar os conceitos, princípios e cálculos. Outra perspectiva destacada é a abordagem da Física na escola por meio de aspectos da gravidade, ar, fenômenos e movimento. Embora, algumas respostas abordam concepções da disciplina, no geral, a percepção é de que o ensino está frequentemente desconectado da vida cotidiana dos alunos.

Nesse contexto, contrário aos PCNs de 2001, convém destacar que os objetivos do ensino da Física visam promover uma aproximação com os fenômenos naturais e com a cultura tecnológica presente no cotidiano dos indivíduos. O ensino deve integrar a Física à história e à cultura dos alunos, proporcionando uma compreensão mais significativa e contextualizada dos conceitos científicos.

No que diz respeito ao ensino da Física e sua relação com o ambiente natural, os dados do Quadro 2 foram agrupados em três subcategorias com base nas respostas dos 94 participantes. A maior parte, 56,38%, acredita que o ensino de Física deve enfocar a ‘compreensão dos movimentos, os efeitos gravitacionais dos objetos e os fenômenos da

Física presentes no cotidiano'. Em contraste, 22,34% dos participantes afirmam que 'os professores não relacionam o ensino da Física com a natureza e com o contexto cotidiano dos alunos'. Por fim, 21,28% dos respondentes percebem a Física como uma 'disciplina desvinculada do ambiente natural', considerando-a apenas uma variação da Matemática com um nome diferente.

Quadro 2: O ensino da Física e a relação com a natureza (ambiente em que vivemos)

Subcategorias	Quantidades de respostas	Porcentagens
Compreensão dos movimentos, os efeitos gravitacionais dos objetos e os fenômenos da Física presentes no cotidiano	53	56,38%
Os professores não relacionam o ensino da Física com a natureza e com o contexto cotidiano dos alunos	21	22,34%
Disciplina desvinculada do ambiente natural	20	21,28%
Total	94	100%

Fonte: Autores, 2022

Esses resultados evidenciam uma ampla concordância sobre a importância de contextualizar o ensino de Física com exemplos do mundo natural e do cotidiano. No entanto, também revelam uma percepção de desconexão significativa entre a disciplina e o ambiente em que vivemos. Esses achados estão alinhados com a perspectiva de Carvalho, Vannucchi, Barros, Gonçalves e Rey (2009), que defendem uma abordagem metodológica que promova uma visão de mundo através da Física, estimulando o espírito científico dos alunos e incentivando a investigação dos fenômenos naturais. De acordo com Souza (2002) e Rosa e Rosa (2005), é fundamental que os professores reflitam sobre a forma como os conteúdos são apresentados e adotem metodologias que engajem efetivamente os alunos.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos alunos no aprendizado da Física, os dados do Quadro 3 foram organizados em quatro subcategorias. A maioria dos alunos, 73,40%, relatou que seu principal desafio reside em 'realizar os cálculos'. Essa dificuldade pode estar associada à complexidade dos procedimentos matemáticos envolvidos e à necessidade de habilidades analíticas robustas para resolver problemas físicos. Além disso, 14,89% dos participantes mencionaram dificuldades em 'compreender as Leis' apresentadas na disciplina.

Esse desafio pode refletir uma falta de clareza na apresentação dos conceitos teóricos ou uma dificuldade em relacionar essas leis com aplicações práticas. Outros 7,45% dos alunos indicaram que têm problemas em 'entender as explicações do professor', o que pode sugerir uma necessidade de aprimoramento na comunicação pedagógica. Por fim, 4,26% dos participantes afirmaram não enfrentar nenhuma dificuldade significativa ao estudar Física. Esses dados sugerem que, embora uma pequena parte dos alunos não encontre dificuldades, a maioria enfrenta desafios específicos que precisam ser abordados para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 3: Dificuldades em aprender a disciplina

Subcategorias	Quantidade de respostas	Porcentagens
Realizar os cálculos	69	73,40%
Compreensão das Leis	14	14,89%
Entender as explicações do professor	7	7,45%
Nenhuma	4	4,26%
Total	94	100%

Fonte: Autores, 2022

Nesse sentido, a literatura destaca que o ensino excessivamente matematizado da Física é uma das principais fontes de dificuldade para os alunos, como evidenciado pelos resultados do Quadro 3. Bonadiman e Nonenmacher (2006) argumentam que a Física não deve se restringir apenas ao domínio dos cálculos. Em vez disso, é crucial que a disciplina estabeleça conexões com outros campos do conhecimento científico. Os autores defendem que a Física deve ser integrada a temas relacionados a tecnologias e à sociedade, abordando assuntos com os quais os alunos tenham familiaridade e que sejam relevantes para suas vidas diárias.

Ao investigar as disciplinas com as quais os participantes confundem a Física, os resultados foram os seguintes: 44% dos alunos associam a Física com a Matemática, 28% não identificam nenhuma confusão com outras disciplinas, 26% encontram semelhanças com a Química, e 3% a relacionam com Ciências, sem especificar quais. Esses dados revelam que uma proporção significativa dos alunos aborda a Física predominantemente como uma extensão da Matemática, focando na memorização de fórmulas, na realização de cálculos e na obtenção de resultados exatos. Entretanto, a Física é uma disciplina que vai além do raciocínio matemático e envolve aspectos criativos e interpretativos.

O resultado de um experimento ou cálculo não precisa ser necessariamente exato, mas sim interpretado no contexto do fenômeno estudado. Ainda que a Matemática seja frequentemente utilizada na Física, sua aplicação ocorre antes que os alunos compreendam adequadamente a situação ou os conceitos subjacentes. Isso pode levar a uma repetição mecânica e sem sentido, gerando dúvidas sobre quando e como utilizar essas ferramentas matemáticas de maneira eficaz.

Ao serem questionados sobre a relevância da Física no ensino médio, os 94 participantes forneceram respostas que foram classificadas em cinco subcategorias, conforme apresentado no Quadro 4. A maioria, representando 34,04% dos alunos, reconhece que a Física é fundamental para ‘compreender os diversos aspectos do mundo em que vivemos’.

Para 19,15% dos entrevistados, o ensino da Física é visto como crucial para ‘preparação para provas importantes no futuro, como Enem e Vestibular’. No entanto, a mesma porcentagem de estudantes, 19,15%, declara que a Física ‘não tem nenhuma

importância', o que aponta para uma desconexão preocupante entre o conteúdo abordado e sua aplicabilidade.

Além disso, 15,96% dos alunos destacam que o estudo da Física auxilia no 'aprendizado para utilizar objetos e materiais adequadamente em nosso cotidiano', o que denota uma visão mais prática da disciplina, vinculada ao uso concreto de tecnologias e à manipulação de equipamentos do dia a dia.

Por fim, 11,70% dos alunos afirmam que o único objetivo da disciplina é 'garantir a aprovação ao final do ano letivo', evidenciando uma visão puramente funcionalista, onde a Física é encarada como uma matéria a ser superada, sem uma real conexão com o aprendizado profundo ou o desenvolvimento de habilidades críticas.

Quadro 04: Importância da Física no ensino médio

Subcategorias	Quantidade de respostas	Porcentagens
Compreender os diversos aspectos do mundo em que vivemos	32	34,04%
Preparação para provas importantes no futuro, como Enem e Vestibular	18	19,15%
Não tem nenhuma importância	18	19,15%
Aprendizado para utilizar objetos e materiais adequadamente em nosso cotidiano	15	15,96%
Garantir a aprovação ao final do ano letivo	11	11,70%
Total	94	100%

Fonte: Autores, 2022

Com base nesses dados, é possível observar que, embora a maioria dos alunos reconheça a importância da Física para a compreensão dos diversos aspectos do mundo, uma parte expressiva ainda encara a disciplina como uma ferramenta voltada unicamente para fins acadêmicos, 19,15% dos participantes. Para que os estudantes desenvolvam um entendimento significativo dessa ciência, é fundamental que eles não só compreendam os fenômenos físicos ao seu redor, mas também consigam aplicar esses conhecimentos de maneira prática e relevante em suas vidas cotidianas. Enquanto essa aproximação entre o ensino e a realidade não é efetivamente realizada, "os alunos permanecem sentindo-se mal sucedidos e precisando preparar-se unicamente para passar na disciplina, mesmo que não tenham entendido os conteúdos" (Nascimento, 2010, p. 8).

O Quadro 5 registrou as respostas dos 94 participantes sobre a relação entre a Física e suas vidas fora do ambiente escolar, organizando-as em três subcategorias. A maioria dos alunos, representando 48,94%, afirmou que 'não há relação' entre os conteúdos da disciplina e suas vivências cotidianas. Por outro lado, 46,81% reconhecem a importância da Física para 'colocar os alunos diante de situações concretas e reais do mundo em que vivemos', especialmente no que se refere a cálculos e fenômenos da natureza. Apenas 4,26% dos participantes associaram a relevância da disciplina à 'possibilidade de ingressar no ensino superior'.

Quadro 5: Relação da Física na vida do aluno fora do ambiente escolar

Subcategorias	Quantidade de respostas	Porcentagens
Não há relação	46	48,94%
Colocar os alunos diante de situações concretas e reais do mundo em que vivemos	44	46,81%
Possibilidade de ingressar no ensino superior	4	4,26%
Total	94	100%

Fonte: Autores, 2022

A ausência de contextualização tem se mostrado uma das maiores dificuldades no ensino da disciplina, resultando na incapacidade dos estudantes de perceberem a relação entre o que aprendem e como esses conceitos podem ser aplicados em situações do dia a dia. Os dados apresentados no Quadro 5 indicam a necessidade de os docentes expandirem as práticas pedagógicas além dos limites tradicionais da sala de aula, integrando a realidade cotidiana no ensino da Física. Esse movimento é fundamental para fomentar uma construção de conhecimento que parte da interação dos alunos com seu próprio ambiente, permitindo que conceitos abstratos ganhem sentido prático em suas vidas.

No que diz respeito à percepção dos alunos sobre a estrutura ideal das aulas de Física, o Quadro 6 organizou as respostas dos 94 participantes em quatro subcategorias. A maioria, 44,68%, expressou preferência por ‘aulas experimentais’, enquanto 40,43% enfatizaram o desejo por ‘aulas dinâmicas e mais explicativas’. Em contraste, 9,57% ainda preferem o formato de ‘aula tradicional’, que geralmente é mais expositivo e menos interativo, e 5,32% dos participantes gostariam que as aulas não envolvessem matemática.

Quadro 6: Estrutura ideal das aulas de Física

Subcategorias	Quantidade respostas	Porcentagens
Aulas experimentais	42	44,68%
Aulas dinâmicas e mais explicativas	38	40,43%
Aula tradicional	9	9,57%
Não envolva matemática	5	5,32%
Total	94	100%

Fonte: Autores, 2022

As respostas obtidas indicam que os alunos preferem estudar Física de maneira experimental, com ênfase na aplicação prática dos conteúdos. Essa preferência está alinhada com a visão de Lopes (2004), que argumenta que a abordagem teórica no ensino da Física deve ser complementada por experiências práticas, permitindo que os alunos explorem e apliquem os conceitos aprendidos de forma interativa e envolvente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos no estudo da Física. A investigação focou em como os conceitos físicos se relacionam com os fenômenos naturais e em como os alunos percebem a conexão entre teoria e prática. Além disso, o estudo avaliou a integração da Física com outras áreas acadêmicas e examinou de que forma os alunos enxergam essa disciplina dentro de sua realidade cotidiana e de sua formação inicial.

Os resultados revelam que diversos fatores influenciam a percepção dos alunos sobre a Física, com a forma de transmissão do conteúdo sendo um dos mais significativos. A análise indica que os estudantes enfrentam dificuldades para estruturar esse conhecimento, em grande parte devido à abordagem predominantemente matemática e teórica da disciplina. O interesse dos alunos é frequentemente comprometido quando os conteúdos se limitam a cálculos e leis físicas, sem a inclusão de práticas experimentais que possam contextualizar e aplicar os conceitos aprendidos. Nesse cenário, a metodologia de ensino assume um papel central, conferindo aos professores a responsabilidade de moldar a percepção dos alunos sobre a Física e sua relação com o mundo. Para superar os desafios identificados, é essencial promover uma transformação na forma como a Física é percebida culturalmente, combatendo o estigma que a vê como uma disciplina sem utilidade ou relevância.

Por fim, é importante reconhecer que os resultados desta pesquisa refletem a realidade de uma região específica e podem não abranger todas as nuances do ensino da Física em outras localidades. Espera-se, portanto, que este estudo inspire investigações semelhantes e contribua para a implementação de melhorias no ensino da Física, fomentando o desenvolvimento de estratégias eficazes para superar os desafios identificados e aprimorar a formação dos alunos em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BONADIMAN, Hélio. **A aprendizagem é uma conquista pessoal do aluno**: O aluno como mediador, oferece condições favoráveis e necessárias para esta caminhada. UNIJUÍ: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

BONADIMAN, Hélio; NONENMACHER, Sandra E. B. O gostar e o aprender no ensino de física: uma proposta metodológica. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v. 24, n. 2, p. 194-223, ago. 2006.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs**. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Parâmetros Nacionais Curriculares do Ensino Médio**: bases legais. Brasília, DF: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; VANNUCCHI, Andréa Infantosi; BARROS, Marcelo Alves; GONÇALVES, Maria Elisa Resende; REY, Renato Casal de. **Ciências No Ensino Fundamental Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico**. São Paulo: Scipione, 2009. 201 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

LOPES, J. Bernardino. **Aprender e Ensinar Física**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004. 430 p.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 276 p.

MARCELINO, Arie Gonçalves; ROCHA FILHO, João Bernardes.; OLIVEIRA, Luciano Dernardin. Licenciatura em física: fatores influenciadores quanto ao ingresso nesta formação acadêmica. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista – ENCITEC**, v. 11, n. 1, p. 138-151, 2021.

NASCIMENTO, Tiago Lessa do. **Repensando o ensino da física no ensino médio**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. 62 f.

OLIVEIRA, Ítalo José Alves de. **Formação acadêmica dos professores que lecionam Física no ensino médio: uma revisão da literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Física Licenciatura) – Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru - PE, 2022. 28 p.

POZO, Juan Ignacio, CRESPO, Miguel Ángel Gómez. **A aprendizagem e o ensino das ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. 5^a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.

ROSA, Cleci Werner; ROSA, Álvaro Becker. Ensino de Física: objetivos e imposições no ensino médio. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. v. 4, n. 1, p. 1-18, 2005

SOUZA, Tadeu Clair Fagundes. **Avaliação do ensino de física**: um compromisso com a aprendizagem. Passo Fundo: Ediupf, 2002. 22 p.

XAVIER, J. C. Ensino de Física: presente e futuro. **Atas do XV Simpósio Nacional Ensino de Física**, 2005.

CAPÍTULO 3

FATORES ASSOCIADOS À DEPRESSÃO EM GESTANTES ACOMPANHADAS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Débora Maria Rodrigues Siqueira

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA UNINTA – Centro Universitário Inta – Sobral - CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8794978865562996>

Inês Élida Aguiar Bezerra

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA, Mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp/UNINTA) UNINTA – Centro Universitário Inta – Sobral - CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6574727999139529>

Quiriane Maranhão Almeida

Graduação em Licenciatura em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Mestrado em Administração pelo MINTER/UNIVALI/FLF UNINTA – Centro Universitário Inta – Sobral - CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9869499674497656>

Nátila Azevedo Aguiar Ribeiro

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA, Mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp/UNINTA) UNINTA – Centro Universitário Inta – Sobral - CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8558595712718919>

Raul Castro Brasil Bêco

Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Ítalo-brasileira (UIB), Membro correspondente da ACLP (Academia Cearense de Língua Portuguesa) UNINTA – Centro Universitário Inta – Sobral - CE
<http://lattes.cnpq.br/9223763882745767>

RESUMO: O trabalho trata da saúde mental da gestante, assunto que merece bastante atenção para o conhecimento dos fatores que possam desencadear os problemas mentais na mulher grávida, diante deste cenário é importante compreender a função do enfermeiro no cuidado com a gestante. A pesquisa teve como objetivo verificar como ocorre a assistência do enfermeiro no contexto da saúde mental de gestantes na atenção primária à saúde. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa. Para o levantamento bibliográfico deste estudo, utilizou-se a BVS, com estudos da LILACS. Os descritores utilizados foram: “SAÚDE MENTAL” AND “GESTANTE” AND “ATENÇÃO PRIMÁRIA”

EM SAÚDE". Foram identificados inicialmente 140 trabalhos, após aplicar os critérios de inclusão, o qual foram artigos completos, na língua portuguesa e publicado nos últimos cinco anos, excluindo os estudos de revisão e que não se relacionam com a temática, restaram apenas 7 artigos. Nos artigos encontrados ficou evidenciado que vários fatores podem estar associados ao desenvolvimento de sintomas de depressão e que podem influenciar diretamente a saúde mental da mulher. Também, notou-se a importância de a gestante ter esse apoio na saúde mental já desde o pré-natal, onde os profissionais devem promover uma consulta e escuta qualificada para entender a situação e assim darem os direcionamentos para a gestante. Espera-se que esse estudo possa motivar a construção de novas pesquisas que possam trazer ações efetivas para o trabalho com a saúde mental na atenção primária em saúde dando um maior conhecimento ao enfermeiro para promover uma assistência mais qualificada à gestante.

PALAVRAS - CHAVE: Saúde Mental; Gestante; Atenção Primária à Saúde.

FACTORS ASSOCIATED WITH DEPRESSION IN PREGNANT WOMEN MONITORED BY PRIMARY HEALTH CARE

ABSTRACT : The work deals with the mental health of pregnant women, a subject that deserves a lot of attention to understand the factors that can trigger mental problems in pregnant women. Given this scenario, it is important to understand the role of nurses in caring for pregnant women. The research aimed to verify how nurses provide assistance in the context of the mental health of pregnant women in primary health care. This is research with a qualitative approach, of the integrative review type. For the bibliographical survey of this study, the VHL was used, with studies from LILACS. The descriptors used were: "MENTAL HEALTH" AND "PREGNANT WOMAN" AND "PRIMARY HEALTH CARE". 140 works were initially identified, after applying the inclusion criteria, which were complete articles, in the Portuguese language and published in the last five years, excluding review studies that are not related to the theme, only 7 articles remained. In the articles found, it was evident that several factors may be associated with the development of symptoms of depression and that they can directly influence women's mental health. Also, the importance of pregnant women having this support in mental health since prenatal care was noted, where professionals must promote qualified consultation and listening to understand the situation and thus provide guidance to the pregnant woman. It is hoped that this study can motivate the construction of new research that can bring effective actions to work with mental health in primary health care, providing nurses with greater knowledge to promote more qualified assistance to pregnant women.

KEYWORDS: Mental Health; Pregnant Women; Primary Health Care.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde definiu a saúde mental de forma positiva, incluindo o bem-estar subjetivo, a sensação de ser capaz, de pertencer, a autonomia, a competência, a autorrealização, abrangendo aspectos psicológicos, sociais, ambientais, culturais e econômicos (Melo et al., 2023).

Assim percebe-se a necessidade de realizar uma investigação psicológica nas mulheres grávidas, abordando questões como o temor do parto, a ansiedade e a depressão. A gravidez é marcada por características como ansiedade e incerteza, com estudos apontando que mais da metade das gestantes apresentam sintomas de ansiedade. Aproximadamente 15% delas são diagnosticadas com transtorno de ansiedade generalizada. A ansiedade durante a gestação é vista como um indicador significativo de risco para o desenvolvimento da Depressão Pós-Parto (DPP) (Miriam, 2022).

O Ministério da Saúde estabeleceu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes (PAISM), que tem como finalidade promover uma abordagem focada na saúde da mulher. Os objetivos dessa política incluem melhorar a assistência em obstetrícia, planejamento familiar, acompanhamento médico ginecológico e saúde reprodutiva, abrangendo planejamento, gravidez, parto e pós-parto (Santos e Assis, 2019).

Diante do exposto, questiona-se: Quais os fatores relacionados à depressão percebidos em gestantes acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde?

Com efeito, este estudo justifica-se pela inquietação da autora, enquanto acadêmica de enfermagem a partir das experiências compartilhadas em campo de estágio na fala de diversas mulheres que não receberam apoio no que se refere à saúde mental durante a gravidez. Muitas se encontravam fragilizadas diante de todo o processo, acarretando complicações severas na fase puerperal. Muitas dessas gestantes passaram por traumas e não participaram de sessões terapêuticas durante a gestação. Como resultado, enfrentaram consequências evitáveis no período pós-parto, embora as políticas públicas assegurem esses cuidados, devido a correria das unidades e alta demanda, os cuidados foram negligenciados. Assim, busca-se compreender melhor o processo que as gestantes enfrentam e entender como funcionam as consultas de pré-natal visando a promoção da saúde mental das pacientes para um bom desenvolvimento do período gravídico e consequentemente, pós-parto.

Por seu turno, esta pesquisa é de grande relevância tanto para o ambiente acadêmico, servindo como uma fonte de pesquisa, para os enfermeiros como fonte de estudo e informação e para as gestantes, que conhecerão a importância do acompanhamento e assistência sobre sua saúde mental. Ele promove a reflexão e incentiva a busca por aprimoramentos na maneira de como a assistência às gestantes é realizada com foco nas estratégias de saúde mental na APS. Além disso, pretende-se saber, se na APS, há um processo de acompanhamento pelos enfermeiros às mulheres grávidas usuárias do sistema de saúde.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa, onde foi apresentado como se dá a assistência do enfermeiro no contexto da saúde mental das gestantes na Atenção Primária à Saúde.

A pesquisa qualitativa teve por objetivo compreender a multiplicidade de significados e sentidos que marcam as subjetividades dos sujeitos na relação com o social. Considera que a dimensão ampla e o caráter complexo do objeto de estudo não podem ser compreendidos à luz da racionalidade tecno positivista, que normalmente se detém friamente na realidade exterior dos fatos (Rodrigues, 2016).

De acordo com Medeiros, Varela e Nunes (2017, p. 177) a abordagem de pesquisa qualitativa é “[...] flexível, mas não significa ausência de rigor metodológico. Isso demonstra a complexidade existente ao se pesquisar o social, haja vista que é preciso saber se adaptar ao contexto e daí extrair análises pertinentes”.

A revisão integrativa da literatura pode ser definida como uma abordagem mais ampla referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para um entendimento completo e mais aprofundado do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. A ampla amostra, em conjunto com a multiplicidade de propostas, deve gerar um panorama consistente e comprehensível de conceitos complexos, teorias ou problemas de saúde relevantes para a enfermagem (Whittemore, 2005).

A revisão integrativa da literatura permite a agregação das evidências que integra a análise de pesquisas significativas que dão base para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica. Este método de pesquisa proporciona a síntese de múltiplos estudos publicados e permite conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo (Galvão et al., 2010).

A revisão integrativa contribui para o conhecimento atual sobre uma temática específica, pois através desse método é possível identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo, pois, para uma possível repercussão benéfica na qualidade dos cuidados prestados ao paciente. Pontua-se, então, que o impacto da utilização da revisão integrativa se dá não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico que a prática diária necessita (Silveira, 2005).

Os autores Mendes, Silveira e Galvão (2019), tem uma visão de que a revisão da literatura é um importante recurso no processo de construção dos resultados de uma pesquisa, pois permite a síntese dos conhecimentos relacionados à temática já produzidos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será discutido e contextualizado acerca dos temas: Saúde mental no período gestacional e Assistência ao pré-natal na APS.

3.1 Saúde mental no período gestacional

A saúde mental no período gestacional é um tema de grande relevância na saúde pública, dada a sua influência no bem-estar da mãe e do desenvolvimento do feto. A gestação, marcada por profundas alterações biológicas, emocionais e sociais, pode predispor as mulheres a uma variedade de transtornos mentais, entre os quais se destacam a depressão, a ansiedade e, em casos mais graves, transtornos psicóticos. Compreender os fatores que contribuem para o risco de problemas de saúde mental durante a gestação é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes (OMS, 2023).

Durante a gestação, as mulheres experimentam uma série de mudanças hormonais que afetam significativamente a química cerebral. O aumento dos níveis de hormônios como o estrogénio e a progesterona pode influenciar o humor e a resposta ao stress. Estudos indicam que essas flutuações hormonais, em conjunto com fatores genéticos e ambientais, podem aumentar a vulnerabilidade a transtornos de humor, especialmente em mulheres com histórico de depressão ou ansiedade.

Além das mudanças biológicas, a gestação é frequentemente acompanhada por uma variedade de desafios emocionais. Expectativas sociais, mudanças no corpo, preocupações com a saúde do bebê e ajustes no relacionamento com o parceiro podem gerar um aumento significativo de stress. Este ambiente emocional pode ser um catalisador para o desenvolvimento de problemas de saúde mental.

Para Camacho et al. (2023) a gravidez e o pós-parto são fases da vida da mulher que exigem uma atenção especial devido às muitas mudanças físicas, hormonais, psicológicas e sociais que podem impactar diretamente sua saúde mental. O tema tem recebido cada vez mais importância, e pesquisas recentes têm se dedicado a identificar os fatores de risco para distúrbios psiquiátricos durante essas etapas, com o objetivo de realizar diagnósticos e tratamentos o mais cedo possível.

Para Steen e Francisco (2019), durante a gravidez, o parto e o período após o parto, é evidente que as mulheres enfrentam um maior risco de problemas de saúde mental. Geralmente, durante a gestação e no pós-parto, os níveis de ansiedade e estresse aumentam. Esse aumento pode ocorrer isoladamente ou em conjunto com outros problemas que impactam a saúde mental das mulheres.

A gravidez e o parto são eventos que fazem parte da experiência reprodutiva tanto de homens quanto de mulheres. O período que engloba a gravidez e o puerpério é a fase mais propensa a complicações, incluindo desafios psicológicos. Durante o puerpério, a mulher enfrenta diversas mudanças psicológicas e físicas, como o retorno dos órgãos reprodutivos ao estado pré-gravidez, o processo de amamentação, a perda de peso e as flutuações hormonais, que podem resultar em variações emocionais (Centa, 2017).

De acordo com o Ministério da Saúde (2021) é fundamental o olhar dos profissionais para a saúde mental perinatal, pois o período da gestação e pós-parto são momentos críticos para saúde das mulheres e dos seus bebês, além de ser um período importante para o estabelecimento dos padrões parentais, para a formação de vínculo e para o desenvolvimento infantil.

Logo, os profissionais de enfermagem têm a responsabilidade de cuidar das gestantes durante o período perinatal. Portanto, eles devem estar preparados para reconhecer os sinais e sintomas possíveis da DPP e compreender o processo fisiopatológico da doença, a fim de reduzir os impactos na relação entre mãe e filho (Jesus, 2022).

3.2 Assistência ao pré-natal na APS

Atualmente a mortalidade materna é indicador de saúde do país, além de ser usada para traçar metas e ações políticas na comunidade. A morte materna no Brasil é reflexo da má qualidade dos serviços de saúde e de assistência prestada às gestantes durante o ciclo gravídico – puerperal. Assim a atenção pré-natal deve ser iniciada precocemente para os atendimentos e captação das gestantes (Pinho; Siqueira; Oliveira Pinho, 2006).

De acordo com Galleta (2000), o início do pré-natal aconteceu no século XX, onde a saúde da gestante do conceito era um fator preocupante devido às altas taxas de mortalidade materna e infantil nessa época no país, a principal finalidade de ser criado o pré-natal era reduzir estas taxas.

Por sua vez, as mulheres grávidas requerem cuidados especializados por parte dos profissionais de saúde para enfrentar as mudanças que ocorrem durante essa fase de transição.

É fundamental garantir um acompanhamento pré-natal de alta qualidade, com o suporte de uma equipe de profissionais de diferentes áreas, a fim de melhorar a qualidade de vida das gestantes durante esse período e prevenir possíveis complicações tanto para as mães quanto para os recém-nascidos no futuro (Gandolfi, 2019).

Tendo em vista a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS a Atenção Básica leva em consideração a individualidade de cada pessoa e sua integração na sociedade, com o objetivo de fornecer cuidados abrangentes. Isso envolve a incorporação de atividades de vigilância em saúde, que consistem em um processo constante e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações relacionadas à saúde (Brasil, 2017).

Prefigura-se que ações e programas de grande importância, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), estabelecida em 1994, têm como objetivo principal reorientar o modelo de saúde com foco na abordagem integral. Baseada na APS busca expandir a cobertura dos serviços de saúde e assegurar o acesso universal a toda a população brasileira (Souza *et al.*, 2019).

Assim, todas as gestantes devem receber segundo estas normas, suplementação de ferro (independente do nível de hemoglobina) e orientação também a respeito do aleitamento materno, entre outros procedimentos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização dos artigos

Realizando a exploração do material através da literatura científica pela metodologia de revisão integrativa, foi iniciada a avaliação dos 07 estudos selecionados. Sendo assim, o Quadro 2 está correspondendo a distribuição dos artigos usados para coleta de informações de acordo com ano de publicação, título dos artigos, autores, métodos, periódicos de cada produção.

Quadro 02 – Síntese das informações dos artigos utilizados de acordo com o ano, título, metodologia, autor e base de dados. Sobral - CE, 2024.

ARTIGO	ANO	TÍTULO	AUTOR	MÉTODOS	BASE DE DADOS
A1	2019	Risco de depressão na gravidez na assistência pré-natal de risco habitual	SILVA M.M.J. et al.	Estudo observacional, descritivo e correlacional, de corte transversal.	LILACS
A2	2019	Sintomas depressivos em gestantes da atenção básica: prevalência e fatores associados	DELL'OSBEL, R. S. et al.	Estudo epidemiológico observacional transversal	LILACS
A3	2020	Depressão em gestantes atendidas na atenção primária à saúde	SILVA, B. A. B. et al.	Estudo descritivo, exploratório, de abordagem quanti-qualitativa	LILACS
A4	2020	Risco de depressão e ansiedade em gestantes na atenção primária	PESSOA DA SILVA, G.F. et al.	Estudo descritivo exploratório de abordagem quantitativa	LILACS
A5	2021	Medo do parto em gestantes	MELLO R.S. et al.	Estudo transversal	LILACS
A6	2023	Transtorno mental comum na gravidez e sintomas depressivos pós-natal no estudo MINA-Brasil: ocorrência e fatores associados	SILVA B.P. et al.	Estudo descritivo	LILACS
A7	2023	Estresse percebido e fatores associados em gestantes: estudo transversal aninhado a uma coorte de base populacional	LOPES, B. C. S. et al.	Estudo epidemiológico, transversal e analítico	LILACS

Fonte: Autoria própria (2024).

O quadro 02 apresenta o perfil das publicações selecionadas para a pesquisa.

Fica assim evidenciado que todas as publicações elegidas estão entre os anos de 2019 e 2023, quanto ao tipo de estudo o método descritivo qualitativo ocorreu em quatro artigos e o estudo epidemiológico em dois artigos e estudo transversal em um artigo e revisão sistemática em um artigo.

Em relação às bases de dados consultadas, a que apresentou mais publicações foi a LILACS, tendo os artigos publicados neste repositório, a seguir é possível observar a síntese de informações através do Quadro 03, contendo objetivos e resultados dos artigos para elaboração das demais categorias da revisão integrativa.

Quadro 03 - Síntese das informações sobre objetivos e resultados encontrados nas publicações.

Sobral- CE, 2024.

ARTIGO	OBJETIVOS	RESULTADOS
A1	Identificar o risco de depressão na gravidez entre gestantes inseridas na assistência pré-natal de risco habitual e os fatores associados.	Entre as participantes, 68,2% apresentaram maior risco de depressão na gravidez. Houve associação estatisticamente significativa entre o maior risco de depressão na gravidez e a variável ocupação ($p=0,04$), ou seja, a ausência de emprego ($OR = 2,00$) aumentou em duas vezes a chance de ocorrência. A alta prevalência de risco de depressão na gravidez evidencia a necessidade de planejamento, priorização e integração da saúde mental nos serviços de saúde pré-natal, principalmente no ambiente da Atenção Primária à Saúde, por parte de gestores de saúde e formuladores de políticas.
A2	Medir a prevalência de sintomas depressivos e fatores associados em gestantes atendidas na Atenção Básica.	A amostra constituiu-se de 76 gestantes, destas 46,1% apresentaram SD. A média de idade foi de 26,6 anos ($\pm 5,95$) e 72,4% estavam casadas ou em união estável. Houve associação significativa entre SD e estado civil (RP: 1,54; IC 95% 1,00-2,37; $p=0,045$) e a ocorrência de aborto em outras gestações (RP: 1,72; IC 95% 1,08-2,74; $p=0,022$). Observou-se uma elevada prevalência de SD, comparando a estudos regionais, nas gestantes investigadas. Identificou-se como fatores associados ao desfecho, o estado civil e histórico de aborto, podendo trazer problemas na gestação e no pós-parto. Assim, percebe-se a necessidade de instrumentos e estratégias para identificar a presença de SD na fase inicial da gestação, para que sejam diagnosticados e tratados.
A3	Identificar a presença de depressão em gestantes acompanhadas pelo programa de pré-natal na Atenção Primária à Saúde.	A aplicação do Inventário de Depressão de Beck mostrou que, das 67 gestantes entrevistadas, 22 (33%) apresentaram quadros depressivos, 14 (64%) com depressão leve a moderada, e duas (9%) apresentaram depressão grave. Das entrevistas emergiram dois temas: Vivência do período gestacional e Consulta de enfermagem e abordagem de saúde mental no pré-natal. O estudo evidenciou que a depressão na gestação é frequente. A consulta de enfermagem no pré-natal pode ser uma oportunidade para a detecção, diagnóstico precoce e melhoria na assistência à gestante.
A4	Identificar os riscos para depressão e ansiedade em gestantes de uma unidade de saúde da Atenção Primária.	71 gestantes foram analisadas, dentre os quais 32,3% referiram já ter sofrido violência psicológica. Por meio do Cartão de Babel verificou-se que 49,3% das gestantes tinham alto risco para o desenvolvimento de transtorno de ansiedade (p -valor: 0,004) e 29,5% apresentou risco moderado para depressão (p -valor: 0,004). Iniciativas preventivas à ocorrência da depressão e ansiedade na gestação, como o monitoramento da saúde mental e o seu rastreio durante a consulta de pré-natal são necessários.

A5	Traçar um perfil epidemiológico do medo do parto em gestantes em Santos, correlacionando as variáveis idade, escolaridade, estado civil, paridade, perdas gestacionais prévias e intercorrências gestacionais	A pontuação média no QMPP foi 79,3. Observou-se uma prevalência de 31,4% de gestantes com escore maior ou igual a 85, que compreende medo do parto intenso e tocofobia. A pontuação no QMPP apresentou correlação fraca positiva com a idade. A prevalência de medo do parto no presente estudo se assemelhou àquela observada em metanálises internacionais. Este estudo pode embasar tanto futuras pesquisas sobre medo do parto no Brasil como projetos públicos para diagnóstico e tratamento dessa condição nas gestantes brasileiras.
A6	Investigar a ocorrência e os fatores associados com os transtornos mentais comuns na gestação e sintomas depressivos no pós-parto, bem como a associação entre ambos na Amazônia Ocidental Brasileira.	A ocorrência de transtorno mental comum em qualquer momento avaliado durante a gravidez, mas principalmente sua persistência a partir do segundo trimestre, foi fortemente associado ao sintoma depressivo posterior ao parto. Tais achados evidenciam a necessidade de rastreamento precoce e monitoramento da saúde mental de gestantes no início do pré-natal, a fim de reduzir possíveis impactos negativos para a saúde do binômio mãe-filho causados por tais eventos.
A7	Estimar a prevalência de estresse percebido e verificar os fatores associados em gestantes assistidas por equipes da Saúde da Família de Montes Claros, Minas Gerais – Brasil	Houve expressiva prevalência de elevado estresse percebido entre gestantes, desfecho associado a fatores sociodemográficos, clínicos, obstétricos e condições emocionais, o que demonstra a necessidade de atenção integral à saúde da gestante.

Fonte: Autoria própria (2024).

A partir da análise interpretativa dos artigos científicos, agregou-se achados em grupos com similaridade de respostas, que permitiram uma síntese sobre a contribuição da equipe em saúde na preparação da parturiente, com relação ao parto humanizado. Desta forma surgiu uma categoria, sendo ela: 1- Risco de depressão e fatores associados em gestantes atendidas na atenção primária à saúde. Sendo assim, o quadro 4 apresenta a organização realizada dos artigos para a realização da discussão dos resultados.

4.2 Risco de depressão e fatores associados em gestantes atendidas na atenção primária à saúde

Diante dos trabalhos selecionados para compor a base deste estudo, destaco que os sete artigos selecionados e a tese de dissertação abordam o risco de depressão em gestantes e os principais fatores associados.

Nos resultados de Silva et al. (2019) em A1 verificou-se que apenas a variável ocupação demonstrou associação significativa ao maior risco de depressão na gravidez ($p \leq 0,05$), de modo que a gestante sem emprego obteve duas vezes mais chance de apresentar maior risco de depressão na gravidez do que a gestante com emprego. As características obstétricas também não apresentaram associação. No entanto, o risco de depressão foi mais frequente no primeiro trimestre da gestação.

De acordo com Silva et al. (2022) em A2 diversos fatores econômicos e sociais têm sido associados com a ocorrência de transtornos mentais no período perinatal, dentre os quais a baixa escolaridade materna e as condições socioeconômicas precárias estão entre os mais comumente citados, o que mostra a ausência de conhecimentos também pode ser inserido no contexto do transtorno mental na gestação.

Segundo Dell'Osbel et al. (2019) em A3 sobre os sintomas depressivos na gestação identificou-se a associação entre o desfecho com o estado civil e histórico de aborto, estes podem trazer problemas na gestação e no pós-parto. A alta prevalência encontrada neste estudo pode estar associada ao público entrevistado, a dependência do sistema único de saúde (SUS) para atendimentos e acompanhamento da gestação.

Na pesquisa de Lopes et al. (2023) em A4 o risco de depressão foi percebido em gestantes com idade acima dos 35 anos e menor ou igual a 19 anos, sem companheiro (a), com baixo apoio social, multíparas, cuja gravidez atual não foi planejada, com infecção urinária, com sintomas de ansiedade e de depressão, e com queixas neurológicas apresentaram maiores prevalências de alto nível de estresse.

No estudo de Mello et al. (2021) em A5 os resultados da pesquisa mostraram prevalência de 31,4% de gestantes com medo do parto intenso e fóbico, com pontuação média de 79,3 no QMPP, correspondendo a medo elevado do parto, ainda segundo o autor ao observar todas as repercuções que o medo do parto ocasiona na vida da gestante e de seu recém-nascido, constata-se que aspectos psicológicos não devem ser ignorados em um pré-natal de qualidade. Esse resultado vai de encontro ao que afirma Silva et al. (2020) no artigo de título A6 que evidenciou que na análise dos riscos de ansiedade quase metade das gestantes, apresentavam possíveis riscos de desenvolvê-la, por meio de um valor estatístico significativo e que ela é muito associada ao medo do parto.

Nos estudos de Silva et al. (2020) em A7 alguns fatores que podem desencadear a ocorrência de sintomas depressivos são a associação entre a idade adulta, baixo nível de escolaridade e menor classificação socioeconômica com vulnerabilidade ao desenvolvimento, além da gravidez indesejada.

Os dados apresentados através dos artigos pesquisados mostram que a dimensão dos fatores que podem promover o surgimento de problemas que possam afetar a saúde mental da gestante possuem um universo muito amplo, sendo necessário que os profissionais de saúde especialmente o enfermeiro atuem de forma significativa para minimizar os riscos. No que relaciona ações do enfermeiro e da Atenção Primária em Saúde para a saúde mental da gestante destaco o trabalho A3.

Esse diálogo entre o enfermeiro e a gestante pode ser fundamental para o estabelecimento de uma confiança que é essencial nesse processo de gestação e assim a gestante possa construir essa trajetória de forma saudável.

Silva et al. (2020) em A3 aponta que é preciso planejar a assistência à gestante de modo integralizado para uma consulta de enfermagem qualificada, com uma escuta eficiente, priorizando o diálogo e realizando o aconselhamento. Não se deve banalizar os sentimentos das gestantes e levar em consideração seu contexto de vida é essencial para um feedback compensatório na assistência de enfermagem adequada ao cliente deprimido. Com o diálogo estabelecido e com uma escuta qualificada, o enfermeiro pode realizar ações de prevenção e promoção à saúde mental.

É importante também promover o suporte social na saúde mental materna. A mulher em estado gestacional com pouco suporte social corre o risco de desenvolver depressão e ansiedade. Brindar um bom suporte social à gestante pode ajudar a mulher a correr menos riscos de desenvolver a depressão pós-parto (Lobo, 2022).

É importante implementar ferramentas de rastreio do risco de depressão na gravidez pode ser um passo importante para resolver as necessidades em saúde mental de mulheres inseridas na assistência pré-natal de risco habitual, principalmente no ambiente da Atenção Primária à Saúde em que, não raras as vezes, possuem sua saúde mental negligenciada e dificuldade de acesso à assistência especializada em saúde mental (Silva et al., 2019).

Assim, diante da problemática sobre os fatores que podem contribuir para o surgimento dos sintomas depressivos esse correto rastreio da depressão na fase puerperal o correto rastreio desses problemas pode ser de grande contribuição para o estabelecimento de estratégias que possam minimizar e até anular esse problema na vida gestante.

Para isso é necessário que a saúde mental seja tratada de forma não negligenciada mais dando o total suporte para o profissional para que ele possa atender com eficiência a grávida no âmbito da Atenção Primária à Saúde fazendo com haja uma verdadeira assistência para a gestante e assim ela possa ser assistida de forma mais detalhada para que assim ações efetivas possam ser concretizadas com o intuito de contribuir para um estado gestacional saudável para a futura mamãe e a criança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo e da exploração dos artigos verificou-se o quanto o tema saúde mental no contexto da mulher gestante precisa ter discussões devido a sua dimensão e complexidade mostrando que esse assunto não deve passar despercebido no momento da consulta da mulher na Atenção Primária em Saúde.

Com efeito, nos estudos ficou evidenciado que vários fatores podem estar associados ao desenvolvimento de sintomas de depressão e que podem influenciar diretamente a saúde mental da mulher como as condições de vulnerabilidade, a falta de ocupação,

o baixo apoio social, o medo e a gravidez indesejada são um dos exemplos que foram identificados através da exploração dos trabalhos.

Denota-se que os estudos analisados mostraram que é importantíssimo que a gestante tenha esse apoio na questão da saúde mental já desde o pré-natal, os profissionais devem promover uma consulta e escuta qualificada para entender a situação e assim poder dar os direcionamentos para a gestante. O enfermeiro desempenha um papel muito importante nesse sentido e ele deve buscar junto com os outros profissionais essa maior integração para auxiliar a gestante nesse processo.

Como se pode observar o trabalho na APS, deve ser construído de forma a dar o maior suporte para a gestante promovendo uma assistência integral para que ela possa construir a sua gestação de forma saudável e minimizando os riscos de adquirir uma patologia que possa afetar a sua saúde mental.

Dado o exposto, ressalta-se que ainda há uma grande escassez de artigos relacionados à temática e esse fato mostra a necessidade da realização de mais trabalhos que possa identificar outros fatores que possam acarretar os sintomas depressivos na gestante, assim como forma de melhorar cada vez mais a eficiência do profissional da Enfermagem junto a gestante para combater o surgimento de sintomas depressivos que possam afetar a saúde mental da mulher na gestação.

Pautado nas considerações, espera-se que esse estudo possa motivar a construção de novas pesquisas que possam trazer ações efetivas para o trabalho com a saúde mental na atenção primária em saúde dando um maior conhecimento ao enfermeiro para promover uma assistência mais qualificada a gestante, além disso, é importante destacar que esse assunto tem grande relevância para que as políticas de prevenção ao surgimento dos sintomas depressivos possam ser implantadas no contexto da saúde pública e em novas pesquisas, tendo assim, uma importante contribuição no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

CAMACHO, R.S.; CANTINELLI, F.S.; RIBEIRO, C.S.; CANTILINO, A.; GONSALES, B. K.; BRAGUITTONI, E. et al. (2006). Transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério: classificação, diagnóstico e tratamento. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33(2), 2006, recuperado em abril, 2007.

CENTA, M. L.; OBERHOFER, P. R.; CHAMMAS, J. A comunicação entre a puérpera e o profissional de saúde. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO EM ENFERMAGEM, 8., 2002, São Paulo. **Anais** São Paulo: USP, 2002. p.1-6. Disponível em: http://www.proceedings.SciELO.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000052002000100058&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2024.

GALLETA, M. A. **A importância do pré-natal.** Copyright clube do bebê. Web Design by Microted. Disponível em: <https://www.clubedobebê.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GALVÃO, C.M.; MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P. **Revisão integrativa:** método de revisão para sintetizar as evidências disponíveis na literatura. In: Brevidelli, M.M. Sertório S.C.M. (Eds.). TCC -Trabalho de conclusão de curso: guia prático para docentes e alunos da área da saúde. 4ed. São Paulo: Iátria, 2010. p. 102-123.

GANDOLFI, F. R.R. et al. Mudanças na vida e no corpo da mulher durante a gravidez. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research.** v.27, n.1, p.126-131. Jun/ ago. 2019. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20190607_200629.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

JESUS, T. S. **Atuação da enfermagem frente à depressão pós-parto em mães adolescentes.** 2022. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Faculdade AGES, Lagarto, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/cec2e48d-da20-4c83-aa0a-0f7cc9fdae94/download>. Acesso em 27 jul. 2024.

MEDEIROS, Emerson Augusto; VARELA, Sarah Bezerra Luna; NUNES, João Batista Carvalho. **Abordagem Qualitativa:** estudo na Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (2004 – 2014). HOLOS, [S.I.], v. 2, p. 174-189, ago. 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4457> . Acesso em: 17 jul. 2024.

MELLO, D. R. B. et al. Grupos reflexivos com estudantes de medicina da liga de saúde mental como estratégia de mudanças. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 887-896, mar. 2023. Disponível em: <https://www.SciELO.br/j/csc/a/4hG9wbhJxgbNqTBWh6DB7JR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, 2019.

MIRIAM, M. L. et al. Estabelecendo intervenções de continuidade de cuidados lideradas por parteiras em saúde mental perinatal em gestações de alto risco: um projeto de implementação de melhores práticas. **JBI Evid Implement**, v. 20, n. 1, p. 49-58, ago. 2022. Disponível em: https://journals.lww.com/ijebh/Fulltext/2022/08001/Establishing_midwife_led_continuity_of_care.7.aspx. Acesso em: 20 fev. 2024.

OLIVEIRA, D.B.B.; SANTOS, A.C. Saúde mental das gestantes: a importância dos cuidados de enfermagem. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 5, n. 11, p. 97-108, set. 2022. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/397/475>. Acesso em: 1 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Política para melhorar a saúde mental. **IRIS – Institucional Repository for Information Sharing**, p. 1-35, 2023. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/57235/OPASNMHMH230002_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 5 fev. 2024.

SANTOS, N. V. M.; ASSIS, C. L. Psicologia e gravidez: o papel do psicólogo a partir de uma pesquisa-intervenção junto a mulheres grávidas do interior de Rondônia, Brasil. **Revista da Associação Latino Americana para a formação e ensino de Psicologia**. Vol. 7, nº. 20. ISSN: 2007-5588. Recuperado em 13 de novembro de 2021. Disponível em: <http://integracionacademica.org/attachments/article/239/07%20Psicologia%20Gravidez%20NVMoreira%20CLAssis.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2024.

RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas. **Tessituras da racionalidade pedagógica na docência universitária:** narrativas de professores formadores. Tese (Doutorado em Educação). 259f. Universidade Estadual do Ceará, 2016. Fortaleza, 2016.

SANTOS, P. S. *et al.* Assistência pré-natal pelo enfermeiro na atenção primária à saúde: visão da usuária. **Enfermagem em Foco**, v. 13, p. 1-6, dez. 2022. Disponível em: https://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-13-e-202229/2357-707X-enfoco-13-e-202229.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

SILVA, R. P. *et al.* Violência por parceiro íntimo na gestação: um enfoque sobre características do parceiro. **Ciências Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1873-1882, maio 2022. Disponível em: <https://www.SciELOsp.org/article/csc/2022.v27n5/1873-1882/en/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVEIRA, R.C.C.P. **O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman**: a busca de evidências [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; 2005.

SOUZA, M. F. *et al.* Potencialidades da Atenção Básica à Saúde na consolidação dos sistemas universais. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 5, p. 82-93, dez 2019. Disponível em: <https://www.SciELO.br/j/sdeb/a/LGvyPrZ5Ns3Fw4YyPpCMBVJ/?format=pdf>. Acesso em 5 jul. de 2024.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. **The integrative review**: update methodology. *J Adv Nurs*. 2005;52(5):546-53.

CAPÍTULO 4

IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DO TIKTOK NA SAÚDE MENTAL DA GERAÇÃO Z

Francisco Jandeval Gomes Lira

Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário INTA - UNINTA, pós-graduando em ABA (análise do comportamento aplicada), na instituição Faculdade Venda Nova Do Imigrante (Faveni).

Centro Universitário Inta-UNINTA, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2791637038424486>

Marcelo Franco e Souza

Graduado em Ciências Sociais (Unifor), Psicologia (Estácio), Mestre em Humanidades (Unilab) e em Políticas Públicas (UECE). Doutorando em Ciências da Educação (ULusófona-Lisboa). Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental e em Neuropsicologia (Unichristus).

Cesar School, Recife, PE, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/5715113585283857>

Leidiane Carvalho de Aguiar

Graduada em Psicologia (UNINTA), Mestre em Saúde da Família (UFC). Especialista em Terapia Analítico-Comportamental (UNINTA). Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicológico ao Estudante do UNINTA (NAPSI). Centro Universitário Inta -UNINTA, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0451216237792162>
<https://orcid.org/0000-0002-4841-9244>

Emyelle Kelle Dourado de Lima

Acadêmica de Psicologia pelo Centro Universitário INTA - UNINTA, vice-presidente do Centro Acadêmica Estamira Gomes de Sousa e Acompanhante Terapêutica na instituição Centro Universitário Inta Uninta. Centro Universitário Inta -UNINTA, Sobral, CE, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/0205097103391978>

Ingrid Kawani Leandro Strohm

Graduada em Pedagogia (Anhanguera), Pós-graduada em Neuropsicopedagogia e Neuroeducação (Campos Elíseos), Especialista em Metodologias Ativas (IFMG), Especializada em Mentoria na prática (ITA) Coordenadora do Projeto STEM2D for Girls do ITA Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, SP, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5481784251518717>

RESUMO: Esta pesquisa discutiu sobre os impactos e as consequências do TikTok na saúde mental da geração Z, e buscou compreender os impactos na ansiedade e no estresse, na qualidade do sono e capacidade cognitiva dos usuários. Diante do exposto, objetivou-se investigar como o uso do TikTok afeta a saúde mental

da geração Z, de modo a conhecer a visão dos usuários deste recurso sobre os impactos do uso excessivo do aplicativo na saúde mental, coletar dados netnográficos da condição emocional/psicológica desses usuários, classificar os dados encontrados e citar estratégias que podem ser usadas por esses usuários para enfrentamento de obstáculos. Os objetivos da pesquisa foram alcançados com base em duas metodologias. A primeira pautou-se na netnografia de dados arquivados, em que não houve nenhum tipo interação com os usuários dos comentários, para que as informações fossem captadas, utilizando-se, assim, de relatos em demandas espontâneas. A segunda metodologia se baseou na aplicação da técnica de análise de conteúdo da Bardin. Os resultados da primeira abordagem de estudo possibilitaram ter acesso a diversos desabafo de usuários do TikTok, campos da própria plataforma chinesa onde ocorriam vários relatos desses usuários. A segunda abordagem de estudo possibilitou categorizar os dados encontrados, assim, foram criadas três categorizações que auxiliaram na análise de objeto de pesquisa: Ansiedade e estresse, Qualidade do sono e Capacidade cognitiva. Ambas as abordagens encaminharam para uma realidade vivenciada destes usuários.

PALAVRAS-CHAVE: TikTok; Saúde mental; Geração Z.

THE IMPACTS AND CONSEQUENCES OF TIKTOK ON THE MENTAL HEALTH OF GENERATION Z

ABSTRACT: This research examines the impacts and consequences of TikTok on the mental health in a Generation Z, aiming to understand its effects on anxiety, stress, sleep quality, and users' cognitive abilities. The study investigates how TikTok usage influences the mental health of Generation Z, offering insights into users' perceptions of the impact of excessive use on their well-being. Additionally, the study gathers netnographic data on the emotional and psychological state of these users, classifies the collected data, and proposes strategies to help them address their challenges. The research objectives were achieved through two methodologies. The first was based on netnography of archived data, where no interaction with users' comments occurred, and information was gathered from spontaneous reports. The second methodology involved applying the Bardin method content analysis technique. The results from the first approach provided access in various personal accounts from TikTok users, with the platform itself serving as the primary source for these reports. The second approach enabled the categorization of the collected data into three key themes that facilitated the analysis: Anxiety and stress, Sleep quality, and Cognitive ability. Both approaches contributed to a deeper understanding of the reality experienced by these users.

KEYWORDS: TikTok; Mental health; Generation Z.

1. INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, o ser humano passou por mais uma revolução, a das redes sociais. Com o desenvolvimento, fomos apresentados a algo que mudaria desde a forma como nos relacionamos até a maneira como nosso cérebro funciona (Moussalem, 2014).

A geração Z, que diz respeito aos nascidos no final da década de 1990 até o começo de 2010, é a que passa mais tempo conectada às redes sociais (Gente, 2022). São nativos

digitais, nasceram em contato com a internet, e uma das redes sociais mais utilizadas por essa geração hoje em dia tem sido o TikTok.

O sucesso do TikTok advém principalmente do design, que foi pensado para ser altamente viciante e prender o usuário o máximo de tempo possível na plataforma, não é por coincidência que está competindo com as grandes empresas americanas (Brennan, 2020).

No entanto, a situação está fora de controle, com o decorrer da popularização, vários alertas estão sendo emitidos para o desenvolvimento de problemas psicológicos, como transtornos de ansiedade e humor, efeitos neuropsicológicos, como os dopaminérgicos ocasionados pelo uso compulsivo (Tudocelular, 2023), grande parte desses efeitos presentes na geração Z.

Diante desse cenário, a reflexão acerca dos impactos e das consequências do TikTok na geração Z é de extrema e urgente importância. Estudo aprovado pela revista científica *Brazilian Journal of Development* (2020), realizado pelo neurocientista Dr. Fabiano de Abreu Agrela (2023), aponta que o uso excessivo do TikTok pode moldar as funções do cérebro. Segundo ele, ocorre um vício em dopamina, ocasionado pelo que chama de pílulas do prazer, referindo-se às redes sociais que são pautadas pela velocidade, como é o caso do TikTok.

Diante desse contexto, a pesquisa vigente aborda como tema os impactos do TikTok na geração Z. O estudo se baseia na seguinte pergunta norteadora: como o uso do TikTok afeta a saúde mental da geração Z e quais são as principais consequências associadas, tanto psicossociais quanto neurobiológicas?

A escolha do tema ocorreu pelo interesse em discutir um problema bastante necessário, tendo em vista o contexto digital que estamos inseridos, bem como pela pouca realização de pesquisas acadêmicas sobre o assunto no Brasil. Os dados evidenciam a influência dessa rede social no dia a dia dos jovens, e como ela pode ser prejudicial tanto para a saúde física quanto mental. Porém, o que se vê, ou melhor, o que pouco se vê, são pesquisas sobre a temática, então, diante disso, este trabalho tem como objetivo geral evidenciar os problemas ocasionados pela rede social chinesa na saúde mental da geração Z, e entender sobre como o algoritmo e design extremamente bem pensado e propositalmente viciante contribui para esse cenário.

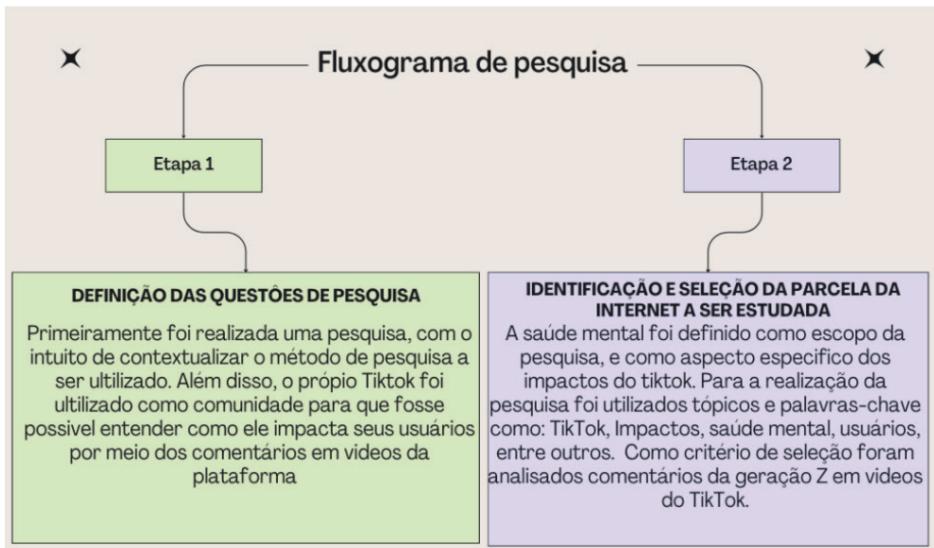
2. METODOLOGIA

Adotou-se a pesquisa netnográfica, para que fosse possível ser procedida coleta de dados primários, já que esse tipo de pesquisa se baseia na observação e no trabalho de campo on-line (Corrêa; Rozados, 2017). Na netnografia do TikTok, o foco da pesquisa foram as reações dos usuários em vídeos sobre saúde mental e TikTok, por meio de interações nos comentários do aplicativo.

De acordo com Kozinets (2014), a análise de redes sociais e das técnicas de visualização podem fornecer ideias e evidências que contribuem para revelação de propriedades e relações que constituem o mundo complexo das comunidades e culturas on-line.

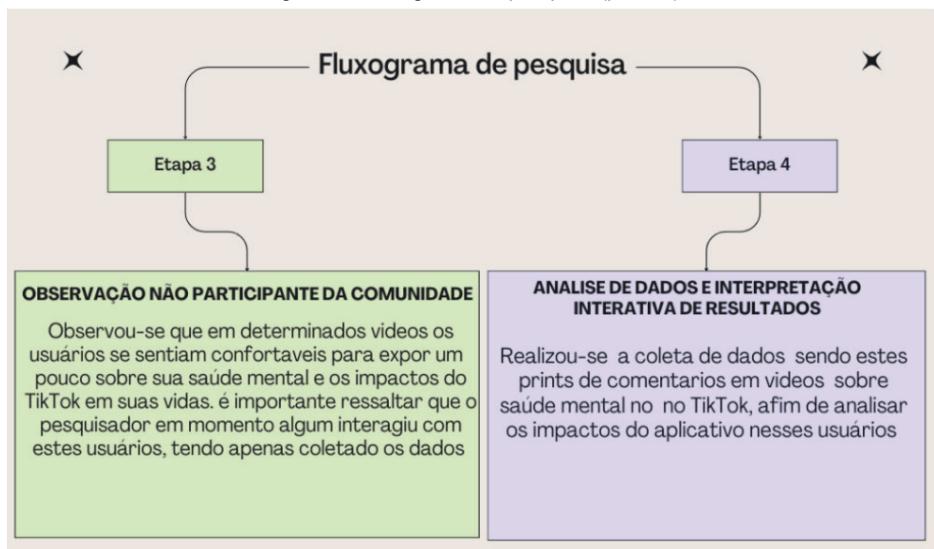
Para coleta e análise de dados disponíveis em ambientes on-line, utilizou-se do método qualitativo calcado na etnografia “Clássica”, como é o caso da netnografia, muito útil para este tipo de pesquisa (Polivanov, 2013; Costello; Mcdermott; Wallace, 2017). Posts, comentários, spams são elementos cruciais na netnografia (Schuman; Lawrence; Pope, 2018). Para tanto, foi necessário seguir alguns passos para realização, as figuras a seguir apresentam fluxograma da pesquisa contendo as etapas realizadas.

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa (parte 1)



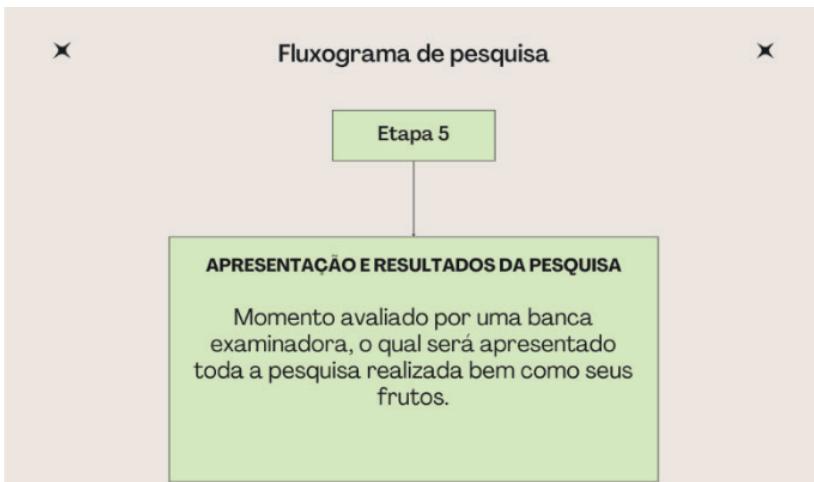
Fonte: Autoria própria (2023).

Figura 2 - Fluxograma da pesquisa (parte 2)



Fonte: Autoria própria (2023).

Figura 3 - Fluxograma da pesquisa (Parte 3)



Fonte: Autoria própria (2023).

A pesquisa fez uso de dados arquivados, ou seja, foram coletados dados que, de acordo com Kozinets (2010), o pesquisador remove diretamente das comunicações existentes e que não foram estimulados por ele. É importante ressaltar que existem outros tipos de dados coletados em campo, como dados extraídos e dados de notas de campo, ambos não utilizados nesta pesquisa.

A procura por esses comentários foi realizada a partir da utilização de palavras-chave, com objetivo de encontrar vídeos que abrangessem os tópicos da pesquisa, dentre essas palavras-chave ou expressões: TikTok e Saúde mental, Impactos do TikTok na saúde mental, como o TikTok afeta a saúde mental.

Utilizou-se como análise de conteúdo a teoria de Bardin (2011), metodologia de pesquisa qualitativa amplamente reconhecida e utilizada para examinar e compreender o conteúdo de textos, documentos, entrevistas e outras formas de comunicação, ela oferece estrutura sistemática para analisar e interpretar dados textuais de maneira rigorosa e objetiva.

De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo envolve uma série de etapas, incluindo a pré-análise, a exploração do material, a categorização, a análise propriamente dita e a interpretação dos resultados. Durante essas etapas, os pesquisadores identificam categorias, padrões e temas emergentes no conteúdo analisado. Diante disso, buscou-se ilustrar uma tabela o nome dos vídeos analisados e as respectivas quantidades de comentários.

Tabela 1 - Vídeos utilizados para a pesquisa

Vídeos	Rede social	Comentários
Why TikTok is so addictive	TikTok	2.295 mil
O cérebro e o TikTok	TikTok	38
This app ruined everything	TikTok	6.377 mil
Há quanto tempo você está aqui, hein?	TikTok	176
5 sinais de vício em dopamina	TikTok	39

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante disso, os dados foram analisados e criadas categorizações com base nos impactos mais citados nos comentários ocasionados pelo uso excessivo do TikTok. Em seguida, foram criados tópicos discutidos nos próximos capítulos: a) O TikTok como desencadeador de ansiedade e estresse; b) Os impactos do uso excessivo do TikTok na qualidade do sono; e c) TikTok e as consequências na capacidade cognitiva dos usuários.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O funcionamento de uma plataforma de forma correta ocorre orientada por modelos de negócios e regida por acordos de usuários (Van Dijck; De Wall; Poell, 2018), cujos algoritmos, juntamente com a interface, automatizam e organizam, sem deixar de alimentá-la com dados.

Além de permitir a facilidade de interação, por meio das redes sociais, e de transmitir a ideia de ser apenas uma ferramenta tecnológica que proporciona vasta quantidade de utilidades on-line (Gehl, 2011 apud Van Dijck; De Wall; Poell, 2018, p. 9). As plataformas moldam a forma como se vive e tem papel bastante influente em como a sociedade é organizada.

Portanto, as plataformas são suportes, ao mesmo tempo, que moldam as interações (Poell; Van Dijck, 2020). O sistema de mídia tem visto recentemente o equilíbrio de poder operacional, afetado principalmente pelo fato da comunicação pública estar se abrindo para as redes sociais e os milhões de usuários ativos.

O aplicativo tem como uma das principais características a simplicidade (Liquian, 2018), estando disponível em todas as plataformas de downloads. O TikTok incorpora elementos de várias redes sociais, desde o Spotify a Twitch, essa variedade se encontra presente, também, no conteúdo disponível na plataforma, os vídeos se alternam entre dancinhas, receitas, jogos digitais, desafios, tudo de forma muito rápida e dinâmica (Dantas, 2022).

O TikTok no Brasil desde o início do lançamento sempre teve o destaque entre os aplicativos. Porém, em 2020, ele alcançou seu pico, diante de um contexto pandêmico, diversas pessoas foram obrigadas pela Covid-19 a permanecerem em suas casas (bondn 2020), o que ocasionou no aumento no uso do aplicativo nesse ano.

O fenômeno do Tiktok foi responsável por uma mudança na forma como as pessoas consomem conteúdo, isso trouxe grande preocupação aos CEO das maiores empresas tecnológicas do mundo que, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Measure Protocol (2022), viram as plataformas de mídias sendo abandonadas em questão de tempo de uso, quando comparada à plataforma chinesa (Coombs, 2023), principalmente entre usuários da geração z.

O TikTok é projetado para fornecer vídeos curtos e rápidos, o que pode contribuir para um padrão de consumo de conteúdo altamente fragmentado. Esse tipo de consumo pode afetar a capacidade de concentração e atenção dos usuários, especialmente quando se trata de tarefas que requerem foco prolongado.

O TikTok é um aplicativo viciante com elementos que podem prender a atenção do usuário por longos períodos de tempo (Surdi Júnior, 2021), isso pode gerar falta de concentração em outras atividades. Essa ativação cerebral ocorre devido aos vídeos curtos e personalizados disponíveis na plataforma, que oferecem experiência de entretenimento imediata (Sanz, 2022).

A busca de engajamento e aceitação por meio dos vídeos postados, levando os usuários a basearem a autoestima e identidade na aprovação que recebem é outro fator que pode influenciar a atenção da geração Z (Sabater, 2021). Já que tiram o foco das próprias tarefas e objetivos.

A geração Z já nasceu imersa no mundo tecnológico, essa é uma característica que a torna diferente. Fazem parte dessa geração os nascidos no final de 1990 e no começo de 2010. A criatividade faz parte do dia a dia desses jovens, já que tendem a buscar opinião própria através de vários temas (Santana, 2022).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os comentários obtidos na plataforma, por meio de demanda espontânea, foi possível perceber pelos comentários dos usuários grande quantidade de frases que apontavam o TikTok como grande desencadeador de ansiedade e estresse.

De acordo com o especialista em neurociência comportamental Yuri Utida (2022), além de consumirem conteúdo mais rápido, as pessoas estão andando e falando 10% mais acelerado, ainda de acordo com ele, isso é sintoma de uma sociedade que não respeita o próprio ritmo humano, pode-se visualizar isso no comentário do usuário 01:

Never was I a nervous person, but since I started using TikTok I have become more impatient, audio on WhatsApp I only hear part 2, video on YouTube I see everything accelerated, I don't have patience to watch a complete video on YouTube, everything for me has to be very accelerated (User 01, 2023).

Esse relato ilustra como o consumo constante de conteúdo de alta velocidade no TikTok pode alterar a percepção do tempo e impactar a paciência, isso tem desencadeado

ansiedade “acelerada”, a compulsão por assistir a vídeos em uma sequência interminável, muitas vezes, com apenas alguns segundos de duração, o que pode deixar as pessoas inquietas e impacientes, quando se deparam com conteúdo mais longo, como vídeos no YouTube.

Pesquisa realizada por universitários da escola de jornalismo e comunicação, *Southwest University*, na China, com estudantes do primeiro e segundo ano do ensino médio, sobre os efeitos indiretos da depressão, da ansiedade e do estresse entre transtorno por uso de TikTok e perda de memória, mostrou que houve aumento da ansiedade associada ao uso de mídias sociais, como o TikTok (Sha; Dong, 2021).

O relato do usuário 02 (2023) ajuda a entender a relação e influência do TikTok no humor e, portanto, nos níveis de estresse dos usuários: “Fiz uma desintoxicação do TikTok e fiquei alguns dias fora e foi a melhor coisa de todas, meu humor melhorou imediatamente”. O uso excessivo de redes sociais, como o TikTok, tem impacto direto nos níveis de estresse do usuário, isso pode afetar a concentração, a irritabilidade e a insônia dos adolescentes (Ibrahim; Ismail; Rustham, 2022).

O tédio, a solidão e exposição a conteúdos pornográficos são fatores que podem tornar os adolescentes mais ativos na plataforma (Damayanti; Gemiharto, 2019), já que com o surgimento e a popularização dos vídeos de curta duração tem sido muito mais difícil, principalmente para a geração Z, ficar sem algum tipo de estímulo, inclusive, a constante busca por estímulos é uma característica dessa geração. Ainda com relação aos níveis de estresse, o comentário do usuário 03 (2022) evidenciou a influência do TikTok nessa questão: “Eu fico estressado com tudo, fico magoado com tudo, tudo é motivo de tristeza”. Esse relato reflete uma experiência comum entre muitos usuários do TikTok, a constante exposição a uma variedade de conteúdos na plataforma, a busca incessante por validação, o vício em rolar interminavelmente pelos vídeos e a comparação constante com outros usuários podem levar ao aumento do estresse e a outros sentimentos.

Embora o TikTok seja conhecido pela capacidade de entreter e conectar pessoas de todo o mundo, ele não está imune a efeitos negativos na saúde mental dos usuários, especialmente entre os adolescentes e jovens adultos.

Eu não posso ser o único que sente isso, mas o TikTok, por mais que seja divertido, está me deixando estressado. A pressão para criar vídeos, a constante busca por curtidas e seguidores e a comparação com os outros estão começando a me afetar. É como se cada momento da minha vida tivesse que ser registrado para ser válido. Alguém mais sente o mesmo? (Usuário 04, 2022).

A relação entre o uso do TikTok e a qualidade do sono é complexa e multifacetada. Alguns estudos destacam que o consumo excessivo de conteúdo digital antes de dormir pode afetar adversamente o sono, devido à exposição à luz azul das telas, que interfere na produção de melatonina, o hormônio regulador do sono (Eisenstein, 2022). Além disso, o

engajamento com conteúdo emocionalmente estimulante pode causar distúrbios no sono, acarretando insônia e perturbações no ciclo do sono.

O TikTok é conhecido pelas tendências e pelos desafios virais. Muitos usuários se sentem compelidos a participar dessas tendências, o que pode levar a horas de navegação e interação. A pressão para seguir as tendências populares, muitas vezes, resulta em noites sem dormir, afetando a qualidade do sono, como no comentário do usuário 06:

Não consigo acreditar no quanto o TikTok está afetando meu sono. Fico vendo esses vídeos até altas horas da noite, e quando finalmente fecho os olhos, não consigo parar de pensar nas tendências e desafios que vi. Meu sono está uma bagunça, e estou sempre cansado. Preciso tomar medidas para controlar meu tempo no aplicativo (Usuário 06, 2022).

O neurocientista Haros Valencia (2022) destaca a importância do sono para a saúde mental, afirmando que o sono é muito importante para uma boa saúde. Além disso, estudos mostram que os distúrbios do sono desencadeiam consequências adversas à saúde e ao bem-estar dos indivíduos, afetando o trabalho e a qualidade de vida (Muller; Gumarães, 2007).

A geração Z, que abrange principalmente adolescentes e jovens adultos, está fortemente envolvida com a tecnologia e o mundo das mídias sociais. O fato de que os jovens dedicam cerca de 40% do tempo em que estão acordados aos smartphones ressalta como a tecnologia, incluindo o TikTok, tornou-se um componente fundamental de suas rotinas diárias, como no comentário do usuário 07 (2022): “Desde que instalei o TikTok, nunca mais dormi 8 horas como costumava ser”.

A sensação de “FOMO” (*Fear of Missing Out* – medo de perder algo) é comum quando se está constantemente conectados às redes sociais, temendo perder atualizações importantes ou eventos sociais (Alutaybi, 2020). Isso pode acarretar compulsão por verificar constantemente as notificações e os feeds, mesmo antes de dormir, interferindo na capacidade de relaxar e adormecer adequadamente como está claro na fala do usuário 08 (2020) “Eu vendo esse vídeo de madrugada sem sono, ansioso, depressivo, com o olho ardendo e cheio de olheiras”. Todos esses problemas citados pelo usuário 08 podem ser associados à compulsão por estar sempre on-line e, consequentemente, à má qualidade de sono.

Reconhece-se a importância do sono para um desenvolvimento adequado na adolescência, através do comentário do usuário 09 que afirma:

Caramba, galera, tô numa bad! Não tô mais conseguindo lembrar das coisas que a gente aprende na escola, sério. Acho que tô passando tempo demais aqui, e a falta de sono tá me deixando doido. Tipo, tô virando um zumbi, sabe? As aulas tão ficando complicadas, e parece que minha cabeça tá uma bagunça (Usuário 09, 2021).

O jovem descreve a dificuldade em reter informações escolares, indicando possível comprometimento da memória, decorrente do tempo excessivo dedicado à plataforma de vídeos curtos e à má qualidade do sono. O impacto do uso de redes sociais, como o TikTok,

na qualidade do sono é bem documentado, contribuindo para dificuldades de concentração e aprendizado durante o dia (Newsom; Rehman, 2022). O estudante, ao se sentir como um “zumbi”, ilustra como a privação de sono pode afetar negativamente o bem-estar.

Solução para mitigar esses impactos é promover o uso consciente das redes sociais. Limitar o tempo dedicado a essas plataformas, especialmente antes de dormir. Além disso, estabelecer hábitos saudáveis de sono, como criar rotina regular de sono, pode contribuir para melhorar a qualidade do descanso noturno dos usuários do TikTok e de outras redes sociais (Conexa, 2022).

Ao adotar práticas equilibradas e conscientes, os usuários podem preservar não apenas a qualidade do sono, como também promover experiência mais saudável no uso das redes sociais, contribuindo para o bem-estar geral.

Estudos identificam que o aplicativo ativa áreas do cérebro relacionadas ao sistema de recompensa, desencadeando a liberação de dopamina, um neurotransmissor associado ao prazer e motivação (Exame, 2022).

A liberação intensa desse neurotransmissor em resposta a estímulos rápidos e gratificantes pode tornar difícil para o cérebro se desconectar e focar em tarefas que demandem maior atenção e esforço cognitivo (DIAS, 2021). Como se pode observar no comentário do usuário 10 (2023): “Ultimamente, tenho achado tão difícil me concentrar nos estudos. Sabe, toda vez que pego um livro ou começo a fazer uma pesquisa, sinto uma vontade irresistível de abrir o TikTok”.

O uso excessivo do TikTok pode levar o usuário a desenvolver um vício em dopamina e, consequentemente, ter fadiga mental. De acordo com o Dr. Fabiano de Abreu Agrela (2023), a fadiga mental pode atrapalhar a conclusão de tarefas, como estudar, fazer atividades domésticas ou mesmo ler um livro, levando a constantes trocas por outras atividades antes de terminá-las.

Pode-se observar um pouco da consequência dessa fadiga mental no comentário do usuário 11 (2022): “Sentado aqui no TikTok com meu dever de casa na minha frente, por favor me ajude”.

De acordo com a psicóloga clínica e fundadora do Laboratório Delete, Ana Lucia Spear King (2021), para o bem-estar, o cérebro requer neurotransmissores, como dopamina e serotonina, ele reconhece prontamente quais atividades fornecem esses elementos em abundância, otimizando o funcionamento e a sensação de prazer.

As redes sociais são desenhadas para causar prazer e imersão, estimulando a liberação de dopamina (Leal, 2021). Jeff Orlowski, no documentário “O Dilema das Redes”, revela como sites como Facebook e Instagram usam psicologia comportamental no design para prender os usuários, o que, consequentemente, pode afetar a capacidade de atenção e foco do usuário em outras atividades, incluindo no ambiente de trabalho.

Recuperar a capacidade cognitiva afetada pelo uso excessivo do TikTok demanda a aplicação de estratégias. Reduzir o tempo despendido na plataforma, estabelecer limites

claros de utilização e praticar a atenção plena são passos iniciais para restauração. Retomar atividades que demandam concentração prolongada, como leitura e estudos, fortalece a capacidade cognitiva comprometida (Arzt; Abulhorsn, 2023). O equilíbrio entre o uso do TikTok e atividades que promovem foco e concentração é essencial. A incorporação de práticas que desafiam a mente, como jogos e exercícios cerebrais, pode ser benéfica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar este estudo, que foi contemplado com o propósito de investigar os impactos e as consequências do TikTok na saúde mental da geração Z e analisado a partir da aplicação técnica da análise de conteúdo de Bardin, foi realizada pesquisa netnográfica de dados arquivados. Foi possível observar a grande variedade de problemas que o uso excessivo do TikTok ocasiona nos usuários, contudo, identificou-se maior repertório para ansiedade, estresse, qualidade do sono e capacidade cognitiva, como atenção e foco.

Ao considerar as categorias expostas, compreendeu-se que a ansiedade e o estresse que esses usuários vivenciam revelou interação complexa entre a plataforma e o bem-estar mental. Enquanto alguns encontraram nele fonte de alegria e expressão criativa, outros poderiam experimentar aumento da ansiedade e do estresse, devido a padrões de comparação e ao algoritmo viciante.

Ao priorizar conteúdo com alto potencial de engajamento, os usuários se veem em um ciclo incessante de consumo, em que estão imersos em uma busca constante por entretenimento mais cativante, o que gera ansiedade de desempenho e a sensação de estar sempre “por trás” das tendências. Além disso, a constante comparação com outros usuários e a busca por validação impactam a autoestima, acarretando ansiedade e estresse psicológico.

A qualidade de sono foi outro problema que surgiu muito nos comentários do aplicativo. A natureza viciante do aplicativo interfere nos padrões de descanso. O hábito de rolar incessantemente pelos vídeos curtos, muitas vezes, antes de dormir, resulta em uma exposição prolongada à luz azul emitida pelos dispositivos, inibindo a produção natural de melatonina, hormônio essencial para o sono.

Por conseguinte, a falta de atenção e foco que muito se fala entre esses usuários, causada pelo uso excessivo do TikTok, reflete-se em desafios significativos de concentração em outras áreas da vida. A natureza fragmentada e rápida dos vídeos, muitas vezes, limitados a alguns segundos, contribui para constante alternância de estímulos visuais e informações, resultando na redução da capacidade de manter a atenção por períodos mais longos.

Assim, a análise dos impactos do TikTok na saúde mental da geração Z revelou dicotomia entre a expressão criativa e os desafios psicológicos. Enquanto a plataforma oferece ferramenta única de conexão e autoexpressão, os riscos associados ao uso

excessivo demandam abordagem consciente. A constante exposição a padrões estéticos, a pressão por validação social e a natureza viciante do algoritmo contribuem para ansiedade, estresse, má qualidade do sono e efeitos na capacidade cognitiva dos usuários.

Diante disso, é crucial que a geração Z adote postura proativa, estabelecendo limites claros, promovendo a autoconsciência e cultivando práticas digitais saudáveis. Além disso, iniciativas educativas sobre saúde mental digital e a importância do equilíbrio entre mundo on-line e off-line são fundamentais.

As empresas podem também adotar abordagens colaborativas e proativas como desenvolver e aprimorar ferramentas que permitam aos usuários controlar e personalizar as experiências, como limites de tempo diário e preferências de conteúdo, implementar alertas que notifiquem os usuários quando estiverem prestes a ultrapassar limites de uso saudáveis, incentivando pausas conscientes e, por fim, integrar recursos e informações.

REFERÊNCIAS

AGRELA, L. Brasil é o segundo país que mais usa TikTok no mundo. **Exame**, 2021. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/brasil-e-segundo-pais-que-mais-usa-tiktok-no-mundo/>. Acesso em: 20 maio 2024.

ALUTAYBI, A. et al. Combating fear of missing out (FOMO) on social media: The fomo-r method. **International journal of environmental research and public health**, EUA, v. 17, n. 17, p. 6128, 2020.

ARZT, N.; ABULHOSN, R. TikTok Addiction: Causes, Signs, & How to Stop. **Choosing Therapy**, 2023. Disponível em: <https://www.choosingtherapy.com/tiktok-addiction/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BBC NEWS BRASIL. TikTok proibido? O que está por trás do anúncio de Trump - BBC News Brasil. **BBC News Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53625269>. Acesso em: 28 maio 2024.

CONEXA Saúde. **Redes Sociais e Saúde Mental**. Disponível em: <https://www.conexasaude.com.br/blog/redes-sociais-saude-mental/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

DAMAYANTI, T.; GEMIHARTO, I. **Kajian dampak negatif aplikasi berbagi video bagi anak-anak di bawah umur di Indonesia**. Communication, Vol. 10, No. 1, 2019

DANTAS. O tiktok e o futuro da criação de conteúdos na web. Um olhar sobre a velocidade da sua disseminação das informações e capacidade de impor tendências. **Revista continente**, 2022. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/260/o-tiktok-e-o-futuro-da-criacao-de-conteudos-na-web>. Acesso em: 20 maio 2024.

DIAS, M. Como redes sociais hackeiam sua mente. A senha para sua atenção é: neurociência e psicologia comportamental. **Revista arco**, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/como-redes-sociais-hackeiam-sua-mente>. Acesso em: 11 jul. 2024.

EXAME. **Como o TikTok está se tornando o principal buscador da Geração Z**. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/como-o-tiktok-esta-se-tornando-o-principal-buscador-da-geracao-z/>. Acesso em: 20 maio 2024.

EXAME. "Como o TikTok atua no cérebro de jovens com vídeos curtos e personalizados?". **NeuroImage**, [s.d.]. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/como-o-tiktok-atua-no-cerebro-de-jovens-com-videos-curtos-e-personalizados/>. Acesso em: 20 maio 2024.

GENTE. **O brasileiro ama redes sociais:** Comportamentos e nuances geracionais dos usuários. 2022. Disponível em: <https://gente.globo.com/infografico-o-brasileiro-ama-redes-sociais/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HAROS, V. **Insônia: como a falta de sono pode afetar a saúde mental.** Entrevista concedida a National Geographic. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2022/09/insonia-como-a-falta-de-sono-pode-afetar-a-saude-mental>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HUI, L. et al. The Relationship Between the Intensity of Using Tik Tok Social Media and Stress Level Among Teenagers in Makassar City During the Pandemic. **Atlantis Press**, Indonésia, n.639, 2022. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/icphs-21/publishing>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MARX, P. **Os Estados Unidos querem banir para manter o domínio global da tecnologia**, 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/04/os-eua-querem-banir-o-tiktok-para-manter-o-dominio-global-da-tecnologia/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MOUSSALEM, M. **As redes sociais da internet: a revolução na comunicação global.** 2014. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/columnas/marcia-moussalem-cidadania-e-sociedade-civil/as-redes-sociais-da-internet-a-revolucao-na-comunicacao-global/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MULLER, M.; GUIMARÃES, S. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. **Estudos de psicologia**, Campinas, v.24, n.4, p. 519-528, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000400011>

NEWSOM, R.; REHMAN, A. **How Sleep Works: Sleep and Social Media.** Sleep Foundation. Disponível em: <https://www.sleepfoundation.org/how-sleep-works/sleep-and-social-media>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PAGNO, M. **Celular é o novo cigarro:** como o cérebro reage as notificações de apps e por que elas viciam tanto, 2023. Disponível em:<https://g1.globo.com/google/amp/saude/noticia/2023/02/13/celular-e-o-novo-cigarro-como-o-cerebro-reage-as-notificacoes-de-apps-e-por-que-elas-viciam-tanto.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Revista Fronteiras**, [S.I.], v. 22, n. 1, 2020.

SABATER, V. **Efeitos psicológicos do TikTok.** A Mente é Maravilhosa, 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/efeitos-psicologicos-do-tik-tok/>. Acesso em: 26 maio 2024.

SANZ, E. **Como o TikTok afeta o cérebro.** A Mente é Maravilhosa, 24 de outubro de 2022. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/como-o-tiktok-afeta-o-cerebro/>. Acesso em: 26 maio 2024.

SHA, P.; DONG, X. Pesquisa em adolescentes sobre o efeito indireto da depressão, ansiedade e estresse entre transtorno por uso de TikTok e perda de memória. **Internacional J. Meio Ambiente. Res. Saúde Pública**, [S.I.], v.18, p.8820, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph18168820>

SURDI JÚNIOR, C. A. **Geração TikTok:** muita tecnologia, pouca concentração, 2021. Disponível em: <https://www.locusonline.com.br/2021/06/26/geracao-tiktok-muita-tecnologia-pouca-concentracao/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

TUDOCELULAR. **TikTok: especialistas fazem alerta para os perigos da plataforma para a saúde mental**, 2023. Disponível em: <https://www.tudocelular.com/curiosidade/noticias/n201078/tiktok-pode-fazer-mal-para-a-saude-mental.html>. Acesso em: 14 jul. 2024.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. **The platform society**: Public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WILLIAMS, W. A.; POTENZA, M. N. Neurobiologia dos transtornos do controle dos impulsos. **Brazilian Journal of Psychiatry**, [S.I.], v. 30, p. S24-S30, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-4462008005000003>. Acesso em: 20 maio 2024.

CAPÍTULO 5

UMA ANÁLISE ONTOLOGICA HEIDEGGERIANA DO SER E DA FINITUDE NO SERMÃO DE QUARTA-FEIRA DE CINZA DE 1672 DE PE. ANTÔNIO VIEIRA

Raul Castro Brasil Bêco

Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Ítalo-brasileira (UIB), Mestrando acadêmico em Filosofia da UVA; Membro correspondente da ACLP (Academia Cearense de Língua Portuguesa).

Centro Universitário INTA – Sobral - CE
<http://lattes.cnpq.br/9223763882745767>.
<https://orcid.org/0009-0003-5880-0297>

Elane Maria Beserra Mendes

Mestre em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (MPGES/UECE), Especialista em Planejamento e Gestão do SUAS pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Assistente Social. Administradora. Perita Social pela Justiça Federal. Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8987766904267418>
<http://lattes.cnpq.br/8987766904267418>

Carlos Natanael Chagas Alves

Graduado em Fisioterapia (UNINTA), Mestre em Gestão em Saúde, Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família (Lato Sensu) Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5357749886200158>

Claudia dos Santos Costa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV. Membro do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça na Perspectiva dos Direitos Humanos, vinculado à FDV. Coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos Familiares executado através da parceria entre Defensoria Pública do Estado do Ceará e Centro Universitário INTA (UNINTA). Assistente Social. Advogada.

Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5296262306686122>
<https://orcid.org/0000-0001-7636-6787>

Marta Elisa Bendor

Mestre em Administração, Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI; Especialista em Marketing, Universidade Federal do Ceará - UFC; Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professora do Centro Universitário INTA (UNINTA).

Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/848733836802523>.
<https://orcid.org/0000-0001-8790-136X>

Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Licenciatura em Pedagogia (UNINTA). É Licenciada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura (UVA). Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3107774650128454>

<https://orcid.org/0000-0003-3738-2631>

RESUMO: Este artigo possui como objetivo correlacionar a visão ontológica de Heidegger ao sermão da quarta-feira de cinzas de Pe. Antônio Vieira discursado em 1672 em Roma na Igreja de D. Antônio dos Portugueses. A intenção é demonstrar como a visão Heideggeriana sobre o estar no mundo e a finitude como reflexão para nossa existência aplicado dentro da existência se alinha com a interpretação e a literatura de Vieira que aplica sua literatura para empregar uma ontologia não só de efemeridade e perenidade do ser, mas como esse artifício é usado para consolar aqueles que perderam seus entes queridos. Através da consulta a artigos na plataforma Scielo bem como no banco de repositório de teses e dissertações da CAPES, busca-se compreender, dentro de uma perspectiva filosófica o discurso de Vieira associado a Ontologia de Heidegger. Ao investigar a questão ontológica de heideggeriana chega-se à análise do discurso de Viera na tentativa de criar um paralelo sobre a visão metafísica do mundo, principalmente na vida após a morte, ou na morte para além da vida. Compreender como a Ontologia ao longo do tempo foi usada e inserida na Literatura mostra o constante traço que os elementos e as construções filosóficas ajudam a compreender os procedimentos de construção dos textos literários mesmo que haja uma distância temporal de séculos entre Vieira e Heidegger.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia. Martin Heidegger. Pe. Antônio Vieira. Metafísica. Literatura.

A HEIDEGGERIAN ONTOLOGICAL ANALYSIS OF BEING AND FINITUDE IN FATHER ANTÓNIO VIEIRA'S ASH WEDNESDAY SERMON OF 1672

ABSTRACT: This article aims to correlate Heidegger's ontological vision with Father António Vieira's Ash Wednesday sermon delivered in 1672 in Rome at the Church of Saint Anthony of the Portuguese. The intention is to demonstrate how the Heideggerian view of being-in-the-world and finitude, as a reflection on our existence, applied within existence, aligns with Vieira's interpretation and literature, which employs his writings to establish an ontology not only of the ephemerality and permanence of being but also as a means to console those who have lost their loved ones. Through the consultation of articles on the Scielo platform as well as the CAPES repository of theses and dissertations, this study seeks to understand, from a philosophical perspective, Vieira's discourse associated with Heidegger's Ontology. By investigating the Heideggerian ontological question, the analysis of Vieira's discourse attempts to create a parallel regarding the metaphysical view of the world, especially in life after death, or death beyond life. Understanding how Ontology has been used and integrated into Literature over time shows the constant trace that philosophical elements and constructions help to comprehend the procedures of constructing literary texts, even though there is a temporal distance of centuries between Vieira and Heidegger.

KEYWORDS: Ontology. Martin Heidegger. Father António Vieira. Metaphysics. Literature.

1. INTRODUÇÃO

A força motriz que fundamenta e impulsiona este estudo emerge de um interesse intrínseco em compreender como a visão ontológica do ser e da finitude proposta por Martin Heidegger se alinha com a proposição de Pe. Antônio Vieira ao discursar na quarta-feira de cinzas em 1672.

Sendo assim, o intuito central é alinhar aspectos de como Heidegger e Viera exploram o conceito do ser e da morte e sua respectiva existência, sobre o que somos a partir de uma reflexão do que fomos e do que seremos, ou seja, o que somos no presente como um reflexo da certeza do passado associado à certeza do futuro para que se emoldure um alerta para os vivos e uma esperança para os mortos.

A partir de uma investigação meticulosa por meio de artigos científicos de respaldo e relevância acadêmica e amparando-se ainda em teses e dissertações sobre as temáticas envolvidas, busca-se explanar como essa visão metafísica e existencial, entrelaça-se de forma dinâmica e filosófica com a perspectiva de Heidegger ao afirmar que a existência humana é uma contínua ação de projetar-se para o futuro, sempre em direção ao seu próprio fim. Heidegger, ao introduzir o conceito de “ser-aí” (*Dasein*) e “ser-para-a-morte” (*Sein-zum-Tode*), convida-nos a perceber a existência não como um estado estático, ou uma morte apenas na esfera física (clínica), porém como uma constante antecipação do término a qual a vida e a morte não são um evento isolado, mas uma possibilidade sempre presente que confere sentido à nossa existência.

A escolha da temática é justificada por uma necessidade de se analisar profundamente e integralmente como pontos de vistas de tempos e épocas tão distintos conseguem se unificar em aspectos tão intrínsecos como a morte e a existência. De um lado, há Heidegger, postulando uma nova visão ontológica e metafísica a qual remodelou a visão do mundo sobre a ação de existir; do outro, Antônio Vieira, com seu aspecto não só retórico, mas literário e teológico, concedeu um vislumbre sobre a morte e a vida. Criar uma interseção dessas visões, filosófica e literária, moderna e pós-moderna, permite oferecer uma visão rica e multifacetada da condição humana.

Esse estudo torna-se relevante uma vez que tal pesquisa buscou criar um entrelaçamento entre um grande nome da Literatura (Pe. Antônio Vieira) e um grande nome da Filosofia (Martin Heidegger) além disso, apesar de amplas discussões em textos acadêmicos sobre esses dois grandes nomes e suas temáticas, não se encontrou nada relacionando-os e nem delimitando tal proposição, o que se faz necessário discuti-la e compreendê-la.

2. METODOLOGIA

Para a escrita desse artigo foi utilizado inicialmente uma pesquisa exploratória e qualitativa com foco no procedimento técnico de natureza bibliográfica, de natureza básica, pois a intenção é trazer novos conhecimentos sem apresentar aplicação ou prática prevista,

para isso, foi realizada uma pesquisa de artigos na plataforma Scielo e posteriormente em livros bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado no banco CAPES.

Posteriormente, foi feito um fichamento catalogando os textos mais relevantes para o recorte temático do artigo. Foi realizado um levantamento de livros para conceituar a noção e breve explanação de Ontologia por meio de Nicola Abbagnano (2012) com seu livro intitulado Dicionário de Filosofia e Michael Inwood (2002) com o Dicionário Heidegger.

Posteriormente se buscou textos de relevância acadêmica em temáticas como “Heidegger” especificamente tratando sobre a questão do “Dasein”, e da “morte” utilizando também termos como “Sein-zum-tode”. Foram encontrados alguns pertinentes, tendo sido escolhido o principal deles o artigo de Marco Aurélio Werle (2003) a qual a temática consiste em explanar sobre a angústia e a morte em Heidegger. Também foi utilizado o livro intitulado “Heidegger” de Inwood (1997) para referenciar os próprios conceitos Heideggarianos sobre o Dasein bem como o livro de Diané Collinson (2009) para falar sobre o objetivo do Dasein e alguns conhecimentos adquiridos sobre a concepção da morte e Ernildo Stein (2011) com livro Introdução ao pensamento de Martin Heidegger a qual tematiza questões da tentativa de Heidegger superar a própria Metafísica por meio de sua Ontologia, obviamente foi também usado o próprio livro Ser e tempo (2005) para as comparações.

Em seguida, foi construído também o levantamento bibliográfico pertinente a Pe. Antônio Vieira e a questão da morte e do seu discurso de quarta-feira de cinzas, apesar de poucas obras pertinentes, foi encontrado uma tese de Doutorado de Alan Ribeiro de Ataíde (2023) que foca em analisar a retórica de Vieira no discurso da quarta-feira de cinzas nos três sermões realizados, o que justifica o fato de no título conter a data de 1672, haja vista que há mais dois discursos de Quarta-feira de cinzas não contemplados neste artigo; e um artigo de Silva (2021) a qual tematiza a Morte em uma concepção dentro do Barroco a partir da retórica fúnebre dos discursos de Pe. Antônio Vieira.

Em seguida deu-se a leitura de ambos os textos e realizou-se um parâmetro comparativo, tendo o discurso da Quarta-feira de cinzas dividido em 7 partes, optou-se por analisar as concepções ontológicas de Heidegger a cada duas ou três partes analisadas do discurso de Vieira, a intenção era seccionar o texto conforme a retórica de Vieira encaminhando seu discurso com as temáticas desenvolvidas.

Nas duas primeiras partes do sermão foi explorada a posição do ser humano como um ente destinado para a morte bem como a concepção de temporalidade como essência da existência humana.

Na parte três, quatro e cinco explora-se a questão da consciência da finitude, tal finitude como um limite da totalidade do Dasein finalizando com a análise da parte seis e sete, que impulsiona a renovação do ser e da sua autenticidade por meio da concepção da imortalidade da alma discursada por Vieira.

Espera-se de forma otimista que essa pesquisa possa vincular a Ontologia de Heidegger no sermão de Vieira e que ela possa enriquecer os debates em andamento e

promover o desenvolvimento da teoria e da própria Filosofia e Literatura, resultando em melhorias na compreensão de tais fenômenos e, por conseguinte, que essa pesquisa crie um impacto positivo e mais substancial na Literatura e na Filosofia da sociedade atual.

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

No campo filosófico, a Ontologia sempre foi um assunto de intensa discussão e debate que se estenderam ao longo do tempo sofrendo críticas, remodelações e constantes formulações de compreensões e até de nomenclaturas.

Em termos gerais, a Ontologia foi um termo criado por R. Göckel em seu *Lexicon Philosophicum* de 1613 como “Doutrina do ser e das suas formas” (Abbagnano, p.848, 2012). Ainda no século XVII, Jacobus Tomasius considerou a Ontologia um termo mais apropriado para a Metafísica por julgar que Aristóteles, ao categorizar a Metafísica como filosofia primeira, nominava como intenção a busca pela *ousia*, ou seja, a essência.

A Ontologia passou, portanto, a representar uma parte da Metafísica (juntamente com a Crítica ou Gnoseologia e a Teodiceia) sendo aquela que procura conhecer a natureza dos seres. Portanto, a Ontologia corresponde a teoria geral do ser.

De tantas contribuições para essa temática, iniciando com Parmênides de Eléia, Platão, Aristóteles, atravessando a metafísica cristã no medievo em Tomás de Aquino e depois a crise da metafísica em David Hume, Kant com o fim da metafísica clássica, bem como a fenomenologia de Husserl, é inegável não reconhecer a imensa contribuição para a compreensão Ontológica de Martin Heidegger (1889-1976), que não só remodelou essa perspectiva como também adicionou ao vernáculo filosófico o termo “ônntico” do grego ontos, “o ser enquanto aquilo que é”, para Heidegger “a ontologia tomada em seu sentido mais amplo, independente de inclinações e tendências ontológicas” (Ser e Tempo, p.11)

Isso nos mostra que, para Heidegger, o ônntico estaria como base para designar o seu *Dasein*, ser-aí, em sua existencialidade mais concreta singularizando-se do ontológico por designar o ser em uma perspectiva mais geral. Tal aspecto nos mostra que “Heidegger desenvolve sua ontologia numa tentativa de superar a metafísica. Segundo ele, esta nunca pensou o ser nele mesmo ficando sempre presa a um ou outro tipo de ente.” (Gomes, 2010, p. 260).

Segundo Collinson (2009), Heidegger, em sua obra *O ser e o tempo* (1927), possuía como um dos seus objetivos a tentativa de indicar as experiências humanas de forma exata e como relação direta com o estar no mundo, tornando a pergunta fundamental não mais sendo aquela que questiona se algo existe, mas sim, o que significa algo ser; não só que o somos, mas também o que é ser, para entendemos se somos aquilo que conceituamos no ser.

Sendo agora a compreensão do ser algo de maior relevância, entender e examinar o que significa existir é de maior importância do que questionar o que existe.

Nisso, surge o Dasein, terminologia a qual o filósofo alemão usa para o estar no mundo, ou seja, denotar a existência de um ser vivo como atividade deste mundo o que lhe confere uma existência por experimentar, residir, morar no mundo.

A essência do Dasein, consiste em sua existência. Por conseguinte, as características que podem ser exibidas nessa entidade não são propriedades factualmente presentes de alguma entidade que "parece" isso ou aquilo e que está ela mesma factualmente presente; elas são em todos os casos modos possíveis do ser do Dasein, e não mais do que isso... Logo, quando designamos esse entidade como o termo "Dasein", estamos exprimindo não seu "o quê" (como se fosse uma mesa, uma cadeira ou uma árvore), mas seu ser. (Heidegger, 2005, p. 42)

Ao escolher o *Dasein*, ele encapsula o mundo inteiro, algo macro, não excluindo uma entidade das outras. No entanto, se se precisa definir o ser, antes de questionarmos a existência, Heidegger propõe que haja uma necessidade de filosofar sobre o que somos a partir da fenomenologia de nosso estar no mundo, e se cada experiência é particular, compartilha-se um estar no mundo multifacetado, entretanto, todos dentro de uma esfera única, eterna e indivisível do ser.

Neste amplo campo do fazer filosófico, há o amplo aspecto Literário dos sermões de Pe. Antônio Vieira (1608-1697), um dos maiores escritores portugueses do período Barroco sendo não só conhecido por seus discursos, mas por uma dialética singular em seus sermões.

Vieira usava a razão para o convencimento da fé, aproximando-se muita da estratégia que era usada por São Tomás de Aquino a qual tentava argumentar que a razão e a fé não são contraditórias, mas complementares. Segundo Gontijo e Massimi (2012), no conceito de memória, por exemplo, Vieira argumentava que tal aspecto caracterizava a ontologia humana e possuía uma dimensão ética significativa fazendo parte da construção do seu ser.

Os sermões Vieirianos, portanto, sempre contemplou o aspecto Ontológico, com a visão de sua época, obviamente, pois Vieira integrava a razão e a fé em um contínuo esforço para explorar e também para explicar a essência e a existência humana.

Em um período marcado pela intensidade do pensamento Barroco, que frequentemente dialogava com a tensão entre o material e o espiritual, entre razão e fé e entre homem e Deus, Vieira utilizava sua oratória para não apenas persuadir, mas também para provocar uma reflexão profunda sobre o ser, a vida e a mortalidade cujo intuito era levar o homem ao caminho da salvação, segundo Ataíde (2023)

Acrescenta-se que, sob a perspectiva dogmática da doutrina Católica, os sermões de Vieira se destinam à salvação da alma, pois apenas a qualidade desta será responsável pela salvação ou condenação do homem. A salvação do homem constitui o objetivo principal dos discursos pertencentes à esfera religiosa, na qual se enquadra o sermão. (Ataíde, 2023, p. 152)

Ao abordar temas como a morte e a existência refletia em seus discursos a

cosmovisão filosófica do século XVI a qual espelhava em seus aspectos o contraste entre a vida terrena: efêmera e incerta com a vida espiritual: eterna e imutável.

Sendo assim, a contribuição de Vieira para as Letras e para uma compreensão filosófica não é só de uma contribuição espiritual, mas acima de tudo, intelectual, o que o destacou ao longo do tempo a consagração como um dos grandes oradores e pensadores de seu tempo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O discurso da quarta-feira de cinzas fora primeiramente discursado em 1672 na igreja de Santo Antônio dos Portugueses em Roma, dividindo-se em 7 partes, que estabelecem uma separação temática e dialética de sua proposição central, que é inclusive apresentada como sua problemática inicial.

Vieira pretende explicar em seu discurso o motivo de as Escrituras Sagradas nomear o homem como pó. “Memento homo, quia pulvis es, et in pulverem reverteris.”¹ (Vieira, 1998, p.55)

O discurso inicia com alguns questionamentos que iniciam a problemática, afinal, que seremos pó e fomos pó não é necessária confirmação, apenas a vista; tudo que vemos do passado agora é pó, e sabemos pela certeza do futuro que também tudo que cobre a natureza se torna pó.

Assim sendo, Vieira questiona essa aceitação que, no passado e no futuro, fomos e seremos, mas como assimilar a ideia de que somos pó? Haja vista que

A Igreja diz-me, e supõe que sou homem: logo não sou pó. O homem é uma substância vivente, sensitiva, racional. O pó vive? Não. Pois como é pó o vivente? O pó sente? Não. Pois como é pó o sensitivo? O pó entende e discorre? Não. Pois como é pó o racional? Enfim se me concedem que sou homem: *Memento homo*; como me pregam que sou pó: *Quia pulvis es?* (Vieira, 1998, p. 56)

A segunda parte do discurso pretende responder a esse questionamento que alicerça toda a temática da sua peroração, o motivo é que “O homem em qualquer estado, que esteja, é certo, que foi pó, e há de tornar a ser pó. Foi pó, e há de tomar a ser pó? Logo é pó. Porque tudo o que vive nesta vida, não é o que é; é o que foi e o que há de ser” (Vieira, 1998, p. 57). Ou seja, somos um pedaço de tempo breve que se resume a certeza do passado e do futuro, o presente é nada mais do que um resultado intrínseco desses dois recortes temporais. Portanto, o ser está para além do tempo presente, se por apenas um breve tempo vivemos, mas antes de existir éramos pó, e na maior parte retornamos para o pó, nada mais lógico afirmar que somos pó.

Para exemplificar tal afirmação Vieira lança mão de dois exemplos bíblicos: a vara de Moisés ao virar serpente e a definição que Deus dá de Si para Moisés.

¹ Lembra-te homem, que és pó, e em pó te hás de converter. (T.A)

No primeiro momento, usando a versão latina da bíblia traduzido por Jerônimo, Arão lançou a vara que virou cobra devorando as outras egípcias, entretanto, Viera chama atenção para um fato:

Devoravit virga Aaron virgas eorum: a vara de Arão comeu, e engoliu as dos egípcios (Êx. 7, 12). Aqui reparo. Parece que não havia de dizer, a Vara; senão, a Serpente. A vara não tinha boca para comer, nem dentes para mastigar, nem garganta para engolir, nem estômago para recolher tanta multidão de serpentes: A Serpente, em que a vara se converteu, sim: porque era um dragão vivo, voraz, e terrível, capaz de tamanha batalha, e de tanta façanha. Pois por que diz o Texto que a vara foi a que fez tudo isto, e não a Serpente? Porque cada um é o que foi, e o que há de ser. A Vara de Moisés, antes de ser Serpente, foi vara, e depois de ser Serpente, tornou a ser vara: e serpente que foi vara, e há de tomar a ser vara, não é serpente, é vara: *Virga Aaron*. É verdade que a serpente naquele tempo estava viva; e andava, e comia, e batalhava, e vencia, e triunfava: mas como tinha sido vara, e havia de tomar a ser vara, não era o que era: era o que fora, e o que havia de ser: Virga. (Vieira, 1998, p.57)

Tal exemplo confirma a tese do padre ao alegar que a existência do homem sendo alterada pelo seu estar no mundo (breve, efêmero) torna-se em uma essência previsível de que é pó, assim como a cobra na sua essência, não era cobra, e sim, vara.

Pode-se inferir que a cobra enquanto existiu era cobra, e antes e depois de existir, de encerrar seu breve tempo, era vara. Ao homem atribui-se a mesma prerrogativa, existimos como homem, mas adquirindo uma visão macro diante dos cosmos e de Deus, somos pó, pois somos breve no mundo enquanto existência. Depois exemplifica Deus, que estando no campo da essência e não da existência profere: “Sou aquilo que sou”², argumenta-se que somente Deus pode alegar ser quem é, pois sendo imutável e eterno pode alegar: sou o que sou, pois sempre foi e sempre será, mas o homem não, pois tendo a certeza de mutabilidade não é aquilo que é, pois não pode garantir que é sempre o mesmo que foi e nem é aquilo que sempre será.

Nesse ponto de análise das duas partes iniciais do discurso, já se pode encontrar a perspectiva ontológica de Heidegger em dois aspectos: primeiro, na própria concepção do ser humano como um ente projetado para a morte e, segundo, na concepção de temporalidade como condição inerente da existência humana.

Heidegger, em sua obra “Ser e Tempo”, postula que o ser, ou Dasein, é definido pela sua temporalidade e pela antecipação constante de sua própria finitude singularizando o ser-aí, “a finitude da existência humana, o fato de que o homem tem um fim, que ele morre e que sua existência acaba, ou seja, remete a um outro conceito fundamental de Heidegger, que é o ser-para-a-morte [Sein-zum-Tode].” (Werle, 2003, p. 110)

Assim como Vieira argumenta que o homem é pó por sua transitoriedade e sua inevitável dissolução cumprindo um ciclo de pó para pó, Heidegger afirma que a existência autêntica envolve a compreensão de que o ser está sempre em direção à sua própria morte,

²Vieira usa a expressão no original latino: *Ego sum qui sum.* (1998, p.58)

A temporalidade, portanto, brota de nossa condição de ser-para-a-morte. A última possibilidade me leva à minha primeira possibilidade e, a partir desta, assumo as possibilidades do presente. Futuro-passado-presente: é a tríade da qual brota a temporalidade. Nela o futuro é decisivo. [...] Uma vez compreendida a temporalidade, é dela que brotará o sentido dos momentos da preocupação. Existência (futuro), facticidade (passado), decaída (presente) têm seu sentido na temporalidade. (Stein, 2011, p. 72)

Assim, a perspectiva Heideggeriana face à temporalidade encontra-se na forma como Vieira trata o presente como uma interseção entre o passado e o futuro e sendo o presente um consequente resultado de ambas, ou seja, se somos pó em qualquer estado que venhamos a estar, já se carrega em si o trajeto de nosso começo em direção ao fim em si, unificando assim passado e futuro em uma continuidade que define nosso ser.

Na terceira parte de seu discurso, alega-se o ciclo do pó na tentativa de fazer entender que se está no mundo para cumprir esse ciclo, o padre usa o exemplo de Abraão e Jó a qual nas interlocuções com o divino estabelecia-se um reconhecimento direto com o pó, ou seja, suas essências: “Lembrai-vos, Senhor, que me fizestes de pó, e que em pó me haveis de tornar (Jó 10, 9)” e “Falar-vos-ei, Senhor, ainda que sou pó: e cinza (Gên. 18, 27)” (Vieira, 1998, p. 59). Exemplifica-se novamente que Jó descreveu-se ser como o passado, enquanto que Abrão descreve a si como presente fazendo com que um declarasse aquilo que era, outro declarava o porquê era. A quarta parte traz um novo problema desenvolvido pelo orador barroco que consiste na tentativa de estabelecer uma diferença entre vivos e mortos, se tudo é pó, qual a diferença entre alguém vivo e uma pessoa morta? A resposta é esta: “Os vivos são pó levantado, os mortos são pó caído: os vivos são pó que anda, os mortos são pó que jaz: *Hic jacet.*” (Vieira, 1998, p. 61).

Estar vivo ou morto é apenas uma circunstancialidade do pó, mostrando que há o pó morto e o pó vivo, o pó que anda e o pó que repousa.

Posteriormente, dedica-se a parte cinco e seis para uma divisão em seu discurso com a intenção de conversar com ambos os pós, a quinta parte, para o pó levantado, os vivos, a sexta parte para o pó caído, os mortos.

A quinta parte, direcionada ao pó vivo, emite-se o alerta

Digo, que se lembre o pó levantado, que há de ser pó caído. Levanta-se o pó com o vento da vida, e muito mais com o vento da fortuna: mas lembre-se o pó, que o vento da fortuna não pode durar mais que o vento da vida: e que pode durar muito menos, porque é mais inconstante. O vento da vida por mais que cresça, nunca pode chegar a ser bonança; o vento da fortuna se cresce, pode chegar a ser tempestade, e tão grande tempestade, que se afogue nela o mesmo vento da vida. Pó levantado, lembra-te outra vez, que hás de ser pó caído, e que tudo há de cair, e ser pó contigo. (Vieira, 1998, p.63)

Semelhante a Vieira, assim diz Heidegger: “o fim do ser no mundo é a morte” esta finitude é um limite da totalidade do Dasein (Heidegger, 1989a, vol. II, p.12 *apud* Werle, 2003, p. 110).

Werle (2003) ainda discorre para a questão da morte em Heidegger ao dizer

Mas há um lado positivo na morte, isso se o ser humano assume o seu ser-para-a-morte, isto é, leva em conta que a morte é um fenômeno da própria existência e não do término dela. A morte apenas tem sentido para quem existe e se põe como um dado fundamental da existência mesma. Assumir o ser para a morte, porém, não significa pensar constantemente na morte e sim encarar a morte como um problema que se manifesta na própria existência. Depois de termos morrido não podemos mais sentir a morte. É um fato que a morte é algo que apenas podemos experimentar indiretamente, no outro que morre. A morte tem este aspecto paradoxal de apenas surgir quando não pode mais constituir um problema para o Dasein, a não ser que ele a assume como a sua mais própria essência na própria existência. (Werle, 2003, p. 110-111)

É justamente ao dizer que a morte só existe para quem está vivo que se justifica Vieira falar aos vivos sobre aqueles que não mais estão. A morte não existe para o pó caído, apenas para quem é pó levantado, pois sendo vivo, detém-se a percepção única de sua finitude, de sua perenidade, de sua transitoriedade. Saber e dotar-se dessa percepção da morte “singulariza o ser-aí” (Heidegger, 1927, p.263).

Tanto que Vieira, no final da parte cinco, utiliza o exemplo de Roma, ao dizer que Roma não é mais a Roma de Santo Agostinho, a Roma dos grandes Césares ou dos grandes renascentistas, há uma Roma nova e viva em cima de uma Roma antiga agora morta, sendo Roma um sepulcro de si mesma. Isso se reflete sobre o pó vivo, e a necessidade de cuidarmos daquilo que somos. Viera (1998, p.65) nos diz: “Nas tuas ruínas vês o que foste, nos teus oráculos lês o que hás de ser; e se queres fazer verdadeiro juízo de ti mesma, pelo que foste, e pelo que hás de ser, estima o que és”

Tanto que Ataíde (2023) discorre ao dizer que

Ora, a herança adâmica do homem faz referência à mortalidade que lhe é característica, assim como a consciência de que a morte lhe é reservada para o futuro. Notamos, pela afirmação vieiriana, que o homem é um ser mortal e que a mortalidade deve ser objeto do sentimento de medo. Assim, a primeira paixão sugerida pelo sermão no que tange à morte é a de que ela deve ser temida. (Ataíde, 2023, p. 282)

A temeridade na citação supracitada, não é o medo no aspecto do terror, entretanto, no sentido de não haver extrema confiança (conceber-se imortal) na mortalidade dessa vida.

Tal ação de ser, de estar no mundo, de estar no presente, sabendo que o presente é o passado do futuro e que o presente é o futuro do passado há uma necessidade de se cuidar desse presente temendo a morte, em Heidegger, encontra-se o termo Sorge, um cuidado pela existência, esse cuidado, essa preocupação

[...]faz de uma só vez uma recapitulação de todo o seu existir e toma consciência [Gewissen] do caráter essencialmente finito de sua existência, toma consciência do caráter essencialmente temporal do ser e de que está entregue somente a ele mesmo e à manifestação do ser. (Werle, 2003, p. 110)

Por isso aos vivos uma constante reflexão sobre a própria existência e a ação constante de cuidar de si e dos outros, e tendo consciência da finitude e tendo esse cuidado, pode-se chegar à concepção de autenticidade proposta por Heidegger, pois o homem assume essa responsabilidade diante do seu ser. É justamente o ponderar frente à morte que se intensifica o ato de viver de modo a conceber maior propósito e integridade. “Assim sendo, a morte é uma etapa natural, a mais esperada, nunca é mera destruição.” (Silva, 2021, p. 108)

A sexta parte é dedicada aos mortos, ao pó caído, Viera agora traz um interessante elemento dialético comparativo, pois se vivos somos pó, pois “seremos” e “fomos”, aos mortos, dir-se-á que são homens, pois foram, no passado enquanto existiam e serão, no futuro que se é certo contidos na esperança da ressurreição. “Este homem, este corpo, estes ossos, esta carne, esta pele, estes olhos, este eu, e não outro, é o que há de morrer, sim; mas reviver, e ressuscitar à imortalidade. Mortal até o pó, mas depois do pó, imortal.” (Viera, 1998, p. 69)

É apontado ainda em seu discurso que cabe ao homem lembrar sempre desse fato, não se pode viver nesta vida como se fôssemos imortais, e não se esquecer da imortalidade como se não a houvesse. Por isso, os mortos são comparados à figura da Fênix

[...] nascer Águia é fortuna de poucos, o renascer Fênix é natureza de todos. Todos. Todos nascemos para morrer, e todos morremos para ressuscitar. Para nascer antes de ser, tivemos necessidade de pai e mãe que nos gerasse; para renascer depois de morrer, como a Fênix; o mesmo pó em que se corrompeu, e desfez o corpo, é o Pai, e a Mãe de que havemos de tomar a ser gerados [...] (Vieira, 1998, p. 68)

Usando as metáforas da águia e da Fênix, destaca-se a singularidade da experiência humana de renascer após a morte. Ele reforça a universalidade da morte e da ressurreição, entretanto o cuidado e as ações que cada um exerce no mundo é particularmente sua, tornando-se o homem integralmente se sua existência nesta vida efêmera e na próxima que é imortal, nisso concerne a importância de lembrar tanto aos vivos quanto aos mortos sobre a transitoriedade da vida e a esperança na vida eterna.

A sétima e última parte é para ressaltar a importância da consciência da morte, pois o que se faz nesta vida mortal ressoa na outra vida imortal.

Cansar-me, afligir-me, matar-me pelo que forçosamente hei de deixar, e do que hei de lograr, ou perder para sempre, não fazer nenhum caso! Tantas diligências para esta vida, nenhuma diligência para a outra vida? Tanto medo, tanto receio da morte temporal, e da eterna nenhum temor? Mortos, mortos, desenganai estes vivos. Dizei-nos que pensamentos, e que sentimentos foram os vossos, quando entrastes e saístes pelas portas da morte? A morte tem duas portas: *Qui exaltas me de portis mortis*. Uma porta de vidro, por onde se sai da vida, outra porta de diamante, por onde se entra à eternidade. (Viera, 1998, p.72)

Ao fim, Vieira solicita que haja uma reflexão desta vida: quanto se tem vivido, como se tem vivido, quanto ainda se pode viver. Porque a vida deve ser para os vivos uma constante da morte e um eterno lembrete de que somos pó levantado que se vai ao pó caído, mas regozijar a esperança de que aqueles que são pó caído estarão um dia como a Fênix, levantados.

Tais discurso de Viera, tais reflexões filosóficas de Heidegger, ponderam e refletem de forma atemporal, pois somos ainda imutáveis enquanto pó caído, sobre a vida como um eterno olhar para além dela, tendo sempre consciência de sua finitude, em um mundo atual que cada vez mais parece não se encontrar em sua essência.

Pode-se, portanto, encontrar a reflexão da essência e a viver com cuidado profundo, íntegro e significativo por uma existência não só nossa, mas daqueles que estão ao nosso redor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal analisar o discurso da Quarta-Feira de Cinzas de Pe. Antônio Vieira e traçar um paralelo com a filosofia de Martin Heidegger sobre o estar-no-mundo e a morte. Partindo de uma leitura atenta dos textos de Vieira, especialmente de seus aspectos filosóficos e referências bíblicas, e cotejando-as com os conceitos heideggerianos de ser-para-a-morte e temporalidade, este trabalho revelou como ambos os autores, apesar de contextos e épocas distintos, partilham uma visão profunda e interligada da condição humana.

O objetivo geral de explorar a relação entre a visão ontológica de Heidegger e a teologia de Vieira foi alcançado, demonstrando como ambos entendem a finitude humana e a importância da reflexão sobre a morte para uma vida autêntica. Especificamente, elucidamos como Vieira se utiliza da percepção do homem enquanto pó para explicar a ressurreição e a temporalidade do ser humano, algo que Heidegger também aborda ao discutir a importância de viver com a consciência da própria finitude. Identificamos também como a perspectiva de cuidado (Sorge) de Heidegger complementa a pregação de Vieira sobre a necessidade de viver com consciência e responsabilidade.

O problema proposto para o estudo – compreender como a visão ontológica de Heidegger se alinha com a teologia de Vieira – foi amplamente atendido. Mostrou-se que, apesar das diferenças contextuais, ambos os pensadores tratam da essência humana de maneira que se complementa e enriquece mutuamente.

Seria interessante para futuras investigações, aprofundar a análise de outros sermões de Vieira sob a luz de diferentes correntes filosóficas contemporâneas, ampliando o diálogo entre literatura barroca e filosofia moderna. Tal ação se faz necessário pois explorar como outras tradições religiosas e filosóficas tratam da questão da finitude e do cuidado com a existência poderia proporcionar uma compreensão ainda mais abrangente da universalidade desses temas.

Ao abordar a intersecção entre as reflexões teológicas de Vieira e a ontologia de Heidegger, este trabalho não só revela a atemporalidade das preocupações humanas com a existência e a morte, mas também é um convite a viver de maneira mais consciente e autêntica, valorizando cada momento de nossa breve passagem pelo mundo, de nosso breve momento de pó levantando.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. Da 1º edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi: revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. – 6º ed. SP: Ed. WMF Martins Fontes, 2012.
- ATAÍDE, A. A. de. Antônio Vieira e a consciência do jogo: os mundos retórico e ontológico na gênese do período barroco. Abril: **Revista dos Estudos de Literatura Portuguesa e Africana-NEPA** UFF, v. 2, n. 3, p. 31-46, 2009.
- GOMES, R. W. G. DE M. **A questão do nada em Heidegger e Sartre**. Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, v. 2, n. 04, p. 259–271, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2010.v2n04.4380>. Acesso em 31 de maio de 2024.
- GONTIJO, S. R.; MASSIMI, M. **O conceito de memória nos sermões do Pe: Antônio Vieira**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro , v. 64, n. 3, p. 163-182, dez. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672012000300011&lng=pt&nrm=iso. acessos em 28 maio 2024.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Ed. Vozes, 2005.
- INWOOD, M. J. **Heidegger**. 10º ed. Edições Loyola, 1997.
- _____, M.J. Dicionário Heidegger. Trad. Luísa Buarque de Holanda. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2002.
- SILVA, F. L. da “**Morte barroca**”: os fundamentos da retórica fúnebre nos sermões de Antônio Vieira. Terceira Margem, v. 25, n. 47, p. 107–122, 2021.
- STEIN, Ernildo. **Introdução ao pensamento de Martim Heidegger**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 208 p – (Coleção Filosofia; 152)
- VIERA, A. S. J., **Sermões do Padre Antônio Vieira – V.1**; revisão e adaptação de Frederico Ozahan Pessoa de Barros. Erechim: EDELBRA, 1998.
- WERLE, M. A. **A angústia, o nada e a morte em Heidegger**. Trans/Form/Ação, v. 26, n. 1, p. 97–113, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-31732003000100004>. Acesso em 30 de maio de 2024.

CAPÍTULO 6

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luciana de Moura Ferreira

Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutora pela Universidade Federal do Ceará – UFC (PPGE/UFC). Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0402458837479508>
<https://orcid.org/0000-0001-8389-9530>

Aline Alves Siridó de Souza

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC Faculdade 05 de Julho – F5, Sobral – CE, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6034661267819492>
<https://orcid.org/0009-0001-7038-4965>

RESUMO: O artigo analisa o desenvolvimento histórico da extensão universitária, remontando sua trajetória histórica em diferentes países, destacando os modelos de desenvolvimento adotados pelas universidades, tanto no Brasil quanto no exterior, com o objetivo de descrever o Projeto de extensão Educação e saúde, realizado por uma Instituição de Ensino

superior no interior do Ceará. A metodologia adotada foi a revisão de literatura e o relato de experiência, os resultados mostraram que a extensão é intrínseca a universidade, sendo responsável por aproximar a universidade da comunidade onde está inserida e contribuir para aproximação dos estudantes da comunidade e dos desafios da profissão, sendo essencial a formação de profissionais conscientes do seu papel na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão; Comunidade; Educação e Saúde

HISTORICAL DEVELOPMENT OF UNIVERSITY EXTENSION: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: The article analyzes the historical development of university extension, tracing its trajectory in different countries and highlighting the development models adopted by universities both in Brazil and abroad. The goal is to describe the “Education and Health” Extension Project, conducted by a higher education institution in the interior of Ceará. The methodology used was a literature review and experience report. The results showed that extension is intrinsic to the university, playing a key role

in bringing the university closer to the community in which it operates. It also helps bridge the gap between students, the community, and the challenges of the profession, being essential for training professionals who are aware of their role in society.

KEYWORDS: Extension; Community; Education and Health

1. INTRODUÇÃO

A educação popular tem sido uma ferramenta essencial na democratização do conhecimento e na promoção da justiça social, especialmente por meio das atividades de Extensão realizadas pelas Universidades. É importante destacar que essas iniciativas tinham por finalidade aproximar a universidade das questões sociais e do povo, pois educando a classe trabalhadora, estavam preparando-os para enfrentar os conflitos sociais e promovendo o acesso a cultura. Segundo Melo Neto (2012) a extensão universitária aproxima a universidade da sociedade, além de difundir conhecimentos na sociedade em que estão inseridas, logo contribuem para a formação de profissionais conscientes da sociedade e dos seus problemas, permitindo que eles apliquem o conhecimento adquirido na universidade na prática.

As raízes da Extensão Universitária remetem aos movimentos sociais que surgiram na Europa no final do século XIX e início do século XX, e que buscavam expandir o acesso a educação para além dos muros das universidades, nesse contexto, o conhecimento era visto como um bem público, necessário para o desenvolvimento pessoal e comunitário. Segundo Freire (1996), a educação precisa ser “uma prática da liberdade”, capacitando os indivíduos a refletirem criticamente sobre sua realidade e a atuarem de forma transformadora nela. Essa perspectiva reforça a importância de iniciativas educacionais que, como as Universidades, promovem não apenas a transferência de informações, mas também o engajamento dos estudantes na construção do conhecimento.

Essas ações, porém, não estavam isentas de tensões. A ideia de que as camadas populares careciam de conhecimento e que este deveria ser “transferido” de cima para baixo foi amplamente criticada. Diversos autores, como Brandão (1984), argumentam que a educação popular deve partir do reconhecimento dos saberes já existentes nas comunidades, construindo uma troca dialógica entre o saber acadêmico e o conhecimento popular, amparados por essa percepção, defendemos que a Extensão Universitária cumpre um papel mediador, não apenas no repasse de informações, mas na criação de espaços de aprendizagem coletiva e de empoderamento social.

Partindo das discussões apresentadas, este artigo tem como propósito analisar as atividades de Extensão das Universidades, contextualizando-as historicamente e discutindo seu impacto na formação dos estudantes e na democratização do conhecimento. A partir da revisão de literatura e do relato de experiência de um projeto de Extensão em Educação e saúde com trabalhadores fabris, realizado por estudantes de graduação dos cursos de

Enfermagem, fisioterapia, Nutrição e Psicologia de uma Instituição de ensino superior no interior do Ceará, pretende-se refletir sobre as potencialidades e os desafios dessas iniciativas no cenário contemporâneo.

2. CONTEXTUALIZANDO HISTORICAMENTE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O surgimento da extensão universitária está intimamente ligado ao contexto socioeconômico e político do final do século XIX, um período marcado pela consolidação do capitalismo e pela Revolução Industrial, o que gerou profundas transformações nas relações de trabalho e nas condições de vida das classes trabalhadoras. Nesse cenário, a universidade, como instituição, foi desafiada a repensar seu papel social, particularmente no que diz respeito à sua função de disseminar conhecimento além dos muros acadêmicos.

A extensão universitária, como parte da tríade ensino-pesquisa-extensão, emerge a partir da necessidade de uma maior aproximação entre o saber acadêmico e os setores populares. Sua origem pode ser traçada até a Inglaterra do século XIX, quando movimentos acadêmicos começaram a organizar iniciativas voltadas para a educação das massas, especialmente dos trabalhadores. Um exemplo pioneiro é a University Extension Movement, que buscava levar cursos e atividades educacionais para fora dos espaços tradicionais da universidade, alcançando trabalhadores e comunidades marginalizadas. Segundo Santos (2006), “a extensão surge como um esforço para levar o conhecimento acadêmico às classes trabalhadoras, democratizando o acesso à educação superior e contribuindo para o desenvolvimento social”.

Esse movimento, que se expandiu para outros países europeus e posteriormente para os Estados Unidos, respondia diretamente às tensões sociais da época, marcadas pelas revoluções de 1848-49 e pela Comuna de Paris em 1871. Essas revoltas trouxeram à tona a necessidade de lidar com as demandas sociais de trabalhadores que estavam excluídos do sistema educacional e das oportunidades proporcionadas pelo avanço do conhecimento científico e tecnológico. Nesse contexto, a extensão universitária foi vista como uma estratégia tanto para promover a justiça social quanto para apaziguar os conflitos entre as classes sociais.

A criação da American Society for the Extension of University Teaching nos Estados Unidos, em 1890, exemplifica como a extensão universitária foi institucionalizada como uma resposta a essas necessidades sociais. Essa iniciativa visava, de forma pioneira, aproximar o conhecimento científico das populações marginalizadas, tendo a Universidade de Cambridge como uma das principais impulsionadoras desse modelo de educação (Mirra, 2012).

De uma perspectiva teórica, a extensão universitária pode ser compreendida à luz das ideias de Paulo Freire, que defendeu a educação como um processo libertador e dialógico, no qual o conhecimento não é algo a ser simplesmente transmitido, mas

construído em conjunto com os sujeitos sociais. Freire (1996) argumenta que “a educação não é a transferência de conhecimento, mas um ato de amor, um ato de coragem, em que os sujeitos se reconhecem como inacabados e, nessa inacabação, se educam em comunhão”. Nesse sentido, a extensão universitária, em vez de uma simples difusão do saber acadêmico, deve ser vista como um processo dialógico que valoriza os conhecimentos populares e promove a troca mútua entre a universidade e a comunidade.

Brandão (1984) também contribui para essa discussão ao afirmar que a educação popular e a extensão universitária precisam partir do reconhecimento dos saberes e das experiências dos grupos sociais, sobretudo das classes trabalhadoras e marginalizadas. Para ele, “a educação deve ser um processo de troca e construção coletiva, não um mecanismo de imposição de saberes externos”. Portanto, a extensão universitária não pode se limitar a uma prática unidirecional; ela deve ser dialógica e participativa, rompendo com a assimetria entre a universidade e a sociedade.

Apesar de seu caráter emancipador, a extensão universitária enfrentou, e ainda enfrenta, desafios práticos e conceituais em sua implementação. Uma das principais dificuldades reside na própria natureza interdisciplinar e transdisciplinar da extensão, que requer uma postura aberta ao diálogo e à alteridade. Conforme destaca Lima (2007), “a extensão universitária demanda uma postura intelectual que vá além das fronteiras disciplinares e acadêmicas, exigindo uma atuação que valorize a diversidade de saberes e experiências”.

Outro desafio está relacionado à institucionalização da extensão nas universidades, que historicamente priorizaram o ensino e a pesquisa. A extensão, por ser realizada em grande medida fora dos muros acadêmicos, foi por muito tempo considerada uma atividade marginal, subvalorizada em relação às demais funções da universidade. No entanto, o reconhecimento de sua importância para a democratização do conhecimento e para a promoção da equidade social tem impulsionado discussões sobre a necessidade de sua valorização e maior integração com as demais dimensões da vida acadêmica.

Em suma, o surgimento da extensão universitária está intimamente ligado às mudanças sociais e econômicas do século XIX e à necessidade de democratizar o acesso ao conhecimento, influenciada por movimentos sociais e por teorias educacionais progressistas, a extensão visa aproximar a universidade da sociedade, promovendo o diálogo e a troca de saberes entre a academia e os setores populares. Embora enfrente desafios em sua implementação, a extensão universitária continua sendo uma dimensão fundamental para a transformação social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3. PERCURSO HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A extensão universitária no Brasil remonta à introdução dessa prática no início do século XX, em consonância com os modelos europeus de extensão. De acordo com Nogueira (2005), as primeiras atividades de extensão no Brasil, tiveram início em São Paulo no ano de 1911, estendendo-se ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, seguiam duas vertentes principais: a educação continuada e voltada às classes populares e a prestação de serviços na área rural (p. 16-17). Tais atividades refletiam o modelo europeu de extensão universitária, que visava democratizar o acesso ao conhecimento e ampliar a formação da população trabalhadora.

Oficialmente a extensão universitária no Brasil se deu com a promulgação do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu as bases do sistema universitário brasileiro e incluiu a extensão como uma de suas funções essenciais (Nogueira, 2005). No entanto, apesar dessa institucionalização legal, a extensão universitária enfrentou dificuldades em se consolidar como uma prática efetiva e amplamente reconhecida. Mesmo com a criação de políticas e normativas, o processo de institucionalização da extensão no Brasil, assim como em outros países da América Latina, continuou incompleto durante boa parte do século XX (XI Congresso Iberoamericano de Extensión Universitaria, 2011).

Contudo, na década de 1950, a extensão universitária começou a desempenhar um papel central nas lutas pela transformação social, em particular no contexto das campanhas de alfabetização e das reformas estruturais propostas durante o governo de João Goulart. Conforme Poerner (1968), a Declaração da Bahia, resultado do 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado em 1960, trouxe a extensão para o centro dos debates educacionais, ao propor que as universidades abrissem seus espaços para o povo, oferecendo cursos acessíveis a todos, como alfabetização e formação de lideranças sindicais.

É relevante destacar que, em meio a esse período, Paulo Freire criou um método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, que associava a educação à conscientização política e à transformação social. Segundo Freire (1969), a educação deveria ser dialógica e participativa, rompendo com a visão tradicional de «extensão» como uma mera transferência de conhecimento de cima para baixo. Sua obra “Extensão ou Comunicação?” (1969), escrita no exílio, critica a visão unidirecional da extensão e propõe uma abordagem mais dialógica e participativa, na qual o conhecimento é construído coletivamente entre a universidade e as comunidades.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a extensão universitária foi duramente afetada pelo regime repressivo, mas não desapareceu. Muitos professores e estudantes continuaram a atuar em programas de extensão, buscando formas de resistência por meio da educação. Conforme Fernandes (1966), a luta pela defesa da escola pública e a promoção de campanhas de alfabetização se integravam às iniciativas de extensão universitária como formas de engajamento político e social.

Com a redemocratização do Brasil na década de 1980, a extensão universitária experimentou uma nova fase de expansão e institucionalização. Em 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), que desempenhou um papel decisivo na construção da política de extensão no país, especialmente no que se refere à conceituação e avaliação das ações de extensão (Forproex, 2007).

O Forproex estabeleceu diretrizes para a atuação da extensão universitária em oito áreas temáticas: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura, buscando integrar a produção de conhecimento com as demandas sociais contemporâneas.

Nos últimos anos, a extensão universitária no Brasil tem sido reconhecida como uma dimensão essencial da atuação das universidades públicas, refletindo uma postura de compromisso social e de diálogo com a sociedade. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme defendida pelo Forproex (2007), tem sido central para o fortalecimento dessa prática, promovendo a democratização do conhecimento e a interação dialógica entre a universidade e a sociedade.

A extensão universitária no Brasil teve um desenvolvimento marcado por avanços e desafios ao longo do século XX e início do século XXI, sua trajetória, inclui desde momentos de protagonismo, a exemplo das lutas sociais e períodos de repressão, além disso, devemos considerar também as discussões e reflexões que permearam o processo de sua institucionalização no país. É válido destacar que, as iniciativas contemporâneas de extensão universitária demonstram seu potencial transformador, ao integrar as demandas sociais às atividades acadêmicas e promover uma educação que ultrapassa os limites do campus universitário

4. EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: PROGRAMA EDUCAÇÃO E SAÚDE COM TRABALHADORES FABRIS, RELATO DE EXPERIÊNCIA

A extensão universitária é uma prática essencial para o desenvolvimento de vínculos entre a academia e a sociedade, especialmente em comunidades carentes que enfrentam dificuldades de acesso à educação de qualidade e outros serviços básicos. Neste sentido, esse tópico descreve as práticas de extensão universitária de estudantes de uma Instituição do Ensino Superior Privada, no interior do Ceará, realizadas em comunidades carentes da cidade de Itapipoca, no Ceará.

As ações de extensão universitária realizadas pela IES incluíram estudantes de graduação dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia e tinham como finalidade promover o diálogo entre a IES e a comunidade, através de ações de que abordavam temas como educação, inclusão social e desenvolvimento comunitário, as ações de extensão foram concebidas, privilegiando a promoção do diálogo entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos dos sujeitos participantes, por fim, as experiência

aqui relatadas exploras as possibilidades e os desafios da extensão universitária, bem como os resultados obtidos ao longo do processo.

A cidade de Itapipoca, no Ceará é conhecida como a cidade dos três climas, cidade polo na região, diariamente recebe pessoas oriundas das cidades vizinhas para atividades diversas, comércio, serviços, saúde e educação, no entanto, como em outras cidades brasileiras, a cidade apresenta comunidades em condição de vulnerabilidade social, precariedade no acesso à educação superior e deficiências nos serviços públicos básicos. Em resposta a essa realidade, a Faculdade Uninta Itapipoca, desenvolve projetos de extensão e responsabilidade social, voltados para essas comunidades.

A prática da extensão universitária em Itapipoca revelou-se uma oportunidade significativa de interação e troca de saberes entre os universitários e os moradores das comunidades, visto que possibilita a realização de ações que além de contribuir para a formação profissional dos estudantes envolvidos nas ações, contribuem para difundir conhecimento na sociedade e fortalecer a participação social.

Dentre as ações realizadas, pela IES, na comunidade, podemos destacar as oficinas de educação em saúde realizadas com os trabalhadores das fábricas do município, Ducoco e DASS. É importante citar que a fábrica Ducoco, atuam no setor de alimentos à base de coco, e a DASS, é especializada na produção de calçados esportivos, ambas as empresas empregam um grande número de trabalhadores, muitos dos quais enfrentam condições de trabalho que podem impactar negativamente sua saúde física e mental. Com base na necessidade de conscientizar os trabalhadores sobre a importância de hábitos saudáveis e prevenção de doenças ocupacionais, além de promover o bem-estar no ambiente de trabalho, a IES, em parceria com as fábricas, desenvolveu uma série de ações de educação em saúde.

As atividades foram desenvolvidas ao longo do semestre, com encontros mensais em horários alternados, a fim de não interferir na rotina de produção das fábricas e abranger funcionários de todos os turnos. A metodologia adotada para a realização das ações de extensão e responsabilidade social com o tema educação e saúde, incluiu atividades diversas: palestras educativas, rodas de conversa, dinâmicas de grupo e oficinas práticas, todas as atividades foram executadas por profissionais da IES e por estudantes da graduação, a opção por diversas metodologias tinha como intuito tornar o processo de aprendizado mais interativo e acessível.

As ações foram voltadas para abordar a Saúde Ocupacional, as ações foram desenvolvidas por profissionais da saúde e alunos dos cursos de graduação da área de saúde, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição e Psicologia. Nesse sentido, as temáticas destacadas ao longo do semestre foram: a ‘Prevenção de LER e doenças osteomusculares’; ‘Cuidados com a saúde respiratória’, especialmente para trabalhadores expostos a poeira ou substâncias químicas; ‘Gestão do estresse e saúde mental no ambiente de trabalho’; ‘Importância de pausas regulares e alongamentos durante a jornada laboral’.

As ações/palestras foram seguidas de rodas de conversa, onde os trabalhadores puderam compartilhar suas experiências e tirar dúvidas sobre os temas abordados. Foram também realizadas Oficinas de Práticas de Autocuidado. Essas oficinas tinham como intuito estimular a prática da ginástica laboral nas empresas, para tanto foram ensinadas e aplicadas técnicas de alongamento e exercícios de respiração. Além disso, os participantes/trabalhadores foram orientados sobre a importância da alimentação saudável e receberam dicas práticas de como manter uma dieta equilibrada, mesmo com uma rotina de trabalho intensa.

Num terceiro momento, foram realizados Atendimentos Personalizados, nessa atividade, os trabalhadores tiveram a oportunidade de passar por uma triagem de saúde com profissionais de enfermagem e fisioterapia que avaliaram sinais de doenças ocupacionais, como dores nas costas e nas articulações.

Atendimentos Personalizados: Cada trabalhador teve a oportunidade de passar por uma triagem de saúde com profissionais de enfermagem, que avaliaram sinais de doenças ocupacionais, como dores nas costas e nas articulações. Após as avaliações, foram repassadas orientações sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e ajustes posturais no local de trabalho.

As ações de extensão envolveram ainda a realização de dinâmicas e jogos, que tinham como intuito reforçar os temas abordados de forma lúdica, foram realizadas dinâmicas de grupo e jogos educativos, promovendo a integração entre os trabalhadores e criando um ambiente colaborativo no cuidado com a saúde, ao final do projeto, foram realizadas avaliações com os participantes do projeto, tanto os trabalhadores das fábricas, quanto os estudantes que realizaram as ações, com o intuito de compreender a percepção dos mesmos sobre a extensão universitária, os conhecimentos adquiridos e as dificuldades percebidas.

Os resultados das ações de extensão, foram construídos a partir da análise da avaliação dos envolvidos (estudantes e comunidade/trabalhadores), os quais de modo geral foram percebidos como positivos tanto no engajamento dos trabalhadores e alunos quanto na sensibilização sobre questões de saúde e importância na participação dessas atividades. Alguns dos resultados mais significativos das ações incluem a conscientização dos trabalhadores sobre a importância de cuidar da saúde no ambiente de trabalho, muitos relataram mudanças de atitude, como a realização de alongamentos e a busca por práticas de relaxamento para minimizar o estresse gerado no dia a dia.

Também foram constatadas a redução de Queixas Relacionadas à Saúde, a exemplo das dores musculares e estresse, especialmente entre trabalhadores que adotaram as práticas recomendadas durante as oficinas, é importante destacar que as ações ocorreram ao longo do semestre, o que possibilitou a coleta desses resultados.

As ações de extensão e responsabilidade social, promoveram a Integração entre os Trabalhadores, pois as dinâmicas de grupo criaram um senso de comunidade e apoio

mútuo, entre os trabalhadores passando a discutir de maneira mais aberta suas dificuldades em relação à saúde e buscando soluções em conjunto.

Os estudantes que participaram da ação, apontaram como pontos positivos o contato com a comunidade e a oportunidade de vivenciar os desafios dos profissionais da enfermagem, fisioterapia, nutrição e psicologia no dia a dia, vivenciando as tensões e as estratégias para lidar com os desafios e problemas que surgem no cotidiano profissional. Além disso, foi perceptível a ampliação da percepção da extensão e da sua relevância no processo formativo desses alunos.

Contudo, não só de resultados positivos a extensão é feita, existem os desafios, ao longo do desenvolvimento do projeto, alguns desafios foram enfrentados dentre eles a dificuldade de conciliar os horários das atividades com a rotina de produção das fábricas, esse foi um desafio constante, pois muitos trabalhadores tinham dificuldade em participar das oficinas fora de seu turno regular de trabalho.

Outro desafio, talvez um dos maiores foi a conscientização quanto a importância da mudança de Hábitos, embora a conscientização tenha sido elevada, a mudança de hábitos de longo prazo, como a adoção de uma alimentação saudável ou a prática regular de exercícios físicos, ainda requer mais acompanhamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil, são cada vez mais complexos, pois refletem um contexto dinâmico, desafiador e que exige uma transformação da identidade pedagógica das instituições de ensino. Nesse cenário, os currículos, organizados em matrizes curriculares e práticas pedagógicas, visam expandir as atividades tanto de docentes quanto de discentes. Nesse contexto, a extensão emerge como elemento central, pois sua capilaridade e ação são capazes de promover atividades inovadoras e disruptivas no ensino superior e na formação profissional dos estudantes, devido sua capacidade de fortalecer as relações entre as instituições e a comunidade, a extensão se torna fundamental para a prática pedagógica em todas as instituições de ensino superior do país.

A experiência aqui relatada, trata de uma ação de extensão universitária e responsabilidade social voltada para a educação em saúde com os trabalhadores das fábricas Ducoco e DASS, na cidade de Itapipoca. A ação demonstrou a importância de iniciativas voltadas ao bem-estar no ambiente de trabalho e o incentivo ao contato dos alunos com a realidade da comunidade e os desafios da profissão. Acrescenta-se ainda que a atividade não apenas promoveu melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, mas também incentivou uma cultura de saúde preventiva dentro das empresas participantes da ação. No entanto, o sucesso das ações de extensão e a responsabilidade social depende de sua continuidade e de um esforço conjunto entre universidades, empresas e trabalhadores para garantir que a educação em saúde se torne parte da rotina corporativa.

Além disso, ao reconhecer a extensão como um componente essencial nas discussões sobre inovação curricular, espera-se que este trabalho também contribua para os debates em espaços reconhecidos como instâncias de discussão sobre extensão, como o FORPROEX.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular?** Brasiliense. 1984.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- FERNANDES, F. **A defesa da escola pública.** Companhia Editora Nacional.1996.
- FORPROEX. **Diretrizes para a Extensão Universitária.** Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2007.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Paz e Terra. 1969.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1996.
- MELO NETO, J. F. **A Extensão Universitária e sua Relação com o Saber Popular.** 2012.
- MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga.** São Paulo: Editora Papagaio, 2009.
- NOGUEIRA, M. **História da extensão universitária no Brasil:** Trajetórias e desafios. Editora da Universidade Federal de Viçosa. 2005.
- POERNER, A. **O Poder Jovem.** Civilização Brasileira. 1968.

CAPÍTULO 7

COMO TRABALHAR AS EMOÇÕES EM AMBIENTE CORPORATIVO

Ilani Marques Souto Araújo

Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará-UECE, Especialista em Tutoria em Educação à Distância e Docência no Ensino Superior; Atendimento Educacional Especializado- AEE; Psicopedagogia Clínica UNINTA. PEDAGOGIA pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7605301498686683>
<https://orcid.org/0000-0002-3341-4416>

Ilaneide Marques Souto Bezerra

Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Psicopedagogia Institucional (UNINTA). Gestão Escolar (UVA); Atendimento Educacional Especializado - AEE (UNINTA); Psicopedagogia Clínica (FAVENI); Metodologia do Ensino Superior (FAEX). Universidade Estadual do Ceará, Itapipoca, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0709323375866281>

Ivo Tabajara de Souza Paiva

Mestre em Direção Estratégica em Engenharia de Software; Especialista em Gestão Logística; em Jogos Digitais; MBA Executivo em Gestão de Processos BPM-CBOK; Gestão Estratégica em Tecnologia

da Informação; MBA executivo em Gestão de Pessoas e Liderança; Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior; Especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior; Bacharel em Sistemas de Informação Universidad Europea del Atlántico, Santander, Espanha
<http://lattes.cnpq.br/1997502854453277>
<http://lattes.cnpq.br/1997502854453277>

Carlos Natanael Chagas Alves

Graduado em Fisioterapia (UNINTA), Especialista em Docência do Ensino Superior (FAVENI), Mestre em Gestão em Saúde (FCU), Doutorando em Saúde Pública (Christian Business School) Christian Business School - CBS, Orlando, FL, Estados Unidos
<http://lattes.cnpq.br/5357749886200158>

Francisco Marcelo Alves Braga Filho

Graduado em Fisioterapia (UNINTA), Especialista em Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia (UNIFAVENI), Especialista em Algias Posturais da Coluna Vertebral (FAVENI), Mestre em Gestão em Cuidados da Saúde (MUST University) e Doutorando em Saúde Pública (Christian Business School) Christian Business School - CBS, Orlando, FL, Estados Unidos
<http://lattes.cnpq.br/9332138060874220>

RESUMO: O ambiente corporativo atual demanda que os profissionais desenvolvam tanto competências emocionais quanto habilidades técnicas para manter um espaço de trabalho saudável e produtivo. A inteligência emocional (IE), que envolve a capacidade de reconhecer e gerenciar as próprias emoções, além de entender as dos outros, tornou-se fundamental para a resiliência, engajamento e colaboração. Profissionais com alta IE demonstram adaptabilidade, habilidade para resolver conflitos e mantêm relacionamentos saudáveis, características cada vez mais valorizadas. Estudos mostram que a IE está diretamente ligada ao desempenho organizacional. Empresas que investem no desenvolvimento emocional de seus colaboradores costumam observar melhorias no clima organizacional, aumento da satisfação, redução da rotatividade e melhores resultados financeiros. Assim, a IE não só promove o bem-estar dos funcionários, mas também o sucesso das organizações. Este artigo explora métodos para desenvolver a IE no ambiente corporativo, como tecnologias emergentes para treinamento emocional, programas de mindfulness e workshops focados em empatia. A metodologia inclui análise de estudos de caso e pesquisas de campo, proporcionando uma visão das melhores práticas e desafios na promoção da IE. Os resultados indicam que a implementação dessas estratégias requer comprometimento organizacional e um ambiente que valorize o desenvolvimento emocional. Organizações que investem em IE obtêm benefícios em produtividade, retenção de talentos e clima positivo. Conclui-se que a promoção da IE prepara as empresas para um futuro mais adaptável, onde habilidades emocionais são diferenciais competitivos.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência emocional (IE), Ambiente corporativo, Habilidades emocionais, Desenvolvimento emocional, Produtividade organizacional.

HOW TO WORK WITH EMOTIONS IN A CORPORATE ENVIRONMENT

ABSTRACT: The current corporate environment requires professionals to develop both emotional skills and technical skills to maintain a healthy and productive workspace. Emotional intelligence (EI), which involves the ability to consider and manage one's own emotions, in addition to understanding others, has become fundamental for resilience, engagement and collaboration. Professionals with high EI demonstrate adaptability, the ability to resolve conflicts and maintain healthy relationships, characteristics that are increasingly valued. Studies show that EI is directly linked to organizational performance. Companies that invest in the emotional development of their employees tend to see improvements in the organizational climate, increased satisfaction, reduced turnover and better financial results. Thus, EI not only promotes the well-being of employees, but also the success of organizations. This article explores methods for developing EI in the corporate environment, such as emerging technologies for emotional training, mindfulness programs, and empathy-focused workshops. The methodology includes case study analysis and field research, providing insight into best practices and challenges in promoting EI. The results indicate that the implementation of these strategies requires organizational commitment and an environment that values emotional development. Organizations that invest in EI reap benefits in productivity, talent retention and positive climate. It is concluded that promoting EI prepares companies for a more adaptable future, where emotional skills are competitive differentiators.

KEYWORDS: Emotional Intelligence (EI), Corporate Environment, Emotional Skills, Emotional Development, Organizational Productivity.

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo onde as pressões e exigências no local de trabalho são cada vez maiores, a capacidade de lidar com situações estressantes de forma equilibrada e empática tornou-se um diferencial competitivo. Profissionais que desenvolvem a IE tendem a ser mais adaptáveis, capazes de resolver conflitos de maneira construtiva e de manter relações interpessoais saudáveis e produtivas. Esses profissionais são valorizados pelas suas habilidades de liderança, comunicação eficaz e capacidade de trabalhar bem em equipe, atributos que são cada vez mais essenciais no cenário corporativo atual.

O ambiente corporativo contemporâneo é marcado por rápidas mudanças, alta competitividade e pressões constantes. Nesse contexto, não são apenas as habilidades técnicas que determinam o sucesso de um profissional ou de uma organização, mas também as competências emocionais. A inteligência emocional (IE) tem se mostrado uma competência essencial para enfrentar os desafios do trabalho moderno, sendo fundamental para a construção de um ambiente colaborativo, resiliente e produtivo.

Segundo Daniel Goleman (2019), a IE envolve um conjunto de habilidades que inclui a capacidade de reconhecer, compreender e gerenciar as próprias emoções, além de identificar e influenciar as emoções dos outros. Essa competência é crucial para promover um ambiente de trabalho saudável, onde a resiliência, o engajamento e a colaboração eficaz entre os membros da equipe se tornam possíveis. Assim, as organizações que valorizam e desenvolvem a inteligência emocional entre seus colaboradores tendem a criar espaços mais produtivos e sustentáveis, capazes de enfrentar as pressões e desafios do mercado atual.

Ao integrar tanto as habilidades técnicas quanto as emocionais, os profissionais se tornam mais preparados para liderar, engajar e colaborar de maneira eficaz, refletindo diretamente no sucesso e na saúde organizacional.

Estudos recentes têm demonstrado que a IE está diretamente ligada ao desempenho organizacional. Empresas que investem no desenvolvimento emocional de seus colaboradores observam uma melhoria no clima organizacional, aumento na satisfação dos funcionários, redução no *turnover*, consequentemente, melhores resultados financeiros. A inteligência emocional não só contribui para o bem-estar individual dos colaboradores, mas também para a eficácia e sucesso da organização como um todo.

Este artigo explora métodos e intervenções práticas para trabalhar as emoções no ambiente corporativo, apresentando sugestões inéditas e propostas para um futuro próximo. São discutidas abordagens inovadoras, como o uso de tecnologias emergentes para treinamento emocional, programas de *mindfulness* personalizados, e workshops interativos de empatia.

Além disso, são propostas sequências didáticas e intervenções específicas que podem ser implementadas pelas empresas para promover um ambiente de trabalho mais

saudável e emocionalmente inteligente. Ao adotar essas estratégias, as organizações podem criar uma cultura de trabalho mais harmoniosa e produtiva, onde os colaboradores se sentem valorizados e motivados a dar o seu melhor.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica abrangente e multifacetada para identificar e desenvolver métodos eficazes de controle das emoções no ambiente corporativo. A estratégia de investigação incluiu revisão sistemática da literatura, análise de estudos de caso, entrevistas com especialistas em inteligência emocional (IE) e pesquisas de campo em empresas que já implementaram programas de desenvolvimento emocional.

A análise de estudos de caso permitiu explorar experiências concretas de organizações que adotaram práticas de IE, proporcionando insights valiosos sobre os resultados alcançados e as lições aprendidas. As revisões da literatura ofereceram um embasamento teórico robusto, permitindo identificar conceitos-chave e tendências emergentes no campo da IE.

Adicionalmente, as pesquisas de campo realizadas em empresas brasileiras possibilitaram uma compreensão prática das melhores práticas e desafios associados à promoção da inteligência emocional no ambiente de trabalho. Essa etapa incluiu a observação direta das dinâmicas organizacionais, bem como entrevistas com gestores e colaboradores, que possibilitaram uma análise detalhada das estratégias adotadas e dos obstáculos enfrentados na implementação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento emocional. Assim, foi possível consolidar um conjunto de práticas e metodologias com potencial de aprimorar a gestão emocional no contexto corporativo.

2.1 Revisão de Literatura

A revisão de literatura foi realizada com base em artigos acadêmicos, livros e relatórios publicados entre 2019 e 2024. O foco esteve em estudos que tratam da IE e seu impacto no ambiente de trabalho, com especial atenção às práticas inovadoras e intervenções comprovadas. As fontes foram selecionadas com base na relevância e na credibilidade, garantindo que as informações utilizadas fossem atualizadas e pertinentes.

2.2 Análise de Estudos de Caso

A análise de estudos de caso incluiu a avaliação de empresas de diferentes setores e tamanhos que implementaram programas de IE com sucesso. Os estudos de caso foram escolhidos com base na sua capacidade de fornecer insights valiosos sobre a estruturação e os resultados de tais programas. Fatores como métodos de treinamento, envolvimento da liderança e resultados obtidos foram considerados para entender melhor as melhores práticas e os desafios enfrentados.

2.3 Entrevistas com Especialistas

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com psicólogos organizacionais, consultores de desenvolvimento emocional e gestores que têm experiência na implementação de programas de IE em empresas brasileiras. As entrevistas buscaram identificar as melhores práticas, os desafios enfrentados e as tendências emergentes na área do desenvolvimento emocional no trabalho.

2.4 Pesquisas de Campo

As pesquisas de campo foram conduzidas em empresas localizadas no Brasil que já haviam implementado programas de IE. A pesquisa envolveu observação direta das atividades, entrevistas com participantes dos programas e coleta de dados sobre os impactos percebidos, como melhora no clima organizacional e aumento na satisfação dos colaboradores.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Goleman (2019), a IE é composta por cinco componentes principais: autoconsciência, autorregulação, motivação, empatia e habilidades sociais. Esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo. Colaboradores com alta IE tendem a ser mais eficazes em suas interações, conseguem lidar melhor com o estresse e são mais propensos a criar laços de confiança com colegas e líderes.

No Brasil, as organizações começaram a reconhecer a importância da IE para o sucesso organizacional. De acordo com Bradberry e Greaves (2020), empresas que investem no desenvolvimento emocional de seus colaboradores colhem benefícios como maior retenção de talentos, melhora no clima organizacional e aumento da produtividade. Esses resultados reforçam a importância de integrar a IE como parte das estratégias de desenvolvimento humano e organizacional.

Além disso, estudos apontam que o desenvolvimento da IE pode reduzir significativamente os níveis de *burnout*, um problema crescente no ambiente corporativo moderno. Lopes et al. (2019) destacam que colaboradores com alta IE apresentam menores níveis de estresse e esgotamento, o que contribui para a melhoria do bem-estar geral e do desempenho no trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A combinação dessas metodologias proporcionou uma visão holística do fenômeno da inteligência emocional nas organizações, permitindo não apenas a identificação de práticas eficazes, mas também a compreensão dos fatores que podem dificultar sua adoção. Essa abordagem integrada possibilitou a coleta de dados qualitativos e

quantitativos, enriquecendo a análise e contribuindo para a formação de recomendações práticas que podem ser aplicadas em diferentes contextos organizacionais. Em suma, a metodologia adotada não apenas ampliou o conhecimento sobre a inteligência emocional no ambiente corporativo, mas também forneceu uma base sólida para futuras investigações e intervenções nessa área.

A implementação dessas estratégias requer um compromisso organizacional robusto e um ambiente que valorize o desenvolvimento emocional dos colaboradores. Isso significa que a alta liderança deve estar engajada e disposta a investir recursos, tempo e esforço para integrar a inteligência emocional (IE) na cultura organizacional. Sem um apoio firme da liderança, os programas de IE correm o risco de serem vistos como iniciativas temporárias ou superficiais. Além disso, é essencial criar um ambiente de trabalho que incentive a expressão emocional saudável e ofereça suporte contínuo aos colaboradores.

4.1 Sugestões Inéditas e Futuras

No mundo corporativo atual, o entendimento e a gestão das emoções são essenciais para promover um ambiente de trabalho saudável, produtivo e colaborativo. À medida que as empresas reconhecem a importância da inteligência emocional, surgem sugestões inéditas e futuras para integrar essas práticas no cotidiano organizacional.

Treinamento Emocional com Realidade Virtual: A utilização de realidade virtual (RV) no treinamento emocional é uma abordagem inovadora e promissora. A RV permite criar simulações de situações de alta pressão, onde os colaboradores podem praticar a autorregulação emocional em um ambiente seguro e controlado. Segundo um estudo realizado por uma empresa brasileira de tecnologia, a utilização da RV para simulações emocionais melhorou a capacidade dos colaboradores de gerenciar o estresse em situações reais (BRASIL, 2020). No futuro, espera-se que a RV se torne uma ferramenta padrão em treinamentos corporativos.

Mindfulness Personalizado por Algoritmos de Aprendizado de Máquina: Outra inovação futura envolve o uso de algoritmos de aprendizado de máquina para personalizar programas de *mindfulness* de acordo com as necessidades emocionais de cada colaborador. Com a crescente adoção de plataformas digitais no Brasil, é possível utilizar a tecnologia para monitorar os níveis de estresse dos colaboradores em tempo real e sugerir práticas de *mindfulness* adaptadas às suas necessidades. Isso pode ser feito por meio de aplicativos que oferecem meditações guiadas e técnicas de respiração, personalizadas de acordo com o perfil emocional de cada colaborador.

Jogos Interativos de Empatia: O desenvolvimento de jogos corporativos que incentivem a empatia é uma abordagem prática para melhorar a colaboração e a comunicação entre os colaboradores. Jogos de simulação, onde os participantes assumem papéis diferentes e precisam resolver problemas em equipe, mostraram-se eficazes em

promover a empatia no ambiente de trabalho. Esses jogos podem ser implementados como parte de workshops de desenvolvimento emocional e podem ser adaptados para atender às necessidades específicas de cada equipe.

4.2 Sequências Didáticas e Propostas de Intervenção

Semana de Desenvolvimento Emocional: Propõe-se a implementação de uma semana dedicada ao desenvolvimento emocional, com workshops diários focados em diferentes aspectos da IE. Cada dia seria dedicado a um componente específico da IE, como autoconsciência, autorregulação motivação, empatia e habilidades sociais. As atividades incluiriam dinâmicas de grupo, estudos de caso e exercícios práticos que incentivem a reflexão e o desenvolvimento de habilidades emocionais.

Programas de Mentoría Emocional: A criação de programas de mentoría emocional, onde colaboradores mais experientes ajudam os novatos a desenvolver suas habilidades emocionais, é uma intervenção eficaz. Esse tipo de programa não apenas fortalece a cultura organizacional, mas também promove o desenvolvimento de laços de confiança e cooperação entre os colaboradores.

Avaliação de 360 Graus Focada em IE: A implementação dessas estratégias requer um compromisso organizacional e uma cultura que valorize o desenvolvimento emocional. A liderança desempenha um papel essencial na criação de um ambiente que promova a IE. Líderes que exemplificam habilidades emocionais fortes podem influenciar positivamente suas equipes, promovendo um ambiente de trabalho mais colaborativo, resiliente e produtivo. Além disso, políticas organizacionais que incentivam o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, como a flexibilização de horários e o trabalho remoto, são fundamentais para garantir o bem-estar emocional dos colaboradores. Empresas que investem no desenvolvimento emocional colhem benefícios em termos de produtividade, retenção de talentos e melhora no clima organizacional.

4.3 Discussão

A implementação dessas estratégias requer um compromisso organizacional e um ambiente que valorize o desenvolvimento emocional. Não basta apenas introduzir programas de IE; é essencial que a cultura da empresa apoie e encoraje o crescimento emocional contínuo dos colaboradores. Empresas que investem na IE colhem benefícios significativos em termos de produtividade, retenção de talentos e clima organizacional (Goleman, 2019; Bradberry; Greaves, 2020).

A liderança desempenha um papel crucial no desenvolvimento de uma cultura emocionalmente inteligente. Líderes que exemplificam habilidades emocionais fortes podem influenciar positivamente seus times, promovendo um ambiente de trabalho mais colaborativo e resiliente. Além disso, políticas organizacionais que apoiam o equilíbrio

entre vida profissional e pessoal, como horários flexíveis e opções de trabalho remoto, são fundamentais para a saúde emocional dos colaboradores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar as emoções no ambiente corporativo é uma necessidade crescente, especialmente diante dos desafios e pressões do mercado atual. As demandas emocionais e psicológicas dos colaboradores estão aumentando, e as empresas precisam reconhecer a importância de desenvolver a inteligência emocional (IE) como uma competência essencial. Este artigo propõe sugestões inovadoras e intervenções práticas que podem ser adotadas pelas empresas para promover um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

Entre as sugestões apresentadas, destacam-se o uso da realidade virtual para treinamento emocional, programas personalizados de *mindfulness*, workshops de empatia interativa e a implementação de semanas dedicadas ao desenvolvimento da IE. Essas abordagens inovadoras não apenas capacitam os colaboradores a gerenciar melhor suas emoções, mas também fomentam um clima organizacional mais positivo e colaborativo.

A aplicação dessas estratégias pode transformar a dinâmica do trabalho de várias maneiras. Primeiro, ao melhorar a comunicação e a colaboração entre os membros da equipe, as empresas podem esperar uma maior eficiência e eficácia nos projetos. Segundo, ao reduzir os níveis de estresse e *burnout*, os colaboradores estarão mais motivados e engajados em suas tarefas, o que leva a um aumento na produtividade geral. Terceiro, ao criar um ambiente que valoriza o desenvolvimento emocional, as empresas podem atrair e reter talentos, uma vez que os profissionais modernos procuram locais de trabalho que apoiem seu crescimento pessoal e profissional.

Assim, essas estratégias de desenvolvimento emocional preparam as organizações para um futuro corporativo mais consciente e emocionalmente inteligente. Em um mundo onde a tecnologia e a automação estão se tornando cada vez mais prevalentes, as habilidades emocionais e interpessoais continuarão a ser um diferencial crucial. Empresas que investem em IE estarão melhor posicionadas para navegar pelas complexidades e incertezas do mercado global, adaptando-se rapidamente às mudanças e mantendo uma vantagem competitiva.

Ao adotar e implementar as intervenções propostas neste artigo, as empresas não apenas melhoram o bem-estar e o desempenho de seus colaboradores, mas também se preparam para enfrentar os desafios futuros com resiliência e inteligência emocional. Esta abordagem holística e proativa pode resultar em uma cultura organizacional mais forte, inclusiva e orientada para o sucesso sustentável.

REFERÊNCIAS

BRADBERRY, T.; GREAVES, J. **Inteligência emocional 2.0.** São Paulo: TalentSmart, 2020. Disponível em: <https://www.talentsmart.com.br>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Realidade Virtual como ferramenta de desenvolvimento emocional.** Brasília: MCTI, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti>. Acesso em: 7 ago. 2024.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019. Disponível em: <https://www.objetiva.com.br>. Acesso em: 7 ago. 2024.

LOPES, P. N.; CÔTÉ, S.; SALOVEY, P. **Um modelo de habilidade de inteligência emocional:** implicações para o trabalho e a educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.usp.br>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO, A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E A TERCEIRA IDADE: UMA PESQUISA DE CAMPO NO LAR TORRES DE MELO

Marilia Linhares Sousa

Graduada em Administração, Especialista em Marketing Mestre em Educação.
Centro Universitário INTA – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9217427082945752>

Amaury Floriano Portugal Neto

Graduado em Administração, Especialista em Marketing e Mestre em Administração.
Centro Universitário INTA – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8345300833382028>

José Juliano Nogueira Rios

Graduado em Ciências Contábeis,
Especialista em Contabilidade Pública.
Universidade Estadual Vale do Acaraú –
UVA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1553197826521964>

Bruno Nogueira Rios

Graduado em Engenharia Civil,
Especialista em Direito Administrativo e
Mestre em Administração.
Universidade Estadual Vale do Acaraú –
UVA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2366010072493652>

Fabiana Solon Rios

Graduada em Pedagogia e RH,
Especialista em Gestão de RH e
Especialista em Psicopedagogia.
Universidade Estadual Vale do Acaraú –
UVA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3642870460942094>

RESUMO: O foco desse artigo recai sob a ilustração da importância pessoal e a dignidade do idoso, evidenciando a sua maior participação na vida em sociedade, em favor da efetivação de seus direitos de cidadão. Dentro desse contexto, essa pesquisa apresenta uma abordagem teórico-conceitual a respeito da educação continuada, do desenvolvimento do envelhecimento, da psicologia na terceira idade e da relevância da experiência de vida de idosos. Assim sendo, esse artigo tem como objetivo estudar os principais processos de desenvolvimento da terceira idade, no sentido de verificar os benefícios que podem resultar de uma atividade intelectual contínua e sistemática como forma de promover um envelhecimento com melhor qualidade de vida. E complementada por uma pesquisa de campo. Essa intervenção teórico-metodológica tornou-se possível através de estudo sobre as narrativas de Erikson (2000) e de Delors (2012), como referenciais teóricos à construção da abordagem temática desse artigo. Por fim, no uso da metodologia de abordagens quantitativa (coleta de dados) e qualitativa (análise interpretativa e crítica sobre os dados tabulados).

PALAVRAS-CHAVE: educação e o desenvolvimento do envelhecimento; psicologia da pessoa idosa; atividade intelectual; terceira idade.

EDUCATION, THE PSYCHOLOGY OF HUMAN DEVELOPMENT, AND OLD AGE: A FIELD RESEARCH AT LAR TORRES DE MELO

ABSTRACT: The focus of this article lies in the illustration of personal importance and dignity of the elderly, showing their greater participation in society in favor of the realization of their rights as citizens. In this context, this research presents a theoretical and conceptual approach regarding continuing education, aging development, psychology elderly and the relevance of elderly life experience. Thus, this article was to study the main development processes of old age, in order to verify the benefits that can result from a continued intellectual activity and systematic in order to promote aging with better quality of life. And complemented by a field, the study found, through a questionnaire, that older people need to do more than reflect on the past. They need to keep active, vital participants, seeking challenges and stimuli in their daily lives. This theoretical and methodological intervention was made possible through study of the narratives of Erikson (2000) and Delors (2012) as a theoretical framework to build the thematic approach of this dissertation. Finally, the use of quantitative approaches methodology (data collection) and qualitative (interpretative analysis and critique of the tabulated data).

KEYWORDS: education and the development of aging; psychology of the elderly; intellectual activity; third Age.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a relevância das atividades educacionais na terceira idade, enfatizando a importância da manutenção de práticas que estimulem o trabalho cerebral e, consequentemente, melhorem a cognição dos idosos. O envelhecimento da população é um fenômeno global, e no Brasil, essa realidade se torna cada vez mais evidente.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida tem aumentado o que traz à tona a necessidade de discutir a qualidade de vida na velhice (IBGE, 2020). Nesse contexto, a pesquisa se justifica pela relevância de se estudar o desenvolvimento humano na velhice, bem como pelas implicações que a ampliação da atividade intelectual pode ter sobre a cognição e a qualidade de vida dessa faixa etária.

A literatura aponta que a prática de atividades que estimulem o cérebro é fundamental para a preservação das funções cognitivas. Primeiramente, há uma necessidade premente de aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento humano na velhice. A educação continuada pode ser um fator crucial para a promoção de um envelhecimento saudável e ativo (Erikson, 2000). A educação não deve ser vista apenas como um meio de aquisição de conhecimento, mas como uma ferramenta que pode proporcionar dignidade e autonomia ao idoso, permitindo que ele se mantenha ativo e engajado na sociedade.

Em segundo lugar, a curiosidade acerca das consequências da ampliação da atividade intelectual na terceira idade motiva esta pesquisa. Estudos indicam que a estimulação cognitiva pode retardar o declínio das funções mentais e contribuir para uma melhor qualidade de vida (Delors, 2012). A prática de atividades intelectuais, como leitura, jogos de raciocínio e participação em cursos, não apenas enriquece o conhecimento, mas também promove a socialização e a autoestima dos idosos.

A abordagem teórico-conceitual deste trabalho se fundamenta em autores que discutem a educação e a psicologia do desenvolvimento humano. Erikson (2000) destaca a importância das experiências de vida e do aprendizado contínuo, enquanto Delors (2012) enfatiza a educação como um direito fundamental que deve ser garantido a todas as faixas etárias. A intersecção entre educação e psicologia é essencial para compreender como essas práticas podem impactar positivamente a vida dos idosos.

Além disso, a pesquisa se propõe a investigar os benefícios da ampliação da atividade intelectual para a terceira idade, abordando temas como “melhor qualidade de vida”, “envelhecimento ativo”, “o funcionamento do cérebro na velhice” e “a educação de idosos”. Esses tópicos são fundamentais para entender o papel da educação na promoção de um envelhecimento saudável e ativo. A literatura aponta que a educação pode ser um fator de proteção contra o isolamento social e a depressão, condições frequentemente enfrentadas por idosos (Tavares, 2018).

Segundo autores como Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa bibliográfica é uma ferramenta essencial para a construção do conhecimento, permitindo o acesso a conceitos e teorias que fundamentam a investigação. A partir dessa perspectiva, o artigo se baseia em uma revisão de literatura que abrange obras científicas e artigos publicados em periódicos virtuais, com o intuito de embasar teoricamente a discussão sobre a relação entre educação e envelhecimento.

A abordagem qualitativa adotada neste estudo permite uma compreensão mais profunda das experiências e subjetividades dos idosos. A pesquisa não se limita a dados quantitativos, mas busca entender as nuances da vivência da terceira idade, conforme destacado por autores que discutem a importância da subjetividade na pesquisa social. A construção do referencial teórico foi realizada com a categorização dos autores em primários e secundários, onde os primeiros fundamentam a abordagem qualitativa e os segundos oferecem suporte às reflexões e conceitos específicos que permeiam a temática.

A metodologia utilizada inclui a aplicação de questionários em um Lar de Idosos, onde foram coletadas informações sobre as atividades educacionais realizadas e suas repercussões na cognição dos participantes. A tabulação dos dados em planilhas possibilitou uma análise crítica e comparativa, permitindo uma interpretação mais clara da realidade vivenciada pelos idosos. Essa abordagem metodológica é fundamental para a identificação dos benefícios que atividades educacionais podem proporcionar, não apenas em termos de desenvolvimento cognitivo, mas também em relação à socialização e ao fortalecimento de vínculos afetivos.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como as atividades educacionais podem contribuir para a manutenção da saúde cognitiva na terceira idade e investigar as percepções dos idosos sobre a importância dessas atividades em suas vidas. Os objetivos específicos incluem analisar as diferentes modalidades de atividades educacionais oferecidas, avaliar a frequência e a participação dos idosos nessas atividades e identificar as mudanças percebidas em suas capacidades cognitivas e sociais.

Dessa forma, o artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira as atividades educacionais influenciam a cognição e a qualidade de vida dos idosos? A relevância deste estudo se dá não apenas pela contribuição teórica que oferece ao campo do envelhecimento e da educação, mas também pela possibilidade de aplicação prática dos resultados, que podem orientar políticas públicas e práticas educativas voltadas para a terceira idade.

2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste artigo tem como cerne a questão do envelhecimento e a educação de idosos, explorando a realidade socioeducativa de Fortaleza, Ceará. Para atingir os objetivos propostos, optou-se por uma metodologia que incorpora a “pesquisa de campo”, com o intuito de organizar um referencial bibliográfico fundamentado em autores especializados nas áreas de educação, psicologia do desenvolvimento humano e terceira idade. Essa abordagem metodológica é essencial para uma interpretação aprofundada das dinâmicas sociais e educacionais que envolvem a população idosa no contexto fortalezense.

A metodologia aplicada nesse estudo abrange tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas, permitindo uma análise abrangente dos fenômenos sociais relacionados ao tema em questão. A opção por essas abordagens é coerente com a linha de pesquisa: Política Pública, da Família e do Idoso, conforme evidenciado por autores como Lakatos e Marconi (2011), que defendem a importância de uma abordagem mista para a construção do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa crucial, viabilizando o acesso a conceitos, teorias e metodologias relevantes para a abordagem do objeto de estudo. Para tanto, foram selecionadas obras e artigos científicos que tratam da temática em pauta, todos orientados pela proposta de proporcionar uma base sólida para a discussão acadêmica. A categorização dos autores em primários e secundários foi fundamental para a construção do referencial teórico, onde os primários foram aqueles cujas obras sustentam os argumentos centrais do estudo e os secundários complementam e apoiam a discussão.

A leitura crítica e o fichamento das obras selecionadas permitiram identificar trechos significativos a serem citados, contribuindo para a sustentação das ideias discutidas. Dessa forma, a construção do referencial teórico não se limita a uma mera coleta de dados, mas se transforma em um diálogo contínuo entre teoria e prática, propiciando uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado.

A pesquisa de campo foi realizada no Lar Torres de Melo, uma instituição que acolhe idosos em Fortaleza. Durante o período de 2015, foram aplicados questionários estruturados, com perguntas direcionadas aos objetivos gerais e específicos do trabalho. A tabulação dos dados coletados foi feita por meio de planilhas, permitindo facilitar a interpretação da realidade social abordada. A utilização de métodos quantitativos possibilitou a criação de tabelas que agruparam e classificou as respostas, apoiando a análise crítica dos dados.

Um dos principais objetivos da pesquisa foi à construção de um tipo ideal de “satisfação pessoal” e de “dignidade” do idoso. Para tal, buscaram-se referências em biografias de idosos que se destacaram em suas áreas de atuação, como Cora Coralina, Ivo Pitanguy e Oscar Niemeyer. A análise comparativa dessas individualidades possibilitou identificar padrões e características comuns entre eles, como a autoestima elevada e um bom nível de satisfação com a vida.

O uso do tipo ideal, conforme descrito por Weber (1994), serviu como uma ferramenta metodológica para compreender as individualidades históricas e suas nuances. Essa abordagem permitiu uma comparação entre as características dos idosos estudados e o modelo ideal construído, facilitando a análise crítica sobre as realidades sociais e a construção de argumentos fundamentados.

A abordagem qualitativa da pesquisa é fundamental para a compreensão das subjetividades envolvidas na experiência do envelhecimento e no processo educacional da terceira idade. Essa perspectiva permite explorar as individualidades e nuances dos idosos, proporcionando uma análise mais rica e detalhada do fenômeno. A abordagem reflexiva, por sua vez, complementa a qualitativa, uma vez que possibilita uma interpretação crítica dos dados coletados, promovendo um diálogo entre os referenciais teóricos e a prática social.

Os autores primários, como Erikson (2000) e Delors (2012), foram utilizados para embasar a discussão sobre o envelhecimento humano e a importância da educação na manutenção da vitalidade intelectual dos idosos. Além disso, autores secundários como Beauvoir (1986) (1990), forneceram insights valiosos sobre as dinâmicas de educação voltadas para a terceira idade, reforçando a argumentação de que a educação é uma ferramenta essencial para promover uma vida ativa e satisfatória durante o envelhecimento.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Vários autores colaboraram para o desenvolvimento deste estudo. Erik Erikson, em sua obra, oferece uma perspectiva psicossocial essencial para a compreensão da personalidade do idoso, destacando a velhice como a oitava crise do desenvolvimento humano, que envolve a dicotomia entre produtividade e desespero.

A partir dessa análise, Erikson (2000) sugere que, para evoluir na velhice, não basta apenas refletir sobre o passado; é fundamental que o idoso se mantenha ativo, buscando novos desafios e estímulos no ambiente social que o cerca. Essa atividade é vital para o fortalecimento da autoestima, e o envolvimento em estudos e novas habilidades é altamente encorajado como um meio de promoção do bem-estar.

Em suma, a compreensão da velhice por Erikson (2000) destaca a importância da integração da vida vivida, promovendo uma atitudinal positiva frente ao envelhecimento. Se o idoso a abordar com um sentimento de produtividade – celebrando conquistas e

aprendizados – pode alcançar uma integridade significativa. Um foco nos aspectos negativos, pelo contrário, pode resultar em um profundo sentimento de perda e desespero, refletindo na dificuldade em aceitar a transição para essa fase da vida. Assim, a sabedoria adquirida pode ser vital para que o idoso desfrute de um envelhecimento ativo e pleno.

Já o teórico Jacques Delors (2012) destaca a relevância de uma educação ao longo da vida em uma sociedade do conhecimento, enfatizando que a aprendizagem contínua é vital para todos, inclusive para os idosos. Essa abordagem busca romper com a ideia preconceituosa de que o idoso é um trabalhador obsoleto, capaz apenas de ceder espaço aos mais jovens, que apresentam habilidades e energia superiores. Delors (2012) afirma que os indivíduos na terceira idade têm a capacidade de “aprender a conhecer”, ...

Portanto, promover oportunidades educacionais para a terceira idade é um objetivo socioeducacional fundamental. Delors (2012) salientou que o aumento do conhecimento eleva a compreensão do ambiente e estimula a curiosidade intelectual, essencial para a formação de um senso crítico.

Porém quem é este idoso que estamos falando? A pesquisa mostra a necessidade de caracterizá-lo. A população idosa no Brasil tem conquistado autonomia nas esferas política, econômica e cultural, refletindo as transformações demográficas registradas pelo IBGE (2010). Este órgão destaca que, em 2008, havia 24,7 idosos com 65 anos ou mais para cada 100 crianças em todo o território nacional. Até 2050, essa proporção saltará para 172,7 idosos, evidenciando não apenas o aumento da expectativa de vida, mas também a mudança nas dinâmicas entre as gerações.

Esse crescimento pode ser atribuído a políticas públicas que melhoraram a qualidade de vida, como investimentos em saneamento básico, avanços tecnológicos e inovações médicas, além da redução do número de filhos nas famílias. Essas iniciativas têm contribuído para um aumento significativo no número de idosos, desafiando estigmas históricos que associam a velhice ao fim da vida ativa e à inatividade no mercado de trabalho. De acordo com Netto (1987), esse estigma tem raízes na visão restritiva sobre o envelhecimento, que enfocava apenas suas dimensões biológicas.

A educação surge como uma ferramenta essencial para garantir a qualidade de vida dos idosos, integrando aprendizado e vivência. É imperativo que se promova a saúde física, emocional e social nessa fase da vida. O idoso, como cidadão, merece respeito e assistência para viver de forma digna. Estudos em gerontologia social, como os de Sá (2000), revelam que a terceira idade oferece oportunidades de autoconhecimento, reflexão e envolvimento cívico.

O livro “Felizes na Universidade” de George Snyders (1995) desempenha um papel crucial na análise de biografias que exemplificam a relação positiva entre a atividade intelectual e a terceira idade.

O presente artigo adota a metodologia de Snyders, realizando um estudo comparativo de biografias de intelectuais renomados, que demonstram como a educação

formal e a contínua aprendizagem contribuem para uma velhice, mais lúcida e participativa, corroborando a ideia de que a educação ao longo da vida é vital para uma qualidade de vida positiva.

Optou-se por destacar personalidades como Oscar Niemeyer, Cora Coralina e Ivo Pitanguy, que exemplificam a interseção entre longevidade e atividade intelectual. Embora as biografias desses indivíduos sejam de caráter excepcional (SNYDERS, 1995), elas oferecem lições valiosas e inspiradoras sobre a capacidade de se manter ativo intelectualmente na velhice. A obra de Lima (1998), que destaca a relevância da produção intelectual na terceira idade, além de evidenciar que essa atividade não é incompatível com o envelhecimento saudável, fundamenta nossa análise.

É importante reconhecer que as experiências desses intelectuais não representam a totalidade da população idosa, dada à desigualdade de oportunidades educacionais e culturais. No entanto, a escolha desses exemplos reafirma a importância do hábito da leitura e da educação na formação de cidadãos idosos com maior qualidade de vida. Assim, a artigo usa um recurso metodológico do tipo ideal, visando construir uma compreensão interpretativa sobre as vivências dos idosos, amparando-se na análise de muitos que, embora não estejam nas páginas da história, mantêm-se intelectualmente ativos e engajados em suas comunidades.

Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho, nascido no Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1907 e falecido em 5 de dezembro de 2012, é uma figura central na arquitetura moderna. Em sua obra “O Ser e a Vida” (2007), enfatiza a importância da leitura: “o importante é ler, informar-se” (NIEMEYER, 2007, p. 13). Para Niemeyer, o hábito da leitura é essencial para o desenvolvimento do cidadão crítico, proporcionando vivências significativas e ativando a mente, especialmente na terceira idade (NIEMEYER, 2007). Sua paixão pela literatura e sua preocupação social são evidentes, como demonstrou ao se opor à Guerra do Vietnã e continuar ativo aos 101 anos, crendo que a ocupação mental é vital para a vida. Assim, Niemeyer representa um exemplo de dinamismo e engajamento contínuos.

Anna Lins dos Guimarães Peixoto, conhecida como Cora Coralina, nasceu em 20 de agosto de 1889 e faleceu em 10 de abril de 1985, aos 96 anos. Sua trajetória, marcada pela superação e paixão pela literatura, evidencia que mesmo sem uma educação formal extensa, influenciada por sua família, ela cultivou o amor pela leitura e escrita (JORGE, 1968). Viúva, Cora trabalhou como vendedora enquanto escrevia; após retornar a Goiás, resgatou memórias e publicou seu primeiro livro aos setenta anos, desafiando normas sociais e dedicando-se a seus ideais. Assim, representa um exemplo de realização na terceira idade (ARAÚJO, 1977).

Ivo Hélcio Jardim de Campos Pitanguy, nascido em Belo Horizonte em 1926, é um renomado cirurgião plástico e escritor, membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Letras. Pitanguy enfatiza a importância do aprendizado contínuo,

afirmando que “manter-se aberto ao aprendizado é uma verdadeira declaração de amor à vida” (PITANGUY, 2014, p. 396). Ao longo de sua carreira, transformou a cirurgia plástica em uma especialidade de excelência no Brasil, fundando um centro de ensino e atendendo populações carentes. Pitanguy é um exemplo de como a educação e a curiosidade são fundamentais para uma vida plena, especialmente na terceira idade (DELORS, 2012).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam reflexões críticas sobre políticas públicas voltadas para a inclusão da pessoa idosa, utilizando uma abordagem metodológica que inclui análises crítica, comparativa e interpretativa. A coleta de dados ocorreu por meio da tabulação que quantificou e qualificou a presença de idosos no Lar Torres de Melo, facilitando o desenvolvimento de propostas para melhor gerenciamento de serviços e ampliação de atividades intelectuais.

Observou-se que a população masculina é mais predominante na instituição, o que possibilita a criação de atividades específicas para esse grupo, conforme indicam os estudos de Erikson (2000). Entretanto, a presença feminina também é significativa, indicando que as atividades ocupacionais são distribuídas de maneira equilibrada entre os gêneros. Essa equidade contribui para a eficiência das intervenções dos profissionais, que devem elaborar dinâmicas considerando as características de ambos os sexos.

A análise da faixa etária revelou que homens acima de 70 anos são a maioria no Lar Torres de Melo. A estrutura das atividades é, portanto, direcionada a atender as necessidades desse público, conforme enfatiza Erikson (2000), promovendo uma participação ativa e motivada de todos os idosos. Por outro lado, as mulheres presentes na instituição possuem, em sua maioria, idades entre 60 e 70 anos, o que também justifica a necessidade de adaptar as propostas a essa faixa etária.

A análise da amostra revelou que 70% das pessoas idosas entrevistadas praticam atividades, e 30% não praticam. Entende-se que a atividade física na terceira idade tem sido considerada um importante componente de um estilo de vida saudável, devido particularmente a sua associação com diversos benefícios para a saúde física e mental.

Em relação ao tipo de atividade realizada pelos idosos, dentre as opções comportamental, cognitiva, afetiva ou global, foram 100% unanimes em afirmar que os tipos de atividades praticadas são globais. Em virtude desses aspectos, acredita - se que a participação do idoso em programas de atividades globais poderá influenciar no processo de envelhecimento, com impacto sobre a qualidade e expectativa de vida, melhoria das funções orgânicas, garantia de maior independência pessoal e um efeito benéfico no controle, tratamento e prevenção de doenças como diabetes, enfermidades.

Em relação á realização de atividades apropriadas para a terceira idade, 90% dos idosos praticam atividades voltadas especialmente para sua idade, já 10% não praticam.

Os dados revelaram o quanto é importante desenvolver atividades que melhorem a motivação para a vida saudável, dinâmica e com perspectiva de um futuro melhor. No ponto de vista psicológico, o desenvolvimento humano das pessoas da terceira idade possibilitou o avanço no fortalecimento dos laços e vínculos sociais, na manutenção do ser idoso com o otimismo de se sentir útil na sociedade (ERIKSON, 2000).

Perguntou-se sobre quais os benefícios da ampliação da atividade intelectual para a terceira idade e 100% dos entrevistados afirmaram que os benefícios das atividades intelectuais para a terceira idade, o principal é manter as funções vitais, por isso ser importantes atividades que estimulam o cérebro.

Sem dúvida, as atividades intelectuais aplicadas à terceira idade (e seus resultados positivos sobre o processo do envelhecimento) revelaram o alcance de mais uma hipótese ao confirmar que se torna eficaz a manutenção de atividades educacionais que estimula o trabalho cerebral ao melhorar a atividade de cognição do idoso, pois se garantiu um estímulo mental contínuo que gerou mais atividade cerebral ao proporcionar uma memória saudável nos idosos (ERIKSON, 2000).

Perguntaram-se quais os fatores que contribuem para a desqualificação da pessoa idosa e verificou-se que: ausência da família 10%, baixa estima 10%, baixo nível de instrução 40% e isolamento social 40% ao não realizar (ou não participar) de outras atividades aplicadas à terceira idade foram os resultados. A existência desses fatos confirmou mais uma hipótese retificar que o idoso revela uma falta de perspectiva de reinserção social, quando se relaciona com o medo de não conseguir ver para si um horizonte de vida social dinâmico e motivacional; o que explicita uma terceira idade, para esse pequeno grupo de idosos, como uma fase indesejada, em meio à tristeza.

Em relação ao seu bem-estar físico 30% da amostra afirmou estar Muito bom, bom 30%, Moderado 20%, Ruim 10% e Muito ruim 10%, os homens e as mulheres da terceira idade costumam realizar atividades físicas diariamente. Isso proporciona para eles grande satisfação de bem-estar físico, motivando-os a continuar a acreditar na vida com qualidade (ERIKSON, 2000). Notou-se que algumas pessoas idosas não conseguem realizar atividades físicas devido ao avanço da idade (com limitação da saúde) e/ou por apresentar baixa estima.

Ainda se perguntou em relação à satisfação com seu desenvolvimento pessoal e observou-se que 80% responderam que estão satisfeitos com seu desenvolvimento pessoal e 20% responderam não estarem satisfeitos. Ainda sobre satisfação com suas relações familiares, com 70% respondendo que são satisfeitos e 30% não satisfeitos com suas relações familiares. Para Medeiros (1998) a família é um elemento que está em frequente mudança dentro da sociedade.

Os idosos ainda responderam sobre o “prazer em ser idoso”, onde 80% afirmaram estarem satisfeitos e 20% disseram não estarem satisfeitos. Segundo Neri (1993), o aumento da longevidade do brasileiro associado aos multifatores que condicionam o idoso à

dependência tem imposto sobre cargas a considerável parte das famílias que sobrevivem em situações socioeconômicas precárias.

Finalmente, a respeito de preparação para a passagem da vida e percebeu-se que 40% responderam “não” e 60% responderam “sim” que se encontram preparados para o envelhecimento. Desde o início de sua vida o ser humano está sujeito à supressão de sua existência. Ao aceitar e perceber que o envelhecimento é um processo natural do círculo vital do homem e de qualquer outro ser vivo, o idoso adquire melhor consciência do que está vivenciando. (ZIMERMAN,2000).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa evidenciam a realização dos objetivos propostos, com foco nas melhorias no desenvolvimento humano da terceira idade nas experiências do Lar Torres de Melo, em Fortaleza (CE). Um aspecto central identificado foi à dificuldade de muitos idosos em se reinserir socialmente, muitas vezes acompanhada por um temor de não encontrarem um ambiente social dinâmico. Essa falta de valor à sua fase de vida, além da falta de entendimento sobre o envelhecimento, tanto por parte dos próprios idosos quanto de seus familiares, contribui para o isolamento social.

Os idosos frequentemente não se reconhecem plenamente como parte dessa fase, e suas famílias, por sua vez, enfrentam desafios ao lidar com o processo de envelhecimento. Essa situação, como apoiado por Erikson (2000), é resultado de um desinteresse que gera uma visão negativa do envelhecer, dificultando um suporte emocional e prático. Contudo, a pesquisa reafirmou que o apoio familiar é fundamental para que os idosos se sintam úteis, felizes e amados, constituindo uma base essencial para o seu bem-estar.

Os resultados indicaram que tanto homens quanto mulheres se mostraram engajados nas atividades propostas, mas percebeu-se um número significativo de mulheres com saúde debilitada e baixa autoestima. Essa disparidade reflete a necessidade de um cuidado mais direcionado, inclusive no aspecto emocional, para garantir que todos os idosos tenham acesso às mesmas oportunidades de crescimento. A educação se destacou, portanto, como um recurso essencial para manter a atividade cognitiva na terceira idade.

Em último lugar, concluir este estudo reforça a relevância das experiências dos idosos em contextos como o Lar Torres de Melo. Confirmou-se que, com suporte adequado e um ambiente motivacional, os idosos podem não apenas viver, mas prosperar, demonstrando que o potencial de desenvolvimento desta fase da vida é vasto e valioso. A reflexão final propõe que a construção de uma sociedade inclusiva e respeitosa com a terceira idade é fundamental para garantir que esses indivíduos desfrutem de uma vida saudável e com qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. **Os Pensamentos de Cora.** Brasília, Jornal de Brasília: 1977.
- BEAUVOIR, S. **A Velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEAUVOIR, S. **A Velhice.** Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil de Idosos no Brasil.** IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de jul 2024.
- DELORS, J. **A educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 2012.
- ERIKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de jul 2024.
- JORGE, M. **Conversa com Cora Coralina.** Goiânia: Folha de Goiás, 1968.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LIMA, M. P. **Gerontologia Educacional:** uma pedagogia específica para o idoso: uma nova concepção de velhice. São Paulo: LTR, 2000.
- MEDEIROS, S. A. R. **O Lugar do Velho no Contexto Familiar.** In: PY, Ligia (Org.). **Tempo de Envelhecer.** Rio de Janeiro: Nau, 2004.
- NIEMEYER, O. **O Ser e a Vida.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NÉRI, A. L. **O Legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento.** Temas em Psicologia, UNICAMP, vol. 14, nº 1. P. 17-34, 2006.
- NETTO, A. J. **A Segregação do Velho na Sociedade.** São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento e Participação. Conselho Estadual do Idoso, 1987.
- PITANGUY, I. **Viver Vale a Pena.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- SÁ, J. L. M. **Da Universidade da 3ª Idade para a Comunidade:** educação popular X educação acadêmica. In: Caderno de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, ano VIII, Edição Especial Gerontologia. Campinas: PUC Campinas, 1998.
- SNYDERS, G. **Feliz na Universidade:** estudo a partir de algumas biografias. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- TAVARES, M. A. O impacto da educação na qualidade de vida dos idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, n. 2, p. 123-130, 2018.
- WEBBER, F.; CELICH, K. L. S. **As Contribuições da Universidade Aberta para a Terceira Idade no Envelhecimento Saudável.** Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, vol. 12, 2007.
- ZIMERMAN, G. I. **Velhice:** aspectos Biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CAPÍTULO 9

O PAPEL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PROMOTORES DE UMA CULTURA DE PAZ

Cláudia dos Santos Costa

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1994). Graduada em Curso Especial de Formação Pedagógica pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2002) e em Direito pela Faculdade Luciano Feijão (2012). Especialista em Direito de Família e Sucessões, Tutoria EAD, Psicopedagogia, Políticas Públicas e Mediação de Conflitos. Mestra em Gestão Pública. Membro do Grupo Transdisciplinar de Estudos Interinstitucionais (G-TEIA). Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral/CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5296262306686122>
<https://orcid.org/0000-0001-7636-6787>

Elane Maria Beserra Mendes

Docente do Centro Universitário Inta - Uninta e Faculdade Uninta Fortaleza - Gestão e Negócios. Mestra em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual do Ceará - Uece. Especialista em Planejamento e Gestão do Suas pelo Uninta. Pós-graduanda em Gestão em Saúde Pública e Saúde Coletiva pelo Uninta. Assistente Social. Administradora. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral/CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8987766904267418>

Francisca Moara Cordeiro Carneiro

Advogada. Presidente da Comissão Especial de Conciliação e Mediação (CEMCA - OAB/Sobral). Instrutora de Mediação e Conciliação - NUPEMEC/TJCE. Mediadora de Conflitos - Núcleo de Solução Extrajudicial e Cidadania de Sobral (NUSOL) e Projeto Laços de Família. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral/CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4349913653451720>

Luara Ranessa Braga Ximenes

Advogada. Atuou como conciliadora do CEJUSC UNINTA. Mediadora do Programa Laços de Família. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral/CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3374306773533299>

Carolyne Marques Araújo

Advogada. Mediadora judicial no Programa Laços de Família. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral/CE, Brasil

RESUMO: Este artigo apresenta a discussão sobre o papel dos cursos de graduação em Direito na formação de profissionais promotores de uma cultura de

paz. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Na construção destas reflexões, foram buscados fundamentos nas ideias de Edgar Morin, especialmente no paradigma da complexidade. Em seguida, faz-se uma discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Direito como possibilidades de construção de habilidades e competências para a promoção de uma cultura de paz, à luz das ideias de Perrenoud, bem como apresenta-se uma lista de pareceres do Conselho Nacional de Educação, proporcionando ao leitor uma trilha a ser percorrida para um maior aprofundamento acerca da documentação exigida aos cursos de Direito. Da pesquisa, conclui-se que, para além das normatizações, é possível identificar caminhos teóricos e metodológicos os quais garantam possibilidades de formação de profissionais de Direito, promotores de uma cultura de paz.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional. Graduação em Direito. Cultura de Paz.

THE ROLE OF LAW UNDERGRADUATE PROGRAMS IN TRAINING PROFESSIONALS WHO PROMOTE A CULTURE OF PEACE

ABSTRACT: This article presents the discussion on the role of undergraduate courses in Law in the training of professionals who promote a culture of peace. It is a bibliographic and documentary research. In the construction of these reflections, foundations will be sought in the ideas of Edgar Morin, especially in the paradigm of complexity. Next, a discussion will be made of the national curriculum guidelines of Law courses as possibilities for building skills and competencies to promote a culture of peace, in the light of Perrenoud's ideas. A list of opinions of the National Council of Education will be presented, providing the reader with a path to be followed for a deeper understanding of the documentation required for law courses. From the research it is concluded that in addition to the norms it is possible to identify theoretical and methodological paths that guarantee possibilities of training legal professionals who promote a culture of peace.

KEYWORDS: Professional Training. Bachelor of Laws. Culture of Peace.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a discussão sobre o papel dos cursos de graduação em Direito na formação de profissionais promotores de uma cultura de paz. A construção destas reflexões busca fundamentos nas ideias de Edgar Morin, especialmente no paradigma da complexidade.

Por oportuno, apresenta-se a teoria da complexidade como uma abordagem transdisciplinar, que busca compreender a complexidade dos sistemas e fenômenos. Compreender a educação jurídica no paradigma da complexidade consiste em conceber os desafios incontornáveis que a realidade nos apresenta.

Em seguida, faz-se uma discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Direito, como possibilidades de construção de habilidades e competências para promoção de uma cultura de paz. Na oportunidade, faz-se uma discussão com fundamento nas ideias de Perrenoud, especialmente nas dez competências para ensinar (2004), buscando fazer analogias com as habilidades e competências propostas pelas resoluções

do Ministério da Educação, as quais tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito.

É importante destacar que as ações desenvolvidas nos cursos de Direito, seja nos aspectos referentes ao ensino, seja na extensão, responsabilidade social, pesquisa ou inovação devem estar vinculadas às ideias assentadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso que, por sua vez, deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A pesquisa também apresenta uma lista de pareceres do Conselho Nacional de Educação, proporcionando ao leitor uma trilha a ser percorrida para um maior aprofundamento sobre a documentação exigida nos cursos de Direito. Para além das normatizações, busca-se caminhos teóricos e metodológicos que garantam possibilidades de formação de profissionais de Direito, promotores de uma cultura de paz.

2. CONSTRUINDO UM PERCURSO FORMATIVO DE PROFISSIONAIS CAPAZES DE GERENCIAR CONFLITOS A PARTIR DAS IDEIAS DE EDGAR MORIN

A discussão sobre a educação jurídica, que seja capaz de garantir um percurso formativo que garanta a atuação de profissionais capazes de gerenciar adequadamente os conflitos, configurando as etapas de “diagnóstico do conflito, da escolha do método adequado e da execução do método adequado às particularidades do conflito concretamente deduzido” (Goretti, 2019, p. 61) é feita com fundamento nas ideias de Edgar Morin, especialmente no paradigma da complexidade.

A construção de caminhos para uma gestão adequada de conflitos passa, necessariamente, por processos de educação, seja na perspectiva cotidiana, seja nas relações entre as pessoas ou nos processos de formação de profissionais. De fato, esse tema interessa muitos profissionais, visto que as relações conflituosas entre as pessoas estão presentes no cotidiano profissional de muitos trabalhadores, a exemplo dos advogados, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da educação e tantos outros.

A teoria da complexidade é uma abordagem transdisciplinar que busca compreender a complexidade dos sistemas e fenômenos. Nas primeiras décadas do século XX, essa abordagem era considerada “marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico” (Morin, 1921, p. 175).

Dada a marginalidade da discussão acerca da complexidade, é possível constatar mal-entendidos: “O primeiro mal-entendido consiste em conceber a complexidade como receita, como respostas, em vez de considerá-la como desafio e como motivação para pensar” (Morin, 2010, p.176). A complexidade é um desafio ao conhecimento, não uma solução (Morin, 2010, p.189).

Compreender a educação jurídica, no paradigma da complexidade, consiste em conceber os desafios incontornáveis que a realidade cotidiana nos apresenta. Dados do

MEC de 2021 registraram que, dos 43.085 cursos de graduação e 17 cursos sequenciais oferecidos em 2.574 IES no Brasil, 1.705 são cursos de Direito. A região que mais concentra cursos de Direito é a sudeste, com 673 cursos; seguida da região nordeste, com 399 cursos. A região sul concentra 307 cursos; centro-oeste 200 cursos; e a região norte 126 cursos.

A quantidade de cursos de Direito é, proporcionalmente, igual à quantidade de Núcleos de Práticas Jurídicas, dada a obrigatoriedade da implantação e funcionamento dos Núcleos para a garantia da autorização e reconhecimento do curso, por parte do Ministério da Educação (MEC).

O “segundo mal-entendido”, na concepção de Morin, é a confusão da complexidade com a completude. A complexidade não reside na completude, mas na incompletude do conhecimento. Em certo sentido, o pensamento complexo busca abranger aquilo que os tipos de pensamento simplista deixam escapar (2010, p.176).

As ideias de complexidade sistematizadas por Edgar Morin oferecem uma perspectiva de análise para além das abordagens lineares e reducionistas. Nesse sentido, a teoria da complexidade tem sido utilizada em diferentes áreas do conhecimento, servindo de paradigma para uma compreensão mais ampla e interconectada dos fenômenos complexos presentes na vida em sociedade, considerando a multidimensionalidade, as incertezas e a interdependência intrínsecos desses fenômenos.

Dessa forma, as ideias de Morin sobre a complexidade iluminam a discussão acerca da perspectiva multidimensional da educação jurídica e da atuação dos Núcleos de Práticas Jurídicas, como promotores da gestão adequada de conflitos e, consequentemente, da efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, na perspectiva da desjudicialização.

A aspiração à complexidade inclina-se para o conhecimento multidimensional. “Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões” (Morin, 2010, p.177). Nessa perspectiva, a discussão sobre a educação jurídica e a atuação dos núcleos de práticas jurídicas deve ser analisada nas diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. “Os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos, etc” (Morin, 2010, p.177).

Para o alcance de uma compreensão mais abrangente dos fenômenos sociais, é necessário reconhecer que a realidade é composta por constantes interações entre diversos elementos. Consequentemente, “o estabelecimento de diálogos entre nossas mentes e suas produções reificadas em ideias e sistemas de ideias é uma coisa indispensável para enfrentar problemas de fim de milênio” (Morin, 2005, p.193). O imperativo da complexidade, nesse sentido, é o uso estratégico do diálogo.

A compreensão do paradigma da complexidade, proposto por Morin, pode ser formado por meio da combinação de diferentes princípios: o reconhecimento do princípio complementar e inseparável de inteligibilidade, a partir do local e do singular e o princípio do reconhecimento da necessidade da compreensão do sistema complexo, tendo por referência sua história e seu percurso.

O reconhecimento da capacidade dos sistemas complexos se adaptarem está vinculado à ideia da auto-organização, proposta nas análises de Morin. Essa auto-organização é resultado das interações entre os elementos, permitindo que o sistema se adapte às mudanças do ambiente.

Os sistemas complexos são caracterizados por uma dose de incerteza e imprevisibilidade. Eventos acidentais e imprevisíveis podem impactar significativamente no comportamento e nas mudanças dos sistemas complexos.

Os estudos de Morin, sistematizados na obra “Ciência com Consciência” e “Educação e Complexidade” indicam caminhos que conduzem ao desafio da complexidade. Esses caminhos são importantes estratégias de compreensão e análise da realidade pesquisada neste trabalho, qual seja, a prática dos Núcleos de Práticas Jurídicas e suas condições para a promoção da gestão adequada de conflitos e, consequentemente, a efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, na perspectiva da desjudicialização.

Na obra “Ciência com Consciência” (2018) são indicadas avenidas que conduzem ao desafio da complexidade. A metáfora com “avenidas” sinalizam caminhos, percursos e muito contribuem para as reflexões propostas nesta pesquisa. No capítulo que será discutido mais especificamente, sobre os Núcleos de Práticas Jurídicas, serão retomadas essas avenidas e esses caminhos, como exercício metodológico de reflexão.

A primeira avenida proposta é o da irreducibilidade, da desordem e do acaso. “A incerteza continua, inclusive no que diz respeito à natureza da incerteza que o acaso nos traz”(Morin, 2018, p.178). A segunda avenida é a transgressão que descarta a localidade, a singularidade e a temporalidade (Morin, 2018, p.179). “Portanto, não devemos trocar o singular e o local pelo universal: ao contrário, devemos uni-los” (Morin, 2018, p.179).

A terceira avenida é a da complicação. “O problema da complicação surgiu a partir do momento em que percebemos que os fenômenos biológicos e sociais apresentavam um número incalculável de interações, de inter-retroações” (Morin, 2018, p.179). Trazendo essa reflexão para a pesquisa proposta, comprehende-se a necessidade de perceber, refletir sobre os Núcleos de Práticas Jurídicas na sua interação com as práticas de ensino, de extensão, de pesquisa desenvolvidas durante o curso, de unir as realidades singulares, locais e universais nesta análise, como assim propõe a teoria da complexidade.

A quarta avenida diz respeito à relação complementar entre as noções de ordem, de desordem e de organização. A quinta avenida da complexidade é a da organização. O todo organizado é mais do que a soma das partes. Nessa perspectiva, comprehendemos que a “existência de uma cultura, de uma linguagem, de uma educação recaem sobre as partes para permitir o desenvolvimento da mente e da inteligência dos indivíduos” (Morin, 2014, p.180).

A sexta avenida é apresentada na forma de homograma, fazendo referências à compreensão de que a complexidade está presente em cada parte de um sistema complexo, que reflete o todo. Uma compreensão holística e contextualizada exige a consideração

simultânea dos componentes particulares e do sistema como um todo. “Abandonamos um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento, circular, aonde vamos das partes para o todo, do todo para as partes, para tentar compreender um fenômeno” (Morin, 2014, p. 182).

No caminhar pela sexta avenida da complexidade, rumo à delimitação das condições exigidas para que os Núcleos de Práticas Jurídicas das instituições de ensino superior promovam a gestão adequada de conflitos e, consequentemente, a efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, na perspectiva da desjudicialização, é necessário trilhar os diferentes caminhos do acesso à justiça, da gestão inadequada dos conflitos, da educação jurídica e do olhar para o cotidiano dos Núcleos de Práticas Jurídicas e ainda, para as exigências padronizadas, formatadas pelos órgãos responsáveis pelas políticas de educação. O caminhar é longo, “o processo social é um círculo produtivo ininterrupto” (Morin, 2018, p.182).

A sétima avenida é o caminho para a ruptura, “não pode haver uma verdade impossível de ser expressa de modo claro e nítido” (Morin, 2018, p.182). A oitava avenida da complexidade é o retorno do observador para a sua observação: “Daí vem essa regra de complexidade: o observador-conceptor deve se integrar na sua observação e na sua concepção” (Morin, 2018, p.185).

A ideia proposta por Morin de que “a ciência se desenvolve, não só a despeito do que ela tem de não científico, mas graças ao que ela tem de não científico” (Morin, 2018, p.186), oferece muitos elementos para construção da pesquisa aqui proposta sobre os Núcleos de Práticas Jurídicas. O contato cotidiano com os professores e alunos, que atuam no NPJ e nos projetos de extensão, a escuta das vivências das famílias que buscam os serviços, a escuta dos depoimentos dos alunos em sala de aula acerca das suas percepções sobre os atendimentos e, especialmente, sobre as mediações são elementos fundamentais para a construção desta tese.

À luz das ideias da complexidade, é necessário superar a lógica ambivalente do judicial e do extrajudicial, tão presentes nas discussões menos aprofundadas a respeito da gestão adequada de conflitos.

Na construção de processos formativos na educação jurídica que percorram estas avenidas da complexidade, é necessário localizar o caminho de um pensamento multidimensional: “Finalmente e, sobretudo, é preciso encontrar o caminho de um pensamento dialógico”, dialógico no sentido de duas lógicas, dois princípios. O homem é um ser unidual, totalmente biológico e totalmente cultural a um só tempo (Morin, 2014, p.189).

A organização dos cursos de Direito são orientadas por documentos oficiais do Ministério da Educação que indicam caminhos. Um olhar pautado na teoria da complexidade amplia a análise sobre estes caminhos indicados pelos órgãos oficiais. De fato, há a indicação para os caminhos da autorização e reconhecimento dos cursos, garantindo

assim a documentação necessária para que as pessoas que buscam a formação jurídica possam ter acesso à inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e, por sua vez, a outros espaços de atuação profissional, de concursos, dentre outros.

Acreditamos na possibilidade da formação jurídica na perspectiva da multidimensionalidade, da complexidade e evidenciamos o esforço de muitas instituições de ensino superior nesta construção. As experiências da Faculdade de Direito de Vitória, no estado do Espírito Santo e do Centro Universitário Inta, em Sobral/Ceará, bem sinalizam essa construção.

Nesta perspectiva, é necessário explorar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito com o olhar voltado para a teoria da complexidade, alargando assim a análise das DCNs para além das perspectiva formal e organizacional.

3. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE DIREITO COMO POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PARA PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

A principal fundamentação desta discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Direito é a análise dos documentos oficiais do Ministério da Educação, com ênfase nos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação e as reflexões propostas em diferentes obras da professora Gilsilene Passon P. Francischetto, tais como “Ensino Jurídico e Pedagogia: em busca de novos saberes” (2010) e “As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito: múltiplos olhares” (2019).

Outra importante fonte de pesquisa é a obra de Perrenoud, especialmente na discussão acerca das “Dez novas competências para ensinar” (2004), procurando fazer analogias com as habilidades e competências propostas pela resolução que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito.

O órgão encarregado pelas deliberações, execução e monitoramento das políticas de educação no Brasil é o Ministério da Educação, responsável pelos documentos oficiais que estabelecem orientações e princípios para a elaboração e implementação dos currículos nas diferentes etapas e modalidades da educação básica. Dentre esses documentos, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que têm por objetivo disponibilizar diretrizes gerais para a organização curricular, visando garantir a qualidade e a conformidade dos processos educacionais em todo o país.

As DCNs desempenham um papel fundamental ao nortear a elaboração dos currículos das instituições de educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais têm um papel importante na promoção da equidade, qualidade e melhoria da educação, fornecendo referências para a construção de currículos mais atualizados, flexíveis e alinhados às necessidades e demandas da sociedade.

O Artigo 3º da Lei nº 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aponta caminhos para construção desse pensamento multidimensional ao definir que o

ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial; garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida e o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva.

As ações desenvolvidas nos cursos de Direito, nos aspectos referentes ao ensino, extensão, responsabilidade social, pesquisa ou inovação devem estar vinculadas às ideias assentadas no Projeto Político Pedagógico do curso que, por sua vez, deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Nesse sentido, as ações previstas e executadas nos Núcleos de Práticas Jurídicas, obrigatoriamente, devem estar respaldadas nas orientações das DCNs.

O acesso às informações e orientações trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais constitui-se um caminho imprescindível na construção da pesquisa sobre as condições exigidas, a fim de que os Núcleos de Práticas Jurídicas das instituições de ensino superior promovam a gestão adequada de conflitos e, consequentemente, a efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, na perspectiva da desjudicialização.

Nesse percurso histórico acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Direito, consideramos importante trilhar pareceres do Conselho Nacional de Educação, considerando a relevância da discussão exposta nesses pareceres, os quais servem de subsídios para a elaboração dos textos das Diretrizes Curriculares Nacionais.

A perspectiva de análise no estudo desses documentos é a busca de elementos nos processos de formação dos cursos de Direito, que promovam a gestão adequada de conflitos. Ao trilhar esse caminho, é possível deparar-se com a reflexão acerca das condições exigidas pelos Núcleos de Práticas Jurídicas para a efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, na perspectiva da desjudicialização.

O Conselho Nacional de Educação é um órgão governamental, responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais nas diferentes modalidades e etapas de ensino. Essas diretrizes implementam os princípios, objetivos, competências e habilidades a serem desenvolvidos em cada nível de ensino.

As discussões dos pareceres do Conselho Nacional de Educação apontam importantes reflexões sobre as mudanças da concepção de currículos mínimos para todos os cursos, para as diretrizes curriculares que consideram as especificidades dos processos de formação de cada profissional.

A concepção de currículos mínimos previa um detalhamento das disciplinas e cargas horárias que deveriam ser cumpridas pelas instituições de ensino superior. Esse detalhamento era exigido pelo Ministério da Educação para a garantia da autorização e do reconhecimento dos cursos.

É importante ressaltar que a autorização do curso pelo Ministério da Educação consiste na avaliação e concessão da permissão para o funcionamento de um curso superior no Brasil. A autorização é a etapa inicial, devendo o curso solicitar num período, geralmente, de dois a cinco anos, para seu reconhecimento. Trata-se de uma etapa posterior à autorização, envolvendo uma avaliação mais abrangente. Na autorização, o curso apresenta o que pretende oferecer e, no reconhecimento, o curso apresenta os relatos, as comprovações, as evidências do que foi apresentado como propostas para o curso.

Os currículos mínimos profissionalizantes eram exigidos pelo Ministério da Educação, justificados por uma “suposta igualdade entre os profissionais de diferentes instituições, quando obtivessem os seus respectivos diplomas, com direito de exercer a profissão” (MEC, 2018).

A configuração formal rígida era uma das principais características dos currículos mínimos, daí a expressão “grade curricular”, expressando aprisionamento e submissão. As instituições de educação não possuíam liberdade para organizar os cursos de “acordo com o projeto pedagógico específico ou de mudarem essas atividades curriculares e seus conteúdos segundo as novas exigências da ciência, da tecnologia e do meio” (MEC, 2020).

Importantes documentos contribuíram para a reflexão da necessidade da superação desse modelo de currículo mínimo, para outros modelos que atendam ao disposto no Artigo 43 da LDB nº 9394/96, que trata das finalidades da educação superior.

De fato, a proposta rígida dos currículos mínimos não coaduna com as propostas de estímulo da criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; da formação de profissionais aptos para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua, nem para entendimento do homem e do meio em que vive (MEC, 2012).

Nesse mesmo diapasão, o formato padronizado e rigoroso dos currículos mínimos não garante o estímulo do conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Enquanto os currículos mínimos estavam comprometidos com a emissão de um diploma para o exercício profissional, as Diretrizes Curriculares Nacionais não se vinculam ao diploma e ao exercício profissional, mas sim aos processos formativos. Ademais, os currículos mínimos encerravam a concepção do exercício do profissional, enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais concebem a formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas.

As decisões deliberadas pelo Conselho Nacional de Educação, aqui apresentadas, mostram reflexões e justificativas da necessidade da mudança do modelo do currículo mínimo para uma proposta flexível, plural, que atenda às especificidades de cada contexto. Trata-se do desafio proposto por Edgar Morin acerca das ideias da teoria da complexidade, da construção do conhecimento numa perspectiva multidimensional.

Na ideia de melhor compreender essas deliberações, foram feitas abordagens acerca de diferentes pareceres do Conselho Nacional de Educação. O Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002, apresenta discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. O Parecer CNE/CES nº 67/2003, aprovado em 11 de março de 2003, apresenta o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação.

Os documentos deliberados a partir de 2004 apresentam um discussão mais específica para a educação jurídica, consolidada no Parecer CNE/CES nº 55/2004, aprovado em 18 de fevereiro de 2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito; o Parecer CNE/CES nº 211/2004, aprovado em 8 de julho de 2004, traz reconsiderações acerca do Parecer CNE/CES 55/2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.

Neste trabalho, deu-se maior ênfase à Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, dadas as discussões acerca do projeto pedagógico do curso e à referência ao Núcleo de Prática Jurídica como espaço de realização do estágio curricular obrigatório.

A Resolução nº 9/2004 evidencia que os cursos de graduação em Direito deverão assegurar, no perfil do aluno em Direito, formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, associada a uma postura reflexiva e de visão crítica que desenvolva a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

É relevante comentar que, a essas exigências, a Resolução aponta a qualidade de “sólida formação” (grifo nosso), configurando mais ainda o desafio proposto para as instituições de educação. Nesta pesquisa, o foco não era aprofundar sobre as determinações da Resolução nº 9/2004, mas foi inevitável a lembrança da obra de Marshall Berman (2007), intitulada “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Essa obra apresenta uma visão dos tempos modernos, com elementos de investigação do espírito da sociedade e da cultura dos séculos XIX e XX.

O Artigo 4º da mesma Resolução em análise apresenta referências a habilidades e competências que devem ser possibilitadas pela formação nos cursos de graduação em Direito. Compreendemos por habilidades e competências o proposto pelo autor Philippe

Perronoud. Assim, fez-se uma abordagem sobre a compreensão de Perrenoud acerca das “Dez novas competências para ensinar” (2004), apresentando analogias com as habilidades e competências propostas pela Resolução que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito.

Perrenoud (2004) desenvolve as competências para o ensino baseadas nas demandas apresentadas pela sociedade do final dos anos 90. Sua obra foi amplamente divulgada entre os profissionais de educação, sendo sistematizada em dez competências: 1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem; 2. Trabalhar em equipe; 3. Gerir a própria formação contínua; 4. Utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação; 5. Enfrentar situações-problema; 6. Construir um pensamento lógico, crítico e criativo; 7. Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos; 8. Conhecer e compreender o mundo; 9. Agir com autonomia e 10. Aprender a ser.

O principal objetivo desta reflexão sobre as competências diz respeito ao desafio da preparação dos alunos para uma formação integral e do desenvolvimento de habilidades não apenas circunscritas aos aspectos da formação profissional, mas para a vida pessoal, para a vida em sociedade, em e na relação com os outros.

As habilidades e competências exigidas pela Resolução nº 9/2004 envolvem aspectos como leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; interpretação e aplicação do Direito; pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; julgamento e tomada de decisões; e domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

O Artigo 5º da Resolução em questão indica que o projeto pedagógico do curso deve contemplar eixos de formação que precisam estar interconectados, quais sejam: formação fundamental, profissional e prática. Dentre esses eixos, nosso olhar está direcionado para o eixo da formação prática, que discute a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares (MEC, 2019).

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório e é realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica. Dentre esses domínios indispensáveis, pontua-se a necessidade da formação acerca da gestão adequada dos conflitos.

O Parecer CNE/CES nº 362/2011, aprovado em 1º de setembro de 2011, trata da solicitação para que seja verificada a possibilidade de se aperfeiçoar a redação do Artigo

7º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que trata dos núcleos de prática jurídica. O Parecer CNE/CES nº 150/2013, aprovado em 5 de junho de 2013, trata da revisão do Artigo 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. A Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017, altera o Artigo 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito.

O Parecer CNE/CES nº 635/2018, aprovado em 4 de outubro de 2018, revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito. A Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito.

O Parecer CNE/CES nº 757/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020, altera o Artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito e a Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, altera o Artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, documento essencial para a construção de um curso numa perspectiva de cultura de paz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As resoluções outrora listadas poderão ser aprofundadas pelo leitor no sentido de trilhar o caminho para compreensão normativa da organização dos cursos de graduação em Direito.

Os estudos de Edgar Morin sobre a teoria da complexidade e de Perrenoud sobre as habilidades e competências para o ensino, nos indicam caminhos teóricos e metodológicos que garantam possibilidades de formação de profissionais de Direito promotores de uma cultura de paz.

As reflexões acerca das exigências feitas pelos documentos oficiais do Ministério da Educação indicam possibilidades da atuação dos cursos de graduação em Direito, como capazes de contribuir para a efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, por vias plurais e diversificadas.

Nessa perspectiva, as discussões teóricas no desenvolvimento das disciplinas obrigatórias e optativas, os espaços ofertados como campos de estágio, a exemplo dos Núcleos de Práticas Jurídicas e os projetos de extensão, podem constituir-se como caminhos de efetivação do direito do acesso à justiça.

A discussão acerca do papel dos Núcleos de Práticas Jurídicas, como promotores da gestão adequada de conflitos na perspectiva da desjudicialização, está circunscrita no disposto no Artigo 3º da Resolução nº 125/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da efetivação de parcerias para a garantia do direito fundamental do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis(Orgs). **Educação e complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **CNJ em Números 2020.** CNJ, 2019^a. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>> Acesso em: 07 ago. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/const_ituicao.htm>. Acesso em: maio 2024.

_____. Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: maio 2024.

CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. **Revista de processo**, São Paulo, ano 19, n. 74, p. 82-97, abr.-jun. 1994.

FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon P (Org). **As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito:** Múltiplos olhares. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019. 336 p.

GORETTI, Ricardo. **Gestão adequada de conflitos:** do diagnóstico à escolha do método para cada caso concreto. Salvador: Jus Podvm, 2019.208p.

LE MOIGNE, Jean-Louis; MORIN Edgar. **Inteligência da complexidade, epistemologia e pragmática.** Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

MENDONÇA, Rafael. **(Trans) Modernidade e Mediação de conflitos.** 1. Ed. Habitus, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

_____. **Meu caminho-entrevistas com Djéname Karel Tager.** Tradução Edgar de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 378 p.

SANTOS, Ricardo Goretti. **Gestão adequada de conflitos.** Salvador: Editora JusPodvium, 2019, 208 p.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/const_ituicao.htm>. Acesso em: maio 2021.

_____. Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 20 mai. 2024.

CAPÍTULO 10

SUPORTE BÁSICO DE VIDA E OS AVANÇOS NAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA CAPACITAÇÃO DE PESSOAS LEIGAS

João Lucas Tomás Vieira

Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5765808037400696>

Vanessa Mesquita Ramos

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialista em Saúde Pública pelo Instituto de Teologia Aplicada (INTA) e UTI neonatal e pediátrica pela Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia - EFSFVS. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará, Professora do Curso de Enfermagem do Centro Universitário INTA-UNINTA Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9373222050522349>
<https://orcid.org/0009-0006-6895-6035>

Kesia Marques Moraes

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Professora do Curso de Enfermagem do Centro Universitário INTA-UNINTA. Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8797330558006076>
<https://orcid.org/0000-0002-5738-9020>

Honara Lima Bandeira

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Luciano Feijão. Faculdade Luciano Feijão, Sobral – CE, Brasil

Adilio Moreira de Moraes

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e em Pedagogia pela Faculdade Kurios – FAK. Especialista em Treinamento Desportivo, Metodologia do Ensino Superior, Gestão Escolar e Fisiologia do Exercício e Biomecânica do Movimento. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física das Universidades de Pernambuco UPE/Universidade Federal da Paraíba UFPB. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Universidade Paulista, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1836381861391709>

RESUMO: O Suporte Básico de Vida (SBV) é um conjunto de medidas essenciais aplicadas no socorro imediato à Parada Cardiorrespiratória (PCR), visando manter a circulação e a oxigenação até que o tratamento avançado seja possível. O

presente estudo teve como objetivo a identificação dos avanços das estratégias educacionais para a capacitação de pessoas leigas em SBV. Trata-se de uma revisão integrativa realizada no portal de dados da Biblioteca Virtual em Saúde por meio do cruzamento dos descritores em saúde: Suporte Básico de Vida AND Educação em Saúde. Foram encontrados duzentos e cinquenta e seis artigos que foram submetidos aos critérios de inclusão: textos escritos em inglês e português, completos e publicados entre os anos de 2019 a 2024; e de exclusão: artigos repetidos, artigos de opinião, artigos de reflexão e artigos que não abordaram diretamente o tema abordado. Ao final, 11 artigos compuseram os resultados deste estudo. A partir da leitura dos artigos selecionados identificou-se como inovação em estratégias educacionais para o ensino do SBV para leigos o uso de manequins, realidade virtual, materiais didáticos e vídeos inclusivos, que enfatizam a importância da prática com diferentes estratégias e enfoque para a eficácia na realização de manobras de salvamento. Conforme se depreende das informações amealhadas, tem-se que as estratégias educacionais direcionadas ao ensino de RCP para leigos, considera fundamental a continuidade de investimentos e promoção do uso de ferramentas educacionais para assegurar que mais pessoas estejam preparadas para agir eficazmente.

PALAVRAS-CHAVE: Suporte Básico de Vida, Primeiros Socorros, Educação em Saúde.

BASIC LIFE SUPPORT AND ADVANCES IN EDUCATIONAL STRATEGIES FOR TRAINING LAY PEOPLE

ABSTRACT: Basic Life Support (BLS) is a set of essential measures applied in the immediate response to Cardiopulmonary Arrest (CPA), aiming to maintain circulation and oxygenation until advanced treatment is possible. This study aimed to identify the advances in educational strategies for training lay people in BLS. It is an integrative review conducted on the Virtual Health Library data portal through the intersection of health descriptors: Basic Life Support AND Health Education. Two hundred and fifty-six articles were found and subjected to inclusion criteria: texts written in English and Portuguese, complete, and published between 2019 and 2024. Exclusion criteria included: duplicate articles, opinion articles, reflection articles, and articles that did not directly address the topic. In the end, 11 articles composed the results of this study. From the reading of the selected articles, innovations in educational strategies for teaching BLS to laypeople were identified, such as the use of mannequins, virtual reality, didactic materials, and inclusive videos, which emphasize the importance of practice with different strategies and focus on the effectiveness of performing rescue maneuvers. Based on the information gathered, it is clear that educational strategies aimed at teaching CPR to laypeople are essential, and continuous investment and promotion of the use of educational tools are necessary to ensure that more people are prepared to act effectively.

KEYWORDS: Basic Life Support, First Aid, Health Education.

1. INTRODUÇÃO

O Suporte Básico de Vida (SBV) representa um conjunto de ações sequenciadas que visa manter a circulação sanguínea e oxigenação dos tecidos até a chegada de uma equipe especializada (Carvalho et al.,2020). Há relatos bíblicos que descrevem tentativas de reanimação, sendo considerado por muitos historiadores o primeiro registro de manobras de Reanimação Cardiopulmonar (RCP) (II Reis 4:34-35).

A American Heart Association (AHA), desde a década de 1990, já havia constatado que as intervenções pré-hospitalares melhoravam drasticamente o prognóstico de vítimas de Parada Cardiorrespiratória (PCR) em ambientes de vida, desde que cidadãos comuns pudessesem identificar situações e soubessem realizar a primeira assistência (Gomes et al., 2016).

Neste contexto, o protocolo de PCR apresenta como orientação as cadeias de sobrevivência extra e intra hospitalar no SBV que se constituem pelo reconhecimento precoce e acionamento do serviço de emergência, focada nas compressões torácicas e utilização do Desfibrilador Externo Automático (DEA) (AHA, 2020).

No Brasil, aproximadamente 200 mil indivíduos anualmente sofrem morte súbita devido a arritmias cardíacas fora do ambiente hospitalar. Entre os casos de parada cardíaca fora dos hospitais, 86% ocorrem nas residências das vítimas, ao passo que 14% acontecem em locais públicos ou áreas de grande aglomeração de pessoas, como shoppings e clubes, conforme informações fornecidas pela Sociedade Brasileira de Arritmias Cardíacas (SOBRAC, 2018).

Neste contexto, o ensinamento a respeito sobre SBV como meio de prevenção, tem como meta aumentar a prevalência da RCP e melhorar a competência de indivíduos não especializados em situações de emergência extra-hospitalares (AHA, 2020).

Com isso, é crucial identificar, desenvolver e empregar tecnologias educativas para informar e capacitar as pessoas sobre as manobras requeridas no SBV. Com esses conhecimentos, pessoas sem formação na área da saúde podem identificar sinais de alerta e agir precocemente, aumentando assim as chances de sobrevivência (Alshehri et al., 2019).

Observa-se, portanto, a relevância em capacitar leigos para o SBV, considerando que as estratégias educacionais estão sofrendo grandes mudanças pelas transformações tecnológicas da atualidade. Portanto, a identificação dessas estratégias educacionais voltadas para a educação em saúde da população leiga é essencial para a ampliação do conhecimento na área, o que por sua vez pode contribuir para a disseminação de informações que poderão repercutir em uma resposta inicial rápida, eficaz e capaz de manter a vida até a chegada de ajuda profissional.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa que tem como objetivo reunir e resumir os resultados de pesquisas sobre um tema específico de forma organizada e sistemática, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento sobre o assunto. As revisões integrativas abrangem uma ampla gama de estudos, podendo incluir pesquisa empírica, revisão da literatura teórica, ou ambos, dependendo do objetivo do estudo (Mendes et al., 2012).

Desse modo, o critério de seleção foi realizado de acordo com a pergunta norteadora: “Quais os avanços nas estratégias educacionais para a capacitação de leigos em Suporte Básico de Vida?”, de forma a considerar os participantes, a intervenção e os resultados almejados.

A coleta de dados do estudo foi realizada no mês de maio de 2024 a partir da busca de publicações pertinentes ao tema e conforme os critérios de inclusão: estudos publicados entre os anos de 2019 a 2024, escritos na língua portuguesa e inglesa e artigos completos. Foram critérios de exclusão: os artigos repetidos, artigos de opinião, artigos de reflexão, e artigos que não abordaram diretamente o tema deste estudo.

A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), visto que se trata de um portal de dados conhecidos e muito utilizados por acadêmicos e profissionais da área de saúde e pelo rigor na classificação de seus periódicos. Os descritores utilizados foram: Suporte Básico de Vida AND Educação em Saúde.

Nesses termos, foram encontrados 256 artigos na busca nas bases de dados, desses, 215 foram excluídos e a partir da leitura minuciosa dos trabalhos na íntegra, foram incluídas 11 produções para análise.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O Suporte Básico de Vida (SBV), também conhecido pelo termo em inglês *Basic Life Support*, consiste em um conjunto de ações realizadas em uma vítima de parada cardiorrespiratória, com o objetivo de aumentar as chances de sobrevivência. Essas ações podem ser executadas por voluntários, desde que a pessoa responsável compreenda e saiba como realizar o procedimento de forma adequada (Olaveengen et al., 2021).

A PCR é caracterizada pela interrupção da atividade elétrica e mecânica do músculo cardíaco, resultando na transformação da dinâmica do corpo em estagnação e desencadeando uma crise estrutural total (Hall et al., 2021)

Diante de uma PCR, o SBV não apenas exige habilidade e eficiência no manejo, mas também requer uma abordagem rápida ao paciente, uma vez que, após 10 minutos em PCR, o corpo pode entrar em processo de acidose e disfunção celular grave, afetando principalmente os órgãos vitais (cérebro, coração, fígado e pulmão), o que resulta em uma drástica redução nas chances de sobrevivência (Brandão et al., 2023).

O Suporte Básico de Vida compreende um conjunto de abordagens direcionadas a sustentar o suporte vital da vítima até a chegada da equipe de emergência. Essas ações têm como objetivo melhorar as perspectivas de pacientes que sofreram uma PCR em ambientes pré-hospitalares (Alves et al., 2013).

No Brasil, o precursor da RCP foi John Cook Lane, nascido em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, formou-se na Escola Paulista de Medicina em 1954. Ele desenvolveu interesse e se dedicou aos estudos sobre RCP em 1960, durante seu último ano de

residência cirúrgica nos EUA. Ao regressar ao Brasil, não encontrou profissionais focados nessa área, o que o motivou a iniciar suas próprias investigações e a se especializar. Seus primeiros trabalhos nesse campo datam de 1963, e seu estudo inaugural comparou os métodos existentes de respiração artificial e compressão torácica externa, demonstrando a eficácia superior da ventilação boca a boca em relação aos outros métodos (Guimarães et al., 2009).

Os socorristas leigos têm dificuldades de determinarem com precisão se uma vítima possui pulso palpável e a possibilidade de aguardar para iniciar a RCP em uma vítima sem pulso apresenta um risco maior do que o dano potencial causado por compressões torácicas desnecessárias. Portanto, é recomendado que os leigos iniciem a RCP diante da suspeita de PCR, considerando que o risco de prejudicar o paciente é baixo caso ele não esteja em PCR (AHA, 2020).

O protocolo do SBV criado pela AHA, engloba uma gama de elementos do atendimento pré-hospitalar, que incluem desde a chamada para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) até o reconhecimento apropriado de uma situação de PCR e a subsequente aplicação do protocolo adequado.

É importante destacar que identificar prontamente a emergência e acionar rapidamente os serviços médicos, pode ser determinante na sobrevivência do paciente. Com orientações precisas por telefone, o solicitante pode iniciar as compressões torácicas imediatamente, aguardando a chegada do socorro especializado (AHA, 2020).

Os programas de treinamento em primeiros socorros devem ser contínuos, indo além da teoria para incorporar práticas tangíveis. Os conteúdos apresentados devem ser demonstrados e visualizados, envolvendo atividades práticas e simulações realistas que reproduzam cenários próximos das situações reais. Isso permite que os participantes atuem de maneira dinâmica e diligente, buscando adquirir ou aprimorar habilidades psicomotoras durante o processo de aprendizagem (Almeida et al., 2020).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor analisar e demonstrar os resultados desta pesquisa foram elaboradas categorias. A seguir será descrita a caracterização dos estudos e as categorias temáticas com as discussões acerca da temática estudada.

Neste tópico são apresentadas as principais características dos estudos identificados segundo título, autor, ano e metodologia conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos selecionados segundo título, autor, ano de publicação e tipo de estudo,Sobral-CE,2024.

Nº	TÍTULO	AUTOR/ ANO	METODOLOGIA
A1	Educação em ressuscitação cardiopulmonar somente com as mãos: uma comparação entre feedback na tela e feedback sobre compressão, sala de aula e educação por vídeo.	Heard, D. G.; Andresen, K.H.; Guthmiller, K. M.; Lucas, R.; Heard, K.J.; Blewer, A.L.; Abella, B.S.; Gent, L.M.; Sasson, C., 2019.	Ensaio randomizado
A2	Usando um sistema de realidade virtual imersivo para avaliar a resposta do provedor leigo a uma parada cardíaca súbita simulada não anunciada em ambiente extra-hospitalar.	Leary, Marion RN, MSN, MPH; Almodóvar, Alfredo Jr. BS; Buckler, David G. BA, NRP; Bhardwaj, Abhishek MD; Blewer, Audrey L.MPH; Abella, Benjamin S. MD, MPhil, 2019.	Estudo observacional
A3	Treinamento de pessoas leigas em RCP e o uso do Desfibrilador Externo Automático e seu impacto social.	Villalobos, F.; Del Pozo, A.; Rey-Reñones, C.; Granado-Font, E.; Sabaté-Lissner, D.; Poblet-Calaf, C.; Basora, J.; Castro, A.; Flores-Mateo, G. 2019.	Estudo epidemiológico
A4	Suporte Básico de Vida:uma ferramenta acessível na formação de leigos.	Bonizzio, C.R.; Nagao, C.K.; Polho, G.B.; Paes, V.R., 2020.	Estudo qualitativo
A5	Instrumento em língua de sinais para a avaliação do conhecimento de surdos acerca da Ressuscitação Cardiopulmonar.	Galindo-Neto, N. M.; Lima, M.B.; Barros, L. M.; Santos, S. C.; Caetano, J. Á., 2020.	Estudo qualitativo
A6	Combinação ideal de profundidade e taxa de compressão torácica no treinamento de reanimação em realidade virtual.	Nas, J., Thannhauser, J., Geuns, R.J.M., Royen, N., Bonnes, J.L., Brouwer, M. A., 2021	Ensaio randomizado
A7	Avaliação de conhecimento e das autoeficárias antes e após ensino de suporte básico de vida a crianças.	Monteiro, M.L.R.B.P.; Ferraz, A.I.B.; Rodrigues, F.M.P., 2021.	Estudo longitudinal
A8	Efetividade de vídeo educativo no conhecimento de leigos em sala de espera sobre a reanimação cardiopulmonar.	Araújo, D. V.; Sampaio, J.V. Ferreira; Oliveira, I.K.M.; Silva Júnior, J.A.; Neto, N.M.G.; Barros, L.M., 2022.	Estudo quase-experimental
A9	Aprendendo a ressucitar na escola. Estudo em alunos de 8 a 12 anos.	Martínez-Isasi, S.; Abelairas-Gómez, C.; Pichel-López, M.; Barcala-Furelos, R.; Varela-Casal, C.; Vázquez-Santamaría, D.; Sánchez-Santos, L.; Rodríguez-Núñez, A., 2022.	Estudo quase-experimental
A10	Elaboração de vídeo educativo sobre reanimação cardiopulmonar com compressões torácicas em adultos.	Carmo, R.L.; Panho, E.L.; Quadros, C.A. Z.; Santos, J.V.A.L.; Pitilin, E.B.; Araújo, J.S.; Dantas, R.A.S.; Conceição, V.M., 2023.	Storyboard
A11	Efetividade de vídeo educativo no conhecimento e habilidade de surdos para ressuscitação cardiopulmonar: ensaio randomizado controlado	Galindo-Neto, N.M.; Sá, G.G.M.; Barros, L.M.; Lima, M. M.S.; Santos, S. M. J.; Caetano, J.Á., 2023.	Ensaio randomizado

Fonte: Autoria Própria (2024).

Analisando as informações do quadro 1, identificou-se que dois artigos foram publicados em 2023, dois em 2022, dois em 2021, dois em 2020 e três em 2019. Quanto aos tipos de estudos, três ensaios randomizados; dois estudos quase experimentais; dois estudos qualitativos, um estudo observacional, um estudo epidemiológico, um estudo longitudinal e um estudo de storyboard. O tipo de estudo mais utilizado foi o ensaio randomizado, que é um estudo que permite comparar diferentes intervenções ou tratamentos de forma imparcial e controlada. Neste tipo de estudo, os participantes são aleatoriamente designados para receber uma das intervenções sendo testado, o que ajuda a minimizar vieses e a garantir que os resultados sejam atribuíveis às intervenções e não a outros fatores externos.

Quadro 2 - Distribuição dos trabalhos selecionados conforme objetivo, resultados e principais evidências, Sobral-CE, 2024.

Nº	Objetivos	Principais evidências
A1	Compararemos 3 métodos de educação em ressuscitação cardiopulmonar (RCP) somente com as mãos, usando pontuações de desempenho	Este estudo utilizou realidade virtual (VR) onde os participantes usaram dispositivos de VR e manequins de RCP para avaliar a efetividade de diferentes tipos de RCP
A2	Caracterizar a resposta de espectadores leigos a um evento simulado de parada cardíaca súbita (SCA) em realidade virtual não anunciado, durante um cenário multissensorial.	Esta pesquisa investigou o uso da realidade virtual para a criação de um cenário de PCR multissensorial, registrando a capacidade dos participantes de seguir a Cadeia de Sobrevida da American Heart Association e a qualidade da RCP
A3	Oferecer curso de treinamento de PCR e o uso do DEA para pessoas leigas.	Este estudo avaliou um programa de treinamento em RCP e uso de DEA para leigos, em que os participantes avaliaram positivamente a formação dada, destacando o impacto social positivo do programa educacional.
A4	Avaliar a eficiência de um novo método de treinamento de leigos em ressuscitação cardiopulmonar (RCP).	Avaliar a eficiência de um novo método de treinamento de leigos em ressuscitação cardiopulmonar (RCP).
A5	Comparar a qualidade da RCP entre o treinamento presencial e o treinamento de RCP Lifesaver VR	Esta pesquisa utilizou métodos de realidade virtual destacando a adaptação necessária para atender aos novos critérios de qualidade de compressão e frequência, podendo ser uma ferramenta para disseminar novos padrões de qualidade.
A6	Avaliar o impacto de uma sessão de treinamento em suporte básico de vida no conhecimento teórico e na autoeficácia imediatamente após o treinamento e seis meses depois, em uma população pediátrica	Nesse estudo foi realizada uma sessão de treinamento em RCP para crianças com animais de pelúcia, com foco na inovação educacional para o treinamento eficaz e sustentável destacando o potencial para aumentar as taxas de RCP por espectadores.
A7	Avaliar o impacto de uma sessão de treinamento em suporte básico de vida no conhecimento teórico e na autoeficácia imediatamente após o treinamento e seis meses depois, em uma população pediátrica.	Nesse estudo foi realizada uma sessão de treinamento em RCP para crianças com animais de pelúcia, com foco na inovação educacional para o treinamento eficaz e sustentável destacando o potencial para aumentar as taxas de RCP por espectadores.

A8	Avaliar a efetividade de vídeo educativo no conhecimento de leigos em sala de espera de uma unidade básica de saúde acerca da reanimação cardiopulmonar.	Este estudo apresentou um vídeo educativo para leigos sobre RCP em uma unidade básica de saúde, havendo um aumento significativo no conhecimento quanto a PCR, número do Samu, posição de vítimas, entre outros
A9	Avaliar quantitativamente a capacidade de aprendizagem em suporte básico de vida (teórico e prático) de escolares de 8 a 12 anos com um programa de formação adaptado às escolas	Este estudo realizou um treinamento por meio de sessões teóricas e práticas, relacionadas a SBV, utilizando manequins com orientação de áudio em tempo real e feedback visual, medindo a qualidade das compressões torácicas e a correta sequência de suporte vital básico no ambiente escolar
A10	Desenvolver e analisar a validade de face e de conteúdo de um storyboard para a construção de um vídeo educacional para treinar leigos em ressuscitação cardiopulmonar apenas com compressões torácicas em adultos.	Este resumo buscou desenvolver e validar um storyboard para a criação de um vídeo educativo sobre a RCP destinado ao treinamento de leigos apenas com compressões torácicas em adultos
A11	Analizar a efetividade de vídeo educativo no conhecimento e habilidade de surdos acerca da ressuscitação cardiopulmonar.	Esta pesquisa utilizou um vídeo educativo para o aumento do conhecimento e habilidades de surdos acerca da RCP, utilizando dois grupos distintos, o de intervenção e o de controle, adaptando a preparação de indivíduos surdos para situações de emergência.

Fonte: Autoria Própria (2024).

Identificou-se que os trabalhos encontrados apontavam estratégias educacionais, destacando a importância de cada método e disseminando o conhecimento em SBV para casos de emergências médicas em ambientes extra hospitalares, o que destaca a necessidade de meios eficazes para capacitar socorristas leigos.

A partir da leitura dos artigos selecionados identificou-se como inovação em estratégias educacionais para o ensino do SBV para leigos o uso de manequins, realidade virtual, materiais didáticos e vídeos inclusivos, que enfatizam a importância da prática com diferentes estratégias e enfoque para a eficácia na realização de manobras de salvamento.

No tocante à simulação virtual e/ou manequins, tem-se a utilização de diversos métodos educacionais, como abordam os artigos A1, A2, A4, A6 e A9 que exploram a realidade virtual e/ou o uso de manequins como forma de avaliação e fortalecimento do desempenho, eficiência e capacitação de indivíduos leigos.

O estudo A1 comparou métodos de feedback na educação de RCP somente com as mãos, e nesse processo, a utilização de manequins foi essencial para proporcionar uma prática realista e permitir a avaliação imediata das técnicas de compressão, aprimorando significativamente a competência dos socorristas leigos (Heard et al., 2019).

De mesmo modo, o estudo A2 observa um sistema de realidade virtual (VR) imersivo para simular um evento de parada cardíaca súbita (PCS) em ambiente extra-hospitalar. Este método inovador destacou-se pela capacidade de criar experiências imersivas que aumentam a eficácia do treinamento (Leary et al., 2019).

Comparado ao estudo A1, o artigo A4 explora a acessibilidade do Suporte Básico de Vida (SBV), sublinhando a importância de manequins como forma de disponibilizar

recursos práticos que possibilitem uma aprendizagem ativa e a retenção das habilidades necessárias em situações de emergência (Bonizzio et al., 2020).

Por meio do artigo A6, determinou a combinação ideal de profundidade e taxa de compressão torácica durante o treinamento de RCP utilizando realidade virtual que simulava um cenário de emergência, combinando a tecnologia de VR com manequins para assegurar a correta execução das compressões, o que permitiu uma prática intensiva e detalhada, ajustando-se aos novos critérios de qualidade para RCP e aumentando a precisão das manobras realizadas (Nas et al., 2021).

O estudo A9, uma pesquisa em escolas, ensinando crianças de 8 a 12 anos a reanimar, através do uso de manequins, sendo essencial para que as crianças pudessem praticar as técnicas de RCP de maneira segura e eficaz. Desse modo, evidenciou-se que o treinamento em idades precoces, facilitam a aprendizagem e a retenção das técnicas de salvamento (Martínez-Isasi et al., 2022).

Em relação aos programas e sessões de treinamento, esses ofereceram metodologias práticas e interativas que enriqueceram o processo de aprendizagem e capacitação de indivíduos leigos, como foi explanado nos artigos A3 e A7, que avaliou um programa de treinamento em RCP e uso do DEA para leigos, e realizou uma sessão de treinamento em RCP para crianças, respectivamente.

Assim, a utilização de vídeos para abordar sobre SBV proporciona uma exposição dinâmica, que facilita o aprendizado e a retenção de informações, assim como foram referidos nos artigos A8 e A10, que enfatizam esta inovação educacional como facilitadora da assimilação de informações por indivíduos leigos.

Destarte, o desenvolvimento de instrumentos educativos em LIBRAS promove a acessibilidade no aprendizado de RCP, constituindo uma forma significativa de inovação educacional, que assegura a inclusão e a igualdade de oportunidades para os aprendizes, assim como nos artigos A5 e A11, que utilizam ferramentas educacionais adaptadas para a propagação do conhecimento acerca da RCP.

Os recursos referidos são exemplos acessíveis e facilmente disponíveis, que podem ser utilizados para simular a prática de RCP de forma realista e interativa. Ao transformar esses materiais comuns em ferramentas de treinamento em RCP, os instrutores podem tornar o aprendizado mais acessível e envolvente para o público leigo, incentivando a participação e a prática das técnicas de ressuscitação. A utilização dessas estratégias para simular um torso humano e os ursinhos de pelúcia para representar crianças ou bebês permite que os participantes do treinamento pratiquem as compressões torácicas e ventilações de forma mais próxima da realidade, sem a necessidade de equipamentos mais sofisticados ou dispendiosos. Essa abordagem criativa e improvisada apresentou ser especialmente útil em comunidades ou contextos onde os recursos materiais são escassos, ou limitados (Heard et al, 2019).

Investir em abordagens inovadoras e criativas no ensino de RCP pode contribuir significativamente para aumentar a preparação e a prontidão da comunidade em lidar com

situações de emergência e salvar vidas. Além disso, a educação em saúde desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Programas de treinamento em RCP nas escolas ou trabalho, por exemplo, são essenciais para aumentar a conscientização sobre emergências médicas e capacitar os indivíduos a agir de forma rápida e eficaz em situações de emergência (Andrade; Rezende, 2020).

Diferentes pesquisas trazem uma contribuição inovadora no contexto da RCP ao reunir as estratégias de ensino e aprendizagem voltadas para pessoas leigas, destacando as abordagens educacionais mais adotadas e efetivas. Ele ressalta a importância das habilidades como um aspecto crucial para compreender as deficiências educacionais existentes no desenvolvimento da competência. Além disso, avalia a qualidade dos estudos incluídos e promove a prática baseada em evidências (Lockey, et al., 2020).

O treinamento com manequins e instrutores é identificado como o mecanismo pedagógico mais utilizado. Oferecer a oportunidade para pessoas leigas participarem de cursos e treinamentos sobre RCP com instrutor aumenta sua capacidade prática e confiança, o que é fundamental para a sobrevivência das vítimas de PCR, especialmente considerando sua incidência elevada fora do ambiente hospitalar (Iser et al., 2019).

Um estudo experimental realizado em 2019 comparou o treinamento de RCP para pessoas leigas usando um instrutor e um manequim de baixa fidelidade, como estratégia de fácil aplicação, com o ensino por meio da web. O estudo não revelou diferenças estatisticamente significativas no desenvolvimento de habilidades cognitivas em RCP, mas, indicou a possibilidade de combinar o treinamento com manequim e instrutor com tecnologias educacionais para um ensino eficaz da RCP para leigos (Tsuyuki et al., 2020).

A inclusão de um dispositivo de feedback ao treinamento de RCP com instrutor e manequim potencializa os resultados de aprendizagem, assim como o uso de aulas de vídeos. Ambos os recursos educacionais se mostraram mais eficazes para desenvolver habilidades cognitivas e psicomotoras em pessoas leigas. Esses dispositivos são capazes de orientar o socorrista durante o atendimento, analisar a frequência e profundidade das compressões, e enviar comandos de texto e voz para ajustar as manobras em tempo real (Perez et al., 2020).

Sabe-se que determinados estudos também reforçam a afirmação de que associar um dispositivo de feedback ao treinamento com manequim e instrutor potencializa o processo de ensino e aprendizagem em RCP para pessoas leigas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou importantes avanços nas estratégias educacionais para capacitar pessoas leigas em SBV, refletindo melhorias significativas na resposta a situações de emergência pré-hospitalar. A análise da literatura demonstrou que a implementação de programas de treinamento contínuos, bem como o uso de tecnologias educativas, tem

potencial para aumentar a eficácia e a prevalência de intervenções de RCP realizadas por leigos.

Em síntese, as estratégias educacionais direcionadas ao ensino de RCP para leigos desempenham um papel crucial na capacitação da comunidade para lidar com situações de emergência. Ao proporcionar treinamento prático e acessível, essas tecnologias têm o potencial de salvar vidas e aprimorar a resposta da comunidade a emergências médicas. É fundamental continuar investindo e promovendo o uso dessas ferramentas educacionais para assegurar que mais pessoas estejam preparadas para agir eficazmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. DOS S. et al. Importância do conhecimento de professores do ensino fundamental sobre primeiros socorros: Revisão sistemática com metanálise / Importance of the know ledge of elementary school teachers about first aid: A systematic review with meta-analysis. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 63975–63985, 1 set. 2020.

ALSHEHRI, K. A. et al., **Awareness of the first aid management of foreign body aspiration among students**: A cross-sectional study. v. 8, p. 220–220, 1 jan. 2019.

ALVES, C. A.; BARBOSA, C. N. S.; FARIA, H. T. G. Parada Cardiorrespiratória e Enfermagem: o conhecimento a cerca do suporte básico de vida. **CogitareEnferm**.v. 18, n. 2, p. 296-301, 2013.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. 2020 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. **Circulation**, v. 142,n.16_suppl_2, p. S337-S357, 2020. Disponível em: <https://professional.heart.org/en/science-news/2020-aha-guidelines-for-cpr-and-ecc>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ANDRADE, Márcia; REZENDE, João. Educação em saúde: estratégias para a promoção da saúde e prevenção de doenças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 1, p. 1-12, 2020.

Bíblia Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida, revista e atualizada no Brasil. São Paulo: **Sociedade Bíblica do Brasil**; 1993. Antigo Testamento II Reis 4:31- 36.

BONIZZIO, C. R. et al. Basic Life Support: an accessible tool in layperson training. **Rev Assoc Med Bras (1992)**, p. 1300–1307, 2019.

BRANDÃO NETO R.A, Souza HP de, Marino LO, Marchini JFM, Alencar JCG, Turaça

K. **Medicina de emergência: abordagem prática**. 17^a ed. Barueri-SP: Editora Manole Ltda, 2023

CARVALHO, L. R. et al.,. Fatores associados ao conhecimento de pessoas leigas sobre suporte básico de vida. **Enfermeríaactualen Costa Rica**, n. 38, 13 jan. 2020.

GOMES, N. P. et al., PROJETO VIVA CORAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 30, n. 4, p. 1-10, 2016

GUIMARÃES, H. P. et al.,. Uma breve história da ressuscitação cardiopulmonar. **Rev. Soc. Bras. Clín. Méd**, p. 177–187, 2009.

HALL J.E, Hall ME. Guyton& Hall. Tratado de FisiologiaMédica. 14^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021

HEARD, D. G. et al. **Hands-Only Cardiopulmonary Resuscitation Education: A Comparison of On-Screen With Compression Feedback, Classroom, and Video Education.** Ann Emerg Med, p. 599–609, 2019.

ISER, Boris Y. et al. **Impact of instructor-led basic life support training on laypersons' willingness to perform bystander cardiopulmonary resuscitation.** Scandinavian Journal of Trauma, Resuscitation and Emergency Medicine, v. 27, n. 1, p. 47, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13049-019-0623-8>. Acesso em: 21 jun. 2024.

LOCKEY, Andrew S. et al. **International consensus on cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care science with treatment recommendations.** Resuscitation, v. 155, p. A1-A22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resuscitation.2020.07.026>. Acesso em: 21 jun. 2024

MARTÍNEZ-ISASI, S. et al. Aprendiendo a reanimar en la escuela. Estudio en escolares de 8-12 años. **An. pediatr. (2003. Ed. impr.)**, p. 17–24, 2022

MENDES, A. L.; PEREIRA, M. R.; ALMEIDA, J. F. *Leitura e produção de textos: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: **Editora Universitária**, 2012.

NAS, J. et al. Optimal Combination of Chest Compression Depth and Rate in Virtual Reality Resuscitation Training: A Post Hoc Analysis of the Randomized Lowlands Saves Lives Trial. **Journal of the American Heart Association**, v. 10, n. 2, 19 jan. 2021.

OLASVEENGREN T.M., SEMERARO F., RISTAGNO G. et al. Diretrizes do Conselho Europeu de Ressuscitação 2021: Suporte Básico de Vida. *Resuscitation*. 2021. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.16019.20007>

PEREZ, Marco A. et al. **Effects of real-time feedback devices on CPR quality: A systematic review and meta-analysis.** *Resuscitation*, v. 146, p. 54-61, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resuscitation.2019.10.042>. Acesso em: 21 jun. 2024

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARRITMIAS CARDÍACAS. Diretrizes para Ressuscitação Cardiopulmonar 2018. **Revista da Sociedade Brasileira de Arritmias Cardíacas**, v. 31, n. 4, p. 402-412, 2018.

TSUYUKI, Ross T. et al. **Combining traditional and web-based methods in CPR training for laypersons: Effectiveness and retention of skills.** *Journal of the American Heart Association*, v. 9, n. 5, p. e015637, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1161/JAHA.119.015637>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CAPÍTULO 11

POLÍTICAS DE GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE SOBRAL

Maria da Penha Cardoso

Doutora em Ciências da Educação – Universidad San Lorenzo – PY; Mestra em Ciências da Educação – Universidad San Lorenzo – PY; Especialista em Gestão Escolar – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA; Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA; Licenciada em História – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA; Licenciada em Pedagogia – Escola Superior de Curitiba – UNINTER. Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<https://orcid.org/0000-00018417-31-41>

Ana Claudia Sá Moraes

Doutora em Ciências da Educação – Universidade Federal do Ceará – UFC; Mestra em Ciências da Educação – Universidad San Lorenzo – PY; Especialista em LIBRAS – Faculdade Latino Americana de Educação – FLATED; Especialista Metodologia do Ensino Fundamental e Médio – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA; Licenciada em Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA; Licenciada em Letras – Universidade Estadual Vale do Acaraú- UEVA. Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<https://orcid.org/0000.0001-1951-0900>

Francisca Leiliene Sousa Siqueira

Especialista em Gestão Educacional pelo UNINTA. Graduação em Administração pelo UNINTA, Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela UVA, MBA em Secretariado Executivo pelo UNINTA. Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7998642613808731>

Iza Mara Souza Lopes

Especialista em Psicopedagogia institucional e clínica – UNINTA – Especialista em Pedagogia e Educação Corporativa Empresarial – UNINTA – Especialista em Didática do Ensino Superior – UNINTA – Licenciada em Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<https://orcid.org./0000-0001-8297-1051>

Ricelia de Moraes Lima

Especialista em Tutoria em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior – UNINTA; Especialista em Seguridade Social e Políticas Públicas – FAEX; Bacharelado em Serviço Social – UNOPAR; Bacharelado em Gestão de Recursos Humanos – UNINTA. Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/5359986848980804>

RESUMO: Este trabalho discute a temática “políticas de gestão escolar e qualidade da educação: a experiência de Sobral”, destacando a necessidade de novas perspectivas sobre as práticas de gestão escolar, com foco nas organizações educacionais do município de Sobral, Ceará. O objetivo deste artigo é relatar uma experiência vivenciada na gestão escolar no contexto da educação pública. Para iniciar essa reflexão, foram abordados novos paradigmas das organizações administrativas, tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços, onde predominam terminologias como controle, eficiência, eficácia e resultados. Esses termos, fortemente associados ao modelo capitalista, remetem à busca por ganho, lucro e produtividade. O embasamento teórico foi construído a partir dos estudos de Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), Paro (1997) e Gadotti (1996). No século XXI, ainda persiste a visão da escola como mera transmissora de conhecimento. Contudo, no contexto globalizado atual, é imprescindível que as instituições de ensino revisem suas posturas e renovem suas metodologias, promovendo um aprendizado que vá além da leitura e escrita. O intuito é elevar o potencial dos alunos para que participem ativamente na sociedade como cidadãos críticos, participativos e comprometidos com seu tempo. A partir dessas premissas, o foco deste estudo recai sobre a gestão escolar e o papel do gestor, cuja função é liderar a equipe e implementar estratégias que promovam uma verdadeira transformação. Espera-se que o gestor seja o principal articulador entre a escola e a comunidade, exercendo sua autoridade de forma participativa e colaborativa. Apesar de sua capacidade de tomada de decisões, ele deve ouvir a comunidade para, em conjunto, gerenciar, liderar e atingir os objetivos. Assim, a figura do gestor escolar assume um papel central no contexto educacional, carregando a responsabilidade de conduzir o processo de transformação, enquanto socializa os desafios e anseios da comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar; educação pública, liderança, autonomia.

SCHOOL MANAGEMENT POLICIES AND EDUCATION QUALITY: THE SOBRAL EXPERIENCE

ABSTRACT: This paper discusses the theme of “school management policies and the quality of education: the experience of Sobral”, highlighting the need for new perspectives on school management practices, with a focus on educational organizations in the municipality of Sobral, Ceará. The aim of this article is to report on an experience of school management in the context of public education. To begin this reflection, new paradigms of administrative organizations were addressed, both in the school environment and in other spaces, where terminologies such as control, efficiency, effectiveness and results predominate. These terms, strongly associated with the capitalist model, refer to the search for gain, profit and productivity. The theoretical basis was built on the studies of Libâneo, Oliveira and Toschi (2009), Paro (1997) and Gadotti (1996). In the 21st century, the view of the school as a mere transmitter of knowledge still persists. However, in today's globalized context, it is essential that educational institutions review their attitudes and renew their methodologies, promoting learning that goes beyond reading and writing. The aim is to raise students' potential so that they can actively participate in society as critical, participative citizens who are committed to their time. Based on these premises, the focus of this study is on school management and the role of the manager, whose job it is to lead the team and implement strategies that promote real transformation. Managers are expected to be the main link between the school and the

community, exercising their authority in a participatory and collaborative way. Despite their decision-making capacity, they must listen to the community in order to jointly manage, lead and achieve objectives. Thus, the figure of the school manager assumes a central role in the educational context, carrying the responsibility of leading the transformation process, while socializing the challenges and desires of the school community.

KEYWORDS: School management; public education, leadership, autonomy.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “Políticas de gestão escolar e qualidade da educação: a experiência de Sobral” tem como objetivo apresentar de forma descritiva questões que se destacam no campo educacional, especificamente as boas práticas de gestão escolar. A escolha desse tema se justifica pela necessidade de discutir novos enfoques nas organizações educacionais, com ênfase na gestão escolar no município de Sobral, Ceará.

A discussão inicia-se com uma análise do modelo de gestão implantado em Sobral a partir de 2001, fruto de uma decisão política alinhada à participação da sociedade civil. Esse modelo trouxe um novo olhar para a gestão escolar, colocando o aluno como protagonista e foco central de todas as ações.

A metodologia adotada neste estudo envolveu a aplicação de questionários em entrevistas com os gestores da rede municipal de ensino, abordando as políticas de gestão escolar no município, a superação de antigos paradigmas e as práticas inovadoras que fizeram de Sobral um modelo de excelência educacional no Brasil.

2. BOAS PRÁTICAS EM GESTÃO ESCOLAR NO SEMIÁRIO NORDESTINO: A EXPERIÊNCIA DE SOBRAL

Quando se fala em boas práticas de gestão escolar, muitas vezes se associa imediatamente essa responsabilidade à figura do diretor. No entanto, no município de Sobral, localizado no norte do Ceará, a 220 km da capital, essas boas práticas representam um conjunto de ações que envolvem não apenas o diretor, mas toda a comunidade local. Esse envolvimento ocorre tanto na sede do município quanto na zona rural, onde essas práticas se consolidam de maneira hegemonic e integrada.

Segundo Libâneo (2009), a gestão escolar pode ser compreendida a partir de duas grandes vertentes: uma de cunho científico-racional, focada na eficiência e no controle de processos, e outra de cunho sociopolítico, que enfatiza a participação democrática e o engajamento da comunidade. Nesse sentido, a gestão escolar é compreendida como um processo “formado por pessoas e para pessoas”. Libâneo (2009) ressalta esses processos estão inseridos na pedagogia da afetividade, onde pais e filhos participam ativamente, unindo a comunidade e a escola em um sentimento comum de participação e partilha. Dentro dessa abordagem, o racionalismo puro não encontra espaço, pois os processos tecnocráticos, voltados para a neutralidade, ignoram a natureza humana da escola, que é composta por pessoas, afetos e emoções.

Na experiência de Sobral, iniciada em 2001, o trabalho foi direcionado para as questões sociopolíticas, rompendo com antigos paradigmas. Para isso, foram adotadas estratégias que Libâneo (2009) definiu como “democrático-participativa”. Esse enfoque deu um novo significado aos processos educacionais à medida que os tornou mais orgânicos e colaborativos, promovendo a construção de ecossistemas comunicativos entre a gestão escolar e os demais envolvidos.

Sob essa perspectiva, o trabalho é conduzido de forma coletiva e participativa, caracterizando uma gestão compartilhada. Paro (1996) defende que a escola deve se organizar democraticamente com vistas a alcançar transformações, articuladas aos interesses da classe trabalhadora. Nesse contexto, Libâneo (2009, p. 294) destaca a relevância de uma gestão que atenda a determinadas condições para que a escola realize seus objetivos específicos:

A organização e gestão da escola correspondem, portanto, à necessidade de a instituição escolar dispor das condições e dos meios para a realização de seus objetivos específicos. Elas visam: a) prover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula; b) promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação, e fazer avaliação e o acompanhamento dessa participação; c) garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos.

Com base nas recomendações de Libâneo, é evidente que, para que a gestão escolar alcance seus objetivos, é fundamental considerar todos esses critérios. Eles apontam para a necessidade de uma gestão eficaz, capaz de desenvolver práticas que envolvam tanto a organização interna quanto a participação ativa da comunidade escolar. O foco deve estar na criação de condições favoráveis para o funcionamento da escola, no engajamento coletivo e, sobretudo, na garantia de que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

1.1 Gestão Escolar de Qualidade: Elementos Para Uma Gestão Eficaz

Ao longo da História da Educação no Brasil, diversos estudos têm demonstrado que a qualidade educacional, avaliada por meio dos índices de desempenho escolar, não ocorre de forma isolada. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado a uma série de fatores, incluindo o apoio e a vontade política dos gestores públicos. Conforme Gadotti (1997) aponta, é inviável construir um projeto eficaz de gestão escolar sem o respaldo do gestor municipal.

Paro (1996) aborda questões relacionadas à “decisão política” e à “visão sistêmica”, destacando a necessidade de superar as “cegueiras do conhecimento” (Morin, 2001) nas tomadas de decisão que moldam políticas educacionais sérias e robustas, capazes de fortalecer a gestão escolar.

No Brasil, poucas políticas educacionais têm como foco principal o bom desempenho da aprendizagem dos alunos. Embora existam diversos modelos de planejamento e planos

diretores, se essas ações estiverem centralizadas apenas na escola e na figura do diretor, os resultados dificilmente serão satisfatórios.

Documentos recentes, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incentivam as redes municipais de ensino a se reestruturarem e reformularem suas políticas educacionais com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Esses documentos funcionam como diretrizes que buscam não apenas aprimorar a gestão, mas também promover o fortalecimento da liderança escolar, garantindo que as tomadas de decisão sejam alinhadas com uma visão ampla e integrada das necessidades educacionais.

Os estudos de Oliveira, Paes de Carvalho e Brito (2020) destacam elementos fundamentais para garantir a qualidade da gestão escolar, dentre os quais se sobressaem a formação inicial do gestor e sua trajetória profissional. As pesquisas indicam que um número significativo de gestores possui licenciatura em Pedagogia, curso que contempla uma disciplina específica sobre gestão escolar, o que ressalta a importância da formação acadêmica na capacitação para o cargo de gestor.

Outro ponto importante abordado pelos autores refere-se ao processo de ingresso no cargo de diretor escolar. Paro (1996) defende a eleição como a forma mais adequada de seleção, criticando práticas clientelistas e o concurso público para essa função. No município de Sobral, os gestores são selecionados com base em princípios meritocráticos, diferenciando-se tanto do concurso público quanto da indicação política. Esse modelo de seleção visa garantir que o cargo de gestor seja ocupado por profissionais competentes e tecnicamente capacitados, fortalecendo o compromisso com a qualidade do ensino e a eficiência da gestão escolar.

O Censo Escolar de 2020, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apresenta uma estatística em relação à forma de ingresso dos gestores escolares no Brasil. Segundo o levantamento, 65% dos gestores assumem o cargo por meio de indicação, evidenciando o caráter clientelista que ainda predomina em grande parte do país. Esse modelo de indicação apresenta sérios desafios à qualidade da educação, uma vez que, ao estender o mandato dos diretores por longos períodos, ele tende a engessar processos e inovações na gestão escolar, comprometendo o dinamismo necessário para promover melhorias contínuas. Dentro desse contexto, a indicação política não se revela uma solução ecologicamente saudável para o cargo de dirigente escolar, já que ela privilegia relações de poder em detrimento de critérios técnicos e meritocráticos.

O Censo também aponta que apenas 6,2% dos gestores ingressam por meio de processo seletivo – estatística que inclui Sobral. Além disso, 7,5% dos diretores assumem a função por concurso público, 14,2% por eleição, 4,4% por um modelo híbrido de processo seletivo e concurso, e 2,7% por outras formas de ingresso.

De acordo com Libâneo (2004), a formação continuada desempenha um papel crucial na ampliação da visão estratégica dos gestores escolares, voltando-se para o

trabalho coletivo e visando a aprendizagem significativa. A eficácia desse processo não depende apenas da compreensão teórica dos conceitos apresentados pelos autores, mas também da aplicação prática das diretrizes estabelecidas pela legislação educacional.

A Lei nº 9394/96, conhecida como Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegura o direito à formação continuada para os profissionais em serviço, conforme especificado na Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015. Essa formação é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade educacional.

Nesse sentido, Libâneo (2004, p. 145) sublinha a importância do aperfeiçoamento contínuo em diversas dimensões da gestão escolar:

A organização e a gestão do trabalho escolar requerem o constante aperfeiçoamento profissional - político, científico, pedagógico - de toda a equipe escolar. Dirigir uma escola implica conhecer bem seu estado real, observar e avaliar constantemente o desenvolvimento do processo de ensino, analisar com objetividade os resultados, fazer compartilhar as experiências docentes bem-sucedidas [...].

Em Sobral, a formação continuada para gestores escolares foi uma das primeiras iniciativas adotadas pela gestão municipal. Inicialmente, ser licenciado em Pedagogia era suficiente para ocupar o cargo de diretor. No entanto, com o objetivo de aprimorar a gestão educacional e responder de forma mais eficaz às demandas da comunidade escolar, a administração municipal implementou medidas mais abrangentes.

Uma das principais ações foi a oferta de um curso de Especialização em Gestão Escolar para todos os diretores municipais, realizado em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Além da especialização, a gestão municipal introduziu um acompanhamento contínuo do tipo *coaching*, que pode ser descrito como um treinamento personalizado para os diretores.

Além da formação continuada, o processo de avaliação compartilhada desempenha um papel fundamental no alinhamento das decisões e procedimentos organizacionais. Essa avaliação permite a integração entre a direção da escola e a participação da comunidade, promovendo um princípio de relação orgânica que, segundo Libâneo (2004), reforça a eficácia da gestão.

Em Sobral, o fortalecimento da gestão escolar está intrinsecamente ligado à implementação de procedimentos de formação continuada, que se revelam cruciais para o crescimento e monitoramento das ações na escola. Essa abordagem é decisiva para assegurar que os gestores estejam atualizados e capacitados para enfrentar os desafios educacionais e administrativos.

Após a realização do processo seletivo para os gestores escolares e sua posse nas respectivas instituições, o município de Sobral estabeleceu um objetivo estratégico: implementar um sistema de avaliação abrangente, visando medir a qualidade do ensino

e, consequentemente, a eficácia da gestão escolar. Para isso, foram definidas metas específicas alinhadas com os padrões de excelência educacional.

A qualidade da gestão escolar deve ter como foco principal o gestor, responsável por coordenar as ações administrativas, pedagógicas e financeiras da instituição. Essas responsabilidades têm um impacto direto nos resultados da aprendizagem. A diferença se torna evidente quando esse foco é mantido consistentemente ao longo de um período prolongado, como demonstrado pela experiência de Sobral, que se estende por 20 anos.

Nesse contexto, a definição de metas e a implementação de estratégias de avaliações internas são fundamentais para atingir os objetivos essenciais da escola, com a colaboração ativa da comunidade e da sociedade civil.

A experiência de Sobral tem sido reconhecida como um modelo de referência, tanto nacional quanto internacional. A citação de Libâneo (2009,p.53) ilustra bem essa relevância:

A ideia de ter escolas como referência para a formulação e gestão de políticas educacionais não é nova, mas adquire importância crescente no planejamento de reformas educacionais exigidas pelas recentes transformações do mundo contemporâneo.

Um importante indicador da qualidade da gestão escolar na rede municipal de Sobral é a autonomia da gestão. Para garantir a eficácia da organização e administração da escola, é necessário que haja condições e recursos adequados para alcançar os objetivos específicos da instituição.

Segundo os autores da teoria sociocrítica, a valorização das ações dos profissionais é fundamental. As decisões tomadas, o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, bem como as inovações educativas implementadas, devem refletir as iniciativas e os interesses coletivos, além de promover interações efetivas com a comunidade. Libâneo (2009) descreve esse conceito como autonomia, enfatizando a importância de permitir que as escolas tenham liberdade para adaptar suas práticas e estratégias às necessidades locais, promovendo, assim, um ambiente educacional mais dinâmico e eficiente.

Em Sobral, um passo importante no fortalecimento da gestão escolar foi a concessão de autonomia aos gestores. Contudo, essa autonomia não se traduz na liberdade para o diretor fazer o que quiser. Em vez disso, ela permite que o gestor organize seu trabalho de maneira a construir um ambiente de aprendizagem e formação em colaboração com seus colegas e a comunidade.

A autonomia nas escolas de Sobral permite uma colaboração ativa de todos os envolvidos, promovendo uma gestão orgânica. Nesse modelo, o diretor não apenas exerce influência, mas também estimula o surgimento de novas lideranças. Cada profissional é encorajado a expandir seus conhecimentos e a implementar ações que fortaleçam a gestão da escola.

O projeto educacional de Sobral concebe a escola como um verdadeiro celeiro de formação, onde a participação de todos é essencial para transformar vidas e ampliar

horizontes. Essa abordagem visa educar, inovar e aprimorar continuamente as práticas organizacionais, criando um ambiente educacional dinâmico e enriquecedor.

Como afirma Libâneo (2009), “as pessoas mudam com as práticas educativas, as organizações mudam com as pessoas”. Amiguinho e Canário, citados por Libâneo (2009, p. 296), complementam: “Os indivíduos e os grupos mudam mudando o próprio contexto em que trabalham.” Essa visão destaca a interdependência entre a evolução das práticas educacionais, o desenvolvimento pessoal e a transformação das organizações.

2.2 Estratégias Que Transformaram O Panorama Educacional Em Sobral

No final do ano 2000, um diagnóstico realizado nas escolas municipais de Sobral revelou uma realidade surpreendente para a sociedade: embora os alunos frequentassem a escola, os professores ministrassem as aulas e os diretores “administrassem” as instituições, os professores não estavam conseguindo transmitir o conhecimento de forma eficaz, e a administração não se refletia em melhorias nos resultados educacionais.

Uma das primeiras medidas para enfrentar essa situação foi a implementação de um processo seletivo para diretores, que envolveu várias etapas de avaliação. Outra estratégia que se destacou foi o *fortalecimento da ação pedagógica* nas escolas, com ênfase na organização do tempo em sala de aula, a fim de apoiar a estruturação das aprendizagens e alcançar a excelência acadêmica.

O papel do diretor evoluiu de mero administrador para articulador das ações pedagógicas, com o objetivo de transformar a escola em um modelo de qualidade. A gestão escolar passou a incluir práticas eficazes, como o *controle da frequência dos alunos*, monitorado por toda a equipe escolar. Cada membro contribuiu para garantir que tudo estivesse em conformidade com um equilíbrio cuidadosamente planejado pela gestão.

Outra prática eficaz foi o *acompanhamento dos índices de desempenho dos alunos*. Coordenadores pedagógicos e diretores monitoravam de perto os índices de leitura e escrita, estabelecendo duas metas prioritárias para a gestão escolar: Meta 1 e Meta 2.

A Meta 1 focava no acesso das crianças à escola na idade apropriada. Antes mesmo da promulgação da Lei nº 11.274, de 2006, que estabelece as diretrizes para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade, Sobral já implementava essa normativa desde 2002. Assim, a Meta 1 visava assegurar que todas as crianças de 6 anos fossem matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental. A Meta 2, por sua vez, tinha como objetivo alfabetizar todas as crianças matriculadas do 2º ao 9º ano que ainda não dominavam a leitura e a escrita.

Para atingir as metas estabelecidas, todas as escolas implementaram uma série de estratégias, incluindo: a criação de rotinas pedagógicas em sala de aula; a elaboração de planos de aula estruturados; a avaliação contínua da aprendizagem curricular; a análise e o alinhamento pedagógico; a leitura diária dos diagnósticos realizados pela coordenação

pedagógica; o envolvimento das famílias no processo educativo; a socialização das práticas educativas pelos docentes para promover a excelência acadêmica; a redução do número de alunos por turma; o apoio irrestrito ao desenvolvimento das aprendizagens acadêmicas; o monitoramento de dados estatísticos da escola, como abandono e evasão; a elaboração coletiva da proposta pedagógica; e a criação de conselhos escolares para fomentar a participação da família.

Ao serem questionados sobre quais práticas eram mais vivenciadas nas escolas, todos os diretores entrevistados foram unânimes em destacar os resultados obtidos em termos de excelência acadêmica. Entre esses resultados, sobressaíram-se a alfabetização na idade apropriada, os níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e o bom diálogo com as famílias, que facilitava a melhoria dos processos organizacionais.

Segundo Libâneo (2009), uma instituição escolar eficaz é aquela que estabelece e mantém condições adequadas nas áreas organizacional, operacional e pedagógica. Essas condições são essenciais para que os professores possam realizar um trabalho de qualidade em sala de aula e, assim, garantir que todos os alunos tenham sucesso em suas aprendizagens.

3. METODOLOGIA

Para desenvolver a abordagem metodológica desta pesquisa, foi utilizado um formulário eletrônico, aplicado via *Google Forms*, dirigido a diretores envolvidos no início de um projeto educacional com foco na melhoria da qualidade da educação em Sobral. Esses diretores foram fundamentais na construção de um sistema educacional acessível e de alta qualidade para os filhos de trabalhadores, tratando a educação como um direito assegurado pela legislação nacional, e não como uma mera obrigação. O objetivo do projeto foi garantir que todos os alunos tivessem acesso ao aprendizado essencial de leitura, escrita e formação cidadã, promovendo a equidade e a dignidade no ensino.

O questionário aplicado aos gestores escolares da rede municipal de ensino incluiu questões abertas e fechadas com o objetivo de obter uma visão precisa sobre a gestão escolar. Esse modelo de gestão se baseia na premissa de que a eficácia aumenta quando a gestão é compartilhada, promovendo uma rede colaborativa e bem articulada por meio de ações planejadas, acompanhadas e avaliadas, dentro de um sistema educacional legitimado pela sociedade civil.

4. SOBRE AS AÇÕES QUE ESTRUTURARAM A POLÍTICA DE GESTÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SOBRAL

Ao iniciar o projeto da política educacional municipal, Sobral implementou um processo seletivo para diretores escolares, que marcou o início de uma série de ações transformadoras no setor educacional. De acordo com a pesquisa, todos os participantes consideraram o processo seletivo muito sério e bem conduzido.

Com a seleção criteriosa dos diretores, surgiram expectativas de mudanças significativas na educação municipal, alinhadas com os princípios legais que garantem o direito à educação. Essas mudanças não apenas impactaram o cenário educacional local, mas também começaram a influenciar o contexto regional e, eventualmente, o nacional.

O processo seletivo visou escolher profissionais para ocupar o cargo da gestão em escolas municipais. De acordo com pesquisas anteriores, ao contrário dos períodos em que as nomeações para diretores escolares eram feitas por indicação de vereadores, a seleção atual ocorreu sem intervenção política. Paro (1996) observa que, por muito tempo, a nomeação de diretores refletiu o clientelismo político, caracterizando-se como uma forma “curral eleitoral”, sustentada pelo favoritismo e pela exclusão das oposições.

A ausência de interferência política e clientelismo favorece decisões mais justas e a colaboração entre as escolas e as famílias, aprimorando as relações interpessoais. Libâneo (2009) sugere que a inovação na seleção dos dirigentes deve ser baseada em critérios de processos seletivos, enquanto, Paro (1996) defende a eleição como um princípio democrático-participativo.

Compreender o processo de seleção para gestores é essencial para analisar a dinâmica da educação e o papel do gestor na organização da escola. A implementação de uma política educacional séria e comprometida com a qualidade dos dirigentes envolve a escolha adequada do gestor, seja por eleição ou processo seletivo. Essas escolhas legitimam os processos educativos e promovem a participação ativa da comunidade escolar.

Ao analisar a segunda pergunta do questionário aplicado aos gestores, que abordou as etapas do processo seletivo, verificou-se que 33% dos respondentes indicaram a existência de quatro etapas, enquanto 66% mencionaram seis etapas.

A seriedade do processo foi crucial, pois não se tratava apenas de uma seleção comum, mas de um momento decisivo para o futuro da educação em Sobral, que estava iniciando um longo percurso em busca de qualidade para suas crianças. O processo incluiu um curso de formação, sensibilização, prova de conhecimentos gerais (escrita), prova situacional, entrevista e análise de títulos.

Gadotti (1997) reforça a importância do perfil do gestor escolar para garantir a qualidade educacional. Os gestores selecionados, com uma visão sistêmica, desempenham um papel fundamental na administração escolar, buscando a construção de uma comunidade de aprendizagens. Esse enfoque, aliado a práticas pedagógicas e de gestão democráticas e libertadoras, é essencial para alcançar os resultados desejados.

O projeto educacional de Sobral foi cuidadosamente idealizado e está sendo operacionalizado de acordo com os processos previstos pela legislação. Conforme o Artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

A formação dos profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nessa formação, a Base Comum Nacional (Brasil, 1996).

Uma das primeiras ações da gestão administrativa municipal foi oferecer gratuitamente uma especialização *lato sensu* para todos os gestores selecionados e empossados, em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Essa iniciativa reflete a visão sistêmica da administração sobre a importância da qualidade da educação e destaca o impacto positivo de gestores comprometidos e qualificados.

Nesse sentido, a política educacional de Sobral tem demonstrado preocupações concretas com a melhoria das condições estruturais, incluindo a formação continuada, as condições de trabalho, melhorias salariais e a regulamentação do plano de cargos e remunerações, entre outros aspectos importantes.

O curso de formação do Programa Escola Nota 10 foi realizado em 2001, no início do projeto educacional de Sobral, com uma carga horária de 80 horas. Essa formação continuada, certificada pelo Centro Avançado de Tecnologias Sociais Ayrton Senna – Educação para o Desenvolvimento Humano, abordou os seguintes tópicos: 1. Elaboração da proposta pedagógica; 2. Igualdade *versus* equidade: qual escolher; 3. O papel do diretor escolar, seu conhecimento e outras competências; 4. A avaliação na rotina do diretor de escola; 5. Intervenções do diretor e a gestão de imprevistos; 6. Como o diretor pode melhorar pessoas e espaços nas escolas.

Esse primeiro passo, fundamentados por uma política séria, estabeleceram a base para uma educação de qualidade com foco em resultados.

O perfil do gestor escolar nas escolas municipais de Sobral, conforme as declarações dos gestores envolvidos no início do projeto, ficou delineado da seguinte forma: 50% dos participantes indicaram que o gestor ideal deve ser caracterizado pela gestão do tempo, pela presença e pela liderança exemplar. Outros 33,3% destacaram a formação em serviço como um elemento essencial, enquanto 16,7% apontaram que, na época, a participação nas ações escolares era reduzida.

As estratégias, métodos e técnicas de gestão são compartilhadas por todos os diretores. Cada escola possui metas a serem atingidas, e a responsabilidade pelo cumprimento recai diretamente sobre o diretor, no contexto de uma gestão ecológica da instituição. De acordo com o art. 12 da LDB/1996, cabe ao diretor, em conjunto com o corpo docente, as seguintes atribuições:

- I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
 - II. Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
 - III. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidas;
 - IV. Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
 - V. Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
 - VI. Articular-se com as famílias e comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
 - VII. Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica
- (Brasil, 1996).

Quando questionados sobre o trabalho com metas, 83,3% dos diretores participantes afirmaram que sim, o trabalho com metas está integrado à organização da função de gestor escolar. O estabelecimento de dados foi uma das principais condições que permitiu à educação de Sobral alcançar o patamar de melhor do Brasil. Com isso, foram criadas condições adequadas para que gestores, o corpo docente e os demais funcionários pudessem implementar seus objetivos e aplicar com excelência as metodologias e estratégias necessárias para garantir a qualidade da educação oferecida aos estudantes de Sobral.

Uma das ações implementadas ao longo da política foi a organização voltada para a democratização das escolas, através da criação dos conselhos escolares, que visavam fortalecer a gestão. *Um grupo se torna eficaz se seus membros aprendem a funcionar juntos e mobilizam saberes e fazeres elementares: animação, memória coletiva, momentos de regulação, esclarecimentos dos mecanismos e dos status de cada um, expressão dos medos e das expectativas de cada um, mediação em caso de graves conflitos etc.* (Observação feita durante um dos encontros com membros da Escola Nota 10, do IAS).

4.1 Sobre As Lições de Liderança Política de Gestão Escolar Em Sobral

Discutir liderança envolve reconhecer a existência de um grupo e a figura de um líder. Segundo Motta (2011), a liderança é um dos pilares fundamentais de qualquer organização, seja governamental ou não. Ela pode ser definida como uma habilidade humana e gerencial, acessível a pessoas comuns, e resulta do desenvolvimento de competências e conhecimentos adquiridos. Liderar envolve a comunicação e a articulação de uma missão, a projeção de futuros alternativos e a utilização do poder existente nas pessoas para garantir o alcance de objetivos e propósitos coletivos (Motta, 2011).

Diversos estudos e pesquisas tratam da definição de liderança e do conceito de líder. De modo geral, pode-se afirmar que a liderança abrange a presença de uma pessoa à frente de um grupo, orientando-o na busca por metas comuns.

O diretor, enquanto líder, deve exercer a liderança ao mesmo tempo em que se permite ser liderado. Essa troca de saberes e conhecimentos deu origem ao conceito de “gestão ecológica” no contexto escolar, que visa a articulação de ações dentro da escola em conjunto com a comunidade. Os diretores, selecionados e capacitados tecnicamente, assumiram a responsabilidade de alcançar as metas de sucesso estabelecidas.

Sob a perspectiva de uma organização sistêmica, o programa Gestão Nota 10 criou um ambiente propício para o fortalecimento da liderança dos diretores escolares, estabelecendo as seguintes condições:

- Manutenção de relações éticas com toda a comunidade escolar;
- Garantia de acessibilidade do diretor ao público em geral, especialmente às famílias;

- Estabelecimento de diálogos com todos os segmentos da escola;
- Tomada de decisões baseadas no gerenciamento de dados e nos princípios da proposta pedagógica da instituição;
- Coordenação das equipes com foco em resultados;
- Compromisso do diretor com sua formação continuada;
- Promoção do desenvolvimento pessoal e profissional de todas as equipes da escola;
- Cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos.

Esses princípios foram transmitidos aos diretores, o que lhes conferiu autonomia na gestão escolar, possibilitando uma liderança mais eficaz e alinhada aos objetivos educacionais.

A política de gestão escolar no município de Sobral atualmente baseia-se em um ecossistema de comunicação robusto, que vai além das reuniões presenciais, destacando o papel das redes sociais como um canal central para o fortalecimento dessa rede de ensino. Com políticas bem definidas e um sistema organizacional claro, as escolas operam em um ambiente de aprendizagem colaborativa, onde todos compartilham o mesmo objetivo: garantir uma educação de qualidade para todos.

Dentro dessa rede colaborativa, é possível observar a autonomia pedagógica, um princípio central desde o início do projeto educacional de Sobral. O papel do diretor em garantir excelentes resultados de aprendizagem foi, desde sempre, enfatizado, e essa responsabilidade foi formalmente designada como autonomia pedagógica dentro da política de gestão escolar. Os resultados educacionais são avaliados através de instrumentos externos, tanto municipais quanto nacionais, como o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAEC) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que servem como exemplos de ferramentas usadas para mediar a eficácia do sistema de ensino de Sobral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre as políticas de gestão escolar teve como objetivo explorar e refletir sobre a consolidação dessas práticas nas organizações educacionais, especificamente nas escolas. A pesquisa buscou apresentar as questões discutidas nos diversos contextos da escola pública municipal de Sobral.

Ao final da pesquisa, observou-se que a melhoria da qualidade educacional não se limita apenas à aprendizagem dos alunos, mas depende de uma organização sistêmica da rede de ensino, da gestão da escola, do envolvimento da comunidade e da liderança do diretor. A integração de ações com objetivos comuns a todos os membros da escola é fundamental.

Os desafios da gestão escolar são contínuos, refletindo a natureza dinâmica, sistêmica e plural das escolas. Nesse sentido, a experiência de Sobral evidenciou que o acompanhamento, monitoramento e avaliação são cruciais. Indicadores de desempenho, como aprovação, reprovação, evasão, abandono e alfabetização, continuam a ser sinais importantes das boas práticas na gestão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Lei nº 9394/1996 Brasília MEC 1996

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei 11.274/06 Institui as diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília MEC 2006

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE disponível em: <http://www.ibgecidades.gov.br> consultado em 29 de setembro de 2018.

GADOTTI. Moacir. Autonomia como estratégia da qualidade do ensino e a nova organização do trabalho na escola. Petrópolis: Vozes, 1997

LIBANEO, J.C Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora alternativa, 2004

LIBANEO José Carlos, OLIVEIRA. João Ferreira de, TOSCHI. Mirza Seabra (orgs) Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.

MORIN. Edgar, Os sete saberes essenciais para a educação do futuro. São Paulo Cortez, 2007.

PARO. Vitor Henrique Eleições de Diretores a escola pública experimenta a democracia. São Paulo: Papirus, 1996

SOBRAL. Secretaria Municipal de Educação de Sobral. Política de educação de Sobral, SEDUC 2001

CAPÍTULO 12

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: INICIATIVA PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Gerciane de Sousa Mascarenhas

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Bom Jesus – PI, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7505756311275345>

Valdeney Lima da Costa

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Adjunto I da Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Campus Ibiapaba. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, São Benedito – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3997900770463532>
<https://orcid.org/0000-0002-5941-6233>

RESUMO: A implementação da gestão democrática nas escolas públicas é um princípio constitucional, disposto também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024. Este artigo, resultante de um trabalho de conclusão de curso, aborda o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como uma iniciativa para promover a gestão democrática em escolas

públicas. O estudo teve como objetivo geral investigar as percepções de diretores de escolas públicas em relação à elaboração, implementação e avaliação do PPP. A pesquisa foi realizada no município de Bom Jesus, no Sul do Estado do Piauí. Para a fundamentação teórica usamos as ideias de autores que pesquisaram a temática, entre eles, destacamos aqui: Veiga (2013), Paro (2016), Luck (2011), Azevedo (2021), Gandin (2012) e Vasconcellos (2007). Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, que utilizou como instrumento de obtenção de dados a aplicação de questionários para 8 gestores de escolas públicas situadas no município de Bom Jesus, no Piauí. Como resultados, verificamos que os participantes da pesquisa reconhecem a importância da gestão democrática e do PPP, mas afirmam que ainda existem desafios para sua efetivação. Entre os principais desafios, foram mencionados dificuldade de mobilizar a comunidade escolar, sendo sua participação ainda limitada, e orientações administrativas insuficientes. Com base no estudo realizado, concluímos que a gestão democrática e o PPP são mecanismos importantes para a construção de uma escola pública mais justa, inclusiva

e participativa. No entanto, é necessário superar os desafios existentes nas realidades escolares para que esses princípios sejam efetivamente materializados.

PALAVRAS-CHAVE: projeto político-pedagógico; gestão democrática; escola pública.

POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT: INITIATIVE FOR A DEMOCRATIC ADMINISTRATION AT PUBLIC SCHOOLS

ABSTRACT: The implementation of democratic administration at public schools is a constitutional principle, likewise established in the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) and in the Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024. The present article, resulting from a graduation paper, addresses the Political Pedagogical Project (PPP) as an initiative to promote the democratic administration at public schools. The research had as a global goal to investigate the insights of public schools' principals regarding the elaboration, implementation and evaluation of the PPP. The research was conducted within the township of Bom Jesus, in Southern Piauí. As theoretical grounds, we have employed the ideas of authors who researched the matter, among which we have underlined the following: Veiga (2013), Paro (2016), Azevedo (2021), Gandin (2012), and Vasconcellos (2007). The research adopted a qualitative approach, of bibliographical nature, which utilized as an instrument of data attainment the application of survey for 8 public schools' administrators based in the Bom Jesus township in Piauí. As a result, we have verified that the participants of the research recognize the importance of democratic administration and of the PPP, but maintain the existence, still, of hurdles for its establishment. Among the most prominent we have referenced the difficulty in mobilizing the school community, the participation of which is still limited, and unsatisfactory administrative guidelines. According to the realized research, it was concluded that the democratic administration and the PPP are crucial mechanisms para a construção de uma escola pública for the construction of a more equitable, inclusive and participatory public school. However, it is necessary to overcome the existing hurdles in the school realities for these principles to effectively materialize.

KEYWORDS: political pedagogical project; democratic administration; public school.

1. INTRODUÇÃO

A gestão democrática na educação é uma temática importante no campo educacional, uma vez que é uma abordagem que pressupõe a participação e o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar em processos e decisões que afetam diretamente a escola e sua função social. Nesse contexto, o projeto político-pedagógico (PPP) surge como uma iniciativa fundamental para a promoção de uma gestão democrática, na medida em que representa um instrumento de planejamento e gestão participativos que envolvem toda a comunidade escolar na definição de objetivos, metas e estratégias para a escola.

Segundo Paro (2016), a gestão democrática escolar baseia-se na partilha do poder, em ações que envolvam a participação social, ou seja, onde toda a comunidade escolar também possa tomar decisões administrativas e educacionais. Diante disso, consideramos a gestão democrática como a construção da realidade social, dos direitos e

responsabilidades relacionados à vida coletiva, à democracia e à cidadania, contribuindo para a formação integral dos alunos e para a formação de uma sociedade mais consciente.

Segundo Veiga (2013), o PPP é um documento que expressa a identidade da escola, sua concepção educacional, seu compromisso com a sociedade, suas metas, objetivos e estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A elaboração e a sistematização do PPP constituem mecanismos importantes para a materialização de uma gestão democrática.

A elaboração do PPP é prevista nas orientações da política educacional brasileira para a década de 1990. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei n. 9.394/1996), verificamos que é conferido um papel de destaque ao PPP, com o intuito de dar autonomia pedagógica à escola. Apesar de ser uma recomendação legal para os estabelecimentos de ensino, a elaboração e atualização do PPP nas escolas públicas ainda enfrentam desafios significativos. A exemplo disso, podemos mencionar a falta de participação, com a exclusão de algumas pessoas da comunidade escolar dos processos construtivos decisórios na sua sistematização.

A partir dessa problematização, definimos o seguinte problema da pesquisa: “Quais as percepções de diretores de escolas públicas, de Bom Jesus-PI, sobre a elaboração, implementação e avaliação do PPP? O objetivo geral foi investigar as percepções de diretores de escolas públicas, em Bom Jesus, sobre a elaboração, implementação e avaliação do PPP.

Para fundamentar o presente estudo, dialogamos com diferentes autores, com destaque para Veiga (2013), Paro (2016), Luck (2011), Azevedo (2021), Gandin (2012) e Vasconcellos (2007), pesquisadores esses que tratam da elaboração de projetos pedagógicos e sua importância na gestão democrática escolar.

A relevância deste estudo se justifica pela oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o PPP no contexto da gestão democrática na escola pública, bem como contribuir para o debate sobre a importância do envolvimento da comunidade na gestão escolar, pois ainda é, aparentemente, limitada sua participação em diferentes realidades educacionais.

2. METODOLOGIA

Para atender o objetivo delineado, optamos, nesta pesquisa, por uma abordagem qualitativa, mais adequada para explorar em profundidade as perspectivas, experiências e significados atribuídos pelos diretores da comunidade escolar. A pesquisa possui, ainda, natureza bibliográfica, que, segundo Marconi e Lakatos (2017), é a investigação e seleção de trabalhos sobre um tema de pesquisa para que o pesquisador tenha contato direto com todo o material descrito sobre o tema de pesquisa.

À princípio, nos debruçamos na leitura de artigos e livros basilares sobre a temática Gestão Democrática e Projeto Pedagógico, recorrendo as contribuições de Veiga (2013), Paro (2016), Luck (2011), Azevedo (2021), Gandin (2012) e Vasconcellos (2007), cujas obras acreditamos ser referência obrigatória nessas discussões.

Após a etapa inicial, procedemos à segunda fase da pesquisa, que consistiu na aplicação de questionários direcionados para 8 gestores de escolas públicas situadas na cidade de Bom Jesus, no Piauí. Antes disso, realizamos um levantamento das escolas¹ existentes na cidade para, posteriormente estabelecermos o contato inicial com os gestores escolares e, assim iniciarmos o processo de obtenção de dados da nossa pesquisa.

Inicialmente, realizamos o contato de maneira virtual, utilizando o aplicativo *WhatsApp* para envio de áudios para cada um dos gestores. Apresentamo-nos como pesquisadores da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), explicando para cada gestor que conduzíamos a pesquisa intitulada *Projeto Político-Pedagógico: iniciativa para uma gestão democrática nas escolas públicas*, e que desejávamos a participação dele no estudo. Destacamos, ainda, a relevância da experiência e o conhecimento deles para o enriquecimento da pesquisa, bem como também esclarecemos que suas respostas seriam tratadas de forma confidencial.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi enviado para cada gestor, por mensagem de *WhatsApp*. Este documento continha informações sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, os direitos dos participantes e as garantias de anonimato e confidencialidade. Solicitamos que assinassem o TCLE e o devolvessem para oficializar a participação na pesquisa. Após recebermos os TCLE assinados, enviamos o questionário, utilizando o mesmo meio de comunicação, conforme a escolha dos participantes. O questionário continha perguntas específicas sobre elaboração, implementação e avaliação do PPP em suas escolas. Foi sugerido aos gestores que prenchessem o questionário e o devolvessem, se possível, no prazo de 15 dias.

Dos 8 questionários enviados, recebemos 6. Dois gestores não devolveram o TCLE, não confirmando participação na pesquisa, mesmo o prazo para devolução tendo sido prorrogado por nós. Considerando isso, optamos por encerrar o prazo e trabalharmos apenas com os questionários recebidos. Na seção 4, procedemos à análise dos dados obtidos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão democrática na escola pública é um princípio orientador que visa promover a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar no processo de tomada de decisões educacionais. Trata-se de uma abordagem que coloca os membros da comunidade escolar como protagonistas dos processos decisórios da instituição escolar. De acordo com Paro (2016), essa abordagem reconhece a importância do envolvimento de todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, pais, professores, diretores e funcionários na definição de metas educacionais e na avaliação do desempenho escolar e institucional.

¹ Selecionamos uma unidade escolar situada em diferentes áreas do território da cidade de Bom Jesus., considerando-se a zona central e povoados que compõem a zona rural do município.

No âmbito da gestão educacional, Paro (2016) ressalta que a gestão democrática da escola pública é um processo que implica a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões sobre a educação. Nesse processo, a escola é entendida como um espaço público, de todos e para todos, e a gestão é vista como uma ação coletiva que deve ser construída a partir do diálogo e do consenso.

A gestão democrática da educação é concebida como um processo fundamental para a construção de uma escola pública de qualidade, porém, ainda se encontra em construção no Brasil. Apesar de ser amplamente defendida nos documentos legais, como Constituição Federal de 1988, LDBEN e na meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a materialização plena dessa perspectiva de gestão ainda não ocorreu na grande maioria das unidades escolares e redes de ensino públicas do país.

O PPP, na construção de uma iniciativa democrática, pretende, dentre vários esforços, que cada indivíduo se coloque à frente das etapas desenvolvidas na definição dos objetivos e na implementação das ações, as quais são responsáveis pelo alcance das metas planejadas. O PPP deve ser feito de forma coletiva, a partir das necessidades reais expressas por professores, pais, alunos, dirigentes escolares e comunidade em geral. Sendo assim, a escola constrói autonomia, atinge seus objetivos e ganha confiança para enfrentar os desafios sociais (Veiga, 2013).

Como sabemos, o desenvolvimento do PPP é uma ação para todos os atores educacionais (professores, pais, alunos, diretores e comunidade em geral), sendo esta participação fundamental para a sua construção e implementação e, portanto, uma iniciativa da gestão escolar democrática. De acordo com Veiga (2013, p. 22), a construção do PPP

[...] parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.

Acreditamos que essa união entre sujeitos escolares e comunidade favorece o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. No entanto, vale dizer que esse modelo de iniciativa de gestão democrática só é possível se a escola partilhar desse mesmo anseio, uma vez que toda programação teórica e metodológica deve estar conforme o PPP de cada instituição.

Paro (2016) afirma que existem várias barreiras para a efetivação da participação da comunidade na gestão da escola pública. No ponto de vista do autor, uma das principais razões é o poder de chefia de gestão centralizada que o Estado dá ao cargo de diretor, de caráter autoritário, de onde emanam todas as ordens na instituição escolar. Nessa perspectiva, a instituição escolar padece de ações que incentivam a participação da comunidade escolar colocando-se em risco a função social da escola que é desenvolver uma educação de qualidade na perspectiva do cotidiano do aluno, integrando-o na sociedade. Em contraposição a essa ideia, Veiga (2013, p. 13-14), ressalta que o PPP,

[...] ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Assim, cabe ao gestor também a tarefa de sugerir, através de um trabalho responsável com a equipe escolar, novas ideias que estabeleçam espaços próprios onde os diversos segmentos escolares possam exercer o direito de participar das decisões que lhes dizem respeito. Paro (2016) aborda alguns mecanismos importantes de ação coletiva nas escolas, como a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Conselho Escolar, que devem garantir uma participação mais eficaz da comunidade nas atividades escolares.

Gandin (2012) ressalta a importância do planejamento participativo e que essa prática existe na divisão de poderes onde todos, independentemente de seu cargo, possam dar sua opinião, suas ideias. Para esse autor, essa ação contribui para o resultado que a instituição pretende alcançar, sendo uma ferramenta capaz de envolver toda a comunidade no processo de construção coletiva do PPP. Acrescenta o autor que, para promover o planejamento participativo real, a gestão escolar deverá ouvir e validar as opiniões de todos, até mesmo daquelas diferentes das suas, e que deve haver respeito à diversidade de ideias, pois ouvir o ponto de vista diverso nos permite ter o contato real com o contexto social da comunidade escolar.

Já para Vasconcellos (2007), o PPP pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Para o autor, o PPP deve ter correspondência com a realidade da escola pública, pois um PPP atualizado não será somente um documento, mas poderá servir de guia para o trabalho pedagógico, conciliando teoria e prática. Vasconcellos (2007, p. 172-173) reforça:

Que valor pode ter um pedaço de papel escrito? A teoria quando assumida por um grupo, transforma-se em 'força material'. Na elaboração participativa do Projeto, todos têm oportunidade de se expressar, inclusive aqueles que geralmente não falam, mas que estão acreditando, estão querendo. Muitas vezes, não falam por insegurança, por pressão do grupo ou por acomodação em função daqueles que 'sempre falam'. O processo de planejamento participativo abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática. Almeja-se também a partilha de todos os bens, sejam espirituais (decisão, planejamento), sejam materiais (recursos, lucros, perdas).

Na visão de Vasconcellos (2007), antes de se iniciar a elaboração do PPP, é necessário passar por uma fase de sensibilização, motivação e mobilização, para que todos os envolvidos estejam cientes de sua importância nesse processo, pois, se os sujeitos não compreenderem o quanto é necessário esse envolvimento da comunidade, os

próximos passos não serão úteis. Acrescenta o referido autor que o PPP também envolve uma construção coletiva de conhecimento, na perspectiva de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, discutimos o papel do PPP na gestão escolar, bem como as percepções dos gestores de escolas públicas de Bom Jesus–Plem relação a esse importante instrumento. Por meio da análise das percepções dos gestores sobre elaboração, implementação e avaliação do PPP, buscamos averiguar como esse documento é percebido e utilizado na prática escolar, identificando desafios, oportunidades e estratégias para promover uma gestão mais participativa e eficaz. Ao explorar as perspectivas dos gestores em relação ao PPP, almejamos contribuir para o debate teórico acerca da construção e fortalecimento da gestão democrática nas escolas públicas no contexto territorial de Bom Jesus.

Os participantes respondentes deste estudo foram seis gestores, sendo três do sexo feminino e três do sexo masculino, com experiência profissional variando entre 3 e 11 anos no campo da Educação. Cada participante será identificado por um código, de GE01 a GE06. A formação dos participantes é diversificada, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Formação inicial e continuada do participante da pesquisa e tempo de experiência na gestão escolar

GESTOR	FORMAÇÃO INICIAL/CONTINUADA	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)
GE01	Pedagogia/Gestão Escolar	3
GE02	Pedagogia/Psicopedagogia Clínica e institucional	4
GE03	Pedagogia	11
GE04	Ciências Biológicas/Gestão Escolar	3
GE05	Ciências Biológicas e Pedagogia	3
GE06	Pedagogia	3

Fonte: Os autores.

Dados: Questionários da pesquisa.

Observando os dados do Quadro 1, notamos uma representação equilibrada de ambos os sexos, o que pode trazer perspectivas variadas e enriquecer as discussões e análises realizadas. Além disso, o tempo de experiência na área da educação também pode contribuir para uma abordagem crítica e reflexiva, combinando tanto a experiência profissional mais recente quanto a mais consolidada.

É relevante destacar que 5 dos gestores participantes possuem formação em Pedagogia, restando apenas um com formação diferente, mas que possui pós-graduação

em Gestão Escolar. Azevedo (2021) afirma que as formações e o apoio aos gestores escolares são fundamentais para a implementação da gestão democrática. Segundo o autor, os gestores escolares precisam estar capacitados para promover a participação da comunidade escolar na tomada de decisões e perceber a importância de diversificar a concepção de administração escolar, já que a gestão democrática direciona o compartilhamento de poderes.

A segunda pergunta do questionário correspondeu a uma indagação sobre a compreensão teórica e conceitual do PPP por parte dos gestores. Os seis gestores afirmaram ter muito conhecimento sobre o PPP, o que está em consonância com as ideias de autores como Gandin (2012), que enfatiza a necessidade de reconhecimento da importância da participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo de planejamento educacional. O PPP é o principal instrumento para orientar as ações pedagógicas e administrativas da escola, e ter um bom entendimento teórico e conceitual desse instrumento é fundamental para sua efetiva implementação. Portanto, além de possuir conhecimento teórico, é fundamental que os gestores sejam capazes de aplicar esse conhecimento de forma sensível e contextualizada à realidade específica de suas escolas.

Quadro 2 – Segunda pergunta do questionário: *Qual a sua compreensão teórica/conceitual PPP para o ambiente escolar?*

GESTOR	ALTERNATIVAS			
	NÃO TENHO CONHECIMENTO	TENHO POUcos CONHECIMENTOS	TENHO MUITOS CONHECIMENTOS	NÃO SEI/NÃO RESPONDERIA
GE01			X	
GE02			X	
GE03			X	
GE04			X	
GE05			X	
GE06			X	

Fonte: Os autores.

Dados: Questionários da pesquisa.

A terceira pergunta do questionário abordou os canais de comunicação dispostos pela escola para a participação da comunidade no PPP. Paro (2016) ressalta que a participação da comunidade na escola é fundamental para a construção de uma educação democrática, onde todos os envolvidos no processo educativo assumem responsabilidade pelo seu sucesso. Além disso, Paro (2016) destaca que a participação da comunidade escolar é essencial para a construção de um PPP que atenda às necessidades e expectativas de todos os envolvidos no processo educativo. Isso ressalta a importância de estabelecer canais de comunicação eficazes, como os conselhos escolares mencionados pelos gestores, para garantir a representatividade e a transparência na tomada de decisões (Quadro 3).

Quadro 3 – Terceira pergunta do questionário: *Quais canais de comunicação são possibilidos pela escola para a participação da comunidade escolar na elaboração/implementação/avaliação do PPP? (Pode assinalar mais de uma alternativa).*

GESTOR	ALTERNATIVAS				
	CONSELHOS	REDES SOCIAIS	CONTATO TELEFÔNICO	VISITAS À ESCOLA	OUTRO
GE01			X	X	
GE02	X			X	
GE03	X		X	X	
GE04	X			X	Reuniões Pedagógicas
GE05	X				
GE06	X	X		X	X

Fonte: Os autores.

Dados: Questionários da pesquisa.

A predominância do conselho como o principal canal de comunicação vai ao encontro das ideias de Gandin (2012), que destaca o Conselho Escolar como um agente de transformação social. Esse autor argumenta que a participação da comunidade escolar, por meio do Conselho, é essencial para promover uma gestão democrática e eficaz da escola. A diversidade de canais de comunicação, evidenciada pelas respostas dos gestores, reflete um compromisso com a participação e o diálogo com a comunidade escolar na elaboração, execução e avaliação do PPP. Gandin (2012) destaca a necessidade de diversidade de canais para atender às diferentes demandas e garantir a participação efetiva da comunidade na vida escolar.

O Conselho Escolar é essencial para o acompanhamento da elaboração do PPP. Ademais, esse colegiado deve envolver a comunidade nesse processo. Uma vez instituídos, por meio do artigo 14 da LDBEN/96 (Brasil, 1996, art. 14), os Conselhos Escolares são essenciais para democratizar a gestão escolar, visto que devem ser compostos por representantes da comunidade escolar. Sua natureza deliberativa e paritária garante decisões coletivas e participativas. Esses conselhos influenciam na definição do PPP, no acompanhamento do orçamento e na integração da comunidade escolar, fortalecendo a autonomia e promovendo princípios democráticos na educação.

A análise das respostas dos gestores sobre a frequência de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) revela um panorama intrigante, marcado por diferentes visões e concepções de gestão. De um lado, três gestores defendem a revisão semestral, priorizando a adaptabilidade e a constante atualização do PPP. Do outro lado, três gestores optaram pela revisão anual, buscando um ritmo equilibrado de atualização que permita um planejamento mais detalhado e a avaliação dos impactos das ações implementadas. Apenas um participante da pesquisa marcou *outro* como alternativa, não especificando nenhuma data de revisão do PPP.

Quadro 4 – Quarta pergunta do questionário: *Com qual frequência é realizada a revisão/ avaliação do PPP?*

GESTOR	ALTERNATIVAS				
	MENSAL	SEMESTRAL	ANUAL	BIENAL	OUTRO
GE01		X			
GE02					X
GE03		X	X		
GE04		X			
GE05			X		
GE06			X		

Fonte: Os autores.

Dados: Questionários da pesquisa.

Veiga (2013) defende que a revisão do PPP deve ser um processo contínuo, realizado periodicamente, podendo ser ajustado de acordo com as necessidades de cada instituição, a fim de garantir sua coerência com as mudanças na realidade da escola e da comunidade. Isso não apenas mantém o PPP atualizado, mas também avalia sua efetividade e promove a participação da comunidade.

Assim, as respostas sobre a frequência de revisão/avaliação do PPP destacam a importância de uma abordagem personalizada e flexível, que leve em consideração as necessidades e circunstâncias específicas da escola e da comunidade escolar. O mais importante é garantir que o processo de revisão seja participativo, reflexivo e orientado para a melhoria contínua da qualidade da educação oferecida pela escola. Veiga (2013) propõe uma série de etapas para a revisão do PPP, incluindo autoavaliação, análise do contexto, elaboração de propostas e aprovação pelo Conselho Escolar. Esse processo participativo e documentado assegura a qualidade e a legitimidade do PPP.

A escolha entre revisões semestrais e anuais reflete diferentes perspectivas sobre a gestão do PPP. Enquanto revisões semestrais priorizam a adaptação rápida às mudanças, as revisões anuais buscam uma abordagem mais abrangente e contemplativa. Ambas as abordagens têm méritos, dependendo das necessidades e recursos da escola. Uma combinação de revisões regulares e abrangentes pode ser vantajosa, permitindo adaptação rápida e reflexão profunda sobre o PPP.

A quinta pergunta do questionário recebeu a mesma resposta dos gestores, destacando a “participação ativa” da comunidade escolar (Quadro 5). Na participação por engajamento que Luck (2011) enfatiza, a prática envolve a participação ativa em tudo que abrange a escola, onde qualquer membro da comunidade escolar se envolva de forma comprometida na busca de ações que realmente objetivam resolver o problema e nas quais essas decisões são tomadas coletivamente.

Quadro 5 – Quinta pergunta do questionário: *Como você percebe a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores) no processo de elaboração/implementação/avaliação do PPP?*

GESTOR	ALTERNATIVAS			
	NENHUMA PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO LIMITADA	PARTICIPAÇÃO ATIVA	NÃO SEI/NÃO RESPONDERIA
GE01			X	
GE02			X	
GE03			X	
GE04			X	
GE05			X	
GE06			X	

Fonte: Os autores.

Dados: Questionários da pesquisa.

De acordo com as respostas, os participantes afirmaram que a participação da comunidade escolar em suas instituições é ativa. Assim, compreendemos que a gestão está permitindo que a comunidade participe e defina metas, políticas e práticas educacionais que estejam em consonância com suas necessidades e realidade. De acordo com Paro (2016) a gestão democrática baseia-se nos seguintes princípios: Participação; Democracia; Transparência e Responsabilidade. O autor argumenta que esses princípios só se efetivam com uma gestão escolar que esteja comprometida em dar espaço a todos os diferentes segmentos da comunidade, incluindo professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis, e que haja, de fato, tomadas de decisão compartilhadas e que as contribuições dos sujeitos escolares sejam consideradas.

A análise das respostas dos gestores à sexta pergunta do questionário revela uma série de desafios enfrentados pela gestão escolar na elaboração, implementação e avaliação do PPP. Esses desafios abrangem desde a participação limitada da comunidade escolar até a dificuldade em despertar seu interesse, além das orientações administrativas insuficientes (Quadro 6). Ao explorar esses desafios, torna-se claro que eles refletem questões complexas que requerem abordagens multifacetadas para serem superadas.

Quadro 6 – Sexta pergunta do questionário: *Quais são os principais desafios que a gestão escolar enfrenta para elaborar/implementar/avaliar o PPP na escola? (Pode assinalar mais de uma alternativa).*

GESTOR	ALTERNATIVAS				
	PARTICIPAÇÃO LIMITADA DA COMUNIDADE ESCOLAR	DIFICULDADE EM DESPERTAR O INTERESSE DA COMUNIDADE ESCOLAR	ORIENTAÇÕES ADMINISTRATIVAS INSUFICIENTES	PRAZO INADEQUADO ESTABELECIDO PELA REDE DE ENSINO	OUTRO
GE01	X				
GE02	X				
GE03		X			
GE04	X				
GE05	X				
GE06		X	X		

Fonte: Os autores.

Dados: Questionários da pesquisa.

A participação limitada da comunidade escolar, destacada pelos participantes desta pesquisa, ressalta a importância da inclusão e do engajamento de todos os membros da comunidade no planejamento, na execução e na avaliação do PPP. Luck (2011) enfatiza a necessidade de participação ativa para garantir a ampliação da qualidade do ensino, defendendo a participação em que todos possam contribuir coletivamente para o bem comum. Essa participação ativa não apenas promove a cultura de colaboração, mas também garante que as necessidades e perspectivas de todos os envolvidos sejam consideradas.

Outro desafio mencionado é a dificuldade para despertar o interesse da comunidade escolar pelo PPP. Isso pode ser atribuído à falta de conscientização sobre a importância do PPP ou à percepção de que as contribuições individuais não são valorizadas. Vasconcellos (2007) ressalta a necessidade de uma comunicação transparente para superar tal dificuldade, destacando a importância e a relevância que a comunidade tem na elaboração do PPP e de como suas contribuições podem impactar positivamente a vida escolar, potencializando o engajamento e o interesse da comunidade.

Um terceiro desafio mencionado por um dos gestores é a existência de orientações administrativas insuficientes, aspecto que pode afetar os gestores na execução da sua função de forma ágil, podendo impactar o ambiente escolar, seja na participação da comunidade ou no rendimento escolar, dificultando ainda o cumprimento de metas. De acordo com Paro (2016), a prática administrativa precisa ser gerenciada por um gestor que tenha cursado habilidades de administração escolar, que deveriam ser exigidas para o exercício do cargo, e com os princípios e métodos de gestão aprendidos durante o processo formativo desse profissional, com vistas a enfrentar os complexos desafios de uma escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, objetivamos discutir as percepções dos diretores de escolas públicas atuantes em Bom Jesus-PI em relação à elaboração, implementação e avaliação do PPP, considerando que sua construção é uma iniciativa essencial para a efetivação da gestão democrática e participativa na escola pública, possibilitando a construção coletiva de um projeto educativo que atenda às necessidades da comunidade escolar.

Os resultados indicaram que os participantes desta investigação reconhecem a importância da gestão democrática e do PPP, mas ainda existem desafios para sua efetivação. Entre os principais desafios, foram mencionadas a dificuldade de mobilizar a comunidade escolar e as orientações administrativas insuficientes. A pesquisa também apontou que, na visão dos gestores escolares, a participação da comunidade escolar no processo de construção do PPP ainda é limitada.

A partir do presente estudo, concluímos que a gestão democrática é fundamental para o processo de elaboração do PPP, e quando realizado de forma participativa, contribui para o fortalecimento da gestão democrática e para a construção de uma escola mais justa, inclusiva e participativa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Giselle Ferreira Amaral de Miranda. **Gestão democrática e projeto político pedagógico: entre a ilusão e a realidade no cotidiano de uma escola pública**. Curitiba: Appris, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outros instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, político, religioso e governamental. 22. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico (elementos metodológicos para a elaboração e realização). 17. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas-SP: Papirus, 2013.

CAPÍTULO 13

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR

Emanuel Messias Aguiar de Castro

Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em Saúde mental (UECE). Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará Faculdade Uninta Fortaleza – Ceará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0507699236418918>

Francivânia Rodrigues Moura Martins

Especialista em Psicologia Hospitalar pela a Faculdade UNIQ, Especialista em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória, Bacharela em Psicologia pela Faculdade Pitágoras de Fortaleza, Bacharela em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória, Gestora Financeira pela Faculdade Vale do Acaraú de Sobral Faculdade Uninta Fortaleza – Ceará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3935866572176783>

Germana Albuquerque Torres

Possui mestrado em psicologia pela Universidade de Fortaleza, especialização em Psicomotricidade Relacional pelo Centro Internacional de Análise Relacional, graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Federal do Ceará e graduação em PSICOLOGIA pela Universidade de Fortaleza. Faculdade Uninta Fortaleza – Ceará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9126793017370432>

Igor Augusto de Aquino Pereira

Possui graduação em Letras - Inglês pela Universidade Estadual do Ceará (2012), graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2020) e mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (2017). Faculdade Uninta Fortaleza – Ceará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0475337272480330>

Sarah de Moura Kurz da Rocha

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Ceuma. Pós Graduação em Psicomotricidade Clínica pela Universidade Federal do Ceará e Mestrado em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará - UECE Faculdade Uninta Fortaleza – Ceará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8182582388516391>

RESUMO: O artigo aborda a relevância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais (HSE) no ensino superior, considerando as demandas da sociedade contemporânea. Baseado em uma revisão bibliográfica, o estudo explora as competências essenciais ao desenvolvimento socioemocional,

como autoconhecimento, autogestão, e habilidades de relacionamento, descrevendo a fundamentação desses conceitos. O texto ressalta a importância de integrar HSE na educação universitária, promovendo uma formação holística que prepara os alunos para os desafios acadêmicos, sociais e emocionais. O trabalho destaca a necessidade de iniciativas voltadas ao desenvolvimento dessas competências como um caminho para melhorar o desempenho acadêmico e a saúde mental dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: habilidades socioemocionais; ensino superior; educação.

SOCIO-EMOTIONAL SKILLS DEVELOPMENT PROGRAM FOR COLLEGE STUDENTS

ABSTRACT: This article discusses the importance of socio-emotional skills (SES) in higher education in light of contemporary social demands. Based on a literature review, the study explores key competencies such as self-awareness, self-management, and relationship skills, describing research that grounds these concepts. The text emphasizes the need to integrate SES into college education, fostering a holistic approach that prepares students for academic, social, and emotional challenges. The study highlights the necessity of initiatives aimed at developing these skills as a path to improving students' academic performance and mental health.

KEYWORDS: socio-emotional skills; higher education; education.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é revisar a literatura existente sobre o tema de habilidades socioemocionais discentes em contexto universitário. Tal análise deve fornecer uma base teórica para a implementação de um programa destinado a incentivar de habilidades socioemocionais entre os alunos de uma instituição de ensino superior (IES) localizada no Ceará. A importância desse tema está ancorada na crescente percepção de que a formação acadêmica não deve se restringir ao desenvolvimento de competências técnicas e cognitivas, mas também abranger a dimensão socioemocional do estudante universitário, aspecto fundamental para seu sucesso acadêmico e, sobretudo, para sua formação integral como indivíduo e profissional.

Por habilidades socioemocionais (HSE) compreende-se um conjunto de competências que envolvem autocontrole, empatia, trabalho em equipe, resiliência, assertividade e autoconfiança (CASEL, 2008). Embora tais habilidades sejam consideradas essenciais para o desempenho acadêmico, pessoal e profissional dos estudantes, a formação universitária tradicional ainda concentra grande parte de sua atenção nas competências técnicas, relegando as HSE a um segundo plano.

Programas que incentivam o desenvolvimento de HSE tornam-se fundamentais para uma educação holística. A literatura acadêmica sobre desenvolvimento socioemocional, especialmente em contextos universitários, aponta que esses programas podem impactar positivamente tanto no desempenho acadêmico quanto na saúde mental dos estudantes

(SOUZA, 2022). Há, também, evidências de que alunos emocionalmente equilibrados tendem a ser mais resilientes diante de adversidades (como altos níveis de estresse e cobranças acadêmicas), além de conseguirem estabelecer relações interpessoais mais saudáveis no ambiente universitário (SANTOS; PRIMI, 2014).

Dessa forma, a implementação de um programa voltado ao desenvolvimento de HSE em uma IES tem o potencial enquanto iniciativa pioneira com impacto positivo tanto na vida acadêmica dos estudantes como no funcionamento das instituições envolvidas. Além disso, tal programa, em sua possível implementação futura, pode promover uma integração entre as diferentes áreas de conhecimento, abordando as HSE de maneira interdisciplinar, possibilitando uma articulação profunda entre teoria e prática. Essa integração pode fomentar um ambiente acadêmico acolhedor e engajado, criando um espaço propício para o florescimento do desenvolvimento pessoal dos estudantes.

A revisão bibliográfica a ser realizada neste trabalho pretende analisar e descrever as principais abordagens teóricas e práticas existentes acerca do tema em questão para fundamentar a implementação de um possível programa. Para tal, apresentamos o modo como a pesquisa foi realizada, seguindo para a descrição de um conjunto de trabalhos relevantes sobre HSE em contexto universitário, posteriormente discutindo as principais teorias e práticas encontradas e seu potencial para embasar a aplicação de um possível programa. Com isso, espera-se contribuir para uma educação que vá além das fronteiras da sala de aula, promovendo uma formação que integre mente, corpo e emoções, refletindo na formação de profissionais mais preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea.

2. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica que analisa a literatura existente a respeito do desenvolvimento de HSE no contexto do ensino superior, especificamente pesquisas voltadas ao corpo discente. O texto tem como focos a delimitação do tema e seu histórico na busca de justificar a importância crescente das HSE no contexto acadêmico e profissional e o impacto da sua implementação no desenvolvimento dos alunos na integração entre os níveis sociais, emocionais e cognitivos.

A revisão da literatura aqui realizada se deu a partir da escolha de textos que apresentam sistemas teóricos e dados práticos sobre o impacto, a atualidade e a relevância do tema. Foram priorizados estudos que discutem tanto as HSE quanto suas metodologias de implementação. As fontes incluem livros, artigos de periódicos, teses e relatórios institucionais, selecionadas através das bases de dados acadêmicas *Scielo Banco de Dissertações e Teses*.

A análise das fontes enfatiza a necessidade de uma leitura crítica e reflexiva. O escopo teórico bibliográfico buscou elucidar a importância das HSE e algumas evidências

de seu impacto na formação acadêmica e profissional dos alunos. Esta análise buscou integrar as informações obtidas para construir uma compreensão abrangente sobre como as HSE são implementadas e avaliadas no ensino superior.

Por fim, este trabalho discute as implicações práticas das descobertas para a educação superior e sugere áreas para pesquisas futuras, destacando a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre metodologias específicas e seu impacto a longo prazo. Essa abordagem metodológica visa fornecer uma base sólida para entender e aprimorar a implementação das HSE em contextos acadêmicos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A ONU, através do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano (PNDU), estabeleceu parâmetros para o desenvolvimento social em eixos de competências gerais que envolvem diversos setores da sociedade e sua relação com o meio ambiente e a política internacional. Sobre o PNUD, descreve-se:

A abordagem do desenvolvimento humano – que o PNUD promove - busca aumentar a riqueza da vida humana, e não tão somente a riqueza da economia na qual os seres humanos vivem. Trata-se de uma abordagem focada na criação de melhores oportunidades e possibilidades de escolhas para todas as pessoas. Esta abordagem se vê refletida nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), que influenciam de forma notória e profunda a maneira de analisar o desenvolvimento em diferentes dimensões, promovendo novas premissas conceituais e metodológicas. (ONU, 2024,sp)

Segundo a ONU (2024), três eixos centrais sedimentam o PNDU: 1) Desenvolvimento sustentável; 2) Governança democrática e construção da paz. 3) Resiliência ao clima e a desastres. Para abordar tais eixos o foco dessa lógica desenvolvimentista orienta-se para a formação de pessoas, preservação do planeta, estímulo à prosperidade e incentivo à paz.

Existe, diante disso, a compreensão de que a lógica do PNUD deve colocar as pessoas como elemento central dessa proposta de desenvolvimento partindo do princípio de que a atividade humana, no sentido de suas relações biopsicossociais, são a real fonte de desenvolvimento de uma nação. Segundo o Manual de Implementação Escolar de Estratégias de Desenvolvimento Socioemocional desenvolvido por Lyle (2021), a qualidade de vida da população e a educação de uma população são pilares centrais para o desenvolvimento humano.

Junto ao PNDU, o Relatório Jacques Delors (2010) estabelece os quatro pilares para a educação no século XXI: 1) Aprender a conhecer; 2) Aprender a fazer; 3) Aprender a conviver e 4) Aprender a ser. Tais conceitos compõem o projeto de uma educação que não está pautada na mera aquisição de conhecimento, mas estabelece também a necessidade de pensar habilidades e competências que extrapolam a dimensão tecnicista da formação cognitiva e seja capaz de abranger dimensões sociais e psicológicas dessa formação.

A educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: *aprender a conhecer*, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida. *Aprender a fazer*, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho. *Aprender a conviver*, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. *Aprender a ser*, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se. (UNESCO, 2010, p. 31 grifo nosso).

É possível perceber que o processo de educação no século XXI, segundo a proposta da UNESCO, é um projeto de desenvolvimento do que contemporaneamente se entende por habilidades e competências cognitivas e socioemocionais. O projeto de educação do Relatório Jacques Delors tem pelo menos dois eixos especificamente destinados ao desenvolvimento pessoal dos sujeitos aprendentes: a condição de aprender a conviver, ou seja, o desenvolvimento de habilidades interpessoais e o aprender a ser a partir do desenvolvimento das potencialidades específicas de cada sujeito.

Segundo o Manual de Implementação Escolar de Estratégias de Desenvolvimento Socioemocionais (2021), a combinação dos modelos sugeridos pelo “relatório Delors” e o PNDU forma o alicerce de uma educação voltada para o estímulo do desenvolvimento de HSE. Estas teriam seus sustentáculos em cinco pilares: **autoconhecimento**: entender e gerenciar emoções; **autogestão**: estabelecer e alcançar objetivos; **tomada responsável de decisão**: sentir e mostrar empatia nas decisões; **habilidades de relacionamento**: estabelecer e manter relacionamentos positivos; **consciência social**: fazer escolhas e tomar decisões responsáveis (LYLE, 2021)

Esse conjunto de competências forma o que podemos chamar de “aprendizagem socioemocional ao longo da vida”. Desta feita, o estímulo ao desenvolvimento de tais “soft skills” não se resume à educação básica, pode e deve ser incentivado no Ensino Superior. Para Benedito e Alves (2023), as novas demandas sociais, as mudanças nos modos relacionais na sociedade contemporânea impactada significativamente pela pandemia de Covid-19 e o ensino remoto trouxeram à tona a necessidade de se pensar a aprendizagem de competências socioemocionais nos vários níveis da educação.

Os pesquisadores espanhóis Palomera, Briones e Gómez-Linares (2019, p. 99)

Na universidade, é um componente essencial da formação integral dos estudantes, para que se desenvolvam como profissionais competentes e cidadãos comprometidos com a melhoria da sociedade. Da mesma forma, os diferentes âmbitos profissionais e sociais têm reconhecido a presença de valores em suas organizações e práticas, exigindo dos profissionais atuais e futuros um perfil que os incorpore. O estudo das competências profissionais não é novo. No final do século XX, alguns autores já haviam tentado delimitar e avaliar as competências básicas dos docentes, relacionadas ao "bom desempenho" na profissão. [...] Os valores e competências pessoais são habilidades transversais cognitivas, do âmbito socioafetivo, presentes em qualquer ser humano e, portanto, em qualquer ambiente de trabalho. (tradução nossa)

O ensino superior focado apenas em conteúdo não atende mais às demandas atuais do mercado de trabalho. As competências socioemocionais devem ser desenvolvidas ao longo de toda a vida acadêmica, e as instituições de ensino precisam ir além dos métodos pedagógicos tradicionais.

Segundo Lee (2013), as HSE são características mais flexíveis dos sujeitos. Poderíamos dizer, sem grandes perdas conceituais, que consistem em aspectos subjetivos da formação de elementos como atitude, caráter, personalidade, etc. Elas podem, por outro lado, ser entendidas objetivamente como a capacidade dos sujeitos de resolver problemas, lidar com suas próprias emoções e ter autoconhecimento. Assim, um sujeito com tais competências bem desenvolvidas, teoricamente, seria capaz de lidar melhor com as adversidades impostas pela vida em sociedade e pelo mundo do trabalho ao nível cognitivo e mercadológico.

Seguindo esta esteira, as Bases Nacionais Curriculares Comuns, usadas no ensino básico e médio possuem uma distribuição de dez competências gerais distribuídas em três grandes “clusters” que subdividiremos didaticamente em A, B e C. No *cluster A*: **Competências ligadas ao conhecimento:** conhecimento, pensamento crítico e criativo e repertório cultural; no *cluster B*: **Competências ligadas as habilidades:** comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida e *cluster C*: **Competências ligadas a atitude e caráter:** argumentação, autoconhecimento, responsabilidade e cidadania.

Para Almeida e Soares (2003), a vida acadêmica tem um teor paradoxal, pois evoca um misto de sentimentos que vão desde a felicidade da realização de um sonho até o medo da entrada no mercado de trabalho e do enfrentamento de suas condições adversas. Os desafios do mundo acadêmico podem ser compreendidos em quatro categorias: **Desafios acadêmicos:** necessidade de adaptação a novas modalidades de aprendizagem/aprendizagem e métodos avaliativos próprios da formação superior e que são significativamente diferentes do ensino básico e médio. **Desafios sociais:** mudança de *locus* social e criação de novos laços afetivos e desenvolvimento de formas mais amadurecidas de vínculos sociais com a comunidade acadêmica. **Desafios pessoais:** mudanças no desenvolvimento socioafetivo que geram necessidade de autoconhecimento

e novas reflexões sobre o propósito da vida e sobre o futuro. **Desafios vocacionais**: a ideia de que a profissão ali escolhida ser para sempre, os desafios do mercado de trabalho etc. (ALMEIDA; SOARES, 2003 apud SOUZA, 2022).

Souza (2022) oferece um escopo para desenvolver um sistema programático que viabilize ações concretas na busca pelo estímulo ao desenvolvimento de HSE, como descrito na figura a seguir:



Fonte: elaborado pelas autoras com base em Instituto Ayrton Senna (2020a).

A figura descreve cinco macrocategorias de competências socioemocionais e suas respectivas 17 competências, com base no modelo do Instituto Ayrton Senna (2020a). Essas competências são essenciais para o desenvolvimento integral do ser humano, envolvendo aspectos emocionais, cognitivos e sociais: **a abertura ao Novo**: Refere-se à curiosidade e à capacidade de explorar novas ideias e experiências. Destaca-se, assim, a curiosidade para aprender, a imaginação criativa e o interesse artístico; **o engajamento com o Outro**: Envolve a interação social e a colaboração com as pessoas ao redor destacando as capacidades de iniciativa social, assertividade e o entusiasmo na resolução de situações; **autogestão**: está relacionada à capacidade de se organizar e administrar suas próprias ações e emoções e tem como objetivos a determinação, a organização, o foco, a persistência e a responsabilidade; **amabilidade**: esta reflete o comportamento ético nas relações interpessoais focando em empatia, respeito e confiança; **resiliência emocional**: se trata da habilidade de lidar com desafios, manter-se equilibrado emocionalmente e confiar em si mesmo a partir da tolerância ao estresse, da autoconfiança e da tolerância à frustração

Para Padovani et al (2014), existe uma tendência global a não considerar de maneira adequada fatores socioemocionais durante a organização e o planejamento de estratégias

que visem o bem estar emocional dos alunos de nível superior. Desta maneira, tais desafios parecem estar distantes da realidade cognitiva dos discentes, embora tenham extremo impacto em seu desempenho.

Días e Gómez (2007) consideram que o ambiente acadêmico pode ser estressante quando não há condições e normas adequadas que permitam o desenvolvimento saudável da socialização e incentivem a comunicação de alunos com professores, pais, famílias e com a sociedade e suas relações ambientais. Assim, uma das principais estratégias de enfrentamento do estresse é o suporte social, pois, quando o indivíduo é exposto a um estressor e tem alto nível de suporte social, os efeitos negativos do estresse tendem a não aparecer (León & Munoz, 1992 apud Monzón, 2007). Para Feldman e colaboradores (2008), o suporte social pode ocorrer por meio de recursos que podem ser oferecidos por todos que cercam a pessoa, fornecendo apoio emocional importante e oportunidade de compartilhar interesses comuns e situações em que o indivíduo se sente compreendido e respeitado. É importante ressaltar que não é apenas a presença desses recursos que proporciona o suporte social, é a percepção que a pessoa tem de tal presença que torna o suporte eficaz. (PADOVANI, 2014, p. 3)

Como mostram os autores, não adotar estratégias que lidem diretamente com tais desafios pode negligenciar ou até mesmo gerar comportamentos que impactam não somente no desempenho acadêmico, mas na dinâmica socioafetiva e emocional dos alunos como conflitos intragrupais, baixo interesse acadêmico, etc. Tais tipos de comportamentos quando negligenciados, mal gerenciados ou ignorados, tendem a interferir negativamente na dinâmica global da vida acadêmica e pessoal.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do estudo realizado, encontramos um arcabouço teórico que parece sintetizar a diversidade epistemológica concernente ao tema do estudo das HSE no contexto do ensino superior e que o tema da educação de natureza socioemocional se insere no escopo maior de uma filosofia que prioriza o desenvolvimento humano.

Desde a década de 1990, é possível observar mudanças significativas nos paradigmas que regem as lógicas de interação social do mundo contemporâneo. Tomando como modelo de referência o eixo paradigmático adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), temos junto a ideia de “Direitos Humanos” universais, em íntima associação, a lógica do “Desenvolvimento Humano”.

Ilustrativo dessa dinâmica, o processo educativo do século XXI, conforme a proposta da UNESCO, através do PNDU, tem como foco o desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais; em consonância, o destaque dado pelo Relatório Jacques Delors ao desenvolvimento pessoal é indicativo do paradigma que embasa as novas necessidades da educação. Torna-se, então, necessária uma estruturação não mais apenas de uma compreensão do desenvolvimento intelectual dos sujeitos, mas também de seus aspectos socioemocionais.

Assim, percebe-se nas pesquisas analisadas esforços em definir e classificar as HSE, como nos pilares propostos pelo Manual de Implementação Escolar de Estratégias de Desenvolvimento Socioemocionais (2021) e nas competências propostas pelas Bases Curriculares Nacionais comuns, nas quais é possível perceber um certo grau de equitatividade entre a distribuição de competências entre cognitivas e não cognitivas. Ou seja, o entendimento que o desenvolvimento dos sujeitos não depende apenas de características intrínsecas ao seu intelecto, mas as competências éticas de sua formação como sujeito social.

Especificamente sobre as especificidades do Ensino Superior, trazer para o centro do debate acadêmico o tema das HSE implica ampliar significativamente o espectro de entendimento de uma formação mais complexa, ou seja, sensível às questões pragmáticas e subjetivas, de tal sorte que a vivência acadêmica se torna mais positiva em termos éticos e afetivos.

Desta feita, um ensino superior somente conteudista parece não mais estar compatível com as demandas do mundo social do trabalho das sociedades contemporâneas e o desenvolvimento de HSE não deve se limitar somente ao ensino básico. As instituições de ensino contemporâneas, em todos os níveis, devem ir além dos conteúdos pedagógicos mecânicos. Elas devem promover trabalhos em equipe, ensinar os estudantes a se relacionar, a lidar com valores e opiniões diferentes, e a desenvolver metas e objetivos, bem como estratégias para suas realizações.

Competências como curiosidade, imaginação e interesse artístico incentivam os estudantes a explorarem novas ideias, adotarem perspectivas criativas e a cultivarem uma mentalidade aberta para a inovação e o aprendizado contínuo. Isso é vital em um mundo em rápida transformação tecnológica e social, onde a capacidade de se adaptar e aprender é crucial.

O estímulo ao desenvolvimento de características como a iniciativa social, a assertividade e o entusiasmo prepara o estudante para colaborar em equipes, liderar projetos e atuar em ambientes multiculturais e interdisciplinares, competências cada vez mais demandadas no mercado de trabalho. As relações interpessoais, fundamentais na educação superior, são um terreno fértil para a aplicação dessas competências, que permitem a criação de ambientes acadêmicos mais colaborativos e empáticos.

A universidade precisa adaptar-se às exigências da vida econômica e social, oferecendo cursos e programas que preparem os estudantes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da sociedade em transformação. Isso exige flexibilidade curricular e atualização constante. O acesso deve estar disponível a todos, promovendo uma educação que não se limita à formação inicial. Ela deve responder à necessidade de formação contínua, seja para o aprimoramento de profissionais, seja para o desenvolvimento pessoal de qualquer indivíduo, em todas as fases da vida.

Frente a isso, o papel de Instituições de Ensino superior não é somente a capacitação técnico profissional, mas também a promoção de condições de possibilidade de um

desenvolvimento socioemocional visando aumentar o repertório cognitivo e emocional dos sujeitos (SOUZA, 2022). A universidade deve ser reconhecida como o centro do sistema educacional, mesmo que em diversos países coexistam outros tipos de estabelecimentos de ensino superior. Sua relevância não diminui diante da presença dessas instituições; ao contrário, ela desempenha funções essenciais para o desenvolvimento científico, cultural e social. Entre essas funções, quatro se destacam pela sua importância.

No sentido da criação de um programa que incentive o desenvolvimento das HSE no corpo discente, as macro competências descritas por Souza (2022) são fundamentais para um bom embasamento da iniciativa, em especial quando consideradas em conjunto com os desafios descritos por Almeida e Soares (2003), pois integram dimensões socioemocionais essenciais ao desenvolvimento, levando em consideração a natureza paradoxal da experiência acadêmica.

Essas macro categorias representam habilidades fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social, essenciais para a convivência em diferentes contextos da vida, como trabalho, escola e sociedade. Essas competências formam a base para uma educação voltada ao crescimento integral e destacam um conjunto de macro categorias e HSE para o desenvolvimento humano integral, uma visão que é profundamente filosófica em sua essência. Ao observar as cinco macro categorias podemos enxergar nelas pilares fundamentais não só para questões do processo formativo, mas uma ética para a vida. Esses conceitos tocam a raiz do que significa ser humano em um mundo cada vez mais interconectado e complexo.

A abertura ao novo tem como ponto central a curiosidade, o desejo insaciável de compreender o mundo e o papel do ser humano nele, celebra a busca constante pelo desconhecido, seja por meio da arte, da criatividade ou do aprendizado. Na tradição filosófica, esta abertura é o que impulsiona o questionamento socrático, a paixão pela descoberta, a recusa de aceitar dogmas. Apenas os que se permitem imaginar e criar podem transformar a sociedade e a si mesmos (SOUZA, 2022).

Partindo da premissa que o ser humano é, essencialmente, um ser social, como argumenta Aristóteles, o Engajamento com o Outro representa não apenas a capacidade de agir coletivamente, mas também de expressar assertividade e entusiasmo nas relações interpessoais. Portanto, o engajamento com o outro é fundamental para a construção de identidades coletivas e individuais, bem como para a criação de um sentido mais profundo de humanidade compartilhada (SOUZA, 2022).

A Autogestão evoca a ideia de autodomínio e um maior controle sobre as próprias e ações. A capacidade de se organizar, focar e persistir diante das adversidades é a marca de um indivíduo que busca não apenas o sucesso pessoal, mas também a sabedoria prática, a prudência (SOUZA, 2022).

A Amabilidade descreve a empatia, respeito e confiança como centrais para a ética das relações humanas. A amabilidade não é apenas um gesto de boa vontade, mas um ato moral que reconhece a alteridade do outro, a sua infinita dignidade (SOUZA, 2022).

A Resiliência emocional remete a capacidade de enfrentamento e adaptação a circunstâncias adversas. Por vezes chamado *coping*, trata-se de um conjunto de estratégias de enfrentamento racional e emocional das adversidades impostas pelo processo de desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em guisa de conclusão, a possibilidade de desenvolvimento de um programa de estímulo às HSE no contexto universitário surge como uma resposta necessária às demandas contemporâneas por uma formação integral e humanizada. A revisão aqui realizada evidencia que, além das competências técnicas, é fundamental que as instituições de ensino superior promovam o desenvolvimento emocional e social dos seus estudantes. A implementação de um programa baseado nas premissas aqui apresentadas pode se destacar como uma iniciativa inovadora, capaz de gerar impactos significativos na qualidade da educação, formação pessoal e profissional dos estudantes universitários.

A partir da literatura aqui trazida, podemos afirmar que os benefícios de um programa dessa natureza são evidentes: ao desenvolver competências como autocontrole, empatia e resiliência, os estudantes estarão mais bem preparados para enfrentar os desafios acadêmicos e profissionais, bem como as pressões inerentes ao ambiente universitário.

Essas competências não apenas aprimoram o desempenho acadêmico, mas também fortalecem a capacidade de lidar com situações adversas, promovendo um equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Ao atuar de forma preventiva em relação ao estresse e à ansiedade, iniciativas baseadas em HSE podem contribuir para a diminuição de problemas relacionados à saúde mental, cada vez mais prevalentes nas universidades.

Além disso, ao promover uma abordagem interdisciplinar e integrada, um programa de desenvolvimento de HSE contribuirá para a criação de uma cultura institucional mais colaborativa e empática, na qual o aspecto humano é valorizado de maneira plena. A educação universitária, portanto, não deve se limitar à transmissão de conteúdos técnicos, mas deve abranger a formação de indivíduos socialmente conscientes, emocionalmente equilibrados e preparados para enfrentar os complexos desafios do mundo contemporâneo.

Em suma, espera-se que o desenvolvimento de um programa focado no estímulo às HSE ofereça uma contribuição valiosa para o avanço da educação superior no Brasil, especificamente no Ceará. A integração dessas competências no currículo acadêmico é uma necessidade urgente e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de promover transformações significativas tanto na vida dos estudantes quanto nas instituições de ensino, consolidando o papel da universidade como um espaço de formação completa e preparação para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Elaine Gonçalo; SOUZA JÚNIOR, Gilberto Romeiro de; ROSSI, Cláudia Maria Soares. O Desenvolvimento das Competências Socioemocionais no Ensino Médio em Tempos de Pandemia da Covid-19. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 103–110, 2022.

Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning. SEL assessment, tools, needs and outcome assessments. Chicago, Illinois: **Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning**. 2008.

HARYONO, Haryono; SUBKHAN, Edi; WIDHANARTO, Ghanis Putra. 21st Century Competencies and Its Implications on Educational Practices. **Atlantis Press**, v.118, n.21 p. 606–610, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Manual de Implementação Escolar. 2021. **Ministério da Educação**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manuais>. Acesso em 10 set.2024.

PALOMERA, Raquel; BRIONES, Elena; LINARES, ALÍCIA GÓMEZ. Formación en valores y competencias socioemocionales para docentes tras una década de innovación. **Praxis & Saber**, v.10, n. 24 p. 93-117, 2019.

SANTOS, Daniel; PRIMI, Ricardo. Desenvolvimento Socioemocional e Aprendizado escolar: Uma Proposta de Mensuração para Apoiar Políticas Públicas. **Instituto Ayrton Senna**, São Paulo, 2014.

SOUZA, Ana Carolina Aleixo de. Sentido do Ser: Jogo das Competências Socioemocionais para Universitários. 2022. 321 f. Dissertação (Mestrado profissional em ensino) – **Universidade Federal do Pará**, Pará, 2022.

CAPÍTULO 14

A FUNÇÃO DO DIRETOR NO DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Francisco Helton Alves da Silva

Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (FACIBRA), Graduado em Geografia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA) e em Educação Especial pela UNIASSELVI. Especialista em Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica, Planejamento de Ensino, metodologias e práticas de ensino. Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1448009159293175>

Anaisa Alves de Moura

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Especialista em Gestão Escolar pelas Faculdades INTA. Mestre em Ciências da Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ULHT - Lisboa - Portugal e reconhecido pela UFMG.- Universidade Federal de Minas Gerais e Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Humanidades e Tecnologias - ULHT - Lisboa/ Portugal. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Autobiográficas - GEPAS cadastrado no CNPq e membro do corpo editorial científico da Editora Ibero-Americana e Estudos em Educação Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5733205457701234>

Maria da Paz Arruda Aragão

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Gestão Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestra em Educação pela Lusófona. Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2291755554565010>

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UECE); Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Professora do Centro Universitário Inta – Uninta. Membro do grupo de Pesquisa: Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6377103436374712>
<https://orcid.org/0000-0002-6219-7182>

Railane Bento Vieira Sabóia

Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Especialização em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE). Graduação em Pedagogia (UVA). Professora efetiva do Curso de Pedagogia da UVA.
<http://lattes.cnpq.br/9005966729356836>
<https://orcid.org/0000-0002-0054-9832>

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de refletir sobre o papel do diretor escolar em face aos preceitos da democracia, levando em conta os desafios impostos pela contemporaneidade. Apresenta uma abordagem sobre as funções desse cargo, analisando sua contribuição para o melhor funcionamento das instituições de ensino. A pesquisa se constitui como bibliográfica de cunho qualitativo, pois visa analisar a problemática aqui abordada, tendo em vista a realização de um estudo sobre a questão norteadora deste trabalho. A fundamentação teórica está embasada em diversos estudiosos, tais como Libâneo (2005, 2008, 2024), Brasil (1996) e Paro (2006). Dessa forma, este trabalho mostra a importância do papel do diretor escolar, considerando que sua atuação é desenvolvida mediante o exercício da liderança, transformando o espaço educativo em oportunidades de aprendizagens significativas. Com a realização desta pesquisa sobre essa temática, é de suma importância a compreensão dos percursos formativos e dos desafios das instituições de ensino, em diálogo com os fundamentos das contribuições e do papel do gestor escolar, frente ao desenvolvimento da aprendizagem, considerando os caminhos da participação. Assim, foi possível perceber que ser gestor de uma escola é ser responsável por um conjunto de funções, sempre visando à qualidade do ensino. Seu papel deve ser o de líder, um profissional dotado de conhecimento, capaz de fornecer respostas rápidas para situações inesperadas.

PALAVRAS – CHAVE: Aprendizagem. Educação. Gestão escolar.

THE FUNCTION THE DIRECTOR IN THE DEVELOPMENT OF DEMOCRATIC MANAGEMENT

ABSTRACT: This work aims to reflect on the role of the school director, in light of the precepts of democracy, taking into account the challenges imposed by contemporary times. It provides an approach to the functions of this position, analyzing its contribution to the better functioning of educational institutions. The research is constituted as bibliographical of a qualitative nature, as it aims to analyze the problem addressed here, in view of seeking to carry out a study regarding the guiding question of this work. The theoretical foundation is based on several scholars, such as: Libâneo (2005), Brasil (1996) and Paro (2006). In this way, this work shows the importance of the work of the school director, considering that his performance is developed through a leadership role, transforming the educational space into significant learning opportunities. Therefore, when carrying out this research on this topic, it is extremely important to understand the training paths and challenges of educational institutions in dialogue with the foundations of the contributions and role of the school manager, in relation to the development of learning, in means the paths of participation. Thus, it was possible to realize that being a school manager means being responsible for a set of functions, always aiming for the quality of teaching. That your role should be that of a leader, of an employee endowed with knowledge, I have the answers to unexpected situations at the snap of my fingers.

KEYWORDS: Learning. Education. School management.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma abordagem sobre as funções do gestor escolar no contexto educacional, destacando a importância de suas ações no que concerne ao pleno funcionamento das instituições de ensino. Segundo Libâneo (2024), a gestão escolar eficiente é aquela que consegue integrar todos os atores do ambiente escolar em torno de um projeto comum, voltado para a melhoria contínua do processo educativo, garantindo a qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes.

Este trabalho tem como tema o papel do Diretor Escolar: gestão democrática e paradigmas emergentes. Desse modo, pensando nesses cenários de muitas mudanças de paradigmas emergentes, faz-se a seguinte pergunta: Quais são as contribuições da função do diretor escolar? Quais são os desafios presentes frente às mudanças do final do século XXI?

Nessa perspectiva, sabe-se que o diretor escolar desempenha uma ação preponderante no processo de ensino e aprendizagem, pois é ele quem reúne conhecimentos técnicos e ações planejadas, buscando mobilizar setores que contribuem de forma direta para a construção do saber.

Na contemporaneidade, vários desafios imperam dentro das instituições de ensino. O que ensinar e como ensinar tornam-se problemáticas a serem investigadas. É aí que o diretor escolar entra em cena, disponibilizando estratégias que tornam a escola um ambiente agradável e dinâmico. Para isso, é claro, ele conta com as parcerias necessárias para transformar os problemas em aprendizado.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o papel do diretor na gestão escolar e as contribuições da gestão democrática para os paradigmas emergentes em processos de construção coletiva e em processos pedagógicos. Além disso, busca refletir sobre as funções desse cargo, destacando como a gestão da escola pode torná-la melhor, de modo que haja profissionais engajados e alunos com alto nível de conhecimento, mediante a participação da família e a parceria com a comunidade.

Com base nessas premissas, acredita-se que a escola cumprirá verdadeiramente o seu papel se todos os agentes envolvidos tiverem plena consciência de suas responsabilidades, fazendo da escola um espaço democrático e humano. Isso consiste na justificativa dessa pesquisa, haja vista que essa discussão é extremamente importante, pois dá ênfase à gestão democrática, de modo que o diretor escolar reúna as melhores ideias para transformar a instituição de ensino.

Para tanto, este trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, pois analisa o problema evidenciado, refletindo sobre uma escola que realmente faça a diferença na vida dos alunos.

Sua estrutura está dividida em tópicos. O primeiro traz uma abordagem sobre Gestão e Administração escolar, conceituando esses dois termos para melhor entendimento das

funções do diretor escolar. O segundo mostra as responsabilidades do diretor, abordando suas competências e habilidades exigidas para o cargo, imaginando assim uma escola melhor, com um profissional capacitado, que tem consciência de suas responsabilidades. Por fim, o último tópico aborda a gestão democrática e a educação contemporânea. É nessa parte que se apresentam fundamentos que embasam a atuação do diretor, considerando a realidade das escolas.

2. METODOLOGIA

Para a metodologia, recorremos à abordagem qualitativa, visto que utilizamos uma pesquisa bibliográfica e analisamos o problema evidenciado, refletindo sobre uma escola que realmente faça a diferença na vida dos alunos. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa preocupa-se em compreender o fenômeno a partir da perspectiva dos participantes, considerando o contexto em que eles estão inseridos, para captar a riqueza e a complexidade da experiência humana. Ao que se refere a pesquisa bibliográfica segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de qualquer investigação científica, pois permite ao pesquisador conhecer o que já foi produzido sobre o tema, identificar lacunas no conhecimento e fundamentar teoricamente o seu trabalho.

O estudo foi dividido em tópicos, apresentando uma abordagem sobre Gestão e Administração escolar, conceituando esses dois termos para um melhor entendimento das funções do diretor escolar. Além disso, mostra as responsabilidades do diretor, abordando suas competências e habilidades exigidas para o cargo, imaginando assim uma escola melhor, com um profissional capacitado que tem consciência de suas responsabilidades. Por fim, aborda a gestão democrática e a educação contemporânea. É nessa parte que se apresentam os fundamentos que embasam a atuação do diretor, considerando a realidade das escolas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Gestão e Administração Escolar

Inicialmente, faz-se uma reflexão a respeito dos termos que caracterizam o trabalho do diretor dentro das instituições de ensino. Pode até parecer, mas gestão e administração não são palavras sinônimas; no entanto, suas funções devem caminhar juntas dentro do ambiente educativo.

Diante dessa premissa, a gestão está intrinsecamente relacionada ao controle de ações. Já a palavra administração diz respeito ao relacionamento entre pessoas. Assim sendo, há, no contexto prático, uma mudança no uso desses termos, haja vista que, no âmbito corporativo, a palavra administração tem sido substituída pelo termo gestão. Isso ocorre porque, etimologicamente, essa abordagem traz uma certa valorização aos fatores humanos.

Nesse contexto, Paro (2006, p. 33) destaca:

A administração é uma atividade generalizada e essencial a todo esforço humano coletivo, seja na empresa industrial, na empresa de serviços, no exercito, nos hospitais, na igreja, etc, o homem cada vez mais necessita cooperar com outros homens para atingir seus objetivos: nesse sentido, a administração é basicamente a coordenação de atividades grupais. (PARO, 2006, p.33)

Tendo como base o pensamento desse autor, acredita-se que na educação, a administração tem estreita ligação com o plano de ação, desenvolvimento e controle de materiais para alcançar objetivos pré-estabelecidos. Isso porque, esses materiais podem ser as pessoas envolvidas com o processo de ensino. Assim sendo, denota-se que o termo administração escolar, relaciona-se com ações técnicas e metodológicas, deixando de lado o desenvolvimento humano como forma de alcance de ideais.

Ainda sobre Paro (2006, p. 23), ao trazer a tona uma reflexão sobre esse assunto, apresenta os estudos realizados por teóricos da atualidade.

Para os modernos teóricos da administração, a sociedade se apresenta como enorme conjunto de instituições que realizam tarefas sociais determinadas. Em virtude da complexidade das tarefas, da escassez dos recursos disponíveis, da multiplicidade de objetivos a serem perseguidos e do grande número de trabalhadores envolvidos, assume-se a absoluta necessidade de que esses trabalhadores tenham suas ações chamadas administrativas. (PARO, 2006, p.23)

Nesse contexto, tem-se o planejamento de estratégias coordenado pela equipe escolar, que define claramente suas metas e objetivos, considerando, assim, a capacidade de calcular resultados, identificando e refletindo sobre a atuação da escola de modo geral.

Entretanto, diante dos novos paradigmas que permeiam a educação, a gestão escolar ganha ênfase, pois leva-se em consideração a união de forças para o alcance das metas projetadas. Nessa perspectiva, essa metodologia de trabalho é vista como um processo inter-relacionado com os aspectos humanos e os relacionamentos pessoais.

Dessa maneira, manter a equipe motivada e incentivar a qualificação profissional são ações preponderantes, pois é a partir disso que cada funcionário pode desempenhar melhor suas funções.

Para Meneses (1998, p. 274), “A administração não é um processo desligado da atividade educacional, mas, ao contrário, acha-se inexplicavelmente envolvido nela, de tal forma que o diretor precisa estar sempre atento às consequências educativas de suas decisões e atos”. Ao considerar o que sugere este autor e o peso de sua função, destacam-se os esforços da equipe de trabalho, por meio do conceito de gestão escolar, com um administrador que busca manter o envolvimento de todos os membros, levando em conta os problemas a serem mediados, sem esquecer a busca incessante pelo aperfeiçoamento dos funcionários, incentivando-os a participarem de qualificações.

Diante do exposto, pressupõe-se que a gestão escolar é uma ação conjunta que reúne os esforços de uma equipe de trabalho que caminha de mãos dadas, buscando

sempre encarar os desafios com base no diálogo. Contudo, destaca-se que, dentro do nível hierárquico, o diretor é tido como o agente que age em conformidade com a lei e a ordem, sendo o responsável legal por todas as ações desenvolvidas na escola.

3.2 Responsabilidades do Gestor, Competências e Habilidades

O diretor se constitui como o líder da escola. É ele quem gerencia a equipe de trabalho, apontando soluções para a resolução dos problemas e demandas existentes. Suas funções são caracterizadas como as mais complexas, pois, além de ser a autoridade da escola, exerce também o papel de educador. Segundo Libâneo (2008), o diretor escolar não é apenas um administrador de recursos, mas um líder pedagógico que deve promover um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos alunos, coordenando esforços para que a escola atinja seus objetivos educacionais.

Esse profissional deve possuir conhecimento técnico sobre a realidade da sala de aula, como pré-requisito para ter mais segurança nas tomadas de decisão. Para Meneses (1998, p. 274), “a administração escolar não é um processo desligado da realidade educacional”. Ao contrário do que muitos pensam, ele precisa estar atento a tudo que acontece no processo educativo. Como esse autor menciona, ao exercer sua função ou tomar alguma decisão, o diretor é, acima de tudo, um educador.

Seu papel de liderança é inegável, pois ele deve possuir as estratégias necessárias para assegurar o alcance dos objetivos definidos. É através dessa ação que a equipe consegue organizar sua rotina de trabalho, sendo capaz de refletir sobre a prática realizada.

Meneses (1998) define o perfil dos tipos de diretor que existem. Ele os classifica em três modelos. O primeiro é o autocrático. Isso significa que esse perfil é traçado por aquele tipo de profissional que sempre se coloca como o principal na tomada de decisões. Para ele, esse tipo de diretor se utiliza da imposição para disseminar suas decisões e opiniões, assumindo total responsabilidade.

O segundo é classificado como democrático. Significa que, na resolução de questões inerentes às funções, procura ouvir a opinião de todos. O terceiro tipo é conhecido como o “deixa fazer tudo”, ou seja, aquele que não assume claramente seu papel e deixa a equipe fazer o que bem entender, deixando a decisão a cargo de qualquer um.

Sperb (1976, p. 38) declara que “em geral, não é necessário que o líder escreva um tratado ou faça longos discursos sobre o tipo de liderança que adota. Sua maneira de agir fala mais alto do que demoradas explicações”. Para ele, ao tratar do cargo de liderança, afirma que a “técnica de liderança democrática, principalmente, revela-se pela teoria da ação. Palavras, apenas, não são convincentes”.

Baseando-se nessa premissa, para exercer as funções desse cargo, é necessário possuir certos conhecimentos e experiências técnicas, como ser preferencialmente pedagogo e ter especialização em gestão escolar. Logo, imagina-se que o gestor escolar

possui inúmeras atribuições e, na condição de servidor, possui também direitos. Na condição de funcionário público, tem a incumbência de identificar os problemas e procurar as possíveis soluções, trabalhando diretamente com alunos, pais, associação da escola, funcionários e com membros da comunidade.

Dessa forma, busca, junto com esses setores, estabelecer as regras da escola, realizar a construção do regimento e assegurar o funcionamento da instituição, tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos administrativos.

Nesse contexto, existem razões que pressupõem que o papel de diretor é também de líder. Há especificidades inerentes às funções de cunho pedagógico que demandam uma atenção mais apropriada, exigindo que esse profissional não seja um mero administrador. Segundo Paro (2006) o papel do diretor escolar vai além da simples administração; ele deve atuar como um líder pedagógico que impulsiona o desenvolvimento educacional, articulando as ações da escola com a comunidade e garantindo que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Para tanto, o gestor escolar precisa executar suas funções visando ao sucesso total da instituição, buscando sempre agir em prol do bom funcionamento de todos os setores e do pleno rendimento dos alunos. Ao ter conhecimento amplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), do regimento da escola e de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), acredita-se que ele terá a capacidade fundamental para o exercício das funções.

Libâneo (2008, p. 289) discute sobre o papel que o gestor desempenha, destacando a necessidade de “conhecer bem o funcionamento do sistema escolar (as políticas educacionais, as diretrizes legais, as relações entre escola e sociedade, etc.) e das escolas (sua organização interna, as formas de gestão, o currículo, os métodos de ensino)”. Dando continuidade, ele reflete também sobre “o relacionamento professor-aluno, a participação da comunidade, etc.”, e a importância de aprender a estabelecer relações entre estas duas instâncias para que a instituição tenha êxito em suas ações.

Nessa conjuntura, define-se como função do diretor, a partir dos estudos de Libâneo (2004, p. 217), acompanhar e dar suporte a todas as atividades administrativas que envolvam os pais, a comunidade e outros setores da sociedade. Além disso, oferecer recursos específicos que favoreçam os objetivos da escola. Criar mecanismos que possibilitem o vínculo entre a instituição e a comunidade, de modo que haja atividades de cunho pedagógico.

Desenvolver ações que possam integrar o planejamento ao projeto pedagógico, com o apoio da coordenação escolar. Segundo esse autor, os diretores devem “conhecer a legislação educacional e do ensino”. Outra ação consiste em “garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição e das normas disciplinares”.

É também função do diretor cuidar da documentação burocrática juntamente com a secretaria da escola e dar suporte ao acompanhamento avaliativo das turmas. Por fim,

criar mecanismos que contemplem o bom exercício das funções dos funcionários, além de ter responsabilidades nas finanças da instituição, sendo o representante direto junto aos setores que compõem a escola.

Portanto, ainda sobre esse assunto, Libâneo (2008, p. 335) afirma que o gestor escolar é aquele que “coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, acompanha o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente”.

3.3 Gestão Democrática e Educação Contemporânea

As práticas de gestão, fundamentadas no princípio da democracia estão expostas na Constituição Federal de 1988. O seu 206, versa sobre o ensino que deve ser ministrado nos princípios da gestão democrática. Na LDB, esse preceito é reafirmado em seu 14º artigo, quando enfatiza que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão de ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades”, Brasil (1996, art, 14). Segundo Libâneo (2008) a gestão escolar democrática é aquela que se caracteriza pela participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, promovendo um ambiente de diálogo e cooperação para a tomada de decisões que afetam o cotidiano da escola.””

Paralelo a isso, leva-se em consideração a contribuição dos profissionais dessa área, que desempenham papel preponderante na construção do Projeto político Pedagógico – PPP, além da colaboração da comunidade escolar.

Essa fundamentação legal, permite uma profunda reflexão a respeito da função dos diretores escolares, eles que têm nas mãos o poder de mobilizar os mecanismos e as estratégias para fazer uma educação de qualidade, baseada no diálogo entre os agentes que compõem a educação.

Primeiro que o diretor escolar não precisa apenas de ser escolhido ou nomeado para colocar em prática uma gestão democrática. É necessário, acima de tudo, que todos os setores que estão relacionados com a escola participem da tomada de decisão de forma crítica e reflexiva, buscando firmar parcerias, objetivando um processo de ensino e aprendizagem pautado na ética, compromisso e da colaboração, visando o alcance dos objetivos propostos.

Conforme exposto, é somente através da participação efetiva dos agentes que tem relação com as práticas escolares, se verdadeiramente cada um reconhecer seu papel perante os objetivos e metas da escola, pois, na construção coletiva do PPP, busca-se uma melhoria na qualidade da educação. Por falar nesse assunto, Libâneo (2005, p. 117) discute que “a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, os domínios dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos”.

Dalberio (2009, p. 710) destaca o significado de democracia expondo que:

Democracia é um regime de governo no qual o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos, que são os componentes da sociedade. Cabe ao povo ou à comunidade discutir, refletir, pensar e encontrar soluções e intervenções para os próprios problemas. (DALBERIO, 2009, p. 71)

Esse autor, classifica a democracia como uma maneira inteligente dos cidadãos terem poder. No contexto educacional, acredita-se na eficácia de ações desse cunho, cujo mister perpassa a participação das pessoas.

Desse modo, o gestor precisa refletir sobre seu papel, desenvolvendo alternativas que torne a escola pública de qualidade. Entretanto, suas ações devem contemplar as questões técnicas da função, objetivando atender as necessidades da escola, presente em seu planejamento de ensino.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados esperados com a realização da pesquisa sobre a temática consistiram em compreender os percursos formativos e os desafios das instituições de ensino em diálogo com os fundamentos das contribuições e do papel do gestor escolar, frente ao desenvolvimento da aprendizagem, considerando os caminhos da participação.

Assim, parte-se dos pressupostos da compreensão das normas e da legislação vigente, ao fortalecimento da consolidação em prática e da regulamentação dos direitos do cidadão, a partir da Constituição de 1988. Entretanto, procurou-se identificar os caminhos e (des)caminhos do trabalho do gestor escolar e suas lacunas, por meio da LDB e das normativas, em suas funções e nas deliberações das atribuições no desenvolvimento da escola, dos alunos e da comunidade escolar, bem como sua atuação junto à educação, dentro dos espaços escolares.

Ao realizar as discussões sobre como identificar as ferramentas metodológicas, operativas, éticas e de gestão no exercício profissional em espaços de trabalho, o gestor precisa conhecer a realidade das famílias, dos alunos, dos professores e da comunidade escolar, para que se possam aplicar os meios possíveis de maneira correta, garantindo que as ferramentas possam auxiliar o desenvolvimento da comunidade escolar, fortalecendo a aprendizagem e os vínculos afetivos, sociais, culturais e sustentáveis.

Nesse contexto, a gestão escolar democrática exige que o diretor reúna ideias que possam contemplar a tomada de decisões a partir de consensos. Acredita-se, entretanto, que é através da educação que o conhecimento é adquirido, advindo de experiências vivenciadas tanto no contexto familiar quanto no pedagógico.

Portanto, a tomada de decisão deve partir dos pressupostos que garantem a efetivação do saber como instrumento de emancipação humana, considerando que a educação se organiza em torno das melhores estratégias e recursos, levando em conta o papel dos agentes envolvidos.

Na contemporaneidade, repensar as ações pedagógicas torna-se imprescindível por parte das instituições de ensino. Nesse sentido, a função do diretor vai muito além de simplesmente cuidar da parte burocrática das instituições de ensino. Essa é a compreensão que minha experiência profissional tem me possibilitado alcançar.

Nesse contexto, percebe-se que o desenvolvimento de ações educativas inovadoras, sobretudo na gestão da sala de aula, vai muito além do que se imagina e é considerada a saída para a resolução de diversas questões relacionadas à problemática da aprendizagem. No caso específico da temática aqui abordada, verificou-se que, no processo de ensino e aprendizagem, o diretor desempenha um papel fundamental, reunindo ideias e articulando ações que possam ser úteis ao trabalho do professor.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, destacou-se a grande expectativa em relação às informações expostas. Todavia, foi possível perceber que ser gestor de uma escola é ser responsável por um conjunto de funções, sempre visando à qualidade do ensino. Seu papel deve ser de líder, um profissional dotado de conhecimento, com capacidade de fornecer respostas rápidas para situações inesperadas.

Entretanto, destaca-se a responsabilidade da escola como um todo, incluindo a família e o poder público. É através desses elementos que há a possibilidade de promover uma aprendizagem significativa, coordenada, é claro, pelo diretor.

É, sem dúvida, função deste garantir o acesso dos alunos ao conhecimento, o que exige ousadia para colocar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos, de maneira diferente de uma motivação intrínseca; ou seja, o aluno precisa sentir a necessidade e a vontade de aprender, e o diretor pode influenciar isso. É indiscutível que os profissionais estejam comprometidos e conscientes de que eles podem propiciar condições favoráveis para uma atuação social e intelectual, considerando as diversidades de aprendizagem.

Para que a aprendizagem aconteça, é necessário que o aluno esteja disposto a se envolver no processo de aprendizagem, se empenhando em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo, utilizando os instrumentos adequados que conhece e dispõe para alcançar a maior compreensão possível.

A gestão escolar cumpre um papel fundamental na formação da cidadania, levando em conta os fatores externos que, de forma direta, se relacionam com a comunidade escolar, destacando que a escola é um espaço de transmissão de conhecimento e valores. Nesse contexto, a gestão educacional é regida pelos princípios legais a serem seguidos, tendo como principal foco um ensino que contemple a construção da aprendizagem, de modo a contribuir para a formação de um mundo mais justo e humano, na visão de Ferreira (2001, p. 3007).

Considerando o desenvolvimento das ações de cunho democrático, ao destacar os princípios administrativos, a gestão educacional, na pessoa do diretor e do coordenador, assume uma grande responsabilidade. Haja vista que esses atores canalizam os esforços

para o cumprimento dos objetivos propostos. Isso porque esses agentes têm a capacidade de realizar as articulações necessárias, desde a organização das ações até a reflexão das práticas, por meio da avaliação, pois sua função abrange a articulação, a comunicação, sem contar o papel de liderança que exercem. Para tanto, Libâneo (2004, p. 215-216) propõe que gerenciar é “dirigir e coordenar os andamentos dos trabalhos, o clima de trabalho, a eficácia na utilização dos recursos e meios, em função dos objetivos da escola; assegurar o processo participativo de tomada de decisões”.

Ao conceber que a gestão da educação tem intrínseca relação com os aspectos político-administrativos, nos quais os sistemas de ensino desenvolvem suas ações didático-pedagógicas, usa-se de forma sinônima os termos gestão e administração para compreender o papel do diretor escolar.

Transpondo esse pensamento para o âmbito pedagógico, esses termos têm significados diferentes. Vê-se a gestão como uma prática da ação administrativa. Em outras palavras, ao argumentar sobre gestão e administração, Libâneo (2004, p. 97) diz que “administração e gestão são termos aplicados aos processos organizacionais, com significados muito parecidos”. Nesse sentido, ele classifica administração como “o ato de governar, de pôr em prática um conjunto de normas e funções”. Entretanto, ao enfatizar o termo gestão, o mesmo afirma que “gerir é administrar, gerenciar, dirigir”. Segundo esse mesmo autor, administração escolar “tradicionalmente caracteriza os princípios e procedimentos referentes à ação de planejar o trabalho da escola”. Para ele, a administração mantém relação próxima com o ato de “racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais)”, além disso, destaca o ato de “coordenar e controlar o trabalho das pessoas”.

Os gestores escolares enfrentam inúmeros desafios na tentativa de garantir um ensino de qualidade. Para assegurar um processo de ensino que seja capaz de alcançar as metas estabelecidas, não se pode perder de vista alguns aspectos, como a gestão participativa, através de práticas democráticas. Buscar soluções para os problemas em comum com a comunidade escolar acaba sendo um caminho a ser percorrido.

A evasão escolar, por sua vez, ocorre quando o aluno deixa de frequentar a escola. Quando essa situação ocorre, alguns questionamentos surgem: a escola está atrativa e dinâmica? Possui os recursos de ensino necessários para o desenvolvimento de boas práticas de ensino? Os professores estão desenvolvendo aulas diferenciadas? Enfim, inúmeras perguntas surgem, mas as respostas nem sempre são encontradas. Diante disso, o gestor tem a responsabilidade de analisar a situação e buscar estratégias que possam favorecer a função da escola.

Sobre essa problemática, Cunha (2002, p. 69) expõe que “em busca da melhoria na qualidade do ensino, com fins de combater as causas da evasão escolar e definir metas para preveni-la, o Projeto Político Pedagógico deve ser objeto de estudo daqueles que estão engajados na Escola Pública”. Nesse contexto, acredita-se que a evasão escolar

pode ser superada mediante a transformação das ações que causem mudanças no trabalho pedagógico.

A formação do professor merece destaque quando o assunto é desafio. Será que, de fato, ele está preparado para as demandas existentes? Esse questionamento exige uma profunda análise. Pois, de fato, existem profissionais que estão em sala de aula, mas que não possuem as competências específicas para lidar com determinadas situações. Deve-se enfatizar o fato de que alguns professores têm graduação e pós-graduação, mas não possuem os elementos mínimos exigidos para a prática docente. Outra realidade é que muitos estão atuando em áreas diferentes de sua formação, o que acaba agravando a situação. Isso pode gerar consequências para as práticas de gestão, pois acaba sendo uma grande preocupação do gestor: a gestão da sala de aula. Nesse caso, entram em cena as reuniões pedagógicas, cursos de formação continuada, orientações, entre outros.

A participação da família é essencial para que os objetivos sejam alcançados. Mesmo sabendo que sua relação com a escola é extremamente proveitosa, há casos em que as famílias não frequentam a escola em momentos de reuniões ou em visitas periódicas. Quando isso ocorre, o pai tem a oportunidade de acompanhar notas e rendimento, ver o comportamento, saber no que pode estar contribuindo para a aprendizagem do filho.

Dessa maneira, é necessário que a escola crie mecanismos com o intuito de promover uma relação harmoniosa entre escola e família. Um bom atendimento, criar uma pauta para desenvolver uma reunião dinâmica, na qual as famílias tenham consciência da importância de sua participação, é fundamental nesse momento.

Dessa forma, Libâneo (2005, p. 302) afirma:

Características organizacionais positivas eficazes para o bom funcionamento de uma escola: professores preparados, com clareza de seus objetivos e conteúdos, que planejem as aulas, cativem os alunos. Um bom clima de trabalho, em que a direção contribua para conseguir o empenho de todos, em que os professores aceitem aprender com a experiência dos colegas (LIBÂNEO, 2005, p. 302).

Na contemporaneidade, as escolas lutam para tornar o ambiente educativo mais atrativo. Pensando nisso, que tal inovar? Investir em ações que favoreçam o bem-estar. Tudo o que for feito, que extrapole os limites definidos, pode contribuir para o sucesso da instituição. Campeonatos, eventos culturais, jogos, brincadeiras, projetos integradores, tudo isso pode favorecer a relação aluno-escola. É, portanto, uma alternativa viável.

E o gestor acaba sendo a mola mestra desses momentos, disponibilizando tempo para a organização e o desenvolvimento de atividades diferenciadas. Mesmo sabendo que, conforme pontua Benica (2001, p. 67), “a prática pedagógica não deve esquecer a realidade concreta da escola e os determinantes sociais que a rodeiam”. Isso porque, como esse autor afirma, “teoria e prática, professor/aluno, conteúdo e forma não existem isolados, mas encontram-se numa relação mútua”.

Fini (1996, p. 73) diz que o aluno pode apresentar comportamentos inadequados diante de um ensino de má qualidade. Segundo ele, algumas situações podem fazer com que o aluno evite a escola, o que, sem dúvida, é um grande desafio. Pois não adianta a escola planejar e fazer de tudo para ser atrativa se não conseguir envolver o aluno.

Para Azevedo (2011, p. 05), a repetência escolar constitui-se em outro grande desafio. Ao destacar as consequências desse problema, ele afirma que essa questão tem ligação íntima com fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Enfatiza, também, que a atuação do corpo docente tem contribuído para o agravamento do problema, ao considerar a prática docente empregada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, destaca-se a grande expectativa em relação às informações expostas. Todavia, foi possível perceber que ser gestor de uma escola é ser responsável por um conjunto de funções, sempre visando à qualidade do ensino. Seu papel deve ser o de líder, um funcionário dotado de conhecimento, capaz de fornecer respostas rápidas para situações inesperadas.

Entretanto, destaca-se a responsabilidade da escola como um todo, incluindo a família e o poder público. É através desses elementos que se pode promover uma aprendizagem significativa, coordenada, é claro, pelo diretor.

É, sem dúvida, função do diretor garantir o acesso dos alunos ao conhecimento, o que exige ousadia para identificar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos, de maneira distinta de uma motivação intrínseca. Isto é, o aluno precisa sentir a necessidade e a vontade de aprender, e o diretor pode influenciar isso. É indiscutível que os profissionais estejam comprometidos e conscientes de que eles são os que podem propiciar condições favoráveis para uma atuação social e intelectual, considerando as diversidades de aprendizagem.

Para que a aprendizagem aconteça, é necessário que o aluno esteja disposto a se envolver no processo, empenhando-se em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo, e em usar os instrumentos adequados que conhece e dispõe para alcançar a maior compreensão possível.

Dante do exposto, as práticas de gestão, lideradas pelo diretor, devem ter em mente que ele é um líder, cuja atuação visa manter uma equipe engajada no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a gestão escolar desempenha um papel importante no desenvolvimento da aprendizagem. É necessário, portanto, estabelecer ações democráticas que permitam a construção efetiva do saber. Contudo, os gestores são agentes que exercem o papel de liderança, cabendo a eles a função de organizar estruturalmente a escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes e Bases para educação Nacional.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BENICÁ, Elli. **A prática pedagógica da sala de aula**—caderno da Universidade de passo fundo –R.S.U.P.F. –3^a. Tiragem, nº. 4. agosto de 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. 8. ed., Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2002. FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

DRUMMOND, Maria canal Caetano -& Hélio Caetano. **Família –Adolescente –Escola.In.** Drogas: a busca de respostas. São Paulo, SP: Loyola, 1998.

DALBERIO, Maria Célia Borges. **Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade.** São Paulo: Paulus, 2009.

FINI, Lucila Dichl Tolaine. **Rendimento Escolar e Psicopedagogia.** In Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar. Orgs. Firmino Fernandes Sisto et al, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. 5^a. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **A gestão escolar eficiente.** São Paulo: Editora X, 2024.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar:** políticas estrutura e organização. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** 5^a edição Revista Ampl. Atlas - São Paulo. 2002.

_____. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Técnicas de pesquisa.** 2. Ed. São Paulo, 1990.

MENESES, J. G. C. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica:** Leituras. São Paulo: Pioneira, 1998.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007. Paradigma organizacional. RAP, Rio de Janeiro, n. 32, p. 35-48, mar./abr. 2011.

PARO V.H. **Administração Escolar:** Introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PILETTI, Claudinho. **Didática geral.** São Paulo: Ática, 1995.

CAPÍTULO 15

EXPLORANDO O SABER NA FORMAÇÃO DOCENTE: A EXPERIÊNCIA NA ALDEIA DO POVO TAPUYA KARIRI

Maria do Socorro Sousa e Silva

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrado Acadêmico em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE). Graduação em Pedagogia e em Geografia (UVA/CE). Professora do Curso de Pedagogia da UVA. Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7347305455487596>
<https://orcid.org/0000-0002-0815-4325>

Antonia Nilene Portela de Sousa

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado Acadêmico em Gestão Educacional pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Teologia pela Universidade da Philadelphia. Professora efetiva do Curso de Pedagogia da UVA. Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9612615505412467>
<https://orcid.org/0000-0002-0655-1837>

Railane Bento Vieira Sabóia

Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Especialização em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE). Graduação em Pedagogia (UVA). Professora efetiva do Curso de Pedagogia da UVA. Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9005966729356836>
<https://orcid.org/0000-0002-0054-9832>

João Eudes Portela de Sousa

Doutorado em Comunicação e Linguagens no Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Mestrado em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e em Hotelaria pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8947737911866019>

Mestrado em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Graduação em História pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. Coordenadora do Curso de Pedagogia na modalidade Educação a Distância do Centro Universitário INTA-UNINTA.

Centro Universitário de Teologia Aplicada - UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2291755554565010>
<https://orcid.org/0000-0003-2743-8777>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo examinar as atividades de campo realizadas por professoras das disciplinas Cátedra de Paulo Freire e Identidade e Formação do Pedagogo, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), durante os semestres 2023.2 e 2024.1. Fundamentado nas teorias de Freire (1975; 1976), Santos (2006), Mendes e Silva (2008) e Marques (2023), entre outros, o trabalho se concentra nas experiências vivenciadas em uma escola indígena localizada em São Benedito, na Serra da Ibiapaba, Ceará. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa empregou entrevistas, diários de campo e rodas de conversa com líderes do povo indígena Tapuya Kariri e gestores da instituição como principais métodos de coleta de dados. Os resultados indicam que, apesar das metas distintas traçadas por cada docente no planejamento das atividades, as experiências proporcionadas foram profundamente enriquecedoras, conforme evidenciado pelos relatos dos estudantes. A análise dos dados sugere que, no âmbito da formação pedagógica, é essencial promover uma sensibilidade para a diversidade cultural, incorporando práticas educacionais que respeitem e integrem as tradições locais. Além disso, a formação dos educadores deve estar alinhada com o respeito pelas diferentes crenças e culturas, em consonância com os princípios estabelecidos pelos documentos oficiais que orientam a educação e a formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. Curso de Pedagogia. Atividade de Campo. Escola Indígena. Diversidade Cultural.

EXPLORING KNOWLEDGE IN TEACHER TRAINING: THE EXPERIENCE IN THE TAPUYA KARIRI VILLAGE

ABSTRACT: This article aims to examine the field activities conducted by professors in the disciplines Chair of Paulo Freire and Identity and Formation of the Pedagogue, within the Pedagogy course at the State University of Vale do Acaraú (UVA), during the semesters 2023.2 and 2024.1. Grounded in the theories of Freire (1975; 1976), Santos (2006), Mendes and Silva (2008), and Marques (2023), among others, the study focuses on the experiences undertaken in an indigenous school located in São Benedito, in the Serra da Ibiapaba, Ceará. Employing a qualitative approach, the research utilized interviews, field diaries, and discussion circles with leaders of the Tapuya Kariri indigenous people and institutional managers as primary data collection methods. The results indicate that, despite the distinct goals set by each professor in planning the activities, the experiences provided were profoundly enriching, as evidenced by the students' reports. Data analysis suggests that, within the realm of pedagogical training,

it is crucial to foster sensitivity to cultural diversity by integrating educational practices that respect and incorporate local traditions. Furthermore, educator training must align with respect for diverse beliefs and cultures, in accordance with the principles outlined by the official documents that guide education and teacher training.

KEYWORDS: Teacher Training. Pedagogy Course. Field Activity. Indigenous School. Cultural Diversity.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as atividades de campo implementadas por professoras nas disciplinas Cátedra de Paulo Freire e Identidade e Formação do Pedagogo, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), durante os semestres 2023.2 e 2024.1. Essas atividades foram realizadas em uma escola indígena localizada no município de São Benedito, na Serra da Ibiapaba, Ceará.

A imersão em contextos escolares e não escolares é uma parte fundamental da formação da/o pedagoga/o. É importante que essas atividades promovam a integração entre a universidade e as escolas de educação básica na mesma região, a fim de enriquecer o processo formativo das/dos futuros/as educadores/as. Nesta pesquisa, o foco foi direcionado para uma escola indígena na aldeia do Tapuya Kariri, visando fortalecer o vínculo entre a teoria acadêmica e a prática educativa real, proporcionando aos estudantes de Pedagogia experiências significativas e contextualizadas.

Nesse contexto, é essencial destacar que o universo deste estudo abrange as experiências e práticas na Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa, que opera nos turnos diurno e noturno com mediação presencial. Compreender o conceito de escola diferenciada é de suma importância para os/as estudantes de cursos de licenciatura, especialmente para futuras/os pedagogas/os, dada a amplitude de sua atuação na gestão escolar e além das atividades em sala de aula.

Os procedimentos metodológicos para essas atividades de campo foram baseados em uma abordagem qualitativa, apoiada principalmente por teóricos como Freire (1975; 1976), Santos (2006), Mendes e Silva (2008), Marques (2023), entre outros.

As referências utilizadas exploram de maneira aprofundada a temática abordada nas disciplinas Cátedra de Paulo Freire e Identidade e Formação do Pedagogo. A disciplina Cátedra de Paulo Freire, que faz parte do currículo do terceiro semestre do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), foi oferecida como uma opção de férias durante o semestre 2024.1 no Campus Ibiapaba. Por sua vez, a disciplina Identidade e Formação do Pedagogo, integrante do curso de Pedagogia no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), foi ministrada em 2023.2 no município de Tianguá, também vinculado à UVA.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

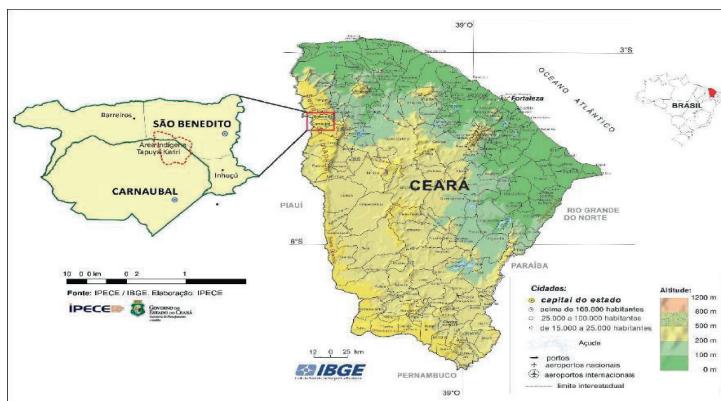
A sala de aula e o ambiente externo representam espaços valiosos para o desenvolvimento pedagógico, oferecendo laboratórios ricos em interações, oportunidades de aprendizado e aprimoramento. Nesses ambientes, a Pedagogia desempenha um papel crucial ao fomentar o pensamento crítico dos estudantes, incentivando-os a refletir sobre as singularidades dos indivíduos e dos contextos em que estão inseridos. Foi com base nessa perspectiva que as professoras optaram por integrar atividades de campo na escola diferenciada previamente mencionada.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, baseada em um relato de experiência obtido através das atividades de campo realizadas durante a formação docente no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Segundo Ghedin e Franco (2011), a pesquisa qualitativa atua como um facilitador e promotor dos valores e papéis sociais, proporcionando aos pesquisadores a capacidade de compreender as relações entre a particularidade e a totalidade, entre o indivíduo e a coletividade, bem como entre a cultura e a história.

O *lócus* da experiência foi a Aldeia da Gameleira, habitada pelo povo Tapuya Kariri, situada na Chapada da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, que faz fronteira entre os estados do Piauí e Ceará. Com uma altitude média de 800 metros, essa região é notável por suas belezas naturais e seu contexto cultural enriquecedor.

A escola dos indígenas Tapuya Kariri pertence a um dos vários povos indígenas do estado do Ceará. A região em que está localizada foi densamente povoada por diversas comunidades indígenas, incluindo os Tabajara e os próprios Tapuya Kariri. De acordo com Maia (2010), essa área foi o cenário de uma das principais missões da Companhia de Jesus no Brasil. A serra da Ibiapaba, conhecida por sua relevância histórica e cultural, abrange oito municípios: Viçosa do Ceará, Ibiapina, Tianguá, Ubajara, São Benedito, Croatá e Guaraciaba do Norte. A Aldeia da Gameleira, localiza-se entre as cidades de São Benedito e Carnaubal, especificamente no Sítio Carnaúba II, conforme indicado na Figura 1:

Figura 1: Mapa de localização do povo Tapuya Kariri.



Fonte: IPECE, 2024.

A seguir, será detalhado o percurso das atividades de campo realizadas na escola do povo Tapuya Kariri, situada em uma região ideal para iniciativas voltadas à formação de pedagogas/os. O objetivo é analisar como essas atividades foram configuradas e refletidas a partir das aulas de campo nas disciplinas Cátedra de Paulo Freire e Identidade e Formação do Pedagogo, bem como compreender o processo de desenvolvimento dos estudantes nesse contexto.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes do povo indígena e observação participante, com foco na escola e em seu entorno. As observações foram registradas em diários de campo pelos estudantes, que documentaram suas percepções. Segundo Geertz (1989), essa abordagem não se limita aos sujeitos da pesquisa, mas inclui também as conversas, reflexões e interações com a realidade estudada – no caso, a escola indígena do povo Tapuya Kariri.

3. EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: CONCEITOS E BASE LEGAL

A questão dos direitos culturais dos povos indígenas tem ganhado destaque em âmbito nacional. Dentro desse contexto, a educação emerge como uma ferramenta crucial para a compreensão e valorização da cultura como um todo, abrangendo todos os aspectos que definem uma sociedade. Nesse sentido, é imprescindível discutir os efeitos do princípio da solidariedade intergeracional, que se relaciona com o direito ambiental e o patrimônio cultural imaterial, conforme enfatizado por Marques (2023). Esse princípio visa à preservação dos conhecimentos tradicionais, reconhecendo a importância de transmitir e proteger esses saberes ao longo das gerações.

Mediante esse raciocínio, a escola se estabelece como um espaço fundamental para debates sobre a educação indígena, um aspecto intrínseco à sua função social. Isso é ainda mais pertinente quando se trata de instituições escolares indígenas, que possuem características distintas e demandam uma pedagogia adaptada à sua especificidade étnico-cultural, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) (Brasil, 2013).

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) ressalta que “os povos indígenas têm direito a uma escola específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena” (Brasil, 2020).

A coordenação das políticas públicas voltadas para a Educação Escolar Indígena é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), enquanto a implementação dessas políticas e a garantia dos direitos são partilhadas entre estados e municípios. Essa estrutura busca assegurar que os direitos educacionais dos povos indígenas, conforme previstos na Constituição Federal de 1988, sejam efetivamente aplicados e respeitados.

Esses direitos encontram respaldo teórico na própria Constituição e são regulamentados pelo Decreto nº 6.861, de 7 de maio de 2009, especialmente nos artigos 1º

e 2º, que tratam das diretrizes para a organização da educação escolar indígena. O artigo 1º destaca a importância da participação e da autonomia dos povos indígenas na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de cada escola: “A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades” (Brasil, 2009).

O artigo 2º, por sua vez, enfatiza os objetivos da educação escolar indígena, que incluem: a valorização das culturas indígenas e a preservação da diversidade étnica; o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna das comunidades indígenas; a criação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado para atuar na educação indígena; o desenvolvimento de currículos e programas específicos com conteúdos culturais próprios das comunidades; a elaboração e publicação de materiais didáticos diferenciados; além da afirmação das identidades étnicas e do respeito aos projetos de autonomia societária de cada povo indígena (Brasil, 2009).

Além dos artigos mencionados anteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) também trata da educação indígena em seu artigo 79: “A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa” (Brasil, 1996). Nesse contexto, a Funai entra em pauta, colaborando na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas indígenas.

Conforme descrito pela Funai (2020), o PPP é o meio pelo qual a comunidade indígena expressa suas expectativas sobre a escola que deseja. Ele estabelece como a escola deve atender aos interesses da comunidade, sua estruturação e a forma de integração à vida e aos projetos comunitários. A participação da Funai (2020) no processo de construção do PPP é essencial, especialmente na consideração dos seguintes aspectos:

- a) A necessidade de assegurar os direitos à educação diferenciada aos povos indígenas e à valorização de suas línguas, conhecimentos e processos pedagógicos próprios;
- b) O entendimento de que o currículo compõe o todo do fazer escolar, e não apenas a organização da matriz onde se abrigam as disciplinas, assim como o PPP se constitui como elemento estruturante da vida escolar que expressa a identidade e os projetos societários. A escola indígena deve refletir o modo de vida, a concepção cultural e política de cada povo indígena e as relações intersocietárias que mantém.
- c) O papel da escola na vida da comunidade, sua articulação com as demais ações e projetos do povo indígena, assim como sua influência em outras áreas de atuação dos governos, tendo como pressuposto, portanto a necessidade do tratamento integrado de questões de territorialidade, sustentabilidade e patrimônio cultural (Brasil, 2020).

O aparato legal vigente assegura a efetivação do direito à educação diferenciada para os povos indígenas. No contexto em estudo, esses direitos contemplam o Povo Indígena Tapuya Kariri, originário da Ibiapaba. De acordo com Mendes e Silva (2008), com

o passar do tempo, os próprios indígenas passaram a reivindicar modelos educacionais baseados no pluralismo cultural, no respeito e na valorização das identidades étnicas. Nesse sentido, a escola para os povos indígenas se tornou um meio para garantir o acesso a conhecimentos gerais, sem que houvesse a necessidade de negar suas especificidades culturais e identitárias.

3.1 A atuação do pedagogo em escolas indígenas

Conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Pedagogia, o pedagogo deve ser formado com competências que o capacitam a atuar em contextos socioculturais complexos e diversos. O artigo 50 define que o profissional deve:

IX- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, económicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (Brasil, 2006).

Ademais, as DCNs (Brasil, 2006) reforçam a necessidade de estabelecer um diálogo intercultural que valorize e respeite os conhecimentos, valores, modos de vida e orientações filosóficas, políticas e religiosas das culturas indígenas em relação à sociedade majoritária. Nesse sentido, o papel do pedagogo em escolas indígenas vai além da simples transmissão de conteúdos; ele deve atuar como mediador cultural, promovendo a valorização das identidades indígenas e garantindo que o currículo e as práticas pedagógicas reflitam as especificidades desses povos.

Nesse contexto, os profissionais das licenciaturas, especialmente os de Pedagogia, devem adotar uma postura ativa e atenta em relação à legislação vigente, implementando de forma criteriosa as orientações e diretrizes voltadas à educação escolar indígena em sua prática cotidiana. É essencial alinhar constantemente a instituição educativa às orientações curriculares para garantir a plena inserção dos direitos indígenas no âmbito escolar.

O pedagogo, como profissional capaz de atuar em múltiplas áreas da educação, seja em espaços escolares ou não escolares, deve ter uma formação que o habilite para desenvolver uma identidade multifacetada. Essa formação o qualifica para lidar com diferentes modalidades de ensino e assumir funções de gestão em variadas instituições, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Ministério Público, igrejas, hospitais, empresas, Conselhos Tutelares, entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Discutir os movimentos dessa atividade como uma experiência de campo é fundamental para compreender, *in loco*, as particularidades das escolas diferenciadas, tendo em vista que essas instituições são espaços de atuação da/o pedagoga/o. Como afirma Freire (1976, p. 27), “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer”. Assim, a proximidade com essas realidades é crucial para que se possa falar com propriedade, tornando o contato direto uma etapa indispensável nas atividades subsequentes:

- **Atividade 1.** Disciplina: Cátedra de Paulo Freire (3º Semestre/Período/2024.1)

A atividade de campo teve início com a aproximação de uma acadêmica e um professor não indígena da escola indígena diferenciada Tapuya Kariri F.G.S., que atuou como intermediário na introdução da atividade ao povo Tapuya Kariri. Em sala de aula, enfatizávamos a importância de demonstrar respeito e evitar concepções colonizadoras ocidentais, que historicamente foram incorporadas nos livros didáticos da educação básica brasileira.

Diversos espaços e temas foram escolhidos pelos/as acadêmicos/as para a atividade, mas uma experiência se destacou entre as apresentações. Embora a área fosse conhecida, a presença dos sujeitos envolvidos era rara em contextos educativos como as universidades e escolas. No entanto, a professora responsável pela disciplina, com experiência prévia com povos originários, incentivou o estudo do povo indígena Tapuya Kariri, que foi escolhido por uma acadêmica para a realização da atividade.

A acadêmica, originária da região, decidiu realizar a atividade de campo com o povo Tapuya Kariri para se aproximar dessa temática. Ela revelou que, apesar de estar tão perto, não teve a oportunidade de conhecer esse povo durante sua escolaridade. A disciplina ofereceu, portanto, a oportunidade de conectar o pensamento de Paulo Freire com a luta dos indígenas por terra e educação.

Durante o estudo, a acadêmica se aprofundou nas abordagens promovidas pela professora, que integravam experiências anteriores e pesquisas sobre os Tapuya Kariri, tanto no Ceará quanto no Amazonas. Esse engajamento cresceu à medida que a acadêmica se preparava para a atividade de campo, alinhando seu desejo de conhecer melhor os indígenas da região serrana com a chance de vivenciar uma formação mais contextualizada.

Ademais, a escolha da acadêmica despertou maior interesse entre os/as demais alunos/as da disciplina, muitos dos quais não conheciam o povo Tapuya Kariri. A discussão sobre o pensamento de Paulo Freire, em relação às lutas e conquistas desses indígenas, contribuiu para aumentar a consciência e a compreensão dos desafios enfrentados por esses povos.

Assim, essa atividade representou um primeiro passo para explorar a temática no curso de Pedagogia. Considerando que o Campus Ibiapaba é uma extensão recente da UVA e possui grande potencial para fomentar futuras pesquisas sobre o assunto, ela contribui para a formação dos/das acadêmicos/as, para o desenvolvimento do próprio curso, para o avanço dos direitos indígenas e para o enriquecimento da sociedade brasileira.

Posteriormente, a acadêmica visitou a Aldeia Gameleira para uma entrevista semiestruturada com a cacica Andrea, que a recebeu com acolhimento e entusiasmo. A cacica respondeu às perguntas e expressou gratidão pela atividade focada em seu povo.

Na segunda ida à aldeia, a acadêmica realizou uma entrevista com o vice-cacique, conhecido como Neguinho. O entrevistado mostrou-se igualmente receptivo e satisfeito com a atividade, ressaltando a importância da aproximação entre a UVA e seu povo, especialmente no que diz respeito à cultura e à educação. As observações dessas visitas foram registradas em um diário de campo.

- **Atividade 2.** Disciplina: Identidade e Formação do Pedagogo (1º Semestre/ Período/2023.2)

A atividade 2 foi desenvolvida ao longo dos encontros da disciplina mencionada, com o objetivo de compreender a atuação da/o pedagoga/o em diferentes contextos: sala de aula, gestão escolar e espaços não escolares. Durante os estudos e debates, surgiu o desejo de visitar a escola indígena diferenciada Tapuya Kariri Francisco Gonçalves de Sousa.

Essa curiosidade foi reforçada pelas ideias de Paulo Freire, que afirma: “O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção” (Freire, 1975, p. 27). Com base nessa perspectiva, surgiu a proposta de realizar uma aula de campo na referida escola, visando entender o papel do/a pedagogo/a nas dinâmicas dessa instituição diferenciada.

Com esse objetivo, entramos em contato com a coordenação da escola e agendamos a visita para o dia 18 de agosto de 2023. Elaboramos o plano da aula de campo em consenso com a turma, que incluiu o trajeto de Tianguá a São Benedito. A saída contou com quase 100% de comparecimento da turma PARFOR, e um adolescente, filho de uma das alunas, foi convidado a integrar a visita à escola indígena.

O plano de aula incluiu uma análise minuciosa dos diversos espaços da escola, abrangendo desde a fachada até os pátios. Foram elaboradas questões sobre o papel dos pedagogos, suas funções e a quantidade de profissionais envolvidos. Também foi conduzida uma investigação do currículo da escola, com o objetivo de compreender como ele incorpora a cultura local, particularmente nas atividades recreativas e lúdicas. Além disso, foi importante examinar a origem dos alunos para determinar se pertencem exclusivamente à comunidade local ou a outras regiões.

Com essa expectativa, ao chegarem à escola, os participantes foram recebidos por uma visão impressionante, reminiscente de uma obra de arte meticulosamente elaborada. Localizada na zona rural de São Benedito, a escola destaca-se de qualquer outra instituição da região, não apenas pela sua estrutura imponente e distinta, mas também pela sua singularidade. A rampa, projetada com precisão, facilita o acesso ao núcleo da escola, onde a harmonia entre a cultura imaterial e material resulta em uma atmosfera verdadeiramente única. Veja a figura 2:

Figura 2: Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa



Fonte: <https://www.crede05.seduc.ce.gov.br>

Ao adentrarem o espaço sagrado dessa escola diferenciada, os participantes ficaram maravilhados com a grandiosidade do ambiente. Espalhando-se pelos diversos recantos da instituição, a turma foi especialmente tocada pela arquitetura do telhado. No entanto, foi a observação de um adolescente, que acompanhava sua mãe, uma acadêmica do PARFOR – UVA, que realmente chamou a atenção. O jovem, ao olhar para o teto, declarou com convicção: “Este espaço é o lugar sagrado do povo indígena, o Poró, um local de ‘simbologias e sentidos que apenas os indígenas socializam entre si’.” (Jovem, 2022, p. 12).

Nesse momento, a coordenação da escola convidou todos para uma roda de conversa no pátio, onde o Poró se tornou o palco dos debates. O objetivo era promover um diálogo enriquecedor entre o coletivo da escola indígena e o grupo da UVA. Durante a roda de conversa, tudo transcorreu conforme o planejamento previamente descrito.

No item 1º do protocolo de observação *in loco*, foi registrada a seguinte informação sobre as instalações da escola, conforme consenso da turma: composta por seis salas de aula, sala dos professores, biblioteca, laboratório de informática, dependências

administrativas (secretaria e diretoria), cozinha, cantina, pátio coberto e uma ampla área ao ar livre.

No item 2º, a pauta foi investigar atuação das/os pedagogas/os na instituição, incluindo a quantidade e as áreas de desempenho. A coordenadora, que também é pedagoga, informou que todas as professoras do Ensino Fundamental I são pedagogas.

O item 3º explorou aspectos do currículo escolar. Conforme registrado por uma acadêmica, a fala de uma professora destacou o compromisso da escola com o resgate das tradições:

segundo a fala da professora e pedagoga escolar que nos recebeu, ficou claro que eles fazem um trabalho voltado para esse resgate de tradições, era repriseada nos finais de suas falas a frase: 'Mãe Terra' dando ênfase para todo essa relação de respeito e valorização que os povos originários estabelecem com o planeta. Deixando claro que a atuação pedagógica da escola funciona de acordo com a cultura local do povo onde a escola está estabelecida, assim como os conteúdos curriculares estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares de Educação (Diário de Campo - Acadêmica 1).

Além disso, a coordenadora/pedagoga detalhou que o currículo da escola vai além das disciplinas tradicionais, como português, matemática, arte e cultura:

Segundo a coordenadora que nos recebeu, além das matérias convencionais, português, matemática, arte e cultura, a escola trabalha a espiritualidade, este se dá por rituais no início de cada turno, onde os alunos cantam e dançam, um resgate da cultura do povo Tapuya Kariri. Além de existir uma ideia que seria a de se recuperar a língua nativa do povo, algo que a pedagoga confidenciou como uma ideia que a gestão da escola e da aldeia vislumbram em realizar (Diário de Campo - Acadêmica 1).

No item 4º do protocolo, a questão abordada foi sobre a composição da clientela, especificamente se os alunos pertencem exclusivamente à comunidade local ou se incluem também estudantes de outras comunidades. O assistente social da escola respondeu que o público é diversificado, incluindo tanto alunos da comunidade local quanto de outras comunidades indígenas e de diferentes etnias.

4.1 Reflexões sobre a experiência

Nessa atividade de campo, a coleta de dados teve como objetivo identificar tanto os pontos convergentes quanto divergentes entre duas atividades, analisando as intersecções e diferenças entre elas.

Ambos os esforços incluíram a observação participante, com ênfase na escola e em seu entorno, registros detalhados em diários de campo e conversas individuais com membros do povo Tapuya Kariri, como a cacique e o vice-cacique, realizadas de forma tranquila e harmoniosa.

No entanto, as atividades apresentaram diferenças notáveis. A primeira, conduzida em 2024, envolveu uma única acadêmica do 3º semestre de Pedagogia, com foco específico

na cultura do povo Kariri. Em contraste, a segunda atividade, realizada em 2023, contou com uma turma do 1º semestre do curso de Pedagogia PARFOR. Esta última teve um escopo mais amplo, abrangendo a atuação do pedagogo em uma escola diferenciada indígena e explorando várias áreas da gestão escolar. Essa comparação ajudou a esclarecer as semelhanças e distinções nas abordagens e contextos das programações realizadas.

Enquanto as entrevistas e o encontro da segunda atividade decorriam de forma harmoniosa, a roda de conversa foi abruptamente interrompida após um consenso coletivo da escola, o que deixou a turma perplexa. A professora responsável tentou amenizar a situação, assumindo a responsabilidade pelo constrangimento. Com a chegada do vice-cacique, que demonstrou liderança, calma e sabedoria, os diálogos foram retomados. Ele esclareceu que o desconforto havia sido provocado por perguntas preconceituosas feitas por algumas alunas durante as observações na escola.

Esse episódio causou grande constrangimento, especialmente considerando a experiência prévia das acadêmicas em sala de aula, muitas das quais já tinham atuado em escolas da zona rural. Agora, o desafio é refletir sobre o ocorrido para evitar a repetição desses erros.

Conforme observa Luciano (2006), o processo educativo indígena é marcado por ações pedagógicas nas quais a comunidade participa ativamente, e momentos importantes são fortemente influenciados por essa dinâmica. Nesse contexto, a roda de conversa entre a universidade e a escola indígena revelou a importância de reconhecer e respeitar as diferenças culturais, enfatizando a necessidade de sensibilidade e respeito mútuo.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

A vivência nas aulas de campo na Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa, pertencente ao povo Tapuya Kariri, ofereceu uma oportunidade inestimável para os acadêmicos do Curso de Pedagogia do Campus Ibiapaba e PARFOR/Tianguá da UVA. Esse foi o primeiro contato dos estudantes com uma instituição educacional indígena, e o intuito das professoras foi o de proporcionar uma experiência que enriquecesse a formação desses futuros pedagogos.

Embora cada professora tenha planejado as atividades com metas distintas, as experiências compartilhadas foram inestimavelmente valiosas, como atestado pelos próprios acadêmicos. A interação com a cacique, o vice cacique e a coordenadora da escola ampliou a compreensão sobre o papel do pedagogo em um contexto indígena, abrangendo as múltiplas dimensões da gestão democrática.

Apesar dos contratemplos durante a roda de conversa, os objetivos foram efetivamente alcançados. Os acadêmicos retornaram motivados e enriquecidos pela oportunidade de vivenciar de perto o ambiente escolar indígena. Um dos momentos mais marcantes foi a visita ao espaço do Poró, que deixou uma impressão duradoura de espiritualidade e sacralidade.

A principal lição dessa experiência é a necessidade de respeitar e valorizar as culturas das comunidades indígenas, reconhecendo-as como fontes ricas de saberes e práticas. Na formação em Pedagogia, é fundamental cultivar uma sensibilidade para a diversidade cultural e integrar abordagens pedagógicas que dialoguem com as tradições locais. Além disso, a formação docente deve estar em conformidade com os princípios orientadores dos documentos oficiais que regem a educação e a formação de professores, garantindo que o respeito às diferentes crenças e culturas seja um princípio fundamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CP n.01, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciaturas. Diário Oficial da União (DOU), Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de maio, 2006. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 15 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1975.

FUNAI, Coletânea de Legislação Indigenista Brasileira. 2020Disponível em http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editoriaVlivrol8.htm Acesso em 22 fev. 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LDC, 1989.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** São Paulo: Cortez, 2011. (Cap. III – A Reflexão como fundamento do processo investigativo.) P. 101-126.

GUEIROS, Lucas Emanoel Soares. Lugares Sagrados Jiripankó: o terreiro e o poró enquanto patrimônios culturais indígenas no Sertão de Alagoas. **Revista Especialidades.** V. 18, n. 2, UFRPE, 2022, p. 342–359. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/30326/16495> Acesso em: 02 jul. 2024.

MAIA, Luciano Mariz. **Minorias:** retratos do Brasil de hoje. 344 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

MARQUES, René Larley da Rocha. **O sistema de garantia no Brasil para a defesa dos direitos culturais dos povos indígenas.** Editora Dialética, São Paulo, 2023.

MENDES, Maria Luzinette F; SILVA, Maria do Socorro Sousa. Educação Escolar Indígena e Formação de professores Tremembé: “algumas aproximações”. In: **Encontro Cearense de Historiadores da Educação**, VII, Barbalha – CE. Fortaleza: Edições UFC, 27 a 31 de maio de 2008. Disponível em CD. Niterói-RJ, 2010.

SANTOS, Luciano, Gerssem dos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: https://www.crmariocovas.sp.gov.br/O_perfil_do_professor_de_educação_indígena.pdf Acesso em: 20 jul. 2024.

CAPÍTULO 16

MULHER COM DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: FATORES DE RISCOS ASSOCIADOS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Lidiane Romcy de Vasconcelos

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. Universidade Estadual do Ceará – UECE, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7582737880417243>

Inês Élida Aguiar Bezerra

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA, Mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp/UNINTA). Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral - CE
<http://lattes.cnpq.br/6574727999139529>

Lourdes Claudênia Aguiar Vasconcelos

Graduada em Enfermagem e Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Mestra em Gerontologia pela Universidade de Aveiro. Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral - CE

Francisco Freitas Gurgel Júnior

Graduado em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Mestre em Saúde da Família pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família da Universidade Federal do Ceará - UFC-campus de Sobral e Doutor em Saúde Coletiva pelo Programa de

Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará-UECE. Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral - CE
<http://lattes.cnpq.br/4457161607625347>
<https://orcid.org/0000-0001-7905-7955>

Raul Castro Brasil Bêco

Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Ítalo-brasileira (UIB), Membro correspondente da ACLP (Academia Cearense de Língua Portuguesa). Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral - CE
<http://lattes.cnpq.br/9223763882745767>

RESUMO: O estudo trata da depressão pós-parto na atenção primária e a importância de conhecer os fatores de risco e estratégias de prevenção. Cada vez mais os sintomas depressivos tornam-se um problema de saúde pública, inclusive na saúde gestacional exigindo um olhar mais cuidadoso para essa questão. A pesquisa teve como objetivo analisar como se desenvolve a assistência do enfermeiro a mulher com depressão pós-parto na Atenção Primária à Saúde à luz da

literatura. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa. Para o levantamento bibliográfico deste estudo, utilizou-se a BVS, com estudos da LILACS e BDENF. Os descritores utilizados foram: “depressão pós-parto” and “enfermagem” and “atenção primária à saúde”. Foram encontrados no total 69 trabalhos, que depois dos critérios de inclusão e exclusão restaram 7 artigos. A partir dos trabalhos encontrados foram construídas três categorias, sendo a primeira os “Fatores e riscos associados à depressão pós-parto”, a segunda as “Estratégias da Atenção Primária à Saúde para prevenção da depressão pós-parto” e a terceira “A enfermagem na assistência a mulher com depressão pós-parto”. Os estudos mostraram que a depressão é um dos transtornos mentais mais frequentes no pós-parto e se relaciona a diferentes fatores sociodemográficos, foi visto também que a falta de capacitação dos profissionais quanto à depressão pós-parto é ainda um problema na promoção de uma melhor assistência do enfermeiro, é importante que o enfermeiro garanta métodos de enfrentamento e adaptação a esse momento da maternidade. O entendimento do universo da depressão pós-parto exige ainda a construção de mais estudos para compreender de forma ainda mais aprofundada esses fatores, mas também para conscientizar o poder público do seu papel no fortalecimento de políticas para potencializar o trabalho do enfermeiro no combate ao surgimento dos sintomas de depressão ainda durante a gestação.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermeiro. Atenção primária à saúde. Depressão pós-parto.

WOMEN WITH POSTPARTUM DEPRESSION IN PRIMARY HEALTH CARE: ASSOCIATED RISK FACTORS AND PREVENTION STRATEGIES

ABSTRACT: The study addresses postpartum depression in primary care and the importance of understanding risk factors and prevention strategies. Depressive symptoms are increasingly becoming a public health issue, including in maternal health, requiring closer attention to this matter. The research aimed to analyze how nursing care is provided to women with postpartum depression in Primary Health Care based on the literature. It is a qualitative study, using an integrative review approach. For the bibliographic search, the BVS was used, with studies from LILACS and BDENF databases. The descriptors used were: “postpartum depression” and “nursing” and “primary health care.” A total of 69 studies were found, and after applying inclusion and exclusion criteria, 7 articles remained. From the selected studies, three categories were constructed: the first, “Factors and risks associated with postpartum depression,” the second, “Primary Health Care strategies for preventing postpartum depression,” and the third, “Nursing care for women with postpartum depression.” The studies showed that depression is one of the most common mental disorders in the postpartum period and is related to various sociodemographic factors. It was also observed that the lack of training among professionals regarding postpartum depression is still an issue in providing better nursing care. It is essential for nurses to ensure coping methods and adaptation during this stage of motherhood. Understanding the world of postpartum depression requires further studies to gain a deeper understanding of these factors and to raise public awareness of its role in strengthening policies to enhance the work of nurses in combating the emergence of depressive symptoms even during pregnancy.

KEYWORDS: Nurse. Primary health care. Postpartum depression.

1. INTRODUÇÃO

Transtornos depressivos são a quarta maior causa de doença globalmente, sendo as mulheres duas vezes mais propensas a desenvolver depressão, especialmente no período pós-natal. A Depressão Pós-Parto (DPP) é comum e representa um significativo fator de risco para a saúde das mães. A chegada de um filho impõe novas responsabilidades e medos, agravados por fatores como pobreza e desagregação social, influenciando a saúde física e mental da mãe e do bebê (Fisher, 2009; Bomfim et al., 2022).

Melo et al. (2015) apontam que as relações sociais e familiares são impactadas pela DPP, evidenciando a dificuldade das mulheres em expressar seus sentimentos e o impacto no cuidado com a criança. A falta de compreensão do parceiro e a diminuição da interação com os filhos resultam em um déficit na relação mãe-filho. Neste contexto, Teixeira et al. (2021) e Baratieri e Natal (2019) destacam a importância da atenção primária à saúde (APS) para a integralidade dos cuidados ao longo da vida da mulher, com ênfase na atenção puerperal.

Enfermeiros desempenham um papel crucial no diagnóstico precoce da DPP, e o acompanhamento humanizado é essencial para prevenir transtornos psicológicos no puerpério (Serratine; Invenção, 2019). Consultas regulares e visitas para vacinação durante o primeiro ano de vida do bebê são oportunidades para identificar e tratar a DPP, com profissionais de saúde avaliando aspectos do ambiente familiar (Lobato et al., 2011).

Este estudo busca aprofundar a compreensão sobre a assistência puerperal prestada por enfermeiros na APS, com foco no planejamento e aprimoramento dos cuidados oferecidos às mulheres com DPP. A motivação pessoal da autora, derivada de sua própria experiência com “baby blues”, evidencia a lacuna na assistência durante o puerpério e a importância de melhorias no apoio às mulheres nesse período delicado.

O presente estudo assume uma relevância substancial, pois poderá oferecer percepções que podem ser aplicados tanto por enfermeiros quanto por gestores na melhoria da assistência puerperal. Além disso, poderá contribuir significativamente para a fundamentação de pesquisas empíricas que buscam aprofundar o entendimento sobre a assistência do enfermeiro durante o período puerperal.

2. METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa, onde foi apresentado a assistência do enfermeiro a mulher com depressão pós-parto na atenção primária à saúde.

Na abordagem qualitativa, o cientista tem por objetivo aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios

sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (Guerra, 2014).

A abordagem qualitativa tem o objetivo de conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido. E para esse tipo de investigação, na área das Ciências Humanas e Sociais, o enfoque qualitativo permite melhor compreensão do comportamento humano e do contexto social (Lösch et al., 2023).

Trata-se de estudo de revisão integrativa de literatura, a forma de investigar estudos já publicados, visando obter conclusões a respeito de um tópico particular (Whitemore; Knaf, 2005).

A revisão integrativa obedece às seguintes fases: a) identificação do tema e formulação da questão da pesquisa; b) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos estudos para amostragem; c) coleta dos dados que serão extraídos dos estudos; d) análise crítica dos estudos selecionados; e) interpretação dos resultados; f) apresentação da síntese estabelecida e revisão dos conteúdos (Mendes; Silveira; Galvão, 2019).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte, será discutido e contextualizado acerca dos temas: Saúde da mulher na gestação, parto e puerpério; Depressão pós-parto sinais e sintomas, prevenção e tratamento, e a Assistência do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde.

3.1 Saúde da mulher na gestação, parto e puerpério

A gestação é um período muito especial para a mulher, pois representa uma nova etapa para sua vida. Nesse sentido, verifica-se a importância do cuidado com a saúde da criança, mas é preciso um olhar especial também para a mulher, compreendendo seu quadro de saúde e promovendo atenção a ela durante o período pré e pós-gestacional (Santos, 2024).

Cada período da gestação é marcado pelo surgimento de sensações diferentes. No primeiro trimestre, por exemplo, surgem manifestações de ambivalência, como dúvidas sobre estar grávida, além de sentimentos de alegria, apreensão, irreabilidade e, em alguns casos, rejeição do bebê (Darvill; Skirton; Farrand, 2010). No segundo trimestre, a mulher já inicia um processo de incorporação à gravidez por meio dos movimentos fetais, refletindo certa estabilidade emocional, pois ela começa a sentir o feto como realidade completa dentro de si (Ferrari; Piccinini; Lopes, 2007). No terceiro trimestre, o nível de ansiedade tende a aumentar com a aproximação do parto (Rodrigues; Siqueira, 2008).

Nesse universo de sentimentos, fatores como o planejamento pessoal e, principalmente, o desejo da mulher em relação à maternidade contribuem para o predomínio de sentimentos positivos. No entanto, quando ocorre o contrário, sobretudo na falta de apoio do companheiro ou da família, misturam-se sentimento de insegurança e solidão (Rapoport; Piccinini, 2006).

Outro grave problema que atinge a mulher é a gestação não planejada. Pensamentos sobre aborto, percepção da gravidez como de alto risco para sua saúde e/ou a do bebê, três ou mais gestações e/ou algum evento estressante são fatores que podem levar a uma menor autoestima.

O acompanhamento da gestação em um serviço de saúde, por meio das consultas de pré-natal, é essencial para garantir uma gestação saudável e um parto seguro (Leite, 2014). O misto de sentimentos apresentados pela mulher grávida mostra o quanto é importante estar atento às sensações durante o parto e o acompanhamento da mulher grávida (Piccinini, 2004).

3.2 Depressão pós-parto: sinais e sintomas, prevenção e tratamento

De acordo com o Ministério da Saúde, a depressão pós-parto é uma condição caracterizada por profunda tristeza, desespero e falta de esperança após o parto. Em casos raros, pode evoluir para uma forma mais grave chamada psicose pós-parto, tendo impactos significativos no vínculo mãe-bebê, especialmente no aspecto afetivo, e é importante ressaltar que a depressão pós-parto não é uma falha de caráter ou fraqueza, e o tratamento imediato é crucial para controlar os sintomas e permitir que a mãe desfrute plenamente da companhia do seu bebê (Brasil, 2023).

Destaca-se a importância da continuidade da assistência no puerpério com atendimento moderno e multidisciplinar, integrando diversas áreas de cuidado. Os enfermeiros desempenham um papel na identificação da Depressão Pós-Parto (DPP) para avaliar os fatores de risco durante o pré-natal. Além disso, podemos implementar ações preventivas na atenção primária à saúde, focando na saúde integral da mulher. Isso envolve preparar as mulheres ainda durante a gestação para enfrentar os desafios emocionais e as dificuldades do puerpério, promovendo o fortalecimento das relações familiares e apoiando o desenvolvimento de um vínculo saudável entre mãe e filho (Arrais; Araujo; Schiavo, 2018).

Portanto, é crucial identificar sintomas depressivos durante o pré-natal para possibilitar o tratamento durante a gestação. Isso porque a depressão pode impactar as qualidades do recém-nascido, levando a consequências como baixo peso ao nascer, prematuridade e atraso no crescimento durante o primeiro ano de vida e consequentemente um atraso no desenvolvimento do bebê.

3.3 Depressão pós-parto e a assistência do enfermeiro na atenção primária à saúde

Para Marçal et al. (2023), o enfermeiro desempenha um papel fundamental no diagnóstico, acompanhamento, prevenção e tratamento da depressão pós-parto. É importante investir em educação continuada para capacitar esses profissionais, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS). A realização de mais estudos focados na saúde mental de gestantes e puérperas, com ênfase nas intervenções de enfermagem é de suma importância. Isso não apenas ajuda a identificar precocemente a depressão pós-

parto, mas também promove a adesão das mulheres aos serviços de saúde, principalmente na APS, fortalecendo os vínculos e contribuindo para a saúde em geral.

Os profissionais de enfermagem precisam desenvolver planos de prevenção e estar atentos durante as consultas para identificar qualquer sinal de problema com a mãe. É essencial que o enfermeiro tenha conhecimento sobre as causas e os sinais relacionados à DPP para tomar medidas preventivas contra essa condição (Ebussinguer, 2023).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizando a exploração do material através da literatura científica pela metodologia de revisão integrativa, foi iniciado a avaliação dos 07 estudos selecionados. Sendo assim, o Quadro 2 está correspondendo a distribuição dos artigos usados para coleta de informações de acordo com ano de publicação, título dos artigos, autores, métodos, periódicos de cada produção.

Quadro 2 – Síntese das informações dos artigos utilizados de acordo com o ano, título, metodologia, autor e base de dados. Sobral - CE, 2024.

ARTIGO	ANO	TÍTULO	AUTOR	MÉTODOS	BASE DE DADOS
A01	2019	Ações do programa de puerério na atenção primária: uma revisão integrativa	BARATIERI. ET AL	Revisão integrativa da literatura.	LILACS
A02	2019	Rastreando a depressão pós-parto em mulheres jovens	MOLL, M. F. ET AL	Estudo descritivo, exploratório, transversal, de abordagem quantitativa	BDENF
A03	2020	Estratégias de enfermagem na prevenção da depressão pós-parto	VIANA MDZS ET AL.	Revisão integrativa da literatura	LILACS
A04	2020	Percepção de enfermeiros sobre diagnóstico e acompanhamento de mulheres com depressão pós-parto	Santos, F.K. ET AL.	Estudo descritivo, qualitativo	LILACS
A05	2020	Sintomas depressivos em gestantes e violência por parceiro íntimo: um estudo transversal	LIMA, L. S. ET AL.	Estudo transversal	LILACS
A06	2021	Sintomas depressivos em gestantes assistidas na rede de Atenção Primária à Saúde aumentam o risco de prematuridade e baixo peso ao nascer?	BONATTI ET AL.	Estudo de coorte prospectiva	LILACS
A07	2023	Ocorrência e fatores associados à depressão pós-parto em uma área urbana do Brasil	FERNANDES-MOLL, M. ET AL.	Estudo descritivo-exploratório, transversal, com abordagem quantitativa	LILACS

Fonte: Autoria própria (2024).

O Quadro 2 apresenta o perfil das publicações selecionadas para a pesquisa.

Fica assim evidenciado que todas as publicações elegidas estão entre os anos de 2019 e 2023, quanto ao tipo de estudo o método descritivo qualitativo e quantitativo ocorreu em três artigos, a revisão integrativa de literatura em dois artigos, o estudo transversal em um artigo e o estudo de coorte prospectiva em um artigo. Em relação às bases de dados consultadas, a que apresentou mais publicações foi a LILACS, tendo os artigos publicados nesse repositório, a seguir é possível observar a síntese de informações através do Quadro 3, contendo objetivos e resultados dos artigos para elaboração das demais categorias da revisão integrativa.

Quadro 3 - Síntese das informações sobre objetivos e resultados encontrados nas publicações. Sobral-CE, 2024.

ARTIGO	OBJETIVOS	RESULTADOS
A01	Sistematizar o conhecimento produzido sobre as ações de programas de atenção pós-parto no âmbito da APS, tanto em nível nacional, como internacional.	Os resultados indicam que existe um leque de ações a serem desempenhadas pela APS para assistir à mulher no puerpério, as quais são passíveis de realização com o uso de tecnologias leves e de baixo custo, e que esse ponto de atenção é primordial para auxiliar na redução da morbimortalidade materna, por meio do aconselhamento e apoio para a recuperação da gravidez e nascimento, identificação precoce e gestão adequada das necessidades de saúde física e emocional. Apesar da reconhecida importância da atenção puerperal, estudos brasileiros, em sua maioria limitam-se a investigar número de consulta pós-parto, número de visitas domiciliares e impacto de programas de incentivo ao aleitamento materno, negligenciando a integralidade da atenção pós-parto às mulheres na APS.
A02	Rastrear a depressão pós-parto entre mulheres jovens que estão na segunda semana e no sexto mês após o parto.	Identificou-se uma provável depressão pós-parto em 19,70% das puérperas e essa condição teve associação com os seguintes fatores: idade do bebê, multiparidade e baixo nível de escolaridade. Evidencia-se que a depressão pós-parto precisa ser investigada na atenção primária à saúde, que deve valorizar os aspectos sociodemográficos e individuais para estabelecer um plano de cuidados integral desde o pré-natal, com vistas à prevenção desse frequente transtorno do puerpério.
A03	Identificar na literatura as estratégias utilizadas pelos(as) enfermeiros(as) na prevenção da depressão pós-parto.	A amostra foi constituída de nove estudos. Para a análise foi realizada a categorização dos trabalhos por similaridade de conteúdo, sendo construídas duas categorias para a análise: o acolhimento como estratégia de prevenção da depressão pós-parto e o grupo de gestante como espaço de troca de experiência. Prevenir a DPP é uma ação de fácil abordagem, com baixo custo e de viável execução na prática do enfermeiro.

A04	Analizar as percepções de enfermeiros sobre diagnóstico e acompanhamento da depressão pós-parto em Divinópolis-MG	Os enfermeiros não possuem suporte literário pré-definido para seguir caso deparam com mulheres em depressão pós-parto, sendo essas direcionadas para o psicólogo ou psiquiatra. Nas unidades não existem capacitação para os profissionais relacionados à temática, impactando negativamente nos atendimentos, tornando-o fragmentado. Não há um assessoramento por parte do município para auxiliar os profissionais de enfermagem a lidarem com essas mulheres. São utilizados mecanismos relacionados a busca ativa na maioria das unidades do estudo. É de suma importância o assessoramento municipal diretamente relacionado a temática, uma vez que contribui para um atendimento integral que vai de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.
A05	Avaliar a presença de sintomas depressivos em gestantes e sua associação com a violência sofrida pelo parceiro.	41,5% das gestantes apresentaram sintomas depressivos, na análise de regressão logística esses sintomas mostraram ter associação significativa em mulheres que sofreram algum tipo de (violência por parceiro íntimo) VPI ($OR = 6,74; IC95\% 2,0 - 21,7; p=0,001$), além disso, estar empregada, ser solteira, ter baixa escolaridade, baixa renda familiar e gravidez indesejada foram significativamente influenciadores para os sintomas depressivos durante a gestação. Houve alta porcentagem de sintomas depressivos durante a gestação e esses estiveram relacionados com a violência por parceiro íntimo.
A06	Investigar a associação entre sintomas depressivos na gestação, baixo peso ao nascer e prematuridade entre gestantes de baixo risco obstétrico, atendidas em serviços públicos de Atenção Primária à Saúde	Idade gestacional como fator de risco para depressão e ansiedade durante a gestação, O nível de escolaridade baixo contribui para o desenvolvimento de ansiedade e depressão na gravidez, baixo suporte social durante a gravidez por causar ansiedade ou depressão. Os estudos mostram a importância do suporte social na saúde mental materna. A mulher em estado gestacional com pouco suporte social corre o risco de desenvolver a depressão e ansiedade. Brindar um bom suporte social à gestante pode ajudar a mulher a correr menos riscos de desenvolver a depressão pós-parto.
A07	Avaliar a ocorrência de depressão pós-parto e fatores demográficos associados entre mulheres acompanhadas em uma Unidade de Saúde localizada na zona urbana de um município do interior do estado de Minas Gerais, Brasil	Neste estudo, foi possível identificar a provável depressão pós-parto em 19,70% das 123 puérperas que participaram da investigação. Essa condição foi associada aos seguintes fatores: idade do bebê (dois meses ou entre cinco e seis meses), multiparidade (ter quatro ou mais filhos), idade materna (36 e 44 anos) e renda familiar, prevalecendo a baixa renda.

Fonte: Autoria própria (2024).

A partir da análise interpretativa dos artigos científicos, agregou-se achados em grupos com similaridade de respostas, que permitiram uma síntese sobre os fatores que podem desencadear a depressão pós-parto e a outra a outra acerca das estratégias da Atenção Primária à Saúde para prevenção da depressão pós-parto. Desta forma surgiu duas categorias, sendo ela: 1 - Fatores associados a depressão pós-parto; 2- Estratégias da Atenção Primária à Saúde para prevenção da depressão pós-parto. Sendo assim, o quadro 3 apresenta a organização realizada dos artigos para a realização da discussão dos resultados.

Quadro 4 - Síntese das informações sobre temáticas dos artigos e sentido das categorias. Sobral- CE, 2024.

CATEGORIAS	TEMÁTICAS DOS ARTIGOS	ARTIGO
Fatores e riscos associados a depressão pós-parto	Rastreando a depressão pós-parto em mulheres jovens	A02
	Sintomas depressivos em gestantes e violência por parceiro íntimo: um estudo transversal	A05
	Sintomas depressivos em gestantes assistidas na rede de Atenção Primária à Saúde aumentam o risco de prematuridade e baixo peso ao nascer?	A06
	Ocorrência e fatores associados à depressão pós-parto em uma área urbana do Brasil	A07
Estratégias da Atenção Primária à Saúde para prevenção da depressão pós-parto	Ações do programa de puerpério na atenção primária: uma revisão integrativa	A01
	Percepção de enfermeiros sobre diagnóstico e acompanhamento de mulheres com depressão pós-parto	A04
A enfermagem na assistência a mulher na depressão pós-parto	Estratégias de enfermagem na prevenção da depressão pós-parto	A03

Fonte: Autoria própria (2024).

4.1 Fatores e riscos associados a depressão pós-parto

Diante dos trabalhos selecionados para compor a base deste estudo, destaco que os artigos A02, A05, A06 e A07 abordam os fatores atores associados à depressão pós-parto.

Identificou-se, neste estudo, a provável depressão pós-parto em 19,70% das 66 puérperas que participaram da investigação e essa condição teve associação com os seguintes fatores: idade do bebê (dois meses ou entre cinco e seis meses), multiparidade (ter quatro ou mais filhos) e baixo nível de escolaridade (MOLL et al., 2019).

O estudo identificou nas entrevistadas a presença de violência física, psicológica e sexual, além disso, estar desempregada, ser solteira, ter baixa escolaridade, baixa renda familiar e gravidez indesejada foram significativamente influenciadores para os sintomas depressivos durante a gestação (Lima et al., 2020).

No estudo de Lima et al. (2020) de título A05, a idade gestacional não foi determinante para o surgimento dos sintomas depressivos, mas alguns fatores demográficos e a não aceitação da gravidez apresentaram significância estatística.

Nos estudos de Moll et al. (2022) de título A07 foi possível identificar a provável depressão pós-parto em 19,70% das 123 puérperas que participaram da investigação. Essa condição foi associada aos seguintes fatores: idade do bebê (dois meses ou entre

cinco e seis meses), multiparidade (ter quatro ou mais filhos), idade materna (36 e 44 anos) e renda familiar, prevalecendo a baixa renda.

Foi possível evidenciar que a depressão pós-parto precisa ser investigada na atenção primária à saúde, incluindo aspectos sociodemográficos e individuais, para estabelecer um plano de atenção integral desde o pré-natal para prevenir esse frequente transtorno puerperal (Moll et al, 2022).

4.2 Estratégias da Atenção Primária à Saúde para prevenção da depressão pós-parto

Diante dos trabalhos selecionados para compor a base deste estudo, destaco que os artigos A01, A03 e A04 abordam as estratégias de atenção primária voltadas para a prevenção da depressão pós-parto.

É importante identificar a percepção de quem atua diretamente com o paciente na atenção primária para entender como lidar com as situações que acometem a saúde mental dos pacientes, nos estudos de Santos *et al.* (2020) intitulado de A04 os autores promoveram um estudo para conhecer a visão do enfermeiro que atua junto ao paciente.

Percebe-se que há um grande ponto falho do sistema municipal ao assessoramento das unidades em relação à depressão pós-parto. Visto que, o município tem papel primordial no segmento da saúde pública, fazendo pactos intermunicipais, aplicação de políticas públicas e se necessária parte da criação dessas políticas e isto se aplica diretamente à depressão pós-parto, já que se configura uma doença de saúde pública (Santos *et al.*, 2020).

Ressalta-se que a DPP foi alvo de inúmeros estudos na literatura internacional, dada a sua alta prevalência e problema de saúde pública, e evidenciou alto potencial dos profissionais da APS para atuar na prevenção, rastreamento e tratamento do referido agravo. Já no Brasil, esse se constitui em tema pouco estudado e digno de atenção de políticas públicas no pós-parto, com resultados que apontam para falta de qualificação dos profissionais da APS para atenção à DPP (Baratieri *et al.*, 2019). Esses resultados vão de encontro ao que afirma Santos *et al.* (2020) que cita ainda a falta de um apoio maior dos municípios em políticas públicas para a prevenção da depressão pós-parto na atenção primária à saúde.

4.3 A enfermagem na assistência a mulher na depressão pós-parto

O entendimento do quadro da depressão pós-parto por parte do profissional da Enfermagem pode ser crucial para o melhor cuidado com a paciente no período gestacional. Desse modo, promover esse conhecimento para o profissional é de suma importância para um combate efetivo dessa problemática no âmbito da saúde pública.

Desse modo, Viana *et al.* (2020) nos estudos de título A03 afirma que durante o período de puerpério, o enfermeiro deve garantir métodos de enfrentamento e adaptação a esse momento da maternidade. Esse profissional deve oferecer suporte profissional, no qual as informações importantes precisam ser repassadas em um tempo curto, no decorrer das consultas de enfermagem.

O enfermeiro deve desenvolver estratégias que visem à prevenção da depressão pós-parto como a prática do acolhimento que deve ocorrer desde o início do pré-natal. O acolhimento pode ser realizado por meio do rastreamento precoce da gestante, a utilização da Escala de depressão pós-parto de Edimburgo (EDPS), realização de dinâmicas de fácil entendimento com a gestante e a escuta qualificada, durante a consulta de enfermagem (VIANA *et al.*, 2020).

Buscando realizar uma consulta de enfermagem eficaz e acolhedora, o enfermeiro deve abordar diversos temas pertinentes ao pré-natal, gestação, parto e pós-parto, dentre os assuntos, faz-se necessários abordar a depressão puerperal. Essa abordagem pode ser realizada de forma lúdica, possibilitando o melhor entendimento da gestante sobre o assunto (Viana *et al.*, 2020).

A escuta qualificada é um método importante também e faz com que as gestantes se sintam respeitadas e valorizadas, também fortalece a autonomia e o vínculo com o profissional o que potencializa mais ativamente a assistência de pré-natal. Assim, é necessário que o enfermeiro se dedique a esta escuta de forma atenciosa às demandas da gestante, transmitindo o apoio e a confiança necessária para que ela se fortaleça e possa conduzir a gestação e o parto com maior segurança (Viana *et al.*, 2020).

Elá representa uma oportunidade real da gestante ter um contato maior com a profissional de saúde e poder ser abrir mais sobre situações que possam estar atingindo o seu emocional, é uma estratégia válida nos diversos momentos da gestante desde o período pré-natal se estendendo até o período pós-gestação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa e da exploração dos artigos verificou-se que o assunto depressão pós-parto é um assunto de muita relevância no contexto da saúde da gestante e que merece ainda uma explanação maior no intuito de aprofundar ainda mais sobre os fatores que podem desencadear essa problemática na mulher grávida e como a Atenção Primária à Saúde pode ser fundamental na identificação de sintomas e no direcionamento de medidas para que a gestante não venha desenvolver um quadro de depressão pós-parto.

Através do estudo ficou evidenciado que a falta de capacitação dos profissionais quanto à depressão pós-parto e a falta de assessoramento das unidades em relação à depressão pós-parto por parte do sistema municipal é um problema para promover

um trabalho mais significativo na prevenção dos sintomas que possam acarretar a depressão, isso mostra a relevância de formações para preparar os profissionais de saúde especialmente o enfermeiro para esse trabalho junto a mulher.

É importante que o enfermeiro desenvolva estratégias que visem à prevenção da depressão pós-parto como a prática do acolhimento que deve ocorrer desde o início do pré-natal incluir outras estratégias no seu trabalho como a realização de dinâmicas de fácil entendimento com a gestante e a escuta qualificada, durante a consulta de enfermagem.

O objetivo do trabalho foi alcançado, pois a partir da pesquisa foram identificados os fatores que podem contribuir para a ocorrência da depressão pós-parto, além disso, observou-se que o profissional de enfermagem pode ser de fundamental importância na assistência da gestante para combater a DDP. Os principais desafios encontrados foram na busca de artigos com até cinco anos de publicação, pois era esperado o encontro de mais trabalhos relacionados a temática do estudo.

O entendimento do universo da depressão pós-parto exige ainda a construção de mais estudos para compreender de forma ainda mais aprofundada esses fatores, mas também para conscientizar o poder público do seu papel no fortalecimento de políticas para potencializar o trabalho do enfermeiro no combate ao surgimento dos sintomas de depressão ainda durante a gestação.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, A. R.; ARAÚJO, T. C. C. F.; SCHIAVO, R. A. F. Fatores de Risco e Proteção Associados à Depressão Pós-Parto no Pré-Natal Psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [SL], v. 4, p. 711-729, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nzLTSHjFFvb7BWQB4YmtSmm/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BARATIERI, T. Ações do programa de puerpério na atenção primária: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n.11, p. 4227-4238, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mzjxTpvrXgLcVqvk5QPNYHm/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2024.

DARVILL, R.; SKIRTON, H.; FARRAND, P. Psychological factors that impact on women's experiences of first-time motherhood: a qualitative study of the transition. **Midwifery**, v. 26, n. 3, p. 357-366, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18783860/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

FERNANDES-MOLL, M.; et al . Ocorrência e fatores associados à depressão pós parto em uma área urbana do Brasil. **Enferm. glob.**, Murcia , v. 22, n. 69, p. 134-166, 2023. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v22n69/pt_1695-6141-eg-22-69-134.pdf . Acesso em: 12 abr. 2024.

FERRARI, A. G.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. S. O bebê imaginado na gestação: aspectos teóricos e empíricos. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 2, p. 305- 313, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/XFyR94p8sZdPzLBzmwrZXqd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

FISHER, J. Aspectos de saúde mental da saúde reprodutiva das mulheres: uma revisão global da literatura. Organização Mundial de Saúde. Centro Chave para a Saúde da Mulher na Sociedade. 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6gF4bHe3dWoC&oi=fnd&pg=PP2&dq=WHO,+UNFPA.+Mental+health+aspects+of+women%E2%80%99s+saúde+reprodutiva.+Uma+revisão+global+da+literatura.+%20Mental%20saúde%20aspectos%20de%20mulheres%20%80%99s%20repro-%20dutivo%20saúde.%20A%20global%20revisão%20de%20a%20literatura.%20Genebra%3A%20OMS%20Press%3B%202009&f=false>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

GUERRA, E. L. A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Grupo Anima Educação. Belo Horizonte, 2014.

LEITE, M. G.; RODRIGUES, D. P.; SOUSA, A. A. S.; MELO, L. P. T., FIALHO, A. V. M. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo gestantes. *Psicologia em Estudo*, v.19 , n.1, p-115-124. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NYr55pvwCyswPWh9Xh8NNWS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LILACS - Critérios de seleção e permanência de periódicos. 2020. Disponível em: <https://lilacs.bvsalud.org/metodologia-lilacs/lilacs-criterios-de-selecao-e-permanencia-de-periodicos-2020/>. Acesso em 20 iun. 2024.

LIMA, L. S. et al . Sintomas depressivos em gestantes e violência por parceiro íntimo: um estudo transversal. *Enferm. glob.*, Murcia , v. 19, n. 60, p. 1-45, 2020. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v19n60/pt_1695-6141-eg-19-60-1.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

LOBATO, G. Magnitude da depressão pós-parto no Brasil: uma revisão sistemática. **Rev. Brás. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 11 n.4, p. 369-379 fora. /dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/HGfYkYh5RDPxDTWhst6wMJ/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2024.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista IberoAmericana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958/17247>. Acesso em: 06 jun. 2024.

MARÇAL, A. A. et al. Assistência do enfermeiro a mulher com depressão pós-parto: uma revisão narrativa da literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 6, p. e19512642278–e19512642278, jun. 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42278/34171>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MELO, W. S.; et al. Relacionamento familiar, necessidades e convívio social da mulher com depressão pós-parto. *Rev. UFPE on-line*, v. 9, n. 3, p. 7065–7070, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10435/11236>. Acesso em: 20 mai. 2024.

OLIVEIRA, E. L. Perfil epidemiológico de gestantes acompanhadas em serviço público de pré-natal e grupo de pesquisa em depressão perinatal em Belo Horizonte. *Rev. Revista Brasileira de Revisão em Saúde*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 24320-24330, nov./dez. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/RBR/article/view/39291>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PICCININI, C. A.; GOMES, A. G.; NARDI, T.; LOPES, R. S. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 1, p. 63-72, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/dmBvk536gGWl_aSf4HPTPg6f/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 mai. 2024.

PICCININI, C. A. et al. Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 223-232, Dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/7CZnnyxiJh4ctVr8hv3Ir9G/>?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 mai. 2024

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v16n1/09.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2024.

RODRIGUES, A. V.; SIQUEIRA, A. A. F. Sobre as dores e temores do parto: dimensões de uma escuta. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 8, n. 2, p. 179-186, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/fM9WZ78wGxZ5hNMk6ZcSMqb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SANTOS, V. S. **Gravidez**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biologia/gravidez.htm>. Acesso em: 13 Ago. 2024.

SANTOS, M. L. C.; et al. Sintomas de depressão pós-parto e sua associação com as características socieconômicas e de apoio social. **Escola Anna Nery**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://1414-8145-ean-26-e20210265.pdf> (bvs.br). Acesso em: 04 mar. 2024.

SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman: a busca de evidências. **Acta Paul Enferm.**, v. 18, n. 3, p. 276-84, 2005.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/KBW9WsfzTKZh6DKgYSNDPYq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2024.

TEIXEIRA, M. G.; et al. Detecção precoce da depressão pós-parto na atenção básica /Detecção precoce da depressão pós-parto na atenção primária à saúde. **Revista de Enfermagem e Saúde**, v. 11, n. 2, mai. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/17569/13072>. Acesso em: 06 abr. 2024.

VIANA, M. D. Z. S.; FETTERMANN, F. A.; CESAR, M. B. N. Estratégias de enfermagem na prevenção da depressão pós-parto. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, v. 12, p. 953-957, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1116274>. Acesso em: 16 abr. 2024.

WHITEMORE, R.; KNAF, K. The integrative review: update methodology. **J Adv Nurs**, v. 52, n. 5, p. 546-53, 2005. Disponível em: <https://libguides.southernct.edu/nursing/reviews>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CAPÍTULO 17

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: RELEVÂNCIA E DESAFIOS NA SAÚDE COLETIVA BRASILEIRA

Raila Souto Pinto Menezes

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestre em Saúde da Família pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Centro Universitário INTA – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-2352-4777>

Francisco Freitas Gurgel Júnior

Graduado em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Centro Universitário INTA – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7905-7955>

Yasmin Gabrielle Pereira Ribeiro

Acadêmica de Enfermagem no Centro Universitário INTA-UNINTA.
Centro Universitário INTA – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil

Cristiano Borges Lopes

Acadêmico de Enfermagem no Centro Universitário INTA-UNINTA.
Centro Universitário INTA – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6601-5131>

Marlisson Kawan Dias Oliveira

Acadêmico de Enfermagem no Centro Universitário INTA-UNINTA.
Centro Universitário INTA – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil

RESUMO: O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamentado nos princípios doutrinários da universalidade, equidade e integralidade, e nos princípios organizativos da regionalização, hierarquização, descentralização, comando único e participação popular. Considerando que o SUS é o maior plano de saúde do Brasil, este artigo tem como objetivo refletir sobre os avanços e desafios enfrentados pelo SUS ao longo de seus 35 anos de história, no âmbito da saúde coletiva brasileira. Trata-se de uma revisão integrativa, com artigos selecionados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Ministério da Saúde. A análise dos artigos revelou diversos entraves que afetam o desenvolvimento do SUS, incluindo o sucateamento dos serviços, má gestão e problemas financeiros, operacionais, estruturais e de recursos humanos, agravados pela baixa participação popular. Apesar de seus desafios, o SUS continua a lutar por sua

sobrevivência como uma política pública gratuita, resolutiva, equânime e capaz de oferecer um cuidado integral a todos os cidadãos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios atuais, Política Públicas de Saúde, Sistema Único de Saúde.

UNIFIED HEALTH SYSTEM: RELEVANCE AND CHALLENGES IN BRAZILIAN PUBLIC HEALTH

ABSTRACT: The Unified Health System (SUS) is based on the doctrinal principles of universality, equity and integrality, and on the organizational principles of regionalization, hierarchization, decentralization, single command and popular participation. Considering that the SUS is the largest health plan in Brazil, this article aims to reflect on the advances and challenges faced by the SUS throughout its 35 years of history, within the scope of Brazilian collective health. This is an integrative review, with articles selected from the Virtual Health Library (VHL) and the Ministry of Health. The analysis of the articles revealed several obstacles that affect the development of the SUS, including the scrapping of services, poor management and financial problems, operational, structural and human resources, worsened by low popular participation. Despite its challenges, the SUS continues to fight for its survival as a free, resolute, equitable public policy capable of offering comprehensive care to all Brazilian citizens.

KEYWORDS: Brazilian Health System. Health policy. Current challenges.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) baseia-se nos princípios doutrinários da universalidade, equidade e integralidade, e nos princípios organizativos da regionalização, hierarquização, descentralização, comando único e participação popular (Gonzaga; Ferreira, 2017). Reconhecido como o maior programa de saúde pública do mundo, o SUS atende diariamente cerca de 200 milhões de pessoas em diferentes tipos de atenção à saúde, cobrindo aproximadamente 80% da população brasileira (Duarte; Eble; Garcia, 2018).

A criação do SUS foi um processo gradual, oriundo do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) no início da década de 70, que lutava contra a ditadura militar. O movimento reivindicava, entre outras coisas, a democratização da saúde e a melhoria das condições de vida da população (Souto; Oliveira, 2016). As discussões políticas desse período foram impulsionadas por pesquisadores acadêmicos, profissionais da saúde e movimentos populares. Eles argumentavam a necessidade de ações políticas para construir uma sociedade inclusiva e solidária, com um sistema de saúde que oferecesse atendimento universal, integral e gratuito (Sousa, 2014; Menicucci, 2024).

A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu a saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado, um marco que foi alcançado após intensas lutas políticas e ações dos movimentos da reforma sanitária brasileira. A implementação do sistema de saúde universal no Brasil começou em um cenário político e econômico adverso, que favoreceu uma

abordagem neoliberal em vez de universal, perspectiva que foi reforçada por organizações internacionais que se opunham aos sistemas nacionais de saúde com financiamento público ou defendiam modelos intermediários para sua efetivação (Paim, 2019).

É importante destacar que o SUS foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis Orgânicas da Saúde – Lei n. 8.080/1990 e Lei n. 8.142/1990 – que determinaram os critérios organizativos. Esses critérios incluíam objetivos e atribuições, princípios e diretrizes, planejamento, financiamento, orçamento e competências de cada ente federativo: União, Estado e Município (Brasil, 2009).

Reitera-se que a reforma do setor de saúde no Brasil foi impulsionada pela sociedade civil, e não pelo governo, partidos políticos ou organizações internacionais. As reformas do SUS estabeleceram a saúde como um direito fundamental e um dever do Estado, iniciando um processo de transformação fundamental do sistema de saúde brasileiro (Sousa, 2024).

Nesse sentido, este estudo aborda dois aspectos principais: os avanços alcançados desde a implementação do SUS e os desafios remanescentes para atingir as metas estabelecidas pela Constituição de 1988. Mesmo após 35 anos de existência, o SUS ainda enfrenta obstáculos significativos para melhorar os serviços de saúde, especialmente em relação à insuficiência nos diferentes níveis de assistência para atender a todas as demandas da população (Campos, 2003).

Nos últimos anos, houve avanços perceptíveis na descentralização de recursos e na gestão, bem como na ampliação do acesso e oferta de serviços. No entanto, conforme apontado pelo pesquisador e ativista do SUS, Paim (2019), atualmente observa-se um esforço negativo e obscuro para desmantelar o serviço, com o objetivo de reverter a consolidação política e orçamentária do SUS. Essa situação foi exacerbada pela aprovação do congelamento dos recursos financeiros por vinte anos.

Para avançar nas discussões sobre o SUS, foram elaboradas as seguintes questões:
a) Quais são os principais avanços do SUS ao longo de seus 35 anos de existência? b) Quais desafios são enfrentados no cotidiano do SUS? c) Quais são os debates atuais relacionados ao SUS? Este artigo tem como objetivo refletir sobre os avanços e desafios do SUS em seus 35 anos de história, no âmbito da saúde coletiva brasileira.

2. METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão integrativa da literatura. Os artigos foram pesquisados no portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no site do Ministério da Saúde, utilizando os descritores “Sistema Único de Saúde”, “Política de Saúde” e “Sistemas Públicos de Saúde” com o operador AND. Foram incluídos artigos originais em português indexados entre 1993 e 2023 e excluídos aqueles que, embora mencionassem o tema, não apresentavam um recorte histórico ou debates sobre os avanços e desafios do SUS.

Os principais artigos selecionados foram organizados em dois quadros, que detalham o ano, autor, revista, metodologia e resultados. A seleção considerou a relevância para

a história do SUS, a clareza do assunto tratado, a revista de publicação e os principais resultados. Após a análise dos dados, foi realizada uma leitura exploratória dos artigos mais relevantes para embasar as reflexões discutidas neste estudo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A síntese de conhecimentos é um método científico utilizado para resumir evidências de vários estudos sobre uma questão específica, identificar lacunas na pesquisa, sugerir novos estudos e fornecer a melhor evidência disponível para a tomada de decisão na saúde. Os métodos tradicionais de síntese de conhecimentos incluem revisão sistemática, metanálise, síntese qualitativa e revisão integrativa. Atualmente, novos métodos estão sendo propostos, como revisão de estudos mistos, revisão de escopo e revisão de guarda-chuva (Mallidou, 2014; Whittemore *et al.*, 2014).

A crescente quantidade e complexidade da produção de novos conhecimentos na área da saúde, aliada ao tempo limitado dos profissionais, levaram ao desenvolvimento de métodos avançados de síntese de conhecimentos, especialmente entre os pesquisadores da saúde, com destaque para a enfermagem (Galvão; Sawada; Rossi, 2002).

A revisão integrativa (RI) é um método que permite a síntese de conhecimentos por meio de um processo sistemático e rigoroso. A condução da RI deve seguir os mesmos princípios de rigor metodológico aplicados ao desenvolvimento de pesquisas. As etapas desse método são: 1) elaboração da pergunta da revisão; 2) busca e seleção dos estudos primários; 3) extração de dados dos estudos; 4) avaliação crítica dos estudos incluídos; 5) síntese dos resultados; e 6) apresentação do método (Galvão; Mendes; Silveira, 2010).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram selecionadas 10 publicações (Quadro 1). Em termos de metodologia, predominam ensaios, relatos de experiências, análises retrospectivas, revisões e estudos históricos. Os resultados dos artigos revelam aspectos da história do SUS, questões políticas, ações governamentais que tiveram impactos positivos ou negativos, e críticas sobre o funcionamento do sistema.

Quadro 1 – Descrição dos artigos por ano, autor e formação

Nº	ANO	REVISTA	AUTOR	METODOLOGIA	RESULTADOS
1	2001	Cadernos do Internato Rural Faculdade de Medicina/UFGM	POLIGNANO, M. V.	Revisão	Apresenta revisão histórica das políticas de saúde no Brasil, desde 1500 até 1999, com a implantação da CPMF.
2	2001	Ciência & Saúde Coletiva	LEVCOVITZ, E. LIMA, L. D. MACHADO, C. V.	Estudo analítico	Análise das políticas de saúde dos anos 90, avanços no modelo da descentralização das ações de saúde.
3	2018	Saúde em Debate	FACCHINI, L. A. TOMASI, E. DILÉLIO, A. S.	Ensaio	Reúne avanços, problemas e propostas sobre a qualidade da atenção básica no Brasil.
4	2018	Revista Panamericana de Salud Pública	ALMEIDA, E. R. SOUSA, A.N. A. BRANDÃO, C. C. CARVALHO, F. F.B. TAVARES, G. KIMIELLE, C. S.	Relato de experiência	Revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAD) a partir de análise de conteúdo e documental entre 2015 a 2017.
5	1993	Saúde Sociedade	CARVALHO, G. C. M.	Estudo retrospectivo	Apresenta um histórico de criação do SUS e conclama para uma maior participação popular.
6	2013	Estudos avançados	CARVALHO, G. C. M.	Análise retrospectiva	Faz uma análise retrospectiva dos últimos dez anos de governo federal e da saúde pública no Brasil. Analisa o SUS, seus objetivos, funções, diretrizes e princípios. Finalmente, fazendo a análise do governo progressista brasileiro dos dez últimos anos em relação à saúde.
7	2003	Ciência & Saúde Coletiva	CAMPOS, C. E. A.	Resenha Crítica	Discutiu os múltiplos aspectos relacionados à formulação de políticas, à construção do conhecimento e à implementação das práticas no setor saúde interagem mutuamente e têm como produto a maneira como se prestam os serviços de saúde em determinado contexto histórico ou ainda resultam na disponibilidade ou na escassez de um determinado conjunto de ações e serviços de saúde.
8	2013	Estudos avançados	MENDES, E. V.	Artigo de Opinião	Entrevista com o Eugênio Vilaça Mendes, que oportunamente disse que o SUS constituiu a maior política de inclusão social da história de nosso país. Apresentou dados sobre o financiamento com a saúde em diversos países e fez comparação com o Brasil.
9	2014	História Ciências, Saúde – Manguinhos	MENICUCCI, T. G.	Retrospectiva histórica	Apontam-se os efeitos do próprio Sistema, visto como uma grande transformação no campo dos direitos sociais, introduzindo novos atores no ramo da saúde e introyectando a saúde como direito. Por fim, apresentam-se desdobramentos recentes dessa história que fazem com que o Sistema esteja na agenda pública.
10	2014	História Ciências, Saúde – Manguinhos	PAIVA, C. H. TEIXEIRA, L. A.	Estudo retrospectivo	Os principais aspectos institucionais, políticos e sociais que conformaram a reforma sanitária, suas rupturas, continuidades e principais iniciativas são discutidos neste artigo, tendo por base a literatura produzida pelos autores mais lidos nesse campo de estudos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Para compreender a história do SUS, é importante mencionar que a trajetória da saúde pública no Brasil tem sido marcada por sucessivas reorganizações administrativas, além da promulgação de diversas normas, decretos e leis. Sistemas de saúde similares surgiram desde o período colonial, porém atendiam apenas setores e indivíduos de relevância para o Império, como a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) e os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) (Batich, 2004).

Em 1965, os IAPs foram unificados com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Posteriormente, em 1977, foram instituídos o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) (Reis; Araújo; Cecílio, 2010).

Em 1982, foi criado o Programa de Ações Integradas de Saúde (PAIS). Outro marco importante ocorreu com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que estabeleceu as diretrizes, os princípios e a função do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). As diretrizes de universalização, equidade, integralidade e descentralização serviram de base para a criação do futuro SUS (Reis; Araújo; Cecílio, 2010).

O Brasil vivia um período de transição democrática no momento da criação do SUS. Esse sistema visava resgatar o compromisso do Estado com o bem-estar da população, redefinindo a saúde de forma mais ampla e oferecendo respostas sociais às necessidades dos cidadãos (Mendes, 2011; 2012).

É crucial destacar que o financiamento do SUS está regulamentado por lei, sendo as Leis Orgânicas da Saúde (LOAS) – Lei nº 8.080/90 (Brasil, 1990a) e Lei nº 8.142/90 (Brasil, 1990b) – responsáveis por definir as diretrizes relacionadas ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, bem como as modalidades de transferência de recursos financeiros dentro do sistema. Esse modelo de financiamento, estabelecido nessas leis, permanece como base para quaisquer revisões ou mudanças que possam ocorrer no futuro (Carvalho, 1993; Brasil, 2003; Figueiredo, 2009).

Contudo, é amplamente reconhecido que os critérios definidos por essas normativas não foram suficientes para assegurar a aplicação satisfatória dos recursos. Até 1990, os repasses financeiros do Ministério da Saúde eram feitos com base no pagamento por serviços prestados, sendo os recursos ainda oriundos da Previdência Social, conforme estipulado pela Constituição Federal de 1988. A Lei nº 8.142/90 trouxe uma nova organização para essas transferências, instituindo o Fundo Nacional de Saúde, que determinou onde os recursos deveriam ser alocados, estabelecendo um novo marco na gestão financeira do SUS (Brasil, 2003; Figueiredo, 2009).

Nesse contexto, o SUS enfrentou inúmeros desafios ao longo de sua trajetória, especialmente entre 1990 e 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo. A implementação de uma política neoliberal resultou em cortes drásticos nos gastos públicos, afetando todos os setores do governo, inclusive a saúde. Esse cenário levou a um claro desmonte e sucateamento do sistema (Polignano, 2001). Após o impeachment de

Collor, Itamar Franco assumiu a presidência em 1993, encontrando um país mergulhado em crises multidimensionais, sem projetos consistentes, atravessando um período de estagnação econômica, com o SUS em uma situação de crescente deterioração (Ilanoni, 2009).

Ainda durante o governo de Itamar Franco, houve a suspensão dos repasses financeiros destinados à saúde, o que desencadeou uma grave crise no setor, intensificando os debates e mobilizações por melhores condições (Carvalho, 2013). Em 1995, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência, as políticas neoliberais foram mantidas, com um foco em privatizações. A crise de financiamento na saúde se aprofundou e, em 1996, foi editada a Norma Operacional Básica (NOB/96), que revogou as normas anteriores. A NOB/96 introduziu novos mecanismos de transferência de recursos governamentais, estabelecendo que os repasses estariam condicionados à contrapartida dos governos estaduais e municipais (Mansur, 2001; Polignano, 2001; Piola, 2017).

Apenas em 1998, ocorreu uma mudança no modelo de financiamento, quando foi adotado o sistema de repasse com base na população de cada município. Esse repasse, denominado Piso Assistencial Básico (PAB), passou a ser feito diretamente nas contas dos municípios, no formato “fundo a fundo”. O PAB foi dividido em dois blocos: o Fixo, comum a todos os municípios e calculado com base no número de habitantes; e o Variável, que dependia da participação do município em programas específicos de saúde (Piola, 2017).

Entretanto, devido ao baixo valor do PAB Fixo, muitos municípios passaram a depender da adesão a programas de saúde como forma de aumentar o financiamento através do PAB Variável. O problema, porém, residia no fato de que os recursos eram destinados exclusivamente para esses programas específicos, e grande parte dos municípios não possuía a estrutura ou as condições necessárias para implementá-los de maneira eficaz. Frequentemente, observava-se que os recursos alocados para certos programas permaneciam subutilizados, enquanto outras iniciativas, consideradas mais funcionais, sofriam com a escassez de verbas. Esse cenário acabou por engessar as ações de saúde, dada as profundas diferenças entre os municípios brasileiros e suas necessidades específicas (Piola, 2017).

Com a criação da NOB 01/96, tornou-se evidente a crescente preocupação com a atenção básica à saúde, especialmente com a introdução do Piso Assistencial Básico (PAB). Esse novo critério de financiamento diferenciou-se das formas tradicionais já praticadas pelo Ministério da Saúde, ao adotar um modelo de repasse financeiro per capita, ou seja, baseado no número de habitantes. Dessa forma, os recursos passaram a ser destinados ao custeio de procedimentos e ações de assistência básica sob responsabilidade dos municípios, desvinculando-se da produção de serviços (Mansur, 2001; Polignano, 2001; Piola, 2017).

Além disso, foram estabelecidas duas novas modalidades de gestão municipal. A “Gestão Plena da Atenção Básica” delegava ao município a responsabilidade pela

assistência básica, podendo ser prestada em unidades próprias ou por meio de contratos com provedores. Já a “Gestão Plena do Sistema Municipal” conferia ao município total responsabilidade pelos serviços ambulatoriais e hospitalares, permitindo autonomia na definição de valores dos procedimentos médicos e em outras questões relacionadas ao pagamento dos serviços (Brasil, 2000; Mansur, 2001).

Nesse contexto, o Programa de Saúde da Família (PSF) surgiu como uma abordagem inovadora para a saúde, com a família no centro das atenções. Atualmente denominado Estratégia de Saúde da Família (ESF), esse modelo é prioritário para a organização e fortalecimento da Atenção Primária em Saúde (APS), destacando-se por seus métodos holísticos e multidisciplinares. A ESF tem promovido avanços significativos, ampliando o acesso e oferecendo benefícios substanciais à população (Sena; Silva, 2011; Facchini; Tomasi; Dilélio, 2018).

Em 2000, foi promulgada a Emenda Constitucional 29/2000 (EC-29), que estabeleceu os valores mínimos de investimento em saúde para as três esferas de governo – federal, estadual e municipal. Sancionada apenas em 2012 pela presidente Dilma Rousseff, a EC-29 trouxe avanços importantes, incluindo a definição clara do que deve ser considerado gasto em saúde. Além disso, a emenda consolidou o Fundo de Saúde e reforçou a participação cidadã por meio do Controle Social, fortalecendo a governança democrática na administração da saúde pública (Carvalho, 2013).

Em 2006, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi formulada e publicada a primeira Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), através da Portaria nº 648/ 2006. Essa política tinha como objetivo definir prioridades e otimizar os gastos públicos. A PNAB foi revisada em 2011 e reformulada novamente em 2017 pela Portaria nº 2.436/2017. Essa última versão gerou críticas por parte de organizações historicamente vinculadas à defesa do SUS, que alegaram uma excessiva flexibilização dos princípios democráticos do sistema (Almeida *et al.*, 2018).

Assim, percebe-se que os problemas estruturais do sistema de saúde brasileiro remontam ao momento de sua concepção e, desde então, o direito à saúde não tem sido devidamente discutido e garantido. Atualmente, há um consenso sobre as dificuldades resultantes da má gestão dos recursos, que se manifestaram principalmente em desvios ou na ineficácia do uso das verbas públicas destinadas à Atenção Básica e à rede de atendimento especializado.

Nesse contexto, o panorama político e econômico tem impactado negativamente o avanço e desenvolvimento do SUS. O elevado índice de desemprego e a precarização do trabalho resultaram no afastamento de muitas pessoas dos planos de saúde privados, o que provocou um aumento na demanda pelos serviço público. Esse problema emergente sobrecarrega um sistema já fragilizado pelo subfinanciamento, intensificando seu sucateamento (Almeida *et al.*, 2018).

Outra questão recorrente é a condição precária dos equipamentos, da infraestrutura física e a falta de recursos humanos adequados para atender às demandas das redes de

atenção do SUS. Aliado a isso, a baixa valorização salarial dos profissionais da saúde reflete uma administração pública ineficaz, que não promove as condições necessárias para a eficiência do sistema (Mendes; Carnut; Guerra, 2018).

Ademais, o congelamento dos gastos públicos evidencia uma falta de compromisso político com a saúde. A Emenda Constitucional 95 (EC-95/2016), aprovada durante o governo de Michel Temer e conhecida como a “PEC da Morte”, estabeleceu um teto para os gastos da União com despesas primárias por um período de 20 anos. Essa medida prevê uma redução dos recursos federais destinados ao SUS de 1,7% do PIB em 2016 para 1,0% até 2036, resultando em perdas acumuladas superiores a três orçamentos anuais (Mendes; Carnut; Guerra, 2018).

Atualmente, a Portaria nº 3.992/2017 está em vigor, substituindo a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS/2017. Segundo o art. 3º, os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinado às despesas com ações e serviços públicos serão transferidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios na modalidade “fundo a fundo”.

Esses recursos serão alocados em dois blocos de financiamento: o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde e o Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde. Anteriormente, a Portaria nº 204/2007 regulava a organização e o repasse dos recursos em blocos diferentes, incluindo Atenção Básica, Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Gestão do SUS e Investimentos na Rede de Serviços de Saúde (Pereira; Oliveira Júnior; Faleiros, 2019).

Além das questões relacionadas ao financiamento, outro debate relevante no SUS é o modelo de atenção, a organização e o aprimoramento das Redes de Atenção à Saúde (RAS). A Atenção Primária à Saúde (APS), como componente central da RAS, é responsável por coordenar o cuidado. Ela deve focar não apenas no tratamento de episódios agudos, mas, primordialmente, no cuidado contínuo e integral das condições de saúde de indivíduos, famílias e comunidades (Mendes, 2020).

Oliveira (2016) observa que um dos principais problemas do Sistema Único de Saúde é a disparidade entre a condição de saúde no Brasil, marcada por uma tripla carga de doenças com predominância de condições crônicas, e o modelo de atenção adotado, que é fragmentado, episódico e reativo, voltado principalmente para condições e eventos agudos. Nesse contexto, as RAS apresentam uma solução promissora para esse desafio, uma vez que elas consistem em arranjos organizativos que integram ações e serviços de saúde de diferentes complexidades tecnológicas, com apoio técnico, logístico e de gestão, visando assegurar a integralidade do cuidado e da atenção.

Diante desse cenário, é imperativo implantar e incorporar tecnologias de cuidado inovadoras nas RAS. O progresso dessas inovações frequentemente enfrenta barreiras impostas pela cultura organizacional e pelos arranjos institucionais que nem sempre correspondem à realidade e à capacidade tecnológica dos municípios. Para que as RAS

se tornem mais eficazes, é crucial realizar uma reordenação financeira e aprimorar a infraestrutura da APS.

Além disso, é fundamental investir na qualificação profissional por meio de ações de Educação Permanente em Saúde, bem como promover a Educação Popular em Saúde para a comunidade. Essas iniciativas garantem um acolhimento de qualidade nas práticas de cuidado. Uma equipe bem treinada e uma população informada são essenciais para uma atenção mais resolutiva e eficaz (Oliveira, 2016).

O SUS é um modelo de saúde caracterizado por sua complexidade e singularidade, e é crucial que sejam implementadas mudanças para garantir sua eficácia nos próximos anos. Os desafios são proporcionais à dimensão do sistema e, após mais de três décadas de existência, a luta pela sua sobrevivência como uma política pública gratuita, resolutiva, equânime e capaz de oferecer cuidado integral a todos os brasileiros continua sendo um imperativo (Santos, 2018).

O principal desafio, é transformar o SUS em uma bandeira social. Para isso, é necessário que os usuários do sistema tenham voz ativa e representatividade na defesa de sua continuidade. A necessidade de um sistema nacional de saúde robusto para promover o desenvolvimento econômico e social, e proteger a vida da população nunca foi tão evidente. Assim, surge a oportunidade de engajar-se na defesa simbólica do SUS, lutando pela sua preservação e fortalecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de mais de 30 anos desde a criação do SUS, muitos avanços foram conquistados, especialmente no que diz respeito aos princípios de integralidade da atenção e descentralização dos serviços. No entanto, o sistema ainda enfrenta desafios significativos que comprometem seu desenvolvimento. Entre esses desafios estão o sucateamento dos serviços, a má gestão e problemas financeiros, operacionais, estruturais e de recursos humanos, todos exacerbados pela limitada participação popular.

Apesar desses obstáculos, o SUS continua sendo um modelo exemplar para outras democracias, oferecendo orientação, prevenção, reabilitação e manutenção da saúde com uma abordagem universal, integral e equitativa em todos os níveis de atenção. Contudo, uma parcela significativa da população brasileira ainda não comprehende totalmente as políticas de saúde e o funcionamento do sistema. A participação efetiva dos cidadãos, especialmente através dos conselhos de saúde – que garantem a transparência na gestão dos recursos – ainda constitui um desafio expressivo para o aprimoramento do sistema.

Sob outra perspectiva, é evidente que, embora o mundo tenha evoluído substancialmente nos últimos trinta anos, essas mudanças não foram igualmente rápidas para o SUS. Um exemplo claro é a implantação do prontuário eletrônico e dos Sistemas de Informação da Saúde (SIS), que hoje estão desatualizados e considerados obsoletos. A

falta de inovação tecnológica é agravada pela resistência de alguns profissionais em adotar novas práticas e tecnologias.

Em conclusão, o SUS ainda enfrenta numerosos desafios no século XXI. Sendo um sistema de saúde em contínua evolução, é fundamental reconhecer que os avanços conquistados ao longo de mais de três décadas não são permanentes nem cumulativos. Portanto, é essencial proteger e defender o SUS, principalmente por meio de compromissos e ações de grupos ideológicos e políticos que visem sua preservação e aprimoramento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.; SOUSA, A.; BRANDÃO, C.; CARVALHO, F.; TAVARES, G.; SILVA, K. Política Nacional de Atenção Básica no Brasil: uma análise do processo de revisão (2015–2017). *Rev Panam Salud Pública*, [s. l.], v. 42, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2018.v42/e180#>. Acesso em: 09.ago.2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 set. 1990^a.

BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1990^b.

BATICH, M. Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. **São Paulo Perspec**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 33-40, set. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/FW6BPGx3MvRhB4zGD7cnBxD/>. Acesso em: 10.ago.2024.

DUARTE, E.; EBLE, L.; GARCIA, L. 30 anos do Sistema Único de Saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 27, ed. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/chVKtyVFqkm9PJyqNMsf5zx/#>. Acesso em: 09.ago.2024.

FACCHINI, L.; TOMASI, E.; DILÉLIO, A. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 208-223, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/TmzJ4T4MkCxFxbpxpTFXJsd/#>. Acesso em: 10.ago.2024.

FIGUEIREDO, N. **Sus e PSF Para Enfermagem**: Práticas Para o Cuidado em Saúde Coletiva. São Caetano do Sul: Yendis, 2009. 336 p.

GALVÃO, C.; SAWADA, N.; ROSSI, L. A prática baseada em evidências: considerações teóricas para sua implementação na enfermagem perioperatória. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, [s. l.], v. 10, ed. 5, p. 690-695, out. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/TGbFqShkRD65bzZF557K3bP/#lang=pt>. Acesso em: 09.ago.2024.

GALVÃO, C.; MENDES, K.; SILVEIRA, R. Revisão integrativa: método de revisão para sintetizar as evidências disponíveis na literatura. In: BREVIDELLI, M.; SERTÓRIO, S. (ed.). **Trabalho de conclusão de curso**: guia prático para docentes e alunos da área da saúde. São Paulo: Iátria, 2010. p. 105-126.

GONZAGA, C.; FERREIRA, G. Redes de Atenção à Saúde: Um Caminho na Garantia da Integralidade da Atenção no SUS. **Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas - RIDAP**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 12-26, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1270>. Acesso em: 09.ago.2024.

IANONI, M. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova**, São Paulo, v. 78, p. 143-183, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/lua/v78n143/143-183.pdf>. Acesso em: 09.ago.2024.

MALLIDOU, A. Mapping the landscape of knowledge synthesis. **Nursing Management**, [s. l.], v. 21, ed. 5, p. 9-30, aug. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25167127/>. Acesso em: 10. ago.2024.

MANSUR, M. **O financiamento federal da saúde no Brasil: tendências da década de 1990**. 2001. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

MENDES, Á. CARNUT, L.; GUERRA, L. Reflexões acerca do financiamento federal da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 224-243, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/F95jdgvRBmBzh4CJXdXBJDh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09. ago.2024.

MENDES, E. **As redes de atenção à saúde**. 2ª. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.

MENDES, E. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p.

MENDES, K.; SILVEIRA, R.; GALVÃO, C. Revisão integrativa: métodos de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 17, ed. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. DOI a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>. Acesso em: 09.ago.2024.

PAIM, J. Os sistemas universais de saúde e o futuro do Sistema Único de Saúde (SUS). **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, ed. Spe5, p. 15-28, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2019.v43nspe5/15-28/>. Acesso em: 09.ago.2024.

PEREIRA, B. OLIVEIRA JUNIOR, A. FALEIROS, D. Portaria 3992/2017: desafios e avanços para gestão dos recursos no Sistema Único de Saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, n. 58, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/kcCTdcNklHQh7vGJCqzsjB/?lang=pt#~:text=Assim%2C%20a%20Portaria%203.932%2F2017,%C3%A0quelas%20estabelecidas%20no%20plano%20de> Acesso em: 09. ago.2024.

PIOLA, S. **Transferências de Recursos Federais do Sistema Único de Saúde para Estados, Distrito Federal e Municípios: os desafios para a implementação dos critérios da Lei Complementar no 141/2012**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2017.

POLIGNANO, M. História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. **Cadernos do Internato Rural-Faculdade de Medicina/UFMG**, Minas Gerais, v. 35, 2001.

REIS, D.; ARAÚJO, E.; CECÍLIO, L. C. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil: SUS e pactos pela Saúde**. [S. l.: s. n.], 2010.

SANTOS, L. SUS-30 anos: um balanço incômodo? **Ciênc. saúde colet.**, v. 23, n. 6, p. 2043-2050, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7hY9jZy5fCzzmy6CRfQ9Bss/>. Acesso em: 09. ago.2024.

SENA, R.; SILVA, K. A enfermagem como parceira solidária do Sistema Único de Saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. spe2, p. 1792-1796, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/xpbsKDxKQJQf4gHB4y6jMjP/>. Acesso em: 09.ago.2024.

SOUZA, M. de F. A Reforma Sanitária Brasileira e o Sistema Único de Saúde. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, [S.I.], v. 8, n. 1, p. 11-16, 2014. Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1448>. Acesso em: 09.ago.2024.

SOUTO, L.; OLIVEIRA, M. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. **Saúde Debate**, v. 40, n. 108, p. 204-218, jan-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ng8xP69Fyq4XmWjGBxBVbgLB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09.ago.2024.

WHITTEMORE, R.; CHAO, A.; JANG, M.; MINGES, K.; PARK, C. Methods for knowledge synthesis: an overview.. **Heart & Lung: the journal of critical care**, [s. I.], v. 43, ed. 5, p. 453-461, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25012634/>. Acesso em: 09.ago.2024.

CAPÍTULO 18

INTEGRAÇÃO DO ENSINO HÍBRIDO EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR

Eva Dáks Leite Parente Lima

Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Inta – (UNINTA), Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Centro Universitário Inta – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2986904365843430>

José Aroldo Menezes Costa

Graduado em Engenharia Civil e Tecnologia da Construção Civil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestre em Ciências da Cidade pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Centro Universitário Inta – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2182580078817108>

Patrícia Holanda de Azevedo Araripe

Graduada em Fisioterapia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Ciências Biológicas - Biotecnologia pelo Centro Universitário Inta – (UNINTA)

Centro Universitário Inta – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0801125755762261>

Lia Albuquerque Mendes

Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Inta – (UNINTA), Especialista em caráter profissional em Pacientes com Enfermidades Renais, pelo Instituto Cristina Martins, e Especialista em Preceptoria no SUS, pelo Hospital Sírio Libanês.

Centro Universitário Inta – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9699393500246797>

Francisco Wesley de Sousa

Graduado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Inta – (UNINTA), Mestrando em Ciências Biológicas - Biotecnologia pelo Centro Universitário Inta – (UNINTA).

Centro Universitário Inta – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2986904365843430>

Maria Isabel Linhares Amaral

Graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutora em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Centro Universitário Inta – UNINTA,
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9842400987994070>

RESUMO: O presente estudo aborda a integração do ensino híbrido em cursos de ensino superior, destacando suas características, benefícios e desafios. Inicialmente, são explorados os conceitos e abordagens do ensino híbrido, com uma definição clara e a relevância desta modalidade educacional no contexto atual. Modelos de implementação, como *blended learning* e sala de aula invertida, são discutidos, enfatizando suas vantagens e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior. Analisou-se as tecnologias e plataformas utilizadas, incluindo ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas de colaboração online, que facilitam a interação acadêmica. O planejamento e a organização de cursos híbridos são interessados, apresentando exemplos práticos de design instrucional que integram atividades presenciais e virtuais. Além disso, foram discutidos os desafios enfrentados por professores e alunos, destacando a necessidade de capacitação docente e as barreiras socioeconômicas que afetam o acesso ao ensino híbrido. A avaliação no ensino híbrido é examinada, abordando métodos e ferramentas para monitorar o progresso dos alunos e a importância do feedback. Por fim, o estudo conclui com uma reflexão sobre as perspectivas futuras e inovações no ensino híbrido, considerando o impacto das tecnologias emergentes e o papel crucial dessa abordagem na formação de profissionais capacitados para o século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino híbrido; Educação superior; Tecnologias educacionais.

INTEGRATION OF HYBRID EDUCATION INTO HIGHER EDUCATION COURSES

ABSTRACT: This study addresses the integration of blended learning in higher education courses, highlighting its characteristics, benefits, and challenges. Initially, the concepts and approaches of blended learning are explored, with a clear definition and the relevance of this educational modality in the current context. Implementation models, such as blended learning and flipped classroom, are discussed, emphasizing their advantages and the challenges faced by higher education institutions. The technologies and platforms used, including virtual learning environments and online collaboration tools, which facilitate academic interaction, were analyzed. The planning and organization of blended courses are interested, presenting practical examples of instructional design that integrates face-to-face and virtual activities. In addition, the challenges faced by teachers and students were discussed, highlighting the need for teacher training and the socioeconomic barriers that affect access to blended learning. Assessment in blended learning is examined, addressing methods and tools to monitor student progress and the importance of feedback. Finally, the study concludes with a reflection on future perspectives and innovations in hybrid teaching, considering the impact of emerging technologies and the crucial role of this approach in training professionals qualified for the 21st century.

KEYWORDS: Hybrid teaching; Higher education; Educational technologies.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior enfrenta um cenário em constante mudança, impulsionado pela rápida evolução tecnológica e pela crescente demanda por métodos de ensino mais flexíveis e eficazes. Nesse contexto, o ensino híbrido surge como uma abordagem inovadora, combinando práticas presenciais e virtuais para proporcionar uma experiência

de aprendizado enriquecedora e adaptável às necessidades dos alunos. Este estudo se propõe a explorar a integração do ensino híbrido em cursos de ensino superior, investigando suas características, benefícios e desafios.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a implementação eficaz do ensino híbrido nas instituições de ensino superior, abordando modelos existentes, tecnologias e plataformas utilizadas, além de melhores práticas de planejamento e avaliação. O interesse por esse tema surge da busca pela melhoria da qualidade educacional, especialmente em um contexto onde as metodologias tradicionais enfrentam dificuldades em atender a um público diversificado que busca maior autonomia no aprendizado.

A relevância deste estudo está na necessidade de formar profissionais preparados para um mercado de trabalho em constante mudança. As instituições de ensino superior devem adaptar suas abordagens pedagógicas para garantir que os alunos adquiram competências essenciais para enfrentar os desafios do século XXI. Ao investigar o ensino híbrido, a pesquisa visa contribuir para o debate sobre inovação educacional e suas implicações práticas.

Um problema central desta pesquisa é a integração eficaz do ensino híbrido em cursos superiores, abordando as dificuldades enfrentadas por educadores e alunos, como a capacitação docente, o acesso a tecnologias e a avaliação do aprendizado. Para fundamentar a análise, serão utilizados referenciais teóricos de autores como Garrison e Vaughan (2013) e Bonk e Graham (2006), que discutem o design instrucional e o *blended learning*.

O estudo visa aprofundar a discussão sobre a integração do ensino híbrido, incluindo conceitos, tecnologias, planejamento de cursos, desafios e práticas de avaliação. A análise das inovações e perspectivas futuras permitirá compreender o papel do ensino híbrido na formação de profissionais aptos a enfrentar os desafios de um mundo em transformação.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é baseada na revisão integrativa, que sintetiza resultados de pesquisas e informa práticas, especialmente na saúde. Mendes et al. (2008) ressaltam que essa abordagem permite incluir estudos com diferentes delineamentos metodológicos, oferecendo uma visão ampla sobre o tema. O estudo, descritivo e exploratório, buscou identificar, analisar e sintetizar o conhecimento sobre a integração do ensino híbrido em cursos superiores, utilizando a revisão integrativa para organizar e compreender o conhecimento disponível (Souza et al., 2010).

O estudo foi conduzido de forma remota, utilizando bases científicas eletrônicas como *PubMed*, *Scopus* e *LILACS*, permitindo identificar uma ampla gama de publicações relevantes. A análise focou em dados secundários e incluiu estudos dos últimos seis anos, em português, inglês ou espanhol, que abordassem a implementação do ensino híbrido em

cursos de graduação, tanto presenciais quanto a distância, considerando apenas aqueles que relataram metodologias de ensino híbrido e seus impactos no desempenho acadêmico ou engajamento dos estudantes.

Foram excluídos artigos que abordavam níveis educacionais diferentes do superior, estudos sem dados empíricos, revisões teóricas sem análise prática e publicações indisponíveis em texto completo. A coleta de dados foi realizada por meio de uma busca sistemática com descritores controlados (*DeCS/MesH*) e termos livres, conforme Mendes et al. (2008). Os descritores utilizados incluíram “ensino híbrido”, “educação superior”, “aprendizagem combinada” e “desempenho acadêmico”, cruzados por operadores booleanos. A pergunta norteadora foi: “Quais são os impactos do ensino híbrido sobre o desempenho acadêmico e o engajamento dos estudantes em cursos de ensino superior?”

Os dados foram analisados em etapas. Inicialmente, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão com base na pergunta norteadora (Souza et al., 2010). Os estudos selecionados foram avaliados quanto à qualidade metodológica (Cooper, 1983), e a análise seguiu uma abordagem de síntese narrativa, agrupando resultados conforme temas emergentes e implicações práticas (Tan et al., 2014). Os resultados foram apresentados de forma estruturada, destacando insights e recomendações, conforme o modelo de Hegarty (1993). Embora o estudo tenha utilizado apenas dados secundários, respeitou-se os princípios éticos de pesquisa científica, dispensando o consentimento de participantes, dado que a revisão foi realizada com base em estudos publicados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceitos e Abordagens do Ensino Híbrido no Ensino Superior

A educação híbrida nas instituições de ensino superior emergiu como um paradigma significativo, combinando o aprendizado presencial tradicional com tecnologias digitais. Este modelo visa não apenas aumentar a acessibilidade ao ensino, mas também promover ambientes colaborativos de aprendizado, alinhando-se às necessidades de uma sociedade cada vez mais conectada.

A educação híbrida combina aprendizado online e presencial, promovendo o engajamento dos alunos e a aprendizagem independente. Essa abordagem cria ambientes colaborativos e experienciais, transformando o cenário educacional ao integrar tecnologias de comunicação e reformular práticas pedagógicas (Caulfield, 2011; Shale, 2001). Além disso, enfatiza a aprendizagem centrada no aluno, com os professores atuando como facilitadores do processo.

Os modelos de *blended learning* e sala de aula invertida são práticas populares de ensino híbrido. No *blended learning*, atividades presenciais e virtuais são combinadas conforme as necessidades do curso. Na sala de aula invertida, o conteúdo teórico é estudado online, enquanto as atividades práticas ocorrem presencialmente, otimizando a

interação em sala. Esses modelos promovem a aprendizagem colaborativa, com instrução por pares e participação ativa dos alunos, resultando em maior engajamento e melhores resultados acadêmicos (Levin-Peled et al., 2007).

A pesquisa mostra que os estudantes preferem o ensino híbrido pela flexibilidade e pelo suporte contínuo ao progresso acadêmico e profissional. A aceitação dos alunos é essencial para o sucesso dessa abordagem, pois ela permite conciliar estudos com agendas lotadas e maior controle do ritmo de aprendizagem (Ali, 2018). Estudos de Mosca et al. (2010) indicam que esse formato atende à demanda por opções que conciliem a vida acadêmica, profissional e pessoal.

Apesar das vantagens, a adoção do ensino híbrido enfrenta desafios, como o ceticismo de educadores sobre a eficácia dos componentes online e a necessidade de adaptação contínua e suporte institucional (Ali, 2018). Há preocupações com a qualidade da interação online e a falta de infraestrutura adequada (Westover & Westover, 2013). Além disso, é necessário investir em pesquisas para melhorar o ensino híbrido e otimizar os resultados de aprendizagem.

A educação híbrida, ao promover um aprendizado personalizado, representa um caminho promissor para o ensino superior. Mendes et al. (2008) destacam que essa abordagem oferece uma visão abrangente do conhecimento, facilitando decisões baseadas em evidências e aprimorando práticas educacionais. Modelos como *blended learning* e sala de aula invertida continuam a evoluir, redefinindo o papel do ensino superior na era digital.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Tecnologias e Plataformas no Ensino Híbrido Universitário

O ensino híbrido, ou *blended learning*, combina elementos da educação presencial e a distância, unindo o melhor de cada abordagem. Esse modelo ganhou destaque no ensino superior após a pandemia de COVID-19, que impulsionou o uso de tecnologias educacionais (Castro; Chirinos e Castro, 2022). Ele oferece aos alunos flexibilidade e personalização, permitindo que escolham como e quando aprender, o que é especialmente útil para universitários com agendas complexas. Segundo Nunes e Malagri (2024), plataformas de ensino, como AVAs (*Moodle*, *Blackboard*, *Canvas*), são essenciais para o sucesso dessa modalidade, organizando conteúdos e atividades e facilitando o acesso a materiais e interações fora da sala de aula (Brochado e Carvalho, 2021).

A flexibilidade das tecnologias no ensino híbrido promove um aprendizado mais ativo e centrado no aluno, permitindo que os estudantes assumam responsabilidade pelo próprio aprendizado, o que pode aumentar a autonomia e o senso crítico (Marques et al., 2022). Os alunos podem avançar no conteúdo conforme seu ritmo, revisando materiais e acessando conteúdos adicionais conforme necessário.

Além disso, plataformas de videoconferência como *Zoom* e *Google Meet* são essenciais para o ensino híbrido, permitindo que aulas presenciais sejam complementadas

com atividades síncronas online, mantendo a interação em tempo real entre professores e alunos, especialmente em cursos que envolvem discussão e debate (Chitungo, 2021).

Um aspecto importante das tecnologias no ensino híbrido é a avaliação e monitoramento do desempenho dos alunos (Silva, 2019). Plataformas como AVAs permitem que professores acompanhem o progresso dos estudantes em tempo real, oferecendo feedback imediato e ajustando atividades, possibilitando intervenções pedagógicas mais eficazes.

No cenário atual, a integração de ferramentas digitais no ensino superior é essencial para atender às demandas educacionais atuais, destacando-se os sistemas de gestão de aprendizagem (*LMS*), como *Moodle*, *Blackboard* e *Canvas*. Segundo Rodrigues et al. (2019), essas plataformas organizam conteúdos, atividades e avaliações, promovendo a interação entre professores e alunos de forma customizável.

As plataformas colaborativas, como *Google Workspace* e *Microsoft Office 365*, são amplamente utilizadas no ensino superior, permitindo que os alunos trabalhem em projetos em tempo real e desenvolvam habilidades de trabalho em equipe e resolução de problemas, cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho (Garcia, 2015). Além disso, ferramentas de feedback como *Kahoot* e *Mentimeter* promovem a interação e o engajamento dos estudantes, permitindo que os professores façam perguntas em tempo real e recebam respostas instantâneas, tornando as aulas mais dinâmicas e participativas (Marcondes e Silva, 2021).

O desenvolvimento de habilidades colaborativas é um dos principais desafios do ensino superior contemporâneo, sendo essencial em um mundo interconectado. As competências de trabalho em equipe e colaboração em ambientes digitais são fundamentais para os estudantes universitários. Ferramentas de colaboração *online*, como *Google Docs*, *Microsoft OneNote*, *Slack* e *Trello*, têm se mostrado eficazes nesse sentido, permitindo que grupos de estudantes trabalhem juntos em projetos, compartilhem ideias e monitorem o progresso das atividades. Essas plataformas possibilitam a edição simultânea de documentos e comunicação em tempo real, criando um ambiente de trabalho ágil e eficiente (Souza, 2024; Silva, 2021).

Nunes e Malagri (2024) ressaltam que plataformas de colaboração facilitam o trabalho em equipe e permitem a coautoria, onde múltiplos alunos podem contribuir simultaneamente em um projeto. Além disso, essas ferramentas oferecem recursos de versionamento, permitindo que professores acompanhem a contribuição de cada aluno, o que é crucial em atividades avaliativas. Outra vantagem é a criação de comunidades de aprendizagem, como fóruns de discussão e grupos de estudo online, que possibilitam a troca de ideias e recursos, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo. Marques et al. (2022) destacam que essas comunidades são essenciais para a construção do conhecimento coletivo e para um aprendizado mais profundo.

4.2 Planejamento e Organização de Cursos Híbridos

O planejamento de programas curriculares híbridos em nível superior é um desafio e uma oportunidade para instituições que buscam atender a novas demandas acadêmicas. Essa modalidade requer uma estrutura cuidadosa que combine eficientemente atividades presenciais e virtuais, proporcionando uma experiência de aprendizado contínua e integrada. É fundamental definir claramente as competências a serem desenvolvidas, alinhando a organização curricular às particularidades de cada disciplina e ao uso adequado de ferramentas tecnológicas. A integração entre atividades presenciais e virtuais é central, garantindo que ambas se complementem, com momentos de interação face a face que aprofundem conteúdos, aliados a atividades online que ofereçam flexibilidade e recursos multimídia, promovendo a autonomia dos estudantes e a qualidade acadêmica.

Segundo Roque e Portes (2023), a pandemia de coronavírus exigiu que os professores se atualizassem no uso de tecnologias educacionais, tornando indispensável a adoção de ferramentas digitais na educação. Embora o modelo tradicional de sala de aula já fosse debatido antes da COVID-19, a crise sanitária impulsionou a necessidade de enfrentar essa nova realidade. Os autores destacam que o ensino híbrido reconhece que os estudantes aprendem de maneiras diferentes, exigindo metodologias diversificadas. As tecnologias digitais são fundamentais para integrar o ensino presencial e online, potencializando o aprendizado e permitindo que cada aluno desenvolva suas habilidades conforme suas capacidades.

A incorporação de tecnologias e abordagens como o ensino híbrido tem transformado a educação, especialmente na organização do ensino, no currículo escolar, no papel do professor e nas práticas pedagógicas. A ênfase tradicional, em que o docente era o principal transmissor de conhecimento, está sendo substituída por práticas que incentivam a participação ativa e colaborativa dos estudantes.

Autores como Garrison e Vaughan (2008) e Castañón (2005) afirmam que as abordagens inovadoras no Ensino Superior são fundamentadas em uma perspectiva construtivista, onde o conhecimento é construído ativamente pelo indivíduo por meio da interação com seu meio social, em vez de ser apenas transmitido.

Segundo Roque e Portes (2023), a construção de modelos híbridos de ensino requer uma plataforma de aprendizagem colaborativa e sustentável, adaptável ao mundo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo). Essa plataforma deve ajudar os professores a elaborar atividades educacionais em formato de ensino híbrido (*Blended Learning*), criando um ambiente dinâmico e flexível. Além disso, espera-se que permita aos docentes desenvolver arquiteturas pedagógicas que integrem dimensões sociais e intencionais, promovendo uma formação mais inclusiva e alinhada às necessidades contemporâneas.

As arquiteturas pedagógicas são um conjunto de estratégias fundamentadas em pressupostos teóricos e objetivos educacionais, que orientam a inserção de tecnologias

digitais nos ambientes de aprendizagem. Quando bem planejadas, essas arquiteturas permitem a adoção de metodologias ativas, colocando os estudantes como protagonistas do processo educacional. O uso de tecnologias digitais, então, catalisa o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, tornando o ensino mais participativo e eficaz.

A plataforma SALATIVA é uma ferramenta que apoia o planejamento de aulas em ensino híbrido, ajudando professores a criar atividades diversificadas. Baseada na ferramenta *Blended and Online Learning Design*. A SALATIVA visa integrar-se ao ambiente de aprendizagem online da instituição, focando no planejamento do ensino-aprendizagem a partir da perspectiva dos alunos. As atividades registradas podem ser compartilhadas entre docentes e alunos de diferentes áreas, permitindo reaproveitamento e adaptações futuras.

A plataforma SALATIVA abrange seis tipos de aprendizado do Marco de Conversação: Aquisição, Investigação, Prática, Produção, Discussão e Colaboração. Ela permite planejamento e visualização em tempo real, mostrando a proporção de cada tipo de aprendizado e o percentual de atividades online e presenciais, facilitando ajustes e aprimoramentos nas estratégias educacionais.

4.3 Integração do Ensino Híbrido em Cursos de Ensino Superior.

A integração da educação híbrida, acelerada pela pandemia da COVID-19, combina atividades presenciais e remotas, oferecendo flexibilidade e benefícios, mas também trazendo desafios que exigem adaptação por parte de professores e alunos. A formação docente em tecnologias educacionais é fundamental para aprimorar a eficácia pedagógica, integrando a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) às metodologias de ensino.

Segundo Duque et al. (2024), as atitudes dos professores em relação às novas tecnologias são essenciais para o sucesso dessa integração. Programas de treinamento prático devem equipar educadores com as habilidades necessárias para utilizar TIC de forma eficaz. O desenvolvimento de programas modernos para aprimorar as competências técnico-pedagógicas dos docentes é uma prioridade, contribuindo para a melhoria das práticas e resultados educacionais na era digital.

O ensino híbrido oferece vantagens como flexibilidade e personalização, mas também enfrenta desafios, especialmente em relação à motivação dos estudantes. Muitos alunos têm dificuldade em manter o engajamento, devido à falta de um sistema de apoio robusto, comum em ambientes presenciais, o que pode gerar isolamento (Lupadit, 2023).

A infraestrutura tecnológica é crucial, mas problemas de acesso a equipamentos e internet comprometem a participação e o desempenho. Além disso, conciliar trabalho, vida pessoal e estudos exige um bom gerenciamento de tempo (Olesya, 2022). Para melhorar os resultados, estratégias de interação síncrona e assíncrona têm sido adotadas, permitindo maior flexibilidade de aprendizado (Miles, 2011).

Estratégias de adaptação no ensino híbrido buscam melhorar a aprendizagem dos alunos, como o uso de interações síncronas e assíncronas, permitindo flexibilidade nos horários de estudo (Miles, 2011). Outra abordagem envolve a utilização de mídias digitais, como vídeos e podcasts, que enriquecem o processo de aprendizagem e preparam os alunos para o mundo digital (Denardi, Marcos, Stankoski, 2021).

Além disso, a aprendizagem baseada em projetos é destacada como uma estratégia eficaz para desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais, como trabalho em equipe, pensamento crítico e resolução de problemas (Silva, Nascimento, 2020).

Essas estratégias aumentam o engajamento e a motivação dos alunos, superando barreiras tecnológicas e pedagógicas, e promovem um ambiente de aprendizado mais dinâmico e inclusivo. Contudo, ajustes contínuos são necessários para enfrentar desafios de forma eficaz (Silva et al., 2024). Já Anísio Teixeira, na década de 1950, destacou que a educação é um direito de todos. Com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, esse princípio foi formalizado no Brasil, reafirmando o dever do Estado e das famílias em garantir a educação pública de qualidade.

No entanto, Macedo (2019) aponta que pesquisas recentes revelam grandes desigualdades educacionais no Brasil, afetando o ensino básico e superior. Apesar de avanços na democratização das instituições, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta discriminações por raça, classe social e gênero. Mesmo com políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, que visa expandir a conectividade e o uso de tecnologias, persistem disparidades significativas, com a desigualdade social impactando o acesso ao ensino híbrido e aos recursos tecnológicos (Moreira; Lima; Brito, 2019).

A pandemia destacou que a educação vai além do espaço físico, envolvendo fatores sociais que exigem atenção. Houve a necessidade de um planejamento emergencial para garantir o acesso igualitário à educação, incluindo práticas de inclusão digital (Magalhães, 2021). A desigualdade digital é evidente em áreas remotas, com conexão à internet limitada, e na falta de habilidades digitais de muitos alunos, especialmente de baixa renda, que não tiveram a chance de desenvolver essas competências antes da pandemia, afetando negativamente seu aprendizado (Martins, 2023).

As diferenças socioeconômicas impactam negativamente o acesso ao ensino híbrido, criando obstáculos que incluem a formação docente, o ambiente de estudo e o suporte familiar. Para reduzir esses efeitos, é essencial que políticas públicas promovam a equidade no acesso a ferramentas digitais e invistam na capacitação de professores e alunos (Santos; Mota, 2023).

4.5 Avaliação no Ensino Híbrido Universitário

A avaliação no ensino híbrido universitário é central para o aprendizado, demandando

métodos que integrem as experiências presenciais e online. A abordagem deve ser flexível, combinando avaliação contínua e somativa, garantindo tanto a aquisição de conhecimento quanto o desenvolvimento de habilidades críticas. Métodos diversos e contextualmente adequados são necessários, com a avaliação contínua oferecendo feedback constante, permitindo ajustes no ensino. Segundo Santos e Tavares (2020), a avaliação formativa é essencial, pois informa sobre o progresso dos alunos e aponta áreas que precisam de intervenção.

As plataformas digitais de gestão de aprendizagem são fundamentais para a avaliação contínua, oferecendo recursos como questionários, fóruns e atividades interativas. Essas tecnologias facilitam a aplicação de avaliações formativas e aumentam o engajamento dos alunos, tornando o processo mais dinâmico (Almeida et al., 2021). Já a avaliação somativa, que ocorre ao final de um módulo ou curso, avalia o aprendizado total dos alunos por meio de provas, projetos ou portfólios. Para sua eficácia, é essencial que essa avaliação esteja alinhada aos objetivos de aprendizagem definidos no início do curso, garantindo sua validade.

O uso de dados e análises no ensino híbrido tem facilitado o monitoramento do progresso dos alunos, permitindo uma abordagem mais personalizada e eficaz. Ferramentas de análise de aprendizagem coletam dados sobre o desempenho dos estudantes em atividades online e presenciais, possibilitando intervenções ajustadas às necessidades individuais (Pereira e Silva, 2022). Essas análises incluem monitoramento de participação em discussões, desempenho em avaliações e interação com materiais, permitindo ajustes nas estratégias de ensino e suporte personalizado em tempo real.

O *feedback* é fundamental no ensino híbrido, auxiliando os alunos a identificar suas forças e áreas de melhoria, além de orientar o aperfeiçoamento de seu desempenho. Gomes e Rodrigues (2023) destacam que “o feedback contínuo é essencial para o desenvolvimento da metacognição, permitindo que os estudantes reflitam e ajustem suas estratégias de estudo”. A autoavaliação também é relevante, incentivando os alunos a assumirem maior responsabilidade pelo próprio aprendizado. Ferramentas digitais podem facilitar essa prática, promovendo a autogestão e o engajamento dos estudantes, essenciais para o sucesso acadêmico e profissional.

4.5 Perspectivas Futuras e Inovações no Ensino Híbrido Superior.

As perspectivas futuras para o ensino híbrido são caracterizadas por uma evolução contínua, impulsionada por inovações tecnológicas e demandas do mercado de trabalho. Espera-se que ferramentas como realidade aumentada, simuladores virtuais e análise de big data transformem as aulas, tornando-as mais dinâmicas e integradas à prática profissional. Essas inovações têm o potencial de ampliar a inclusão, proporcionando uma educação acessível e adaptada às necessidades individuais, e preparando melhor

os profissionais para os desafios futuros. O uso de plataformas de ensino à distância e recursos educacionais abertos pode ajudar a superar barreiras geográficas e financeiras que limitam o acesso ao ensino superior.

Outro aspecto relevante das inovações no ensino híbrido superior é a personalização do aprendizado por meio de algoritmos de inteligência artificial, que analisam o desempenho dos estudantes e ajustam os conteúdos de acordo com suas necessidades. Essa adaptação individualizada aumenta a eficiência na absorção do conhecimento e no desenvolvimento de habilidades específicas. Além disso, metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e estudos de caso, devem se expandir, promovendo um ensino mais prático e conectado à realidade do mercado. Assim, o futuro do ensino híbrido se direciona para uma educação centrada no aluno, interativa e alinhada às exigências da sociedade digital e da economia.

Segundo Dias (2024), a Educação Híbrida representa um novo espaço de aprendizagem, mais dinâmico e flexível que a educação presencial tradicional, mantendo as interações sociais frequentemente ausentes na Educação a Distância (EaD). A diferença essencial nesse modelo não está apenas na utilização de ferramentas tecnológicas, mas na sua integração ao processo educacional, promovendo um ambiente de ensino mais colaborativo e interativo. Dias ressalta que a mediação tecnológica visa enriquecer o ensino, sem desconsiderar a importância da interação humana.

Ainda de acordo com Dias (2024), a criação de ambientes híbridos de aprendizagem requer que os docentes estejam familiarizados com as tecnologias digitais utilizadas. Isso ressalta a importância da formação dos educadores para o uso eficaz das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e a adoção de metodologias diversificadas que atendam às demandas contemporâneas do ensino e da aprendizagem.

Chaka (2022) argumenta que a Educação 4.0 (E4.0) emerge como uma nova dimensão no cenário educacional, influenciada pelas tecnologias da Indústria 4.0, como robôs autônomos, inteligência artificial, big data e a Internet das Coisas. Essa abordagem transforma o ensino e a aprendizagem, integrando inovações tecnológicas para preparar os estudantes para um mundo digital e automatizado. A E4.0 não apenas adapta práticas educacionais ao uso dessas ferramentas, mas também altera a produção e o compartilhamento do conhecimento, colocando a tecnologia no centro do desenvolvimento das competências futuras.

A Educação 4.0, segundo Miranda et al. (2021), implica uma reorientação para a inovação nos processos formativos, respondendo às demandas de uma sociedade tecnológica em rápida transformação. Essa abordagem transcende as pedagogias tradicionais, integrando heutagogia e cibergogia. A heutagogia, em particular, enfatiza a autoaprendizagem e coloca o aluno no centro do processo educativo, promovendo seu protagonismo e capacidade de aprender de forma autônoma e colaborativa, com o apoio de tecnologias digitais.

A Educação Híbrida integra elementos da cultura digital e se destaca pela flexibilidade nos processos educativos. Veloso (2022) argumenta que a inclusão da Educação a Distância (EaD) nos ambientes educacionais facilita a criação de práticas híbridas adaptadas às novas realidades. Essa flexibilidade permite que alunos e professores organizem suas atividades conforme suas necessidades, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível.

Sob a perspectiva das relações sociais no processo educativo, a incorporação tecnológica na EaD e na Educação Híbrida transforma o ensino e a aprendizagem em uma experiência coletiva, promovendo a formação de comunidades virtuais de aprendizagem. Nesses ambientes, os alunos trabalham em grupo e compartilham conhecimentos, o que fortalece a colaboração e o pertencimento. Dessa forma, a tecnologia potencia a interação entre os participantes, contribuindo para a construção de uma rede social de aprendizagem ativa e contínua.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a integração do ensino híbrido em cursos de ensino superior, explorando definições, modelos, tecnologias, planejamento, desafios e práticas de avaliação. O foco foi entender como implementar essa abordagem nas instituições de ensino, considerando o contexto acadêmico atual.

Os resultados indicam que o ensino híbrido, quando bem estruturado, oferece vantagens como flexibilidade, personalização da aprendizagem e aumento do engajamento. A avaliação contínua e o feedback são essenciais para monitorar o progresso dos alunos e desenvolver sua autonomia. A formação adequada dos docentes e suporte institucional robusto são cruciais para a implementação eficaz do ensino híbrido.

Embora o estudo contribua para o conhecimento educacional, limitações foram identificadas, como a falta de dados empíricos. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem a implementação do ensino híbrido em diferentes contextos e suas repercussões no desempenho e satisfação dos alunos.

Em resumo, o estudo destaca o ensino híbrido como uma abordagem necessária para a educação superior, capaz de promover um aprendizado dinâmico e adaptável, e ressalta a importância da continuidade das pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. et al. Ferramentas digitais para avaliação no ensino híbrido: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 3, p. 465-484, 2021.

BONK, C. J.; GRAHAM, C. R. **The Handbook of Blended Learning: Global Perspectives, Local Designs**. San Francisco: Pfeiffer, 2006.

BROCHADO, R. de A.; CARVALHO, M. A. G. de. Systematic review of studies and applications of diversified pedagogical models. ***Brazilian Journal of Computers in Education***, v. 29, p. 718-745, 2021.

CASTAÑON, A. G. Construtivismo e ciências humanas. ***Ciências & Cognição***, v. 5, p. 36-49, 2005. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/523>. Acesso em: 13 set. 2024.

CASTRO, B. J.; CHIRINOS, D.; CASTRO-CHIRINOS, G. Emergency Remote Education Satisfaction during COVID-19 at a Public University in Central Andes, Peru with Low Resources and Little Online Teaching Experience. ***Educational Sciences: Theory & Practice***, v. 22, n. 1, p. 46-61, 2022.

CHAKA, C. Is Education 4.0 a Sufficient Innovative, and Disruptive Educational Trend to Promote Sustainable Open Education for Higher Education Institutions? **A Review of Literature Trends.** ***Frontiers in Education***, v. 7, 2022.

CHITUNGO, H. H. C. Plataformas online para a mediação remota no ensino superior público angolano em tempos de covid-19. ***Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia***, v. 10, n. 1, 2021.

DAL SASSO, K.; PEREIRA, R. C.; SILVEIRA, C. M. G. Análise de dados no ensino híbrido: estratégias para monitorar o progresso dos alunos. ***Revista de Tecnologia Educacional***, v. 30, n. 2, p. 100-115, 2022.

DIAS, D. A.; MILL, D. Hibridização e Educação 4.0 – Perspectivas para o Futuro da EaD. ***EaD Em Foco***, v. 14, n. 2, e2245, 2024.

DUQUE, R. de C. S. et al. Training teachers to use technology: Artificial Intelligence (AI) and the new challenges facing education. ***Themes focused on interdisciplinarity and sustainable development worldwide***, v. 2, 2024. doi: 10.56238/sevened2024.003-019.

GARCIAS, A. de O. et al. Ferramentas Google: potencialidades de formação continuada para docentes com a formação de competências de domínio tecnológico. ***Revista Inovaeduc***, Campinas, n. 3, 2015.

GARRISON, D. R.; VAUGHAN, N. D. ***Blended Learning in Higher Education:** Framework, Principles, and Guidelines*. San Francisco: John Wiley & Sons, 2008.

GOMES, A. F.; RODRIGUES, L. A. O papel do feedback no ensino híbrido: contribuições para a autoavaliação. ***Educação em Foco***, v. 1, p. 23-35, 2023.

HARRIS, C. The **Integrative Research Review:** A Systematic Approach. 1983.

HEGARTY, S. Reviewing the literature on integration. ***European Journal of Special Needs Education***, 1993. doi: 10.1080/0885625930080302.

JOHNETTE, C. **How to Design and Teach a Hybrid Course:** Achieving Student-Centered Learning through Blended Classroom, Online and Experiential Activities. 2011.

JOSEPH, B. et al. A Comprehensive Student-Based Analysis Of Hybrid Courses: Student Preferences And Design Criteria For Success. ***Journal of Business & Economics Research***, v. 8, n. 5, 2010. doi: 10.19030/JBER.V8I5.715.

KHOON-KIAT, T. et al. Integrative review: salutogenesis and health in older people over 65 years old. ***Journal of Advanced Nursing***, 2014. doi: 10.1111/JAN.12221.

LUPADIT, L. T. Issues and Challenges in the Acquisition of Knowledge Under the Hybrid Learning Modality. ***International Journal of Research Publication and Reviews***, 2023. doi: 10.55248/gengpi.4.923.52681.

MARCELA, T. de S. et al. Integrative review: what is it? How to do it?. ***Einstein (São Paulo)***, 2010. doi: 10.1590/S1679-45082010RW1134.

MIRANDA, J. et al. The core components of education 4.0 in higher education: Three case studies in engineering education. ***Computers & Electrical Engineering***, v. 93, p. 107278, 2024. Acesso em: 12 set. 2024.

OLESYA, M. et al. Overcoming challenges: strategies for effectively using ICT in teaching. ***E3S Web of Conferences***, 2022. doi: 10.1051/e3sconf/202338101069.

PEREIRA, R. C.; SILVA, J. R. Análise de dados no ensino híbrido: estratégias para monitorar o progresso dos alunos. ***Revista de Tecnologia Educacional***, v. 30, n. 2, p. 100-115, 2022.

QUINTANILLA, J. et al. Hybrid/Blended Learning Approach: A Comprehensive Review. ***Journal of Computer Science and Technology***, 2020.

ROQUE, G. O.; PORTES, A. L. F. Princípios para o Planejamento e Construção de Modelos Híbridos de Ensino: uma proposta em desenvolvimento. ***Cadernos de Educação Tecnológica e Sociedade***, v. 16, n. 03, 2023. Disponível em: <https://www.brajets.com/index.php/brajets/article/view/1144>. Acesso em: 13 set. 2024.

SANTOS, A. F.; TAVARES, L. S. Avaliação formativa no ensino híbrido: desafios e possibilidades. ***Revista de Educação a Distância***, v. 2, p. 145-160, 2020.

SHMELKOVA, G. et al. Use of information technologies in higher school teachers' training. *Академічні студії*, 2024. doi: 10.52726/as.pedagogy/2023.3.10.

UMANETS, V. et al. Training future computer science teachers to use artificial intelligence technologies in the educational process. *Сучасні інформаційні технології та інноваційні методики навчання*, 2024. doi: 10.31652/2412-1142-2024-72-162-170.

VELOSO, B. **Incorporação orgânica da educação a distância nas universidades públicas**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2022. 405 p.

WAHAB, A. Transforming higher education landscape with hybrid/blended approach as an evolving paradigm. ***Journal of Advances in Social Science and Humanities***, 2018. doi: 10.15520/JASSH47334.

WESTOVER, J. H.; WESTOVER, J. P. Teaching Hybrid Courses across Disciplines: Effectively Combining Traditional Learning and e-Learning Pedagogies. ***International Journal of Information and Education Technology***, 2013. doi: 10.7763/IJET.2014.V4.376.

CAPÍTULO 19

O IMPACTO DA TELEFONIA MÓVEL E DAS MÍDIAS SOCIAIS NO DESEMPENHO DOS COLABORADORES DE UMA EMPRESA DO SETOR EDUCACIONAL

Francisca Leiliene Sousa Siqueira

Graduanda em Administração pelo Centro Universitário Inta(UNINTA), Graduada em Gestão de Recursos pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) , Especialista em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Centro Universitário Inta -UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7998642613808731>

Andreia Medeiros de Almeida

Graduanda em Administração pelo Centro Universitário Inta(UNINTA), Graduada em Gestão de Recursos pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Esp. em Gestão e Liderança pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Centro Universitário Inta -UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4873178740986529>

Larice Lourenço de Sá

Graduanda em Psicologia pela Universidade Maurício de Nassau-UNINASSAU, Graduada em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú (IVA), Esp. em Neuropsicologia e avaliações neuropsicológicas e Psicologia das organizações pela Universidade Anhaguera (UNIDERP). Universidade Maurício de Nassau-UNINASSAU, Sobral– CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4950485441292612>

Maria Janaina Duarte Sousa

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Centro Universitário Inta -UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/2910249147398027>

Thayza de Freitas Parente

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Graduada em Administração pelo Centro Universitário Inta (UNINTA), Esp. em Gestão Financeira pelo Centro Universitário Inta (UNINTA), Esp. em Gestão Pública pelo Centro Universitário Inta (UNINTA), Esp. em Gestão de Pessoas e Liderança pelo Centro Universitário Inta(UNINTA). Centro Universitário Inta -UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2323452497953376>

RESUMO: O presente artigo discorre sobre a influência do telefone móvel e das mídias sociais no desempenho dos colaboradores de uma empresa do setor educacional em um cenário a qual a tecnologia é constante no dia a dia de todos, algo que está tão presente e de tão fácil acesso que se tornou uma importante ferramenta para o

funcionamento ágil e o andamento de diversos processos até mesmo no local de trabalho. O objetivo deste trabalho é identificar os prejuízos causados pelo mau uso do telefone móvel e das mídias sociais, e apontar quais as medidas que poderão ser aplicadas para evitar tais prejuízos e analisar de um modo geral os benefícios que estas tecnologias trazem para o ambiente organizacional. A metodologia utilizada na realização deste estudo foi uma pesquisa de natureza quantitativa com delineamento exploratório descritivo, onde foi elaborada uma entrevista, utilizando como ferramenta para coleta de dados um questionário com questões fechadas composto por doze perguntas, em um cenário onde existem acerca de um pouco mais de 800 (oitocentos) funcionários, tirando-se uma amostra de cinco gestores para obter as respostas necessárias. A pesquisa foi realizada durante o período de 08 a 10 de Janeiro de 2020. Concluiu-se que o impacto das tecnologias móveis e das mídias sociais no desempenho dos colaboradores em empresas do setor educacional é misto, pois quando utilizadas corretamente e estrategicamente, essas tecnologias podem ser poderosas aliadas para melhorar a eficiência e a comunicação, facilitando os processos internos. No entanto, o uso excessivo ou inadequado das mesmas pode gerar distrações e afetar negativamente o desempenho dos colaboradores.

PALAVRAS - CHAVE: Telefone móvel. Mídias sociais. Desempenho.

THE IMPACT OF MOBILE TELEPHONY AND SOCIAL MEDIA ON THE PERFORMANCE OF EMPLOYEES IN AN EDUCATIONAL COMPANY

ABSTRACT: This article discusses the influence of mobile phones and social media on the performance of employees in a company in the education sector, in a scenario where technology is a constant in everyone's daily life, something that is so present and easily accessible that it has become an important tool for the agile functioning and progress of various processes, even in the workplace. The aim of this work is to identify the damage caused by the misuse of mobile phones and social media, and to point out what measures can be applied to avoid such damage and to analyze in general the benefits that these technologies bring to the organizational environment. The methodology used to carry out this study was quantitative research with a descriptive exploratory design, where an interview was carried out, using a questionnaire with closed questions comprising twelve questions as a data collection tool, in a scenario where there are just over 800 (eight hundred) employees, taking a sample of five managers to obtain the necessary answers. The survey was carried out between January 8 and 10, 2020. We concluded that the impact of mobile technologies and social media on employee performance in companies in the education sector is mixed, because when used correctly and strategically, these technologies can be powerful allies for improving efficiency and communication, facilitating internal processes. However, their excessive or inappropriate use can generate distractions and negatively affect employee performance.

KEYWORDS: Mobile phone. Social media. Performance.

1. INTRODUÇÃO

O uso inadequado de dispositivos móveis e de mídias sociais no ambiente de trabalho tem se tornado uma crescente fonte de preocupação para os empregadores,

especialmente no que se refere à queda da produtividade e à ineficiência das atividades realizadas pelos colaboradores. Diante disso, este estudo aborda como essa prática pode se configurar em um desafio significativo para as empresas, uma vez que o uso descontrolado desses recursos pode comprometer o desempenho dos funcionários, caso não haja uma supervisão adequada e uma educação voltada para o uso consciente da referida ferramenta. Além disso, examina-se como essas tecnologias podem ser aproveitadas para aumentar a agilidade nas atividades laborais.

A tecnologia, embora traga inovações e facilidades, também fomenta uma dependência crescente de seu uso, especialmente no contexto atual, no qual é fácil observar em qualquer ambiente como os aparelhos eletrônicos, em especial os celulares e as redes sociais têm ocupado cada vez mais o tempo e a atenção das pessoas.

Devido a um mundo onde tudo pode ser acessado com um simples clique, o controle sobre o uso dessas ferramentas se torna um desafio constante, tendo em vista que regular o uso do celular e supervisionar o que os colaboradores acessam em seus dispositivos, sejam pessoais ou empresariais, mostrou-se uma tarefa difícil.

Ademais, a constante necessidade de estar conectado, atualizado e de compartilhar experiências nas redes sociais aumenta a dependência dessas plataformas. E é por este motivo, que muitas empresas têm estudado e implantado soluções para esse problema, incluindo a criação de políticas de utilização, estabelecimento de normas internas e até a proibição do uso inadequado desses recursos.

Diante desse cenário, surge o questionamento: o uso inadequado do telefone celular e das mídias sociais no ambiente corporativo pode, de fato, gerar prejuízos organizacionais? O objetivo deste estudo é identificar tanto os prejuízos quanto os benefícios decorrentes do uso dessas tecnologias no ambiente de trabalho, além de propor medidas para minimizar os impactos negativos e explorar o potencial benéfico que essas ferramentas podem oferecer quando utilizadas de forma adequada no contexto organizacional.

2. METODOLOGIA

O estudo buscou analisar o impacto da telefonia móvel e das mídias sociais no desempenho dos colaboradores de uma empresa do setor educacional, utilizando os dados coletados através de estudos de livros e artigos relacionados ao tema, além do acompanhamento em campo e a elaboração e realização de um questionário com os gestores dos setores com maior número de colaboradores e cujas atividades são as mais frequentes da empresa.

A metodologia utilizada na realização deste estudo foi uma pesquisa de natureza quantitativa com delineamento exploratório descritivo. Fonseca (2002) esclarece que

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e

consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (Fonseca, 2002, p.20)

Fora elaborada uma entrevista, utilizando como ferramenta para coleta de dados, um questionário, com questões fechadas, composto por doze perguntas em um cenário onde existem cerca de um pouco mais de 800 (oitocentos) funcionários, tirando-se uma amostra de cinco gestores para obter as respostas necessárias. A referida entrevista foi realizada durante o período de 08 a 10 de janeiro de 2020.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Um breve histórico sobre telefones móveis e mídias sociais

Atualmente, o uso do telefone móvel e das redes sociais se tornou intrínseco no cotidiano das pessoas. Vale mencionar que, até pouco tempo atrás, o aparelho celular era considerado um artigo de luxo que poucos poderiam ter acesso, porém, com o desenvolvimento da sociedade, esta pequena tecnologia se tornou muito útil, passando de restrita a uma necessidade, transformando a comunicação em ágil e moderna, cumprido um papel fundamental na vida profissional e pessoal.

A referida ferramenta tem uma história relativamente recente, com uma evolução que se iniciou há pouco mais de quarenta anos, sendo que o aparelho celular, o *smartphone* que se conhece hoje, com todas as suas funções e recursos, só começou a ganhar forma há cerca de duas décadas. Destaca-se aqui, o termo “*smartphone*”, que é o mais correto ao considerar os aparelhos que se utiliza hoje, pois já não são somente telefones celulares, deixaram de ser exclusivamente aparelhos de comunicação, para se tornarem computadores móveis e equipados com sistema operacional.

Quanto à utilização das mídias sociais e inclusão no meio atual, pode-se considerar que desde sempre existiu no ser humano a necessidade de se relacionar com os outros, pois os indivíduos têm buscado estabelecer conexões e compartilhar informações baseadas em suas próprias experiências. No entanto, com o surgimento da internet, essa necessidade aumentou, porque se tornou possível que as relações sociais quebrassem barreiras geográficas, físicas e temporais em que tudo acontece em tempo real. Pereira, Pistori e Souza (2014, p. 4) afirmam que as pessoas não vivem isoladas, ou seja, possuem contato com outros indivíduos. Sendo assim, elas se relacionam de modo contínuo com

outras pessoas ou com o ambiente, no qual estão inseridas, por meio da comunicação. (*apud* Chiavenato, 2009).

Destarte, quando a tecnologia nos possibilitou transmitir a todos informações de maneira rápida, ágil e *online*, possibilitou que as relações sociais tomassem uma proporção muito grande de modo que a criação de redes de contatos e fortalecimento dos vínculos tanto pessoal como profissional proporcionou uma conectividade que vai além de qualquer outro meio de comunicação já existente.

Diante do contexto apresentado, devido à praticidade e à funcionalidade dos celulares e das mídias sociais, é possível afirmar que eles constituem elementos essenciais do cotidiano da população. Estes dispositivos não são apenas ferramentas auxiliares, fazem parte da vida das pessoas. Essa combinação de tecnologias tornou-se indispensável na resolução das demandas no ambiente corporativo, facilitando a comunicação e o entretenimento, além de contribuir na organização dos compromissos pessoais.

Essa conexão tecnológica é o efeito direto de como os celulares e as mídias sociais modificaram a maneira de interação com o mundo. No ambiente corporativo, por exemplo, os smartphones permitem o acesso imediato a e-mails e reuniões virtuais, o que contribui para a eficiência na execução das tarefas. Já, nas demandas pessoais, as tecnologias proporcionam conexões com amigos e familiares de forma rápida e imediata, diminuindo até mesmo a distância geográfica entre os sujeitos.

Assim sendo, as tecnologias estão tão presentes no cotidiano das pessoas, que fica até difícil imaginar uma vida sem a utilização de tais recursos. Entretanto, é indispensável avaliar os impactos dessa dependência, que pode ser tanto benéfica quanto prejudicial, dependendo do uso que se faz dessas tecnologias. Porém, em um mundo totalmente digital, o desafio está em encontrar um bom senso que permita elevar os benefícios sem que o uso excessivo interfira na qualidade de vida e no bem-estar dos indivíduos.

3.2 Inserção das mídias sociais e do aparelho celular no cenário organizacional

Considerando a capacidade e o poder de comunicação das mídias sociais e dos aparelhos celulares no ambiente corporativo têm sido uma revolução significativa na forma como as empresas operam e se comunicam. A capacidade de comunicação proporcionada por essas tecnologias, aliada à facilidade de uso dos dispositivos móveis, transforma profundamente as dinâmicas empresariais. Com apenas um toque na tela de um celular, é possível realizar uma extensa gama de atividades, desde o contato imediato com clientes e parceiros até o gerenciamento de transações financeiras, compartilhamento de informações e a realização de videoconferências com sócios e equipes, independentemente da localização física. Desta forma, potencializa a eficiência operacional e a agilidade nas comunicações corporativas.

No entanto, o impacto dessas tecnologias no ambiente de trabalho tem gerado discussões. Enquanto muitos consideram que a utilização dessas ferramentas facilita a

vida profissional e melhora a produtividade, outros apontam que elas podem ser a origem de diversos problemas. Como mencionado por Lobosco, Moraes e Teixeira (2013, p. 6), “A mídia social mexe com a imagem das pessoas e empresas, e possibilita influenciar e interagir entre elas, pois a tecnologia moderna aumentou a quantidade de informação disponível” (*apud* Safko e Brak, 2010, p. 3). Esta citação confirma que o acesso facilitado a informações e a possibilidade de interação instantânea mudaram a forma como as organizações e indivíduos se percebem e se comunicam.

A presença constante das mídias sociais e a integração dos aparelhos celulares nas operações diárias de trabalho tornaram inevitável seu uso em diversos contextos organizacionais. No entanto, a rápida disseminação de informações e a necessidade de uma interação constante geram desafios, como a gestão da privacidade e a potencial sobrecarga de dados. Dessa forma, a utilização dessas tecnologias demanda uma abordagem equilibrada e consciente, que reconheça tanto as suas vantagens quanto os seus possíveis impactos negativos no ambiente organizacional.

3.3 Uso do telefone móvel e das mídias sociais no ambiente organizacional: Vantagens e Desvantagens.

Refletindo sobre o contexto exposto, observa-se como o uso do telefone móvel e das mídias sociais no ambiente de organizacional tem se mostrado uma realidade crescente, refletindo mudanças significativas na forma como as empresas operam e se comunicam. O uso dessas tecnologias oferece diversas vantagens, mas também apresenta desafios que precisam ser cuidadosamente geridos. A análise do impacto dessas ferramentas é fundamental para compreender quando sua utilização é benéfica ou prejudicial.

As mídias sociais têm se tornado ferramentas essenciais para vários profissionais, principalmente para aqueles na área de marketing. Esses profissionais utilizam as plataformas digitais para promover suas empresas, monitorar a presença online e interagir diretamente com o público. A capacidade de obter dados sobre o perfil e a satisfação dos clientes, bem como de realizar campanhas de marketing direcionadas, demonstra como essas ferramentas podem fortalecer a comunicação e a imagem de uma marca. A utilização dos celulares permite uma comunicação ágil e eficiente, possibilitando que ações como pagamentos, compartilhamento de informações e videoconferências sejam realizadas rapidamente, otimizando o processo operacional das empresas (Lobosco; Moraes e Teixeira, 2013).

A digitalização crescente e o investimento em plataformas online proporcionaram às empresas uma visibilidade maior e um engajamento mais efetivo com seus clientes. Segundo Lobosco, Moraes e Teixeira (2013, p. 3), “a propaganda no mundo virtual é obrigatória” para empresas que desejam expandir e se manter competitivas. O uso das redes sociais para criar um canal de comunicação direto com os clientes mostrou-se uma estratégia vital para o crescimento e a notoriedade das empresas no mercado.

Mesmo com os benefícios, a utilização de celulares e mídias sociais também podem apresentar desafios significativos. O uso inadequado dessas ferramentas pode levar a distrações afetando a produtividade. Estudos indicam que a frequente consulta a redes sociais durante o expediente pode reduzir o foco dos funcionários e comprometer a eficiência no trabalho.

A segurança da informação é uma preocupação relevante. O acesso facilitado e a troca de dados via dispositivos móveis podem expor a empresa a riscos de cibersegurança, como ataques de *phishing* e vazamento de informações sensíveis.

Outro aspecto crítico é a gestão da ética e da atenção no atendimento ao cliente. Funcionários que se distraem com mensagens pessoais ou redes sociais durante o atendimento podem prejudicar a qualidade do serviço, impactando negativamente a reputação da empresa e a satisfação do cliente.

Para mitigar os impactos negativos, as empresas têm adotado diversas estratégias, incluindo a criação de códigos de conduta e políticas de uso de dispositivos móveis. Tais medidas visam garantir que a tecnologia seja utilizada de forma a maximizar a eficiência e minimizar as distrações e riscos associados. A implementação de normas claras sobre o uso de celulares e a manutenção de um ambiente de trabalho focado são essenciais para proteger a produtividade e a segurança dos colaboradores.

Com a formação e conscientização dos funcionários sobre a utilização adequada das tecnologias podem ajudar a evitar problemas relacionados à distração e à segurança. A promoção de uma cultura de disciplina e responsabilidade é fundamental para assegurar que os benefícios das mídias sociais e dos telefones móveis sejam aproveitados, sem afetar o desempenho e a integridade do ambiente de trabalho.

Ao mesmo tempo as mídias sociais e os celulares oferecem vantagens significativas para a comunicação e operação das empresas, é crucial que sua utilização seja gerida com cuidado para evitar os potenciais desafios que podem surgir. A adoção de políticas adequadas e a conscientização sobre o uso responsável dessas tecnologias são essenciais para equilibrar seus benefícios e limitações no contexto organizacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As tabelas a seguir mostram a análise dos resultados da pesquisa a qual foi realizada de acordo com a ordem das questões apresentadas no questionário aplicado. As tabelas fornecem uma visão dos dados coletados, permitindo uma interpretação detalhada e abrangente, embasando reflexões e considerações sobre o estudo. Sendo possível assim, considerar tendências e padrões que sustentam as conclusões da pesquisa realizada.

Tabela 1 - Perfil de colaboradores e regras

Questão	Indicadores	Participação
Qual atividade principal do setor?	Atendimento a alunos ou outras	40%
Quantos colaboradores há em seu setor?	De 01 a 30 pessoas	40%
Qual a faixa etária de seus colaboradores	De 18 a 30 anos	60%
Sexo da maioria de seus colaboradores.	Feminino	60%
Na sua empresa o uso de telefones móveis (celulares) e mídias sociais para uso pessoal, no horário de trabalho é:	Permitido com regras	80%
Se existirem regras você tem conhecimento de quais são?	Tenho conhecimento	60%

Fonte: Pesquisa direta (2020)

Analizando a tabela acima exposta, evidencia-se que os setores estudados possuem entre 1 a 30 colaboradores, 40% das atividades desenvolvidas no setor são relacionadas ao atendimento aos alunos, e 40 % dos demais atuam em outras áreas diversas. As maiorias dos colaboradores são do sexo feminino, com faixa etária entre 18 a 30 anos, indicando predominância jovem, representando 60%, que está relacionado com afinidade com as tecnologias.

Quanto às regras de uso destas ferramentas nos locais de trabalho, segundo a tabela 1, 80% dos avaliados têm ciência que a utilização de celulares e mídias sociais para uso pessoal no horário de trabalho é permitido, mas com regras estabelecidas, revelando que a instituição reconhece a importância das ferramentas digitais, ao mesmo tempo, procura manter limites para não inferir no desempenho das atividades do setor. Ademais, 60% têm conhecimento das regras referente ao uso de dispositivos móveis e sua aplicabilidade na instituição, este dado é importante, mostra clareza nas diretrizes internas, evitando conflitos e garantindo um ambiente corporativo harmonioso.

Tabela 2 - Uso das ferramentas

Questão	Indicadores	Participação
Com qual frequência você leva e/ou utiliza o celular no trabalho?	Sempre	60%
Qual a frequência que você percebe que seus colaboradores levam seus celulares para o ambiente de trabalho?	Sempre	100%
Qual a frequência que você percebe seus colaboradores utilizando as mídias sociais, computador empresarial para atividades pessoais ou o próprio celular no horário de trabalho?	Raramente	60%
Você considera que o uso de tais ferramentas (celular e mídias sociais) são relevantes ou chegam a contribuir para o andamento do trabalho de seus colaboradores?	São relevantes	40%
Você considera que o uso destas ferramentas afeta de alguma forma o desempenho dos colaboradores?	Não afetam ou afetam muito	40%
Você considera que deveriam existir mais regras no uso dessas ferramentas em sua empresa ou em seu setor?	Não, as regras atuais são suficientes	60%

Fonte: Pesquisa direta (2020)

Segundo a tabela 2, pode-se afirmar que 60% dos colaboradores que responderam esta pesquisa confirmaram levar e/ou utilizar o celular no local de trabalho, muitas vezes por necessidade da própria função ou atividade, 100% dos avaliados consideraram que seus colaboradores ou colegas de trabalho levam sempre o celular para o local de trabalho, isso mostra a realidade moderna, os celulares fazem parte da vida profissional e pessoal. Na análise, 60% notam que estes colaboradores raramente utilizam estes celulares e outras ferramentas como mídias sociais no horário de trabalho, isso indica que a responsabilidade dos colaboradores em executar atividades sem desviar a foco são reflexos das regras restritivas internas.

Além disso, os 40% dos avaliados consideram que estas ferramentas são relevantes para o trabalho que seus colaboradores desempenham e chegam a contribuir com suas funções, e 40% acreditam que estas facilidades afetam muito o desempenho do colaborador se mal utilizadas, em contrapartida, 40% acham que as mídias sociais e celulares não afetam o desempenho em suas atividades, sugerindo que, para alguns colaboradores , o uso não afeta a execução das tarefas diárias, essa percepção pode estar relacionada ao fato da regras de uso pré-estabelecida pela instituição estudada.

Por fim, 60% dos respondentes se consideram satisfeitos com as regras já existentes em sua empresa ou em seu próprio setor, não necessitando de novos ajustes, indicando que as regras internas são compreendidas e que conseguem equilibrar o uso das ferramentas digitais.

É importante que as empresas revisem suas regras internas periodicamente para garantir que sejam aplicáveis com o surgimento de novas tecnologias digitais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o impacto das tecnologias móveis e das mídias sociais no desempenho dos colaboradores em empresas do setor educacional é misto, pois, quando utilizadas corretamente e estrategicamente, essas tecnologias podem ser poderosas aliadas para melhorar a eficiência e a comunicação facilitando os processos internos. Essa troca de mensagem imediata permite que as informações circulem de forma rápida e acessível, podendo contribuir na tomada de decisões e promover a troca de conhecimento, tornando o ambiente educacional mais dinâmico onde a atualização e inovação são contínuas.

Porém, o uso excessivo ou inadequado das mesmas pode gerar distrações e afetar negativamente o desempenho dos colaboradores, pois as notificações das redes sociais que não são relacionadas ao trabalho podem gerar distrações, e assim, fragmentar a atenção do colaborar, diminuindo sua capacidade de concentração em suas atividades provocando a queda da produtividade.

O uso desregulado dessas tecnologias pode afetar a qualidade do trabalho e a saúde mental dos funcionários, gerando estresse e promovendo uma cultura da procrastinação, impactando diretamente a eficiência no cumprimento das tarefas.

Ante o exposto, as organizações necessitam estabelecer políticas claras sobre o uso de tecnologias móveis e redes sociais no trabalho, além de promover programas de capacitação contínua para que os colaboradores saibam utilizar tais ferramentas de maneira mais produtiva e equilibrada em que a tecnologia atue como uma verdadeira aliada no desempenho das atividades, e, dessa forma, minimizar os pontos negativos, fortalecendo as relações interpessoais e o diálogo entre os níveis hierárquicos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LOBOSCO, Antonio. MORAES, Marcela Barbosa de. TEIXEIRA, Viviane Louredo. **A influência das mídias sociais na estratégia de marketing das empresas**. 2013. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/7862/>. Acesso em: 10 jul. 2024

PEREIRA, Naraiane Leni. PISTORI, Débora Scardine da Silva. SOUZA, Fábio José de. **O uso das redes sociais para fins pessoais no Ambiente de Trabalho: uma pesquisa de opinião**. 2014. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/2014/34/2014_34_10140.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

CAPÍTULO 20

IMPACTO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Evaneide Dourado Martins

Especialista em Docência no Ensino Superior, Gestão Escolar, Planejamento e Avaliação, Educação a Distância pelo Centro Universitário INTA – UNINTA e Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri. Sobral – CE. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, BR
<http://lattes.cnpq.br/8234808360328601>

Antonio Nilson Gomes

Especialista em História do Brasil pela Faculdades INTA – UNINTA e Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral – CE. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, BR
<http://lattes.cnpq.br/1621185962587319>

Adriana Pinto Martins

Professora, mestra em Gestão e Saúde Coletiva pela UNICAMP, Especialização em Gestão e Saúde Coletiva. Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Especialização em Gestão escolar, supervisão e Coordenação Pedagógica. Especialização em Biologia, Especialização em Português e Literatura. Sobral - CE. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, BR
<http://lattes.cnpq.br/4630466189818295>

Josiane Lima Mendes

Doutoranda em Biotecnologia pela Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO, ponto focal Universidade Estadual do Ceará -UECE. Mestre em Biotecnologia pelo Centro Universitário UNINTA. Especialização em Farmácia Clínica, Prescrição Farmacêutica e Farmacologia, Graduada em Farmácia pelo Centro Universitário UNINTA. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, BR
<http://lattes.cnpq.br/5450660474130915>

Daniel Luís Madeira Carneiro

Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, Especialização em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior - Centro Universitário Inta - UNINTA, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Docência no Ensino Superior pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, BR
<http://lattes.cnpq.br/5449723269602685>

RESUMO: O objetivo deste artigo é explorar o impacto da tecnologia na educação, destacando tanto as oportunidades e benefícios quanto os desafios que surgem com sua integração nas práticas educacionais. Ao abordar esses aspectos, o artigo busca oferecer uma visão abrangente sobre como as tecnologias digitais podem transformar a forma como aprendemos e ensinamos, ao mesmo tempo, em que enfrentamos questões cruciais como acessibilidade, preparação dos educadores, segurança de dados e avaliação do impacto educacional. A conclusão enfatiza a necessidade de abordagens inovadoras e colaborativas para maximizar o potencial da tecnologia na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz para todos os estudantes. Os desafios da tecnologia na educação são variados e complexos, refletindo as rápidas mudanças no panorama educacional e tecnológico.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Educação. Impacto. Benefícios. Desafios.

THE IMPACT OF TECHNOLOGY ON EDUCATION: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

ABSTRACT: The objective of this article is to explore the impact of technology on education, highlighting both the opportunities and benefits, as well as the challenges that arise with its integration into educational practices. By addressing these aspects, the article seeks to provide a comprehensive view of how digital technologies can transform the way we learn and teach, while also confronting crucial issues such as accessibility, educator preparedness, data security, and the assessment of educational impact. The conclusion emphasizes the need for innovative and collaborative approaches to maximize the potential of technology in building a more inclusive and effective educational environment for all students. The challenges of technology in education are varied and complex, reflecting the rapid changes in the educational and technological landscape.

KEYWORDS: Technology. Education. Impact. Benefits. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia tem sido uma força transformadora em diversas áreas da sociedade, e a educação não é exceção. Com o advento da internet, dispositivos móveis e softwares educativos, as possibilidades de ensino e aprendizagem foram ampliadas significativamente. No entanto, a integração dessas tecnologias na educação também apresenta desafios que precisam ser superados para garantir uma aprendizagem informatizada e, ao mesmo tempo, a qualidade do ensino. Segundo Silva (2022, p. 45) “em um mundo cada vez mais digital, a tecnologia na educação não é mais uma opção, mas uma necessidade”.

Esta pesquisa tem o objetivo de explorar o impacto da tecnologia na educação, destacando tanto as oportunidades e benefícios quanto os desafios que surgem com sua integração nas práticas educacionais. Esta abordagem é justificada pela necessidade de compreender esses desafios e benefícios, a fim de orientar políticas educacionais e práticas pedagógicas que promovam uma educação de qualidade.

Ao investigar esses aspectos, pretende-se oferecer uma visão crítica e informada sobre as transformações que estão moldando o futuro da educação, bem como propor abordagens inovadoras e colaborativas que possam contribuir para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e eficiente para todos os estudantes.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa é exploratória e qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica que abrange a análise de estudiosos e artigos científicos disponíveis em meios eletrônicos. O estudo incluiu uma pesquisa bibliográfica baseada em referenciais teóricos, como obras e citações de autores como Freire (1996), Lévy (1999), Moran (2007), Silva (2020), Sá et al. (2023), Lira; Souza (2024), entre outros. A pesquisa bibliográfica foi conduzida através da coleta de materiais utilizando as bases de dados, bem como em livros, revistas e periódicos. Também foram considerados artigos e pesquisas mencionados nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

A revisão bibliográfica é fundamentada em uma análise de literatura sobre o uso da tecnologia na educação, identificando estudos anteriores, teorias relevantes e lacunas na pesquisa atual.

O impacto da tecnologia na educação aponta para duas variantes imediatas, apresentando tanto desafios quanto oportunidades. A relevância deste tema está em sua capacidade de moldar o futuro da educação, promovendo inclusão, inovação e preparação para o mercado de trabalho global. A sociedade deve se empenhar em maximizar os benefícios enquanto mitiga os desafios, garantindo que a tecnologia contribua positivamente para a educação de todos.

3. OS DESAFIOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

A integração da tecnologia no campo da educação tem sido um tema central nas discussões contemporâneas sobre o futuro da aprendizagem. Enquanto as tecnologias digitais prometem revolucionar o ensino e a aprendizagem, elas também apresentam uma série de desafios que precisam ser enfrentados para maximizar seu potencial transformador.

Medir o impacto real das tecnologias educacionais na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos continua sendo um desafio complexo. Avaliações rigorosas são necessárias para determinar quais tecnologias são mais eficazes, sob quais condições e para quais grupos de estudantes.

O uso de tecnologias no ensino contribui também com a expansão dos recursos disponíveis para os docentes, tanto materiais quanto metodológicos. Com a incorporação dessas tecnologias, os estudantes podem desenvolver autonomia, criatividade e interatividade por meio da investigação, experimentação e discussão de problemas reais relacionados ao conteúdo estudado. (Nascimento, 2016).

No entanto, para que o uso das tecnologias no ensino seja realmente bem-sucedido, é necessário integrá-las ao ambiente escolar, e não apenas aplicá-las diretamente em sala de aula. (Silva, 2008). Se faz preciso uma “alfabetização informática, uma alfabetização científica e uma alfabetização em comunicação para que essa integração ocorra” (Silva, 2008, p. 206).

A ação docente é crucial para a construção de uma aprendizagem significativa. Nesse contexto, torna-se necessário que os educadores elaborem, desenvolvam e avaliem novas práticas pedagógicas em sala de aula. É indispensável que o educador estabeleça uma nova relação com o conhecimento, superando os limites da linearidade dos materiais instrucionais tradicionais. (Sá; Loa; Silva; Bastos, 2023).

O papel da tecnologia na educação é um tema amplamente debatido na atualidade. Sua presença cada vez mais significativa nas salas de aula levanta questões fundamentais sobre os benefícios e desafios dessa integração. Vamos explorar esses dois aspectos em detalhes, começando pelos desafios.

Adentrando o campo da tecnologia na educação, enfrentamos desafios complexos que demandam atenção cuidadosa. Um dos desafios mais urgentes é garantir o acesso igualitário à tecnologia e aos recursos digitais. Disparidades socioeconômicas limitam o acesso à infraestrutura digital adequada em muitas comunidades, criando uma lacuna digital que aprofunda as desigualdades educacionais. Além disso, a dependência tecnológica é um desafio importante, pois o uso excessivo da tecnologia pode resultar em um aprendizado superficial e na redução do desenvolvimento de habilidades analíticas e críticas. Portanto, é essencial uma integração equilibrada e consciente da tecnologia para evitar a criação de uma geração de estudantes dependentes de dispositivos. (Sá; et al., 2023).

Para enfrentar esses desafios, é fundamental adotar estratégias eficazes. No entanto, promover a igualdade de acesso exige investimentos em infraestrutura e programas de inclusão digital. Garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem, classe social e econômica, tenham acesso às oportunidades proporcionadas pela tecnologia, é um desafio a ser superado para construir uma educação verdadeiramente justa. (Sá; et al., 2023).

O uso excessivo de tecnologia na educação pode levar à dependência e distração dos estudantes. A integração equilibrada de ferramentas digitais requer estratégias pedagógicas cuidadosamente planejadas para minimizar distrações e maximizar o engajamento dos alunos no aprendizado significativo.

Embora o uso da tecnologia na educação tenha se tornado cada vez mais difundido e ofereça muitos benefícios, há também argumentos válidos contra seu uso excessivo ou indiscriminado nas salas de aula. Um dos principais pontos negativos é a preocupação com os efeitos adversos no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dos alunos. O uso excessivo de dispositivos digitais pode resultar em isolamento social e na falta de interação presencial, o que é fundamental para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, colaboração e resolução de problemas (Silva, Teixeira, 2020).

Além disso, uma dependência excessiva em ferramentas digitais pode ser gerada pelo uso da tecnologia na educação, tornando os alunos menos aptos a pensar criticamente e a resolver problemas de forma independente. Com o fácil acesso às respostas e informações na *internet*, a motivação para buscar conhecimento de maneira ativa e para desenvolver habilidades de pensamento crítico pode ser perdida pelos alunos. (Silva, Teixeira, 2020).

A introdução da tecnologia na educação é acompanhada por uma série de desafios, mas também são proporcionadas oportunidades significativas para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se o desafio de garantir que o acesso equitativo à tecnologia e aos recursos digitais seja garantido, especialmente em regiões ou comunidades desfavorecidas. (Thomaz, 2020).

Para enfrentar esse desafio, um esforço conjunto entre governos, instituições educacionais e empresas é necessário para garantir o acesso equitativo à tecnologia. Isso pode incluir subsídios para famílias de baixa renda, investimentos em infraestrutura de *internet* em áreas carentes e programas de empréstimo de dispositivos para estudantes. Além disso, é essencial que as escolas assegurem o uso inclusivo dos recursos tecnológicos, oferecendo suporte adicional para alunos com necessidades especiais ou dificuldades de acesso. Resolver essa questão requer *internet* de alta velocidade, dispositivos tecnológicos adequados e programas de inclusão digital, pois são essenciais para garantir oportunidades iguais aos alunos na educação. (Tomaz, 2020).

Outro desafio é capacitar os educadores para integrar eficazmente a tecnologia em suas práticas pedagógicas. Isso requer não apenas treinamento em ferramentas e recursos digitais, mas também desenvolvimento profissional contínuo para garantir que os educadores possam adaptar suas abordagens de ensino à medida que novas tecnologias emergem e evoluem. Além disso, é crucial incentivar uma cultura de inovação e experimentação nas escolas, onde os educadores se sintam encorajados a explorar novas abordagens e recursos tecnológicos em suas salas de aula. (Lira; Souza, 2024, p. 4).

A segurança e privacidade dos dados são preocupações cruciais na integração da tecnologia na educação. Instituições educacionais devem implementar políticas potentes para proteger as informações pessoais dos alunos e garantir a conformidade com regulamentações como o GDPR na União Europeia. Medidas podem incluir ferramentas de segurança cibernética, criptografia de dados e educação sobre segurança digital para alunos e educadores (Santos, 2020).

A coleta e o uso de dados pessoais dos alunos por plataformas educacionais levantam preocupações significativas sobre privacidade e segurança. Proteger informações sensíveis contra violações de dados e garantir conformidade com regulamentos de privacidade são desafios cruciais que as instituições educacionais devem enfrentar ao adotar tecnologias digitais.

É essencial também garantir a qualidade do conteúdo digital disponível para educadores e alunos. Nem todos os recursos digitais são iguais, por isso, é fundamental que os materiais sejam precisos, relevantes e alinhados aos padrões curriculares. Isso pode envolver a criação de diretórios de recursos de alta qualidade, o desenvolvimento de plataformas de aprendizagem avaliadas e a colaboração com editores e desenvolvedores para atender às necessidades educacionais (Lira, Souza, 2024).

A constante evolução tecnológica pode ser um desafio para escolas e educadores, que precisam acompanhar as últimas tendências. Resolver isso exige um compromisso

contínuo com o desenvolvimento profissional e a educação continuada, além de colaboração entre colegas. Estabelecer parcerias com empresas de tecnologia e organizações educacionais pode fornecer suporte técnico e acesso a recursos atualizados, facilitando a adaptação às novas tecnologias (Mattar; Loureiro; Rodrigues, 2020).

Outro desafio é garantir que a tecnologia seja inclusiva e acessível a todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. A implementação de ferramentas de acessibilidade, como *software* de leitura de tela, legendas e recursos de texto alternativo, além da adaptação de materiais educacionais para atender às necessidades individuais dos alunos, pode ser exigida. (Lira, Souza, 2024).

O acesso ampliado e a inclusão são uma das maiores promessas da tecnologia na educação, pois proporciona a capacidade de ampliar o acesso ao conhecimento. Plataformas *online*, cursos à distância e recursos digitais permitem que estudantes de todo o mundo tenham acesso a conteúdos educacionais de alta qualidade, independentemente de sua localização geográfica. Isso não apenas democratiza a educação, mas também promove a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como estudantes com necessidades especiais ou em áreas rurais.

A integração eficaz da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem, complementando e aprimorando a instrução tradicional em vez de substituí-la, é um desafio adicional. Dificuldades para incorporar tecnologias em práticas pedagógicas são frequentemente enfrentadas pelos educadores devido à falta de treinamento adequado, tempo e suporte institucional (Lira, Souza, 2024).

Os impactos dos avanços tecnológicos nas instituições de ensino têm exigido mudanças constantes na maneira de educar. Essas mudanças superam a estabilidade de um sistema educativo social conservador, estático e tradicional, transformando-o em um sistema educativo enérgico e flexível.

A integração eficaz da tecnologia na sala de aula requer professores capacitados e confiantes em seu uso. No entanto, muitos educadores enfrentam desafios na adaptação às novas ferramentas e métodos pedagógicos digitais. A falta de treinamento adequado pode limitar o potencial da tecnologia para melhorar a aprendizagem e resultar em resistência à mudança entre os professores.

Para enfrentar esse desafio, é essencial oferecer formação contínua aos educadores, abrangendo tanto o uso técnico de ferramentas digitais quanto a criação de atividades pedagógicas envolventes. As instituições educacionais devem fomentar uma cultura de inovação, estimulando os educadores a experimentar novas abordagens tecnológicas (Silva, Teixeira, 2020).

A tecnologia, embora não seja uma solução mágica para os desafios educacionais, pode melhorar significativamente o ensino e a aprendizagem quando usada de forma eficaz e intencional. Para uma implementação bem-sucedida, é essencial manter o compromisso com a formação continuada dos educadores, garantir os direitos dos alunos e adotar uma

abordagem centrada no aluno que valorize o engajamento, a equidade e a excelência educacional. (Santos, 2020).

Os desafios da tecnologia na educação podem ser superados com uma abordagem colaborativa que inclua investimentos em infraestrutura, formação de educadores, proteção de dados e garantia da qualidade do conteúdo digital. Enfrentando esses desafios de forma proativa e focada no aluno, podemos maximizar o potencial da tecnologia na educação e preparar os alunos para um futuro cada vez mais digital.

4. OS BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Superados os desafios, analisaremos a seguir os benefícios que podem ser obtidos a partir da implementação dos recursos tecnológicos na educação. Discutimos, neste artigo, sobre o impacto tecnológico que a crescente implementação de dispositivos informatizados causa na forma de produção e difusão do ensino; destacando, nesta parte da pesquisa, os benefícios gerados pela tecnologia para a educação. Entretanto, indicando certa incompatibilidade, no que se refere ao termo: “impacto da tecnologia” sobre um segmento da sociedade, ressaltando-se nesse caso a educação, Pierre Lévy escreve que:

A tecnologia seria algo comparável a um projétil (pedra, obus, míssil?) e a cultura ou a sociedade a um alvo vivo... [...] As técnicas viriam de outro planeta, do mundo das máquinas, frio, sem emoção, estranho a toda significação e qualquer valor humano...? [...]. Parece-me, pelo contrário, que não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante o seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade como tal (junto com a linguagem e as instituições complexas). Lévy (p. 21, 1999).

Evidentemente, Lévy (1999), não está se referindo a mera questão de estilística e estética da linguagem, mas à percepção que coloca a tecnologia em estado de estranheza, no que se refere à relação tecnologia-sociedade, chamando atenção para a necessidade de atentarmos para o inevitável: uma sociedade tecnológica, e não mais para uma sociedade impactada pela tecnologia. É neste sentido que discutimos, neste artigo, os benefícios da tecnologia para a educação, destacando a inevitável simbiose entre ambas, sem, contudo, abdicar do controle educacional sobre a tecnologia, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma educação tecnológica humanizada.

Dentre os benefícios que a tecnologia proporciona ao processo de ensino-aprendizagem, destacamos, nesta pesquisa, a personalização do aprendizado, que se refere à adaptação do processo educacional para atender às necessidades, preferências e ritmos individuais dos alunos. A tecnologia tem desempenhado um papel fundamental nessa transformação, oferecendo várias ferramentas e metodologias para alcançar essa personalização.

Escolas não conectadas são escolas incompletas (mesmo quando didaticamente avançadas). Alunos sem acesso contínuo às redes digitais

estão excluídos de uma parte importante da aprendizagem atual: do acesso à informação variada e disponível on-line, da pesquisa rápida em banco de dados, bibliotecas digitais, portais educacionais; da participação em comunidades de interesse, nos debates e publicações on-line, enfim, da variada oferta dos serviços digitais. (Moran, 2007, p. 9)

A personalização do ensino vai além das ferramentas auxiliares mencionadas por Moran (2007), o que pode ser verificado através das plataformas de aprendizado adaptativo, que utilizam algoritmos e inteligência artificial para ajustar o conteúdo e o ritmo do ensino com base nas respostas e no progresso dos alunos. Esses sistemas identificam as áreas em que os alunos têm dificuldades e fornecem exercícios específicos para reforçar esses pontos. Um exemplo notável é o *Khan Academy*, que utiliza dados de desempenho dos alunos para personalizar as lições e os exercícios.

Outro aspecto notável da tecnologia que gera benefícios para a educação é a inteligência artificial, que pode fornecer *feedback* imediato e suporte personalizado. Por exemplo, tutores virtuais como o *Watson Tutor* da IBM analisam o desempenho dos alunos e oferecem sugestões de melhoria, além de responder a perguntas e fornecer explicações adicionais sobre o conteúdo. Esses tutores virtuais podem adaptar o nível de dificuldade e o tipo de conteúdo com base no desempenho individual do aluno.

Diante das rápidas mudanças provocadas pelo desenvolvimento constante de novas tecnologias, resultantes do conhecimento acumulado ao longo do tempo, os professores são desafiados a adaptar-se a um novo momento, no que diz respeito ao seu campo de trabalho. Nesse contexto, ferramentas de análise de dados educacionais permitem que professores monitorem o progresso dos alunos em tempo real. Essas ferramentas coletam e analisam dados sobre o desempenho dos alunos em avaliações, participação em atividades e uso de recursos educacionais. Com essas informações, os professores podem identificar rapidamente os alunos que precisam de ajuda adicional e adaptar suas estratégias de ensino para melhor atender às necessidades individuais.

Contudo, o processo de implementação de tecnologias educacionais não é tão simples, requer planejamento e avaliação, pois essas são etapas fundamentais para garantir a integração eficiente da tecnologia no currículo escolar. Esta fase inicial estabelece a base para todas as ações subsequentes e assegura que a implementação tecnológica seja alinhada com os objetivos educacionais da instituição.

Para Moran (2007), com a educação *online*, o avanço da *internet* e das tecnologias móveis, tornaram-se viáveis todas as possibilidades de cursos, desde os ofertados por meio de mídias audiovisuais até aqueles promovidos ao vivo. É neste contexto que emerge a figura do professor como curador, aquele que, em consonância com os objetivos institucionais, avaliará e indicará o tipo de mídia e ferramentas apropriadas para seu contexto, além de planejar a implementação de novas tecnologias na sua prática pedagógica. Escolher tecnologias que sejam intuitivas, acessíveis e alinhadas com os objetivos educacionais.

É importante considerar a compatibilidade com os sistemas existentes e a facilidade de integração.

O envolvimento dos alunos é um fator crucial para o sucesso da integração tecnológica no currículo escolar. Quando os alunos estão ativamente engajados no processo de aprendizado, eles se tornam mais motivados e absorvem melhor os conteúdos. Considerando a proposta pedagógica de Paulo Freire (1996), na qual ele propõe a substituição do conceito de ruptura pelo conceito de superação, onde o conhecimento prévio do aluno é submetido ao “procedimento metodológico rigoroso”, mediante o processo em que a “curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, se critica”, o aprendizado parte da experiência do aluno que é transformada e se torna conhecimento, sem deixar de ser experiência. Neste sentido, considerando-se uma geração que emerge de um tempo em que as inovações tecnológicas avançam rapidamente, é inevitável que as tecnologias, como elemento da experiência do aluno, sejam adaptadas ao propósito educacional. Sendo assim, pontuamos aqui alguns exemplos de estratégias para promover o envolvimento dos alunos através da tecnologia.

Uma das ferramentas que auxilia na aprendizagem ativa é a gamificação, que utiliza elementos de jogos, como pontos, badges e tabelas de classificação, para tornar o aprendizado mais envolvente. Plataformas como *Kahoot!* e *Classcraft* permitem que os professores criem *quizzes* e desafios que incentivam a competição saudável e o engajamento.

A realidade aumentada e virtual com tecnologias de RA e RV proporcionam experiências de aprendizado imersivas que podem transformar tópicos abstratos em experiências visuais e interativas. Por exemplo, alunos podem explorar o corpo humano em 3D ou visitar locais históricos virtualmente, tornando o aprendizado mais concreto e memorável.

O aprendizado baseado em Projetos (PBL) envolve os alunos em projetos complexos e de longo prazo que exigem pesquisa, colaboração e resolução de problemas. Ferramentas tecnológicas, como *Google Workspace*, *Microsoft Teams* e *Trello*, facilitam a gestão de projetos e a colaboração entre alunos, permitindo que trabalhem juntos mesmo fora da sala de aula.

Ferramentas como *Socrative* e *Formative* permitem que os professores realizem avaliações formativas em tempo real. Os alunos recebem *feedback* imediato sobre seu desempenho, o que os ajuda a identificar áreas de melhoria e a ajustar suas estratégias de aprendizado. Plataformas LMS, como *Moodle* e *Canvas*, denominadas como sistema de gestão de aprendizado, oferecem funcionalidades para avaliações contínuas, autoavaliações e *feedback* personalizado. Os professores podem criar *quizzes*, discussões *online* e tarefas, monitorando o progresso dos alunos e oferecendo suporte conforme necessário. Portfólios digitais, como *Seesaw* e *Google Sites*, permitem que os alunos documentem e compartilhem seu trabalho ao longo do tempo. Isso não apenas facilita a

reflexão sobre o aprendizado, mas também permite que professores e pais acompanhem o progresso e ofereçam *feedback* construtivo.

Assim, a integração da tecnologia na educação, quando bem planejada e executada, pode transformar o ambiente de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, personalizado e eficiente. O sucesso depende de uma abordagem holística que envolva a todos no processo de ensino-aprendizagem, garantindo que a tecnologia seja uma aliada poderosa no processo educacional.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos benefícios e desafios da tecnologia na educação revela que, embora existam barreiras significativas, as vantagens são inegáveis. Assim, para maximizar os benefícios, é essencial adotar políticas inclusivas que garantam o acesso equitativo às tecnologias e investir na formação continuada dos professores. Além disso, a implementação de estratégias pedagógicas que integrem as tecnologias de maneira equilibrada pode ajudar a mitigar os riscos de dependência e distração.

A integração da tecnologia na educação oferece vários benefícios significativos, incluindo maior acesso à informação, aprendizagem personalizada, desenvolvimento de habilidades tecnológicas, maior interatividade e engajamento, além de promover a colaboração global. Ferramentas como plataformas educacionais digitais e recursos multimídia tornam o aprendizado mais dinâmico e adaptado às necessidades individuais dos alunos, preparando-os melhor para o mercado de trabalho digital.

No entanto, essa integração também apresenta desafios. A desigualdade no acesso à tecnologia, a dependência excessiva de dispositivos, questões de privacidade e segurança dos dados, a necessidade de capacitação continuada dos educadores e a garantia da qualidade do conteúdo digital são problemas que precisam ser enfrentados. Estratégias para superá-los incluem investimentos em infraestrutura, políticas fortes de segurança e um planejamento cuidadoso na escolha das tecnologias.

Uma integração bem-sucedida da tecnologia na educação pode transformar o ambiente de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, personalizado e eficiente, aproximando a aprendizagem da realidade do aluno.

Os estudos futuros devem focar em desenvolver abordagens inovadoras para superar as desigualdades no acesso e em avaliar os impactos, a longo prazo, das tecnologias no desempenho acadêmico e no desenvolvimento socioemocional dos alunos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, pode-se concluir que a integração eficiente da tecnologia no currículo escolar exige uma abordagem cuidadosa e estratégica, abrangendo avaliação e planejamento, capacitação dos professores, seleção e implementação de tecnologias

adequadas e envolvimento ativo dos alunos. A avaliação das necessidades de alunos, professores e da instituição é o ponto de partida, permitindo a identificação de tecnologias que melhor atendam aos objetivos educacionais. O planejamento estratégico, com objetivos claros e métricas de sucesso, garante que a implementação seja alinhada e adaptável às mudanças tecnológicas.

Dessa forma, conclui-se que capacitar os professores é essencial para que se sintam confiantes e competentes no uso das novas ferramentas. A formação continuada e o estabelecimento de comunidades de prática incentivam a troca de experiências e a colaboração, potencializando o uso efetivo das tecnologias. Além disso, a seleção criteriosa de novas tecnologias deve considerar a usabilidade, compatibilidade e impacto educacional, enquanto programas pilotos ajudam a ajustar as ferramentas antes da adoção em larga escala.

Apesar dos desafios, a integração bem-sucedida da tecnologia na educação tem o potencial de transformar o ensino e a aprendizagem, tornando-os mais acessíveis, personalizados e eficazes. Abordar esses desafios de maneira proativa e colaborativa é essencial para maximizar os benefícios da tecnologia no ambiente educacional.

É inegável que tecnologia tem um potencial significativo para transformar a educação, proporcionando inúmeros benefícios como o acesso à informação, personalização do ensino, maior engajamento e facilitação da colaboração. No entanto, também apresenta desafios importantes, como a desigualdade de acesso, necessidade de capacitação dos professores, risco de dependência excessiva e questões de privacidade e segurança. Para maximizar os benefícios e minimizar os desafios, é crucial que políticas educacionais sejam desenvolvidas e implementadas de forma a promover um uso equilibrado e inclusivo da tecnologia na educação.

As tecnologias têm o potencial de revolucionar a educação, promovendo um aprendizado mais acessível, personalizado e envolvente. No entanto, é fundamental abordar os desafios de forma estratégica e colaborativa, garantindo que todos os alunos e professores possam se beneficiar plenamente das oportunidades que as tecnologias oferecem. Com um enfoque equilibrado e inclusivo, as tecnologias podem se tornar uma poderosa aliada na promoção de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: ed. 34, 1999.

LIRA, Ana Beatriz de Sousa; SOUZA, Iarasmin Vaz de. **A importância da tecnologia na educação:** Desafios e oportunidades. Anais do V Seven International Multidisciplinary Congress, Faculdade Luciano Feijão, Ceará, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/anais7/article/view/3846>. Acesso em: 27 set. 2024.

MATTAR, João; LOUREIRO, Ana; RODRIGUES, Elsa. Educação online em tempos de pandemia desafios e oportunidades para professores e alunos. **Revista interacções**, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/22001-Texto%20do%20Trabalho-85555-1-10-20201230.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

NASCIMENTO, J. F. T. F. **A Utilização da plataforma Arduino na realização de trabalho experimental em aulas de Ciências Naturais**. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Didática das Ciências da Natureza e da Matemática). Instituto Politécnico do Porto, Porto. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/1136>. Acesso em: 27 set. 2024.

SÁ, Sonalia Vitoria Lourenço de; et al. **O papel da tecnologia na educação: benefícios e desafios**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/101089>. Acesso em: 27 set. 2024.

SANTOS, Vanide Alves; et al. **O uso das ferramentas digitais no ensino remoto acadêmico: desafios e oportunidades na perspectiva docente**. VII congresso nacional de educação, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA19_ID3875_31082020225021.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

SILVA, B. D. **A tecnologia é uma estratégia**. Tecnologias de Educação: ensinando e aprendendo com a TIC. Brasília: Ministério de Educação à Distância, 2008.

SILVA, Chayene Cristina Santos Carvalho; TEIXEIRA, Cenidalva Miranda de Sousa. **O uso das tecnologias na educação: os desafios frente à pandemia da COVID-19**. Brazilian Journal of Development, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/admin,+BJD++452.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

SILVA, L. O. A formação do professor da educação básica para o uso da tecnologia: a complexidade da prática. In: BRAGA, Júnia de Carvalho Fidelis. (Org.). **Integrando tecnologias no ensino de Inglês nos anos finais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Edições SM, 22-39, 2012.

SILVA, J. A. **Tecnologia na educação: Desafios e oportunidades**. Editora Educação Moderna, 2022.

TOMAZ, José Batista Cisne. Educação na saúde em tempos de pandemia: desafios e oportunidades. **Revista Científica Cadernos ESP**, 2020. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/510/243>.

CAPÍTULO 21

TRAJETÓRIAS DE MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA DOCÊNCIA: UM ESTADO DA ARTE

Maria Aparecida Alves da Costa

Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Doutora e mestra em Educação pelo PPGE-UECE. Integrante do Grupo Práticas Educativas Memórias e Oralidades. Instituto Federal de Educação Ciência e tecnologia do Ceará – IFCE, Fortaleza-CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3305904539863361>
<https://orcid.org/0000-0001-5213-4869>

Francinalda Machado Stascxak

Professora da rede municipal de ensino de Fortaleza. Mestra e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Integrante do Grupo Práticas Educativas Memórias e Oralidades. Universidade Estadual do Ceará
<http://lattes.cnpq.br/593171002518351>
<https://orcid.org/0000-0001-6152-4295>

Juliana Silva Santana

Professora da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Universidade Estadual do Ceará – UECE – Fortaleza - CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7218143551127362>
<https://orcid.org/0000-0002-5234-4521>

Mar Silva

Das línguas e linguagens. Dos afetos e afetamentos. Dos encantos e feitiços. Das magias da palavra. Das não binariedades.

Mar, Maré Braba, Anansi Owere. Poeta, escritora, pedagoga, linguista, amante e amada. Integrante-coordenadora afetiva do Coletivo Mapinduzi. Minhas escrevivências são muitas. Minhas águas INdisciplinadas desaguam em diferentes áreas do conhecimento, percorrendo as encruzadas gênero-raça-infâncias-docências masculinas-linguagem-educação.

Atualmente, estou num processo de encantamento ao lado das minhas crianças bem pequenas. Vivo ao máximo, sou a poesia que faço.

Prefeitura Municipal de Fortaleza
<http://lattes.cnpq.br/1489832295920561>
<https://orcid.org/0000-0002-3463-5034>

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UECE); Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Professora do Centro Universitário Inta – Uninta. Membro do grupo de Pesquisa: Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6377103436374712>
<https://orcid.org/0000-0002-6219-7182>

RESUMO: Este artigo reflete sobre travestilidade e educação através de um estudo bibliográfico, um Estado da Arte, que objetivou mapear pesquisas científicas que abordam a docência de pessoas travestis. Desdobra-se da tese de uma das autoras e soma-se aos estudos de gênero e sexualidade em defesa da educação inclusiva e dissidente, engajada com os propósitos de uma sociedade equânime e diversa. Como procedimento metodológico, fizemos a busca em três bases de dados, a saber: o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os seguintes descritores: “professoras travestis”, “travestis na educação” e “docentes travestis”. Os principais achados deste estudo apontam as várias lacunas nas pesquisas educacionais no que tange à incipiente de investigações sobre docência de pessoas travestis e transsexuais na literatura científica e acadêmica. O que se destaca desse resultado é a necessidade de pesquisas que se debrucem sobre o assunto, levando em consideração diferentes perspectivas e pontos de vista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Estado da Arte. Travestilidade. Professoras travestis.

TRAJECTORIES OF TRANSVESTITE AND TRANSSEXUAL WOMEN IN TEACHING

ABSTRACT: This article reflects on transvestitism and education through a bibliographical study, a State of the Art, which aimed to map scientific research that addresses the teaching of transvestites. It builds on the thesis of one of the authors and adds to gender and sexuality studies in defense of inclusive and dissident education, engaged with the purposes of an equitable and diverse society. As a methodological procedure, we searched three databases: the Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the Capes Catalog of Theses and Dissertations, using the following descriptors: “transvestite teachers”, “transvestites in education” and “transvestite teachers”. The main findings of this study point to the various gaps in educational research with regard to the incipience of investigations into the teaching of transvestites and transsexuals in the scientific and academic literature. What stands out from this result is the need for further research on the subject, taking into account different perspectives and points of view.

KEYWORDS: Education. State of the Art. Transvestism. Transvestite teachers.

1. INTRODUÇÃO

Não somos iguais, somos diferentes e, na teia de lugares sociais que ocupamos, temos acessos completamente distintos aos direitos humanos.

(NASCIMENTO, 2020, p. 03).

É crescente e urgente a defesa por uma educação inclusiva, para a diversidade, amorosa, engajada - perspectivas educacionais que se pautam nos direitos humanos, na valorização das diferenças, na democratização do ensino e das aprendizagens e no

atendimento aos grupos historicamente subalternizados. Em resumo, o excerto utilizado como epígrafe retirado do texto produzido por Letícia Carolina, escrito durante o período de isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, fez-nos lembrar que a desigualdade não é somente uma questão de diferenças individuais, mas também de como essas diferenças são sistematicamente abordadas e tratadas pela sociedade para com uma coletividade específica. Em teoria, todos têm os mesmos direitos humanos, contudo, na prática, as reais condições sociais e econômicas podem criar disparidades significativas na operacionalização desses direitos.

A partir desse mote e com a finalidade de discutir sobre tal temática, este artigo soma-se às demais produções acadêmicas, bem como aos movimentos sociais, no sentido de apoiar e fortalecer as discussões e problematizações sobre travestilidades e educação, sendo as identidades não binárias ainda fortemente invisibilizadas e marginalizadas socialmente, ao mesmo tempo em que se mostram resistentes, insurgentes e dissidentes, rompendo com as lógicas da heteronormatividade, do patriarcado, da cisgeneridade, dentre tantas outras que impõem padrões à humanidade, naturalmente diversa.

O texto em tela é do tipo Estado da Arte, ou seja, um achado de pesquisas sobre travestis na educação, suas histórias na docência e na vida, interseccionalmente articuladas. As buscas das pesquisas foram realizadas em três bases de dados e, além disso, transbordam da tese de uma das autoras deste estudo¹ que biografou a professora Letícia Carolina Pereira do Nascimento - uma referência em estudos transfeministas - com ênfase em sua trajetória formativa e docente.

Com o intuito de atribuir melhor fluência leitora, este artigo está organizado em quatro seções, sendo esta introdução, seguida da metodologia da pesquisa, da apresentação dos resultados e das discussões sobre as pesquisas encontradas e a apresentação das considerações finais.

2. METODOLOGIA

Este estudo possui uma característica pertinente aos estudos que a abordagem quantitativa não contempla, que é a subjetividade. De acordo com Flick (2009, p. 61) “Isso acontece pelo fato de a pesquisa qualitativa estar intimamente ligada à ideia da descoberta de novos campos e da exploração de áreas que são novas ao mundo da ciência e da pesquisa”, o que faz deste Estado da Arte uma forma de corroborar com tal assertiva.

É salutar, portanto, enfatizar que a pesquisa bibliográfica do tipo Estado da Arte é uma abordagem utilizada para mapear e analisar o conhecimento atual sobre determinado tema, área do conhecimento ou de estudo. Conforme as observações de Romanowski e Ens (2006, p. 39), os estudos do tipo Estado da Arte

¹ Tese “Educação e docência da travesti Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2007-2018) de Maria Aparecida Alves da Costa. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=109654>

podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Assim, as buscas realizadas a partir dessas perspectivas, possibilitaram a identificação e a síntese das principais discussões, debates e tendências na literatura acadêmica relacionada ao escopo da temática em tela, aqui tomada como objeto de estudo. Neste caso, foi essencial a realização desse processo a fim de compreendermos como se encontra a produção que trata das travestilidades e da educação, para nos apropriarmos da discussão existente, bem como para expandir o nosso conhecimento acadêmico dentro do contexto já publicizado.

A pesquisa foi realizada a partir da busca materializada em três importantes bases de dados, a saber: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações no período que compreende os meses de abril a junho de 2021.

A partir da temática “travestis na educação”, foi possível elencarmos alguns descritores individuais como: “professoras travestis”, “travestis na educação” e “docentes travestis” utilizados em todas as plataformas de busca sem, contudo, aplicar nenhum tipo de filtro pelo fato de esta ação limitar sobremaneira os resultados.

Em todos os portais de busca acessados para a materialização deste Estudo da Arte, aplicamos os mesmos descritores individuais. Assim, a busca foi realizada no campo assunto e sem a utilização de filtros, uma vez que, por esta ser uma temática pouco discutida, quando são aplicados os filtros, os resultados pouco aparecem ou zeram. Das três bases consultadas, encontramos um resultado de onze pesquisas que contribuem para a temática aqui discutida. Dentre elas, três são teses de doutorado, três são dissertações de mestrado e cinco são artigos publicados em periódicos científicos nacionais.

Depois de realizadas as etapas de busca, leitura e seleção, os onze trabalhos eleitos para integrar este EA encontram-se dispostos nos quadros que seguem. O Quadro 1 apresenta as dissertações e as teses e, assim, ressalta o título das pesquisas, o tipo, o ano, a autoria e as respectivas instituições onde foram defendidas. Já o Quadro 2 apresenta os artigos selecionados, em que traz o título da pesquisa, o ano, a autoria e o periódico no qual se encontram publicizados.

No tópico a seguir, serão apresentados e discutidos os achados desse processo de busca, que mostra o quanto essa temática encontra-se negligenciada pela academia e, concomitantemente, pela sociedade como um todo, pois deixa de trazer à tona múltiplos debates nos mais diversos espaços de interação entre envolvidos, interessados e sensibilizados com a temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa, apresentamos as principais discussões tecidas pelos autores dos trabalhos selecionados, bem como suas contribuições para a produção do conhecimento no campo da educação imbricada à travestilidade e suas múltiplas especificidades. Nessa perspectiva, importa mencionar que, perante os estudos elencados neste Estado da Arte, foi possível descortinar que a temática da docência de professoras travestis e transexuais ainda se encontra em estágio incipiente, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na BDTD

Título da pesquisa	Tipo/Ano	Autoria	Instituição
A pedagogia do salto alto: história de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira	Dissertação 2013	REIDEL	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero	Dissertação 2009	FRANCO	Universidade Federal de Uberlândia
A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais e contemporâneas.	Tese 2012	TORRES	Universidade Federal de Minas Gerais
Professoras Trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar.	Tese 2014	FRANCO	Universidade Federal de Uberlândia
Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar.	Dissertação 2015	SANTOS	Universidade do Sul de Santa Catarina
Docências trans*: entre a decência e a abjeção.	Tese 2017	SANTOS	Universidade Federal do Paraná

Fonte: Elaboração própria (2021).

No que diz respeito aos trabalhos encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, são pesquisas realizadas entre os anos de 2009 e 2017 em universidades federais de duas regiões brasileiras, sendo a região Sudeste com uma pesquisa na Universidade Federal de Minas Gerais e duas pesquisas na Universidade Federal de Uberlândia, estas do mesmo autor, ou seja, Neil Franco (2009 e 2014). Já na região Sul, existe uma pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande Sul, uma na Universidade Federal do Paraná e outra na Universidade Federal de Santa Catarina.

É importante destacar também que cinco dessas pesquisas são realizadas em Programas de Pós-Graduação em Educação e apenas uma, a tese, “*A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas*” foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como resultados, as buscas no Portal de Periódicos da Capes e na SciELO com os descritores já mencionados, foi considerado um quantitativo de cinco trabalhos, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Pesquisas encontradas no Portal de Periódicos da Capes e na SciELO

Título da pesquisa	Ano	Autoria	Periódico
Professoras Travestis e Transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto	2015	SEFFNER; REIDEL	Curriculum sem Fronteira
Professoras <i>Trans</i> Brasileiras em seu processo de escolarização	2015	FRANCO; CICILLINI	Estudos Feministas
Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders	2014	TORRES; PRADO	Educação & Realidade
Mulheres, Travestis e Transexuais: interseções de gênero e políticas públicas	2018	MOREIRA <i>et al.</i>	Fractal: Revista de Psicologia
Educação Básica e o acesso de Transexuais e Travestis à educação superior	2020	LIMA	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

Fonte: Elaboração própria (2024).

No tocante às pesquisas encontradas no Portal de Periódicos da Capes, e na SciELO, cinco delas foram publicadas entre 2014 e 2020 e evidenciou que três desses artigos são resultados de Pesquisas de Pós-Graduação que encontramos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, quais sejam: “Professoras Travestis e Transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto” (Sfenner; Reidel, 2015), “Professoras *Trans* Brasileiras em seu processo de escolarização” (Franco; Cicillini, 2015), “Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders” (Torres; Prado, 2014). Os outros dois artigos são mais recentes, um de 2018 e outro de 2020 e que, igualmente às pesquisas citadas, tratam da docência de professoras travestis e transexuais.

Diante dessa busca, importa destacar, nesse momento, a relevância do levantamento feito nas bases de dados que destacamos anteriormente, em que percebemos a incipienteza dos estudos voltados para mulheres travestis no cenário educativo brasileiro como docentes. A busca evidencia diversas lacunas em relação às pesquisas na área da educação. Dentre essas lacunas, destacamos a baixa produção de estudos sobre a travestilidade nas pesquisas científicas e acadêmicas. Os poucos resultados e, consequentemente, os poucos achados anunciam essa incipienteza de pesquisas nesse campo.

Percebemos, diante das pesquisas encontradas que, em sua maioria, trazem como procedimentos de coleta de dados entrevistas livres e semiestruturadas, nas quais os autores entraram em contato direto com as investigadas: mulheres travestis e transexuais. Notamos ainda, por intermédio de suas histórias de vida, que elas sofrem diversos tipos de preconceito e violência não só no meio social, mas também no seio familiar decorrentes das inúmeras estruturas de opressão que se interseccionam e que são mantidas pelo ideal de

normatividade, este que é, necessariamente desumano, visto que a diferença (e, portanto, a diversidade) são inherentemente características humanas.

Constata-se ainda que elas, jovens travestis e transexuais não encontram no ambiente escolar um espaço seguro e de acolhimento, onde possam vivenciar suas identidades em contexto aos conteúdos curriculares. A ausência de representatividade e as constantes situações de violência de gênero experienciadas dentro das escolas e das salas de aula - por professores(as), funcionários(as) e “colegas” de classe, reverberam sobremaneira no desenvolvimento pessoal, psicológico, social e escolar, forçando-as a desistir de frequentar a escola ainda na adolescência.

É importante destacar também que essas mulheres travestis e/ou transexuais que conseguem acesso à escola, nem sempre adquirem a permanência nesse ambiente, pois o preconceito ali vivido, às vezes, tanto da parte do corpo discente quanto docente, ocasiona um alto nível de evasão escolar não só para as jovens/mulheres trans, mas para todos os sujeitos integrantes da sigla LGBT (Franco; Cicillini, 2015).

Ponderamos, ainda, que não se trata, necessariamente, de evasão em decorrência de dificuldades na aprendizagem das estudantes, mas da criação e perpetuação de situações escolares que as colocam em situação de dificuldades para ali permanecerem. Esse movimento cruel não valoriza as múltiplas linguagens, os diversos contextos e cotidianos, as diferentes formas de expressão, tampouco, as múltiplas formas de existir.

Desdobra-se dessas condições, desde muito cedo, precarizadas, o fato de que algumas dessas mulheres sujeitam-se a encontrar diversos tipos de trabalhos e, por serem rejeitadas por serem quem e como são, o mercado de trabalho passa a também representar uma barreira à inclusão social. Assim sendo, algumas delas encaram a prostituição como “meio” de sobrevivência.

Pudemos considerar também que, mesmo diante do preconceito vivido por essas mulheres travestis e/ou transexuais, principalmente no período da adolescência, que é a fase da descoberta e da aceitação dessa mudança de gênero, essas pesquisas trazem histórias de vida que, de certa forma, mesmo diante das adversidades, quebraram paradigmas e, junto com essa ruptura, conseguiram conquistar seu espaço social. Espaço este que é negado pela sociedade normativa.

As trajetórias de vida das travestis e das transexuais descritas nas pesquisas analisadas assemelham-se, pois ainda são vistas como sujeitos que podem viver apenas à margem da sociedade e que ocupar um espaço público como a escola ou as universidades seria até uma afronta para os padrões sociais heteronormativos (Seffner; Reidel, 2015).

É salutar compreender que a discussão em torno de mulheres travestis no meio educacional é importante e urgente, assim como possui uma amplitude e uma complexidade a sua volta, uma vez que “diversos e enigmáticos caminhos são trilhados para que as fontes sejam alcançadas e analisadas minuciosamente para, no final, servirem à pesquisa pretendida” (Xavier; Fialho; Vasconcelos, 2018, p. 58).

Importa destacar que esse levantamento nas bases de dados não é um resultado fechado e imutável, uma vez que devemos considerar a instabilidade das bases de buscas que não abarcam todas as pesquisas produzidas no país, assim como de pesquisas anterior à Plataforma Sucupira.

Tal afirmação sustenta-se a partir de pesquisas feitas em repositórios de instituições isoladas, em que foi possível encontrar outras pesquisas sobre a temática, como pode ser exemplificado por meio dos seguintes estudos: *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*” tese de autoria de Luma Nogueira Andrade, defendida em 2012 na Universidade Federal do Ceará (UFC); “*Sobre coragem e resistência: contando a história de Leona, professora e mulher trans*”, dissertação de autoria de Rubens Gonzaga Modesto, defendida em 2015 na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); “*Tia, você é homem? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os “sistemas” de Pós-Graduação*” dissertação desenvolvida por Sara Wagner York, defendida em 2020 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dentre outras pesquisas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, denominado Estado da Arte, objetivou mapear pesquisas científicas que abordam a trajetória de mulheres travestis e transexuais na docência. Nesse contexto, é crucial ressaltar a importância do levantamento realizado nas três bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, que revelou a escassez de estudos sobre mulheres travestis no cenário educativo brasileiro, especialmente no contexto delas enquanto docentes.

A análise das informações evidencia várias lacunas nas pesquisas educacionais, com uma carência significativa de investigações sobre a travestilidade na literatura científica e acadêmica. Os resultados limitados encontrados até agora sublinham a necessidade urgente de mais pesquisas nesse campo emergente. Constatamos, desse modo, a partir do mapeamento em busca de estudos que tratassem da docência de pessoas travestis a partir dos descritores “professoras travestis”, “travestis na educação” e “docentes travestis” retornaram o quantitativo ínfimo de apenas 11 trabalhos. Trabalhos estes que foram analisados conforme o escopo aqui elaborado.

Com o número reduzido de trabalhos, tal amostra não permite que façamos generalizações, mas nos encaminha em relação à necessidade urgente de mais pesquisas e publicações que abordem as diversas dimensões do reconhecimento da autonomia de todos os indivíduos no contexto educacional, independentemente de raça, classe social e, especialmente, de gênero. Tais estudos poderiam contribuir para uma história da educação mais completa e autêntica, refletindo que essa história também é feita por mulheres trans e travestis, por todas elas.

Como foi destacado em linhas anteriores, durante muito tempo, travestis e mulheres trans foram forçadamente marginalizadas. No atual período, acompanhamos um momento de insurgência, em que as vozes marginais encontram, ainda marginalizadas pelo poder heteropatriarcal sistematizado, fissuras e, com isso, traçam caminhos de possibilidades. A docência de mulheres trans e travestis revela vozes que se erguem, denunciando modelos de dominação e anunciando o fim do mundo como o conhecemos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COSTA, M. A. A. da. Educação e Docência da Travesti Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2007-2018). 2023. 207 f. Tese (Doutorado em 2023) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=109654>. Acesso em: 13 set. 2024.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, N. **Professoras Trans brasileiras:** ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13671>. Acesso em: 27 out. 2020.
- FRANCO, N. **A diversidade entra na escola:** histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13769>. Acesso em: 27 out. 2021.
- FRANCO, N. CICILINI, G. A. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Rev. Estudos Feministas**, v. 23, n.2, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7j66wSZQkm3fYPSntTrht5K/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 26 set. 2024.
- LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil**, n. 77, p. 70-87, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ieb/a/fYd7V5qLByWf9bY4MgCbqC/?format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- MODESTO, E. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 24, p. 49-65, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268347171.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.
- MOREIRA, M. I. C. et al. Mulheres, Travestis e Transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 234-242, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/DbkPjhM9ywSdSqHD7PnW7Vs/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NASCIMENTO, L. C. P. do. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Inter-legere*. v. 3, n. 21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21581>. Acesso em: 14 set. 2024.

REIDEL, M. **A pedagogia do salto alto:** história de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, D. B. C. dos. **Docências trans***: entre a decência e a abjeção. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47741>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SEFFNER, F. REIDEL, M. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 2, 2025. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/seffner-reidel.pdf> Acesso em: 26 set. 2024.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba , v. 06, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2006000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2024.

TORRES, M. A. **A emergência de professoras travestis e transexuais na escola:** heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS99GHDH/1/psicologia_marco_antonio_torres_tese.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

TORRES, M. A. PRADO, M. A. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dbgdxx9V7QvJDkV3DXk84Kp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26. set. 2024.

XAVIER, A. R; FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G. **História, Memória e Educação:** aspectos conceituais e teórico-epistemológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018.

YORK, S. W. P. **Tia, você é homem?** Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os “sistemas” de Pós-Graduação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAPÍTULO 22

QUALIDADE DE VIDA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE GERENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE SOBRAL – CE

Priscila Portela de Azevedo

Graduada em Administração pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestra em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (PPGA/Uece). Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0992373125670802>
<https://orcid.org/0000-0002-8283-2657>

Joyce da Silva Albuquerque

Graduada em Administração de Empresas (FAP). Mestra em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (PPGA/Unifor). Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/0230789161277092>
<https://orcid.org/0009-0004-3690-4674>

Neires Alves de Freitas

Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7506842880760487>
<https://orcid.org/0000-0003-3350-3520>

Mikaele Alves de Freitas

Graduada em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão (FLF). Mestranda em Educação Universidade Estadual do Ceará (Uece). Faculdade Luciano Feijão, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3693629343221825>
<https://orcid.org/0000-0003-2760-4683>

Antônio Jefferson Cavalcante Araújo

Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral – CE, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/6660322687399191>
<https://orcid.org/0009-0003-1456-7534>

RESUMO: A presente pesquisa objetivou analisar fatores sobre a Qualidade de Vida (QV) e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) de enfermeiros gerentes, que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Estratégia Saúde da Família (ESF). A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, com análise dos dados quantitativos por meio de estatística descritiva simples e dos dados qualitativos pela análise de conteúdo (Bardin, 2011).

O trabalho consistiu na aplicação do instrumento de pesquisa elaborado com base nos questionários já validados SF – 36 e TWQL – 42. Os resultados apontaram que os índices de Qualidade de Vida no Trabalho dos gerentes das UBS do município de Sobral enquadram-se em um nível razoável, entretanto, existem aspectos que merecem atenção e fatores que podem influenciar na saúde do trabalhador, sendo possível inferir a necessidade de políticas de intervenção e aprofundamento dos critérios, a partir de pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de Vida. Qualidade de Vida no Trabalho. Saúde do Trabalhador. Gerentes. Estratégia Saúde da Família.

QUALITY OF LIFE AND QUALITY OF WORK LIFE OF MANAGERS OF BASIC HEALTH UNITS IN SOBRAL – CE

ABSTRACT: The present research aimed to analyze factors related to the Quality of Life (QoL) and Quality of Work Life (QWL) of nurse managers working in the Basic Health Units (BHUs) of the Family Health Strategy (FHS). The research is both qualitative and quantitative in nature, with the quantitative data analyzed through simple descriptive statistics and the qualitative data analyzed using content analysis (Bardin, 2011). The study involved the application of a research instrument based on the already validated SF-36 and TWQL-42 questionnaires. The results indicated that the Quality of Work Life indices of the BHU managers in the municipality of Sobral are at a reasonable level; however, there are aspects that deserve attention and factors that may influence the health of the workers, making it possible to infer the need for intervention policies and the refinement of criteria through future research.

KEYWORDS: Quality of Life. Quality of Work Life. Worker Health. Managers. Family Health Strategy.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a ideia de saúde como um direito humano fundamental, representada pelo completo bem-estar físico, mental e social e não somente como a ausência de doença e enfermidade (WHO, 2006^a). Dessa forma, destaca-se a importância do estudo da Qualidade de Vida (QV) e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), o qual envolve todos os aspectos da vida do trabalhador.

A QVT tem ampla ligação com a motivação e como o trabalhador desempenhará suas funções. A implantação de programas de QVT nas organizações tem como finalidade proporcionar melhores condições de trabalho, com ambientes mais propícios à produtividade, e influenciar nas melhorias dos aspectos de saúde física, emocional e social, tornando o trabalho em equipe mais eficiente, melhorando a comunicação entre os colaboradores e favorecendo a satisfação de todos que fazem parte da organização (Ribeiro; Santana, 2015).

Sabe-se que a satisfação no trabalho influencia não somente no ambiente de trabalho, mas também na vida pessoal, na saúde física e mental do trabalhador e nas relações humanas em geral. Diante disso, há uma necessidade em estudar a QV e QVT de profissionais que atuam na saúde, pois esses são cuidadores de outros indivíduos e a eficácia e qualidade desse cuidado dependerá também de seu estado de saúde.

Estudos apontam o estresse como uma das principais doenças na classe de profissionais de saúde e esse fator pode comprometer a qualidade de vida e os serviços prestados pelos profissionais. Por lidar com diversos problemas, os quais a população atendida enfrenta, torna-se necessária a constante atenção e cuidado com os profissionais de saúde que precisam estar preparados para atender os usuários (Sampaio, Coelho de Oliveira; Pires, 2020; Andrade; Pinheiro-Carozzo, 2024).

Para tanto, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar fatores sobre a QV e QVT de gerentes que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), no município de Sobral/CE, além de compreender aspectos positivos e/ou negativos na atual conjuntura do tema e entender os desafios e potencialidades com relação à saúde no trabalho, norteando aspectos objetivos e subjetivos da QV e QVT dos gerentes das UBS, por meio dos dados coletados.

Salienta-se ainda a importância de estudar a QVT de profissionais gerentes das UBS por serem corresponsáveis, atores e protagonistas sociais no que tange à realização do serviço básico em saúde. Portanto, a pesquisa buscou captar percepções para, então, compreender melhor o trabalho desses profissionais.

2. METODOLOGIA

A abordagem do presente estudo é de caráter misto, qualitativo e quantitativo com característica descritiva. Quanto às técnicas de coletas de dados, foram aplicados os questionários já validados: SF – 36 (The Medical Outcomes Study 36 - item Short - From Health Survey) e TQWL – 42 (Total Quality of Work Life), com adaptações conforme a necessidade da pesquisa. O primeiro questionário foi validado por Ciconelli (1997) e o segundo, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com base no modelo World Health Organization Quality Of Life (WHOQOL).

O SF - 36 contém 38 itens e foi aplicado na íntegra. O questionário TQWL – 42 foi adaptado para aplicação e foram elaboradas duas perguntas subjetivas pela pesquisadora. Também foram acrescidas perguntas para dados sociodemográficos, de modo a traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa.

A aplicação dos questionários aconteceu com base nos objetivos de compreensão sobre os fatores que norteiam aspectos da QV e QVT dos gerentes que atuam nas UBS do município de Sobral, Ceará. O questionário foi aplicado em 34 gerentes durante a reunião quinzenal, a qual acontece com os gerentes da UBS, da ESF do município.

Os dados quantitativos da pesquisa foram analisados através de estatística descritiva simples. Já a análise qualitativa terá foco na análise de conteúdo, que é designada por Bardin (2011). A pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos, por meio da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, como forma de respaldar a pesquisa e assegurar o anonimato das respostas e autorização para a divulgação e publicação dos resultados com parecer aprovado, número 2.163.799.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho em Atuação na Área de Saúde

O problema enfrentado pelos brasileiros, na falta de qualidade nos atendimentos e serviços públicos, instiga a uma maior atenção por verificar a importância de avaliar a QVT de colaboradores que atuam no setor público, com o intuito de que sejam tomadas medidas efetivas com relação à estrutura de trabalho, compreendendo-se que a satisfação desses trabalhadores pode impactar bastante na dinâmica e na qualidade do serviço prestado ao público, sobremodo, dos profissionais da Atenção Básica em Saúde (Garcia, 2010).

No âmbito da saúde, o processo histórico sobre o conceito de QV e QVT vem sendo interpretado e definido como primordial para o ser humano, como razão para diversas mudanças no modo que vivemos em sociedade. Também está relacionado à felicidade da pessoa, é um tema amplo que vem sendo estudado e investigado ao longo dos anos, abrangendo diferentes significados em diferentes épocas, apontando que QV e QVT são conceitos que caminham juntos.

Minayo, Hartz e Buss (2000) citam que o termo Qualidade de Vida, no âmbito da saúde, baseia-se na compreensão das necessidades humanas, materiais e espirituais e tem seu foco mais relevante no conceito de promoção da saúde. O foco da QV, em saúde, está na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades dos estados ou condições de morbidade, pois os profissionais de saúde, em sua atuação, podem influenciar diretamente, aliviando a dor, o mal-estar e as doenças.

Segundo o estudo de Araújo, Soares e Henriques (2009) sobre os fatores que interferem na QV, o principal foi o fator financeiro, tanto para a realização das necessidades e desejos pessoais, como para alcançar o aperfeiçoamento e qualificação profissional. Além disso, em detrimento dessa busca por realização financeira é acarretado o acúmulo de atividades e responsabilidades, tornando a vida agitada e estressada, interferindo no sono, em uma alimentação inadequada, na falta de exercícios físicos, prejudicando a QV nos aspectos bio-psico-socio-espiritual.

Diante do exposto, tornou-se comum profissionais da área da saúde assumirem mais de uma jornada de trabalho. Pode-se observar que ainda existe uma certa ausência de políticas de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos voltados para profissionais da saúde, políticas estas mais estratégicas e pontuais no que diz respeito à regulação profissional, mecanismos de autonomia e valorização profissional (Soares; Borges; Santos, 2020).

Outros agravantes que podem influenciar a QVT de profissionais na saúde seria o fato de ser comum haver pouca estabilidade nos cargos ocupados no setor público municipal, em virtude de mudanças de gestores. Por esse motivo, os profissionais raramente contam com garantias trabalhistas. Diante desse fator, essa categoria profissional demanda uma maior atenção por parte das organizações públicas e privadas.

3.2 Síntese do Modelo de Atenção Básica Em Saúde no Município de Sobral, Ceará

Buscando melhorias para os usuários do então chamado Programa Saúde da Família, o Sistema Único de Saúde denominou, em 1996, a Estratégia Saúde da Família (ESF) para atender junto à Atenção Primária de Saúde. Com isso, há uma responsabilidade ainda maior por parte dos profissionais que exercem atividades em equipe dentro dessa linha desenvolvida e que são os principais articuladores entre o programa e os usuários.

Destaca-se a ESF como foco principal na prevenção, priorizando estar perto da família. É formada por profissionais da saúde que compõe as equipes multiprofissionais (médicos, gerentes, agentes comunitários de saúde, psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos, odontólogos, dentre outros).

O presente estudo teve sua aplicação em Sobral, cidade situada na mesorregião noroeste do estado do Ceará, formada por 24 municípios, sendo referência para 55 outros, abrangendo uma população de, aproximadamente, 1.606.608 habitantes (Sobral, 2017). Conforme dados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES (2017), Sobral conta com 35 Centros de Saúde da Família entre sede e municípios e 63 equipes de Saúde da Família.

Andrade *et al.*, (2004) relatam sobre a construção do Sistema Municipal de Saúde de Sobral, enquanto um conjunto de serviços coordenados por gestão local, com área geográfica definida e metas para melhoria da situação de saúde da população, claramente estabelecidas, e que iniciou-se em 1997.

A estrutura formada no âmbito da Atenção Básica no município de Sobral permeia uma das linhas prioritárias de ação à educação continuada de profissionais. Dessa forma, pode existir um maior engajamento por parte dos profissionais, em virtude da valorização do conhecimento, da organização e da divisão de tarefas (Milani; Yamagishi, 2006).

Em detrimento desse aspecto positivo, existe uma aproximação dos enfermeiros e gerentes das UBS com a população. Para tanto, esses profissionais precisam receber apoio e acompanhamento, a fim de estarem sempre aptos para lidarem com os problemas e dificuldades de saúde pública.

4. ANÁLISE DOS DADOS

O questionário aplicado apresentou questões na íntegra do SF – 36, questões do TWQL – 42 e perguntas subjetivas elaboradas pela pesquisadora. Entretanto, a análise das perguntas do questionário SF - 36 não se deteve ao cálculo do domínio padrão, mas na análise por meio de percentual de respostas com base nos domínios. Nesse capítulo, as questões referentes a cada um dos domínios foram analisadas quantitativamente.

Quadro 1 - Dados sociodemográficos

Dimensão	Dados	%
Formação	Enfermagem	94,2
	Outras áreas	5,8
Educação continuada	Possuem pós-graduação	82,3
Faixa etária	18 – 29 anos	5,8
	30 – 39 anos	44,1
	40 – 49 anos	26,4
	50 – 56 anos	11,7
	Não respondentes	11,7
Tempo de Trabalho	2 – 10 anos	70,5
	11- 20 anos	20,5
	Mais de 21 anos	5,8
Estado civil	Casado	58,8
	Solteiro	32,3
	Divorciado	8,8
Filhos	Possuem filhos	70,6
	Não possuem filhos	29,4
	1 filho	23,5
	2 filhos	23,5
	3 filhos	20,5
	4 filhos	2,9

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

4.1 Variáveis da Qualidade de Vida (Sf – 36)

O questionário aplicado permitiu compreender sobre a capacidade funcional, no que se refere a atividades vigorosas as quais exigem esforço. Conforme a tabela abaixo, identificou-se que um considerável número sente dificuldades no que tange à realização de atividades, dor que interfere no exercício do trabalho.

Quadro 2 – Capacidade Funcional

Dimensão	Percentual (%)	Respostas
Capacidade Funcional	41,0	Sim, dificulta pouco.
	38,0	Não, não dificulta de modo algum.
	21,0	Sim, dificulta muito.
Dor	23,0	Não sente nenhuma dor
	21,0	Sente dor muito leve
	15	Sente dor leve
	35	Dor moderada
	6	Dor grave

Dor interferiu no trabalho	46	De maneira alguma
	21	Pouca interferência
	18	Interferência moderada
	15	Interfere bastante
Estado geral de Saúde	6	Excelente
	26	Muito boa
	62	Boa
	6	Ruim
	6	Muito Ruim

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Com base nas respostas dos entrevistados, é possível inferir uma perda de produtividade em virtude do grau de estresse relacionado ao trabalho. As questões referentes à dor limitam as quatro últimas semanas em relação a quanta dor no corpo o profissional sentiu e se houve interferência no trabalho normal e dentro de casa.

Os dados corroboram com o que afirma Umann (2011), com a pesquisa que tratou sobre as altas exigências do trabalho, avaliadas como predisponentes ao surgimento de dores, bem como a maior incidência de distúrbios osteomusculares e lesões por esforços repetitivos. As próximas categorias analisadas foram apresentadas nas categorias dos questionários aplicados.

4.1.1 Limitações por Aspectos Físicos

Esta dimensão se refere aos problemas com o trabalho ou com alguma atividade regular, como consequência da saúde física nas últimas semanas. Foi identificado que alguns profissionais realizam menos tarefas em virtude de limitações físicas, assim como apresentam dificuldades quanto à realização de outras atividades fora do trabalho.

Quadro 3 - Limitação por aspectos físicos

Critérios – Aspectos Físicos	SIM	NÃO
Diminuição do tempo de dedicação ao trabalho ou a outras atividades	29%	71%
Realização de menos tarefas do que gostaria	41%	59%
Limitado apenas ao trabalho ou outras atividades	44%	56%
Dificuldade de fazer seu trabalho ou outras atividades	24%	76%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O desgaste ou comprometimento da saúde física pode interferir na realização de atividades do trabalho e cotidiano pessoal. Além do tempo dedicado ao trabalho, quando extrapolado, prejudica a realização de atividades pessoais e causa cansaço excessivo ao trabalhador.

4.1.2 Estado Geral de Saúde

Em relação ao quadro geral de saúde, a maioria dos respondentes considerou estar em bom estado e adoecer pouco. No entanto, obteve-se respostas de alguns profissionais que consideram sua saúde propensa a piorar, sinalizando a necessidade de um cuidado preventivo.

É importante salientar o fato de que a média dos respondentes mostra que adoece mais facilmente do que outras pessoas, o que pode estar relacionado ao contato direto com doenças e um possível descuidado para lidar com esses problemas, em virtude da falta de estrutura e materiais protetivos a esses trabalhadores. Além desse fator, a sobrecarga emocional e de trabalho favorece o adoecimento psíquico desses profissionais (Santos; Begnini; Prigol, 2023).

As diversas situações de trabalho fazem com que atividades preestabelecidas mudem constantemente, exigindo, assim, que os trabalhadores repensem o trabalho e tracem novas formas e estratégias para conduzir uma determinada demanda, mesmo que sejam situações já vividas, pois cada usuário carrega consigo particularidades e cria exigências ao trabalhador (Castro; Oliveira, 2017).

4.1.3 Vitalidade e Saúde Mental

Esse domínio se refere à maneira como a pessoa se sente em cada uma das categorias. Conforme as categorias que tratam do sentimento de vigor, vontade e força, um número de 35% respondeu que, na maior parte do tempo, sente-se assim e 32% respondeu que só em alguma parte do tempo.

Nota-se que o item que abordou sobre depressão mostrou o resultado de que 29% dos profissionais sentem-se deprimidos. Complementando ainda esse dado, em relação ao desânimo e abatimento, a pesquisa mostrou que 35% dos gerentes se sentem desanimados e 44% se sentem esgotados. No que tange ao cansaço, 38% salientam que se sentem cansados. Esses fatores sinalizam um alerta em relação a um maior cuidado com fatores ligados à saúde mental (Santos; Begnini; Prigol, 2023).

Por outro lado, sobre o critério que norteou sobre o quanto a pessoa se sente com energia, 32% representa que, na maior parte do tempo, se sente assim e no que se refere à felicidade, 26% se sente feliz em todo ou na maior parte do tempo. Entretanto, 12% não se sente feliz.

Conforme afirmam Martinez, Paraguay e Latorre (2004), a satisfação no trabalho está associada à saúde dos profissionais, com foco na saúde mental e capacidade para o trabalho. De outra maneira, a insatisfação pode causar doenças e interferir na saúde física, mental e no comportamento social do trabalhador, podendo corroborar para que esse grau de satisfação, relativo à felicidade, seja baixo.

4.1.4 Aspectos Sociais

Em relação à maneira como há interferência da saúde física e emocional nas atividades sociais (família, amigos), houve uma mesclagem de respostas: 35% salienta que há interferência desses problemas, em detrimento de 29% que afirma não ter, de forma alguma, interferência.

No que tange ao critério que relaciona o tempo de interferência da saúde física ou problemas emocionais nas atividades sociais, uma maioria de 38% respondeu que, em nenhuma parte do tempo, houve interferência, mas 29% considera que há uma interferência significativa.

Segundo Teixeira *et. al.*, (2009), o aspecto social significa alta qualidade dos relacionamentos, equilíbrio com o meio ambiente e harmonia familiar. O trabalho é onde se estabelecem contatos sociais, os quais influenciam a vida do trabalhador na maneira como se vive, nos hábitos e até mesmo na identidade pessoal de cada um. Dessa forma, há uma grande ligação entre estar satisfeito com a vida e com o trabalho.

4.1.5 Limitação por Aspectos Emocionais

No que se refere aos aspectos emocionais, os resultados demonstraram, em sua maioria, que em 70% não há limitações para a realização de atividades por problemas emocionais, no que tange à depressão e à ansiedade para a realização de atividades do trabalho e atividades pessoais.

Conforme a pesquisa de Teixeira *et al.* (2009), o aspecto emocional envolve o controle das tensões, estresse e situações de pressão. Envolve também autoestima e considera o entusiasmo em relação à vida. O equilíbrio da QV representa uma vida emocional satisfatória, combinando elementos importantes e relacionando trabalho e vida pessoal.

4.2 Variáveis Da Qualidade de Vida no Trabalho (Twql – 42 E Subjetividade)

O instrumento apresentou oito questões adaptadas do questionário TQWL – 42, com intuito de analisar melhor assuntos que envolvem a QVT. A maioria dos gerentes considera boa sua QVT, com um indicador de 56%. Em relação à educação continuada, a liberação para realização de cursos ou atividades relacionadas ao trabalho, um percentual de 44% considera a instituição em que trabalha mediana quanto a esse quesito.

No que diz respeito à liberdade de opinião dentro da organização, os gerentes consideram mediano, em detrimento de 18% que considera nada ou muito pouco, quanto a expressar sua opinião sem que seja prejudicado. Esse quesito permite um olhar sob a lente do emprego público e temporário, no qual os colaboradores, muitas vezes, temem manifestar sua opinião com medo de perder seu emprego, submetendo-se ao que lhe é imposto. Corroborando, com relação à segurança de permanecer empregado, 32% consideram-se insatisfeitos.

Esse fator também tem impacto no exercício pleno das atividades do trabalhador, pois impede que o conhecimento e a experiência do profissional sejam, devidamente, postos em prática, podendo, ainda, ter influências diretas sobre o estresse e a desmotivação (Umann; Guido; Freitas, 2011; Daubermann; Tonete, 2011).

Em relação a desentendimentos no trabalho, 50% respondeu que raramente acontecem e 35% que nunca acontece. Com relação ao tempo para atividades de lazer, 41% demonstrou insatisfação, enquanto que 26% diz estar satisfeita.

Quanto ao salário, em sua maioria, 38% considera muito pouco e 32% considera médio. Sabe-se que os baixos salários levam os profissionais de enfermagem a terem outros vínculos empregáticos, almejando melhores condições socioeconômicas, o que diminui o tempo para atividades de lazer que garantam uma melhor saúde física e mental (Schmidt; Dantas, 2006).

Finalmente, no que tange à satisfação em relação à QVT, a maioria está satisfeita, representada por 45% dos gerentes. Na análise subjetiva quanto aos processos de trabalho direcionados para a QVT, os principais desafios e potencialidades do trabalho foram destacados pelos gerentes, com base nas respostas das perguntas subjetivas do questionário, conforme Quadro 4:

Quadro 4 – Processos Subjetivos de Trabalho

PROCESSOS DE TRABALHO – GERENTES DE UBS	
DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Relações interpessoais;- Cumprimento de prazos e demandas;- Gerenciamento de RH;- Instabilidade;- Salário defasado;- Organização dos processos em virtude do tempo;- Compromisso com os pacientes;- Falta de insumos;- Agressão por parte dos usuários;- Falta de Reconhecimento;- Implantação de processos novos;- Valorização do Trabalho;- Pressão psicológica;- Transporte e segurança;- Igualdade e gentileza no atendimento;- Estrutura física;- Poucos profissionais;- Vínculos fragilizados;- Dificuldade com logística;- Pouca expressão de opinião;- Plano de cargos e carreiras;- Dialogicidade.	<ul style="list-style-type: none">- Experiência profissional dos gestores;- Apoio da coordenação;- Crescimento profissional;- Organização/Pontualidade/Respeito;- Qualidade do Cuidado;- Promover saúde;- Novas experiências;- Apoio técnico-institucional;- Redes fortalecidas;- Equipe capacitada;- Resolutividade;- Trabalho em equipe;- Cuidado contínuo;- Diálogo;- Autonomia nas tomadas de decisão;- Execução e apoio para realizar novos serviços;- Satisfação dos usuários;- Educação na comunidade;- Diversidade/Criatividade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

As respostas comuns mais citadas com relação aos desafios estão, principalmente, no quesito gestão de Recursos Humanos, mais especificamente no plano de cargos e carreiras, além da falta de insumos ou recursos para realização do trabalho e falta de diálogo

ou expressão/valorização da opinião. No que tange às potencialidades, destacaram-se a organização da estrutura de trabalho e os profissionais que são capacitados.

Portanto, salienta-se que o trabalho realizado pelas equipes de saúde das UBS está pautado na prioridade de solucionar os problemas dos usuários e na responsabilidade de atendê-los com qualidade. Sendo assim, existe uma sobrecarga de exigência de duas vias: a da instituição pública e dos usuários que contam, muitas vezes, com um serviço precário em virtude de poucos recursos, apesar da responsabilidade dos profissionais envolvidos.

Todavia, o vínculo de trabalho que, em algumas situações, é precário e fragilizado corrobora para a insatisfação desses profissionais, os quais não consideram ter um espaço de diálogo adequado, influenciando de forma negativa nas relações interpessoais.

Para tanto, cita-se o estudo de Miorin *et. al.*, (2018) sobre o trabalho dos profissionais de enfermagem, que requer cooperação, fortalecimento do coletivo de trabalho e a criação de vínculos com os outros profissionais, visto que o bom relacionamento com a equipe contribui para o processo de saúde mental.

5. CONCLUSÃO

Neste estudo, cumpriu-se os objetivos propostos com a aplicação do Instrumento de Qualidade de Vida com 34 gerentes das Unidades Básicas de Saúde do município de Sobral/CE, de analisar fatores que permeiam a QVT de gerentes que atuam nas UBS, permitindo inferir que os gerentes consideram boa sua QVT de forma geral. Entretanto, infere-se sobre uma certa precariedade no que tange ao acompanhamento mais preciso dos profissionais estudados, assim como programas para melhorar o cuidado a esses profissionais e proporcionar o desenvolvimento do trabalho físico, estrutural e psicológico/mental.

Esta pesquisa contribui para discussões em torno das condições laborais dos enfermeiros gerentes e realizar o despertamento para questões relacionadas à QV e QVT dos enfermeiros, com o objetivo de criar e aperfeiçoar a gestão de trabalho. Portanto, é necessário estudar formas de intervenção e políticas de trabalho para, posteriormente, realizar novas pesquisas, de forma a contrastar com o estudo já realizado, compreendendo melhor sobre esses aspectos.

Acredita-se que este estudo promova subsídios para desdobramentos das evidências discutidas, quanto às premissas da QV e QVT, permitindo um acompanhamento ainda mais detalhado e acessar melhor os processos dentro do SUS, mais precisamente dentro das categorias profissionais das UBS.

No que tange à relevância acadêmica, a pesquisa possui diferencial, pois, apesar de ser um tema bastante explorado nas pesquisas acadêmicas, existem poucos estudos abordando a Estratégia Saúde da Família e não há estudos aplicados, especificamente, com enfermeiros gerentes, visto que os estudos nessa área contemplam, em sua maioria, enfermeiros de hospitais e emergências.

Para pesquisas futuras, recomenda-se uma revisão do instrumento de pesquisa ou a aplicação na íntegra do instrumento SF – 36 e realização da análise de dados, por meio de testes estatísticos mais abrangentes e detalhados em cada um dos domínios, de forma a obter uma análise mais precisa e aprofundada dos dados coletados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. G. M. M.; PINHEIRO-CAROZZO, N. P. Estresse e habilidades sociais de profissionais de saúde de uma Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Psicologia e Saúde**, p. e1632424-e1632424, 2024.

ADOECIMENTO MENTAL E TRABALHO. **A concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016.** 1º Boletim Quadrimestral sobre benefícios por incapacidade 2017.

ANDRADE, L. (Org.) et al. **Estratégia Saúde da Família em Sobral: Oito Anos Construindo um Modelo de Atenção Integral à Saúde.** Sanare. ANO V, N.1, JAN./FEV./MAR. 2004.

ARAÚJO, G.; SOARES, M.; HENRIQUES, M. **Qualidade de vida:** percepção de enfermeiros em uma abordagem qualitativa. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 635-641, 2009. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v11/n3/pdf/v11n3a22.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 2011.

CASTRO, M.; OLIVEIRA, S. **Avaliação do trabalho na Atenção Primária à Saúde do município do Rio de Janeiro:** uma abordagem em saúde do trabalhador. Saúde Debate. Rio de Janeiro. V. 41, N. Especial, Pág. 152-164. 2017.

CNESNET. **Secretaria de Atenção a Saúde.** Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=23&VCodMunicipio=231290&NomeEstado=CEARA>. Acesso em: 2 set. de 2024.

DAUBERMAN, D.; TONETE, V. **Qualidade de vida no trabalho do enfermeiro da Atenção Básica à Saúde.** 2011.

FLECK, M. LOUZADA, S. XAVIER, M. CHACHAMOVICH, E. VIEIRA, G. SANTOS, L. PINZON, V. **Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”.** Rev Saúde Pública, v. 34, n. 2, p. 178-183, 2000. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0034-89102000000200012&script=sci_abstract>. Acesso em: 23 ago. 2024.

GARCIA, E. de O. P. **O conteúdo significativo da qualidade de vida no trabalho para funcionários públicos de uma secretaria de saúde.** Revista Eletrônica Gestão e Serviços, v. 1, n. 1, p. 76-94, 2010.

Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde. **Saúde da Família.** Brasília – DF. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MARTINEZ, M. C.; PARAGUAYA, A. I. B. B.; LATORRE, M. do R. D. de O. **Relação entre satisfação com aspectos psicosociais e saúde dos trabalhadores.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 55-6, 2004.

MILANI, A.; YAMAGISHI, A. **Programa Saúde da Família e as Estratégias Diferenciadas do Atendimento à Atenção Básica em Sobral – CE.** Projeto Conexão Local Ano II. 2006. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/06_cl_2006_saudedafamilia.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MINAYO, M.; HARTZ, Z.; BUSS, P. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MIORIN, J. D.; CAMPONOGARA, S.; PINNO, C.; BECK, C. L. C.; COSTA, V.; FREITAS, E. de O. Prazer e sofrimento de trabalhadores de enfermagem de um pronto-socorro. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n. 2, p. e2350015, 2018.

PERFIL Básico Municipal Sobral. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).** 2016. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Sobral.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

RODRIGUES SAMPAIO, L.; COELHO DE OLIVEIRA, L.; PIRES, M. F. D. N. Empatia, depressão, ansiedade e estresse em Profissionais de Saúde Brasileiros. **Ciências psicológicas**, v. 14, n. 2, 2020.

RIBEIRO, L.; SANTANA, L. **Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional.** Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu. Vol 02, nº 02, p. 75-96. 2015.

SCHMIDT, D.; DANTAS, R. **Qualidade de vida no trabalho de profissionais de enfermagem, atuantes em unidades do bloco cirúrgico, sob a ótica da satisfação.** Rev Latino-am Enfermagem, Brasília, DF, jan./fev. v. 14, n. 1, p. 54-60, 2006.

SANTOS, E. L.; BEGNINI, M.; PRIGOL, A. C. Implicações da síndrome de burnout na saúde mental dos enfermeiros da atenção primária à saúde. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 30, p. 66-82, 2023.

SOARES, L. M. B.; BORGES, A. S.; SANTOS, D. O. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) nos profissionais de enfermagem. **Orientación y Sociedad**, v. 20, n. 2, p. e026-e026, 2020.

TEIXEIRA, C. S. PEREIRA, E. F. ROCHA, L. S. SANTOS, A. MERINO, E. A. D. **Qualidade de Vida do Trabalhador:** discussão conceitual. Revista Digital – Buenos Aires. Ano 14 – Nº 136. 2009.

WHO. **Constitution of the World Health Organization.** Basic Documents. 51a World Health Assembly: World Health Organization 2006a.

UMANN, J. **Estresse, coping e presenteísmo em enfermeiros hospitalares.** [dissertação]. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria; 2011. 136p.

CAPÍTULO 23

INCONTINÊNCIA URINÁRIA PÓS-MENOPAUSA E A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA PÉLVICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Carmem Juliana Sousa Fernandes

Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário UNINTA. Centro Universitário UNINTA, Itapipoca – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6890729393202101>

Gabriele Taumaturgo Mororó

Graduada em Medicina na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Universidade Federal do Piauí, Teresina – PI, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5626054145788986>
<https://orcid.org/0000-0002-5866-7276>

Hellane Joyce Medeiros de Almeida

Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário UNINTA. Pós graduada em Fisioterapia Traumato Ortopedia e Desportiva pela FATEC. Pós graduada em Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia pela Faculdade Dom Alberto. Centro Universitário UNINTA, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4203093933111786>

Marcelo da Silva Costa

Graduado em Medicina pela Universidade Ceuma. Universidade Ceuma, São Luís – MA, Brasil.
<https://lattes.cnpq.br/3037259440388178>

Tallys Lima Carneiro

Graduado em Medicina pela Universidade de Fortaleza UNIFOR. Universidade de Fortaleza UNIFOR, Fortaleza, – CE, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/8124958171239703>

RESUMO: A senescência feminina é marcada por três fases principais: reprodutiva, transição para a menopausa (climatério) e pós-menopausa. Essas etapas estão associadas a uma série de alterações fisiológicas, sobretudo no Assoalho Pélvico Feminino (APF). Entre as mudanças mais expressivas, destacam-se a diminuição da elasticidade e da contratilidade da bexiga, bem como o encurtamento funcional da uretra, fatores que comprometem a eficiência das contrações musculares locais e contribuem diretamente para o desenvolvimento da Incontinência Urinária (IU) nessa população. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a eficácia da fisioterapia no tratamento da IU pós-menopausa. A pesquisa, de caráter descritivo, utilizou bases de dados para identificar estudos científicos que evidenciam a contribuição da

fisioterapia na prevenção e no tratamento da IU nesse período. A partir da análise dos artigos selecionados, conclui-se que a fisioterapia pélvica representa uma abordagem eficaz, segura e conservadora, promovendo uma melhoria significativa na qualidade de vida das mulheres acometidas por essa condição, sem a necessidade de intervenções invasivas.

PALAVRAS-CHAVE: Assoalho Pélvico. Fisioterapia. Incontinência Urinária. Pós-menopausa.

POST-MENOPAUSE URINARY INCONTINENCE AND THE ACTIVITY OF PELVIC PHYSIOTHERAPY: AN INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT: Female senescence is marked by three main phases: reproductive, transition to menopause (climacteric) and post-menopause. These stages are associated with a series of physiological changes, especially in the Female Pelvic Floor (PFA). Among the most significant changes are the decrease in elasticity and contractility of the bladder, as well as the functional shortening of the urethra, factors that compromise the efficiency of local muscle contractions and directly contribute to the development of Urinary Incontinence (UI) in this population. This study aims to analyze, through an integrative literature review, the effectiveness of physiotherapy in the treatment of post-menopausal UI. The descriptive research used databases to identify scientific studies that demonstrate the contribution of physiotherapy to the prevention and treatment of UI during this period. From the analysis of the selected articles, it is concluded that pelvic physiotherapy represents an effective, safe and conservative approach, promoting a significant improvement in the quality of life of women affected by this condition, without the need for invasive interventions.

KEYWORDS: Pelvic Floor. Physiotherapy. Urinary Incontinence. Post-menopause.

1. INTRODUÇÃO

A senescência feminina pode ser dividida em três fases principais: reprodutiva, transição para a menopausa (climatério) e pós-menopausa. Essas etapas estão associadas a uma série de alterações fisiológicas, sobretudo no Assoalho Pélvico Feminino (APF). Entre as mudanças mais expressivas, destacam-se a diminuição da elasticidade e da contratilidade da bexiga, bem como o encurtamento funcional da uretra, fatores que comprometem a eficiência das contrações musculares locais e contribuem diretamente para o desenvolvimento da Incontinência Urinária (IU) nessa população (Rodrigues, 2021).

Além das mudanças hormonais, observou-se que estruturas importantes da vulva, da vagina e do trato urinário inferior sofrem uma série de modificações, como a redução da vascularização, das terminações nervosas e da densidade do músculo liso. Há também um afinamento do epitélio vaginal e uma diminuição na produção de colágeno, o que impacta diretamente o trofismo e a sensibilidade da área genital feminina (Kling *et al.*, 2019).

Além disso, a redução do tônus e da força muscular dos Músculos do Assoalho Pélvico (MAP), em conjunto com a degeneração das estruturas pélvicas provocada pela queda acentuada de hormônios durante o climatério, contribui diretamente para o desenvolvimento da incontinência urinária. A Sociedade Internacional de Continência

(ISC) define a IU como a perda involuntária de urina, caracterizando uma disfunção do trato urinário inferior, resultante de alterações fisiológicas no processo de micção ou nas estruturas que sustentam os órgãos envolvidos nesse processo (Holzschuh; Sudbrack, 2019).

De acordo com o Comitê de Padronização da ICS, a IU é classificada em três tipos principais. A Incontinência Urinária de Esforço (IUE) ocorre quando há um aumento da pressão intra-abdominal sobre o APF, como durante uma tosse, espirro ou atividade física. Já a Incontinência Urinária de Urgência (IUU) caracteriza-se por uma forte e repentina necessidade de urinar, resultando na perda de urina antes de alcançar o banheiro. Por fim, a Incontinência Urinária Mista (IUM) combina os dois tipos anteriores, ou seja, há perda de urina tanto durante esforços quanto em situações de urgência (Crema; Tilio; Campos, 2017).

Essa condição tem um impacto significativo na qualidade de vida das mulheres, gerando consequências como desconforto, diminuição da autoconfiança, mudanças no comportamento e interferências na sexualidade. Além disso, afeta o convívio social, a saúde física e emocional, contribuindo para um quadro de vulnerabilidade em diversos aspectos do bem-estar feminino (Holzschuh; Sudbrack, 2019).

Considerando a importância de preservar a qualidade de vida das mulheres na pós-menopausa, a fisioterapia desempenha um papel fundamental no tratamento da IU. Abordagens como os exercícios para o fortalecimento do assoalho pélvico, o treinamento vesical e a estimulação elétrica são alguns dos métodos utilizados. Os diferentes tratamentos possíveis, bem como seus resultados, serão discutidos ao longo deste trabalho.

2. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva, conduzida por meio de um levantamento bibliográfico científico. Para isso, foram selecionadas bases de dados relevantes para a busca de estudos que forneçam evidências sobre o papel da fisioterapia na prevenção e tratamento da IU na pós-menopausa. As bases de dados utilizadas incluem PEDro, BVS (Biblioteca Virtual da Saúde), PubMed, Cochrane Library e Portal CAPES. As palavras-chave foram escolhidas com base nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) e incluem “incontinência urinária”, “pós-menopausa”, “fisioterapia”, bem como suas correspondentes em inglês, “urinary incontinence”, “postmenopause” e “physiotherapy”, utilizando o operador AND para combinar os termos.

Como critérios de inclusão, foram selecionados apenas estudos de caso e pesquisas experimentais publicados a partir de 2018, disponíveis gratuitamente na íntegra e nos idiomas português, espanhol e inglês, e que apresentam evidências sobre a atuação da fisioterapia na prevenção e tratamento da IU na pós-menopausa. Foram excluídos artigos incompletos ou que não atendem aos objetivos deste estudo, como aqueles que tratam da

IU causada por fatores distintos da menopausa. Também foram excluídos trabalhos que exigem pagamento para acesso, revisões, estudos repetidos e publicações fora do período estabelecido.

Para facilitar a compreensão das abordagens dos autores sobre o tema, os dados foram organizados em uma tabela estruturada com seções distintas, que incluem o nome do autor, o título do trabalho, o ano de publicação, os objetivos, a metodologia e as conclusões. Essa organização foi projetada para destacar os principais aspectos e resultados de cada estudo, proporcionando uma visão geral mais clara e abrangente.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Anatomia e função do assoalho pélvico

A compreensão da anatomia e fisiologia do Assoalho Pélvico Feminino (APF) é fundamental para identificar os processos que causam a incontinência urinária e para desenvolver estratégias eficazes de tratamento. Ele está localizado na parte inferior da cavidade pélvica, circundado por um anel ósseo, e é constituído por músculos, ligamentos e fáscias. Essa estrutura fornece o suporte necessário para o correto posicionamento dos órgãos pélvicos e abdominais (Batista *et al.*, 2017; Pinto; Silva, 2019).

O APF desempenha um papel vital na sustentação e estabilidade dos órgãos pélvicos, como a bexiga, o útero e o reto. Ele é composto por uma rede complexa de músculos, incluindo o músculo elevador do ânus, o músculo pubococcígeo e o músculo iliococcígeo, que trabalham em conjunto para manter a integridade estrutural da região. Conhecê-los detalhadamente é essencial para o diagnóstico e tratamento de distúrbios associados, como a incontinência urinária, o prolapsos de órgãos pélvicos e as disfunções sexuais (Rodrigues, 2021).

Durante a menopausa, o corpo feminino passa por mudanças significativas, que afetam especialmente o assoalho pélvico. Entre as alterações observadas estão a perda de elasticidade; a redução da espessura vaginal e a diminuição do tônus muscular (Brasil, 2008; Oliveira; Santos; Sales, 2021). Além disso, a falta de atividade física adequada pode contribuir para a perda adicional de tônus muscular do assoalho pélvico. Esse efeito é frequentemente exacerbado pela redução na produção de estrogênio.

Para minimizar as consequências adversas da menopausa, é recomendável que as mulheres adotem hábitos saudáveis, como manter uma dieta equilibrada, praticar exercícios físicos regularmente, e evitar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool. Também é importante buscar orientação médica para o tratamento de sintomas como secura vaginal e incontinência urinária, pois existem opções de terapia hormonal que podem melhorar a saúde do assoalho pélvico. Nesse âmbito, o fisioterapeuta desempenha um papel importante ao orientar e acompanhar a realização de exercícios fortalecedores para o tratamento da IU (Earle; Vartuli, 2020).

Em resumo, o APF é uma estrutura complexa e essencial para a saúde e a funcionalidade dos órgãos pélvicos. No tópico seguinte, serão detalhados o funcionamento desses músculos e os tipos de lesões ou enfraquecimentos que podem ocorrer, com uma análise dos efeitos hormonais pós-menopausa relacionados a essas condições.

3.2 Fisiologia da Incontinência Urinária

O trato urinário inferior é composto por três estruturas principais: a bexiga, a uretra e o colo vesical. A bexiga, um órgão autônomo com alta capacidade de expansão, é responsável por armazenar um volume crescente de urina sem que haja um aumento significativo da pressão interna. A uretra e o colo vesical desempenham papéis importantes na manutenção da função e na preservação da continência urinária (Decherney *et al.*, 2014; Baracho, 2014).

Para garantir o funcionamento adequado da resistência uretral durante o armazenamento de urina, dois fatores são fundamentais: o intrínseco e o extrínseco. O fator intrínseco refere-se à integridade das estruturas anatômicas, enquanto o fator extrínseco envolve as estruturas de sustentação da uretra (Baracho, 2014).

O processo de micção corresponde a dois momentos distintos. O primeiro é o enchimento, que começa com as propriedades passivas da bexiga e sua inervação, resultando na complacência vesical e na capacidade de armazenar urina. O segundo é o esvaziamento, que ocorre com o relaxamento do assoalho pélvico e do esfíncter da uretra, acompanhado pela contração do músculo detrusor (Moreno, 2009).

De acordo com Oliveira, Silva e Peres (2021), a incontinência urinária pode manifestar-se de três formas distintas. A Incontinência Urinária de Esforço ocorre quando há vazamento de urina durante atividades que aumentam a pressão abdominal, como tosse, risada, levantamento de peso ou exercícios físicos. A incontinência Urinária de Urgência caracteriza-se pelo vazamento de urina em resposta a uma vontade urgente e incontrolável de urinar. Por fim, a Incontinência Urinária Mista combina elementos das formas de esforço e urgência.

Para prevenir ou tratar a incontinência urinária em mulheres na menopausa, diversas medidas podem ser adotadas. Entre elas, destacam-se os exercícios do assoalho pélvico, que fortalecem os músculos dessa região, melhorando a sustentação dos órgãos pélvicos e ajudando a prevenir a incontinência urinária. Outras opções incluem a terapia hormonal e, em casos mais graves, intervenções cirúrgicas para corrigir a incontinência urinária ou o prolapso dos órgãos pélvicos (Lopes, 2021).

É importante ressaltar que a IU não deve ser ignorada ou considerada uma consequência inevitável do envelhecimento. Mulheres na menopausa devem buscar orientação médica para obter um diagnóstico preciso e um tratamento personalizado para sua condição (Souza *et al.*, 2019).

3.3 Menopausa

Durante a pós-menopausa, ocorre uma diminuição expressiva na produção hormonal feminina, uma vez que os ovários deixam de produzir estrogênio e progesterona. Esses hormônios são responsáveis por diversas funções essenciais no organismo feminino, conforme descrito por Manica, Bellaver e Zancanaro (2018) e Souza *et al.* (2019).

A progesterona, por exemplo, desempenha funções cruciais, começando pela preparação do útero para a gravidez, ao estimular o crescimento do endométrio. Ela é igualmente fundamental para a manutenção da gravidez, uma vez que suprime as contrações uterinas. Além disso, a progesterona regula o ciclo menstrual, preparando o útero para a menstruação, e contribui para o desenvolvimento das glândulas mamárias. Outro efeito notável é o aumento da temperatura corporal basal, que facilita a identificação do momento da ovulação. A progesterona também estimula a produção de muco cervical, o qual atua como um protetor para o útero contra infecções (Brasil, 2008).

Na pós-menopausa, os níveis de estrogênio geralmente caem para 20 a 30% dos níveis observados antes da menopausa. Essa diminuição pode desencadear uma série de sintomas, como ondas de calor, suores noturnos, secura e irritação vaginal, dor durante o sexo, alterações de humor, fadiga e distúrbios do sono. Além dos desconfortos imediatos, a redução dos níveis de estrogênio pode ter um impacto significativo na saúde óssea, aumentando o risco de osteoporose e fraturas ósseas. Adicionalmente, pode afetar a saúde do coração, elevando o risco de doenças cardiovasculares (Brasil, 2008; Pinkerton, 2021).

No contexto do assoalho pélvico, o estrogênio é fundamental para preservar a integridade dos tecidos, regulando a produção de colágeno, que é essencial para a elasticidade e tonicidade dos músculos. A redução dos níveis desse hormônio pode, portanto, resultar em perda de elasticidade e firmeza muscular, elevando o risco de incontinência urinária e prolapsos dos órgãos pélvicos (Silva, 2021).

3.4 As abordagens da Fisioterapia na Incontinência Urinária

O tratamento da IU feminina começou a ganhar forma na década de 1940, com os estudos pioneiros de Arnold Kegel. Seus métodos incluíam exercícios de resistência, focados no fortalecimento da musculatura vaginal, instruções específicas para o fortalecimento do assoalho pélvico e orientações nutricionais para evitar substâncias que podem irritar a bexiga, como cafeína e diuréticos (Marques, 2016).

Atualmente, as estratégias para tratar a incontinência urinária são variadas e adaptam-se ao tipo específico de IU. Para a Incontinência Urinária de Esforço (IUE), as opções incluem desde intervenções cirúrgicas até programas de exercícios destinados a fortalecer a musculatura do assoalho pélvico (Varella, 2018). Já para a Incontinência Urinária de Urgência (IUU), o tratamento pode envolver o uso de medicações. A seguir, são apresentados os métodos mais comuns e eficazes para a gestão da IU.

Um dos tratamentos mais conhecidos é o fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico, realizado por meio dos exercícios de Kegel. Esses exercícios consistem na contração e no fortalecimento dos músculos responsáveis pelo controle urinário, sendo uma parte fundamental no tratamento de mulheres com IU. Quando realizados corretamente, eles contribuem para a melhoria do tônus muscular e da capacidade de retenção urinária (Brubaker, 2017).

Outro método importante é o biofeedback eletromiográfico, técnica que utiliza sensores posicionados na região pélvica para monitorar a contração dos músculos do assoalho pélvico. Através de feedback visual ou auditivo, as mulheres aprendem a contrair e relaxar esses músculos, resultando em um maior controle urinário (Bertotto *et al.*, 2017).

A cinesioterapia, por sua vez, envolve um conjunto de técnicas fisioterapêuticas que utilizam movimentos corporais, como alongamentos, reeducação postural, exercícios corretivos, treino de marcha, equilíbrio e coordenação motora, além de exercícios respiratórios (Pereira *et al.*, 2021).

A estimulação elétrica também tem se mostrado uma técnica valiosa, especialmente em casos de fraqueza muscular significativa. Nesse método, eletrodos são aplicados na região pélvica para estimular eletricamente os músculos do assoalho pélvico, contribuindo para o fortalecimento muscular (Zaidan; Pereira; Silva, 2022).

Por fim, o uso de dispositivos de suporte vaginal, como pesários, é uma alternativa para fornecer suporte aos órgãos pélvicos. Esses dispositivos, inseridos na vagina, ajudam a manter a posição correta da uretra e da bexiga, reduzindo os sintomas de incontinência urinária (Pereira *et al.*, 2021).

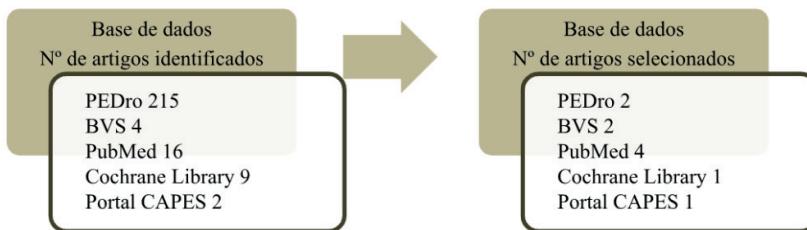
A fisioterapia tem sido considerada o padrão ouro no tratamento da incontinência urinária pós-menopausa, segundo a Sociedade Internacional de Continência (ICS). Isso se deve ao fato de ser um tratamento pouco invasivo, seguro, com efeitos colaterais mínimos e de custo relativamente baixo quando comparado às intervenções cirúrgicas (Rodrigues, 2021).

Entre as abordagens fisioterapêuticas que se destacam, estão a cinesioterapia, que apresenta aproximadamente 70% de taxa de cura ou melhora significativa na redução da perda urinária, e o *biofeedback*, com uma eficácia de 82%. Ambas as técnicas estão relacionadas à fisioterapia pélvica, que frequentemente envolve o uso de equipamentos para monitorar o exercício das pacientes. Isso é especialmente importante, pois muitas vezes a paciente não consegue realizar os exercícios corretamente apenas com a orientação do profissional (Olivetto; Lima; Alencar, 2021).

Nesse contexto, a fisioterapia pélvica tem se mostrado altamente eficaz no período pós-menopausa, uma vez que auxilia na manutenção da musculatura do assoalho pélvico, que é afetada pelos déficits hormonais característicos dessa fase. Como resultado, essa intervenção tem impacto direto no tratamento da IU, melhorando o funcionamento muscular e, consequentemente, a qualidade de vida das pacientes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma pesquisa abrangente foi conduzida em diversas bases de dados, com o objetivo de selecionar estudos publicados entre 2018 e 2023. Após um criterioso processo de triagem, foram identificados 246 artigos alinhados com os descritores definidos e considerados relevantes para o tema proposto. A distribuição dos artigos por base de dados pode ser visualizada na Figura 1 a seguir.



Dos 246 trabalhos inicialmente encontrados, 236 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos. Restaram, portanto, 10 artigos que se enquadram nos critérios, e entre eles, foram selecionados exclusivamente estudos de casos clínicos para uma análise mais aprofundada.

Com o intuito de oferecer uma apresentação abrangente e bem estruturada dos achados, os artigos selecionados foram categorizados conforme o autor e data de publicação, idioma, título, objetivos, resultados e conclusões. As informações organizadas estão dispostas na Tabela 1, facilitando a compreensão e análise detalhada dos estudos escolhidos.

Tabela 1 - Identificação dos trabalhos selecionados, organizados por nome do autor/data de publicação, título, idioma, objetivo, resultados e conclusão.

AUTOR/ANO/IDIOMA	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
ANTÔNIO, Flávia Ignácio <i>et al.</i> , (2018) Inglês	Pelvic floor muscle Training increases pelvic floor muscle strength more in post-menopausal women who are not using hormone therapy than in women who are using hormone therapy: a randomised trial	Verificar se há diferença na eficácia do treinamento dos Músculos do Assoalho Pélvico (MAP) em mulheres pós-menopausa que usam terapia hormonal (TH).	88 mulheres forneceram dados que poderiam ser incluídos na análise. O treinamento dos MAP aumentou sua força muscular em 8,0 cmH ₂ O (IC 95% 3,4 a 12,6) em mulheres que não faziam uso de TH e em -0,9 cmH ₂ O (IC 95% -6,5 a 4,8) em mulheres que faziam uso de TH (interação p = 0,018). A diferença nos efeitos sobre a gravidade dos sintomas de incontinência urinária não foi estatisticamente significativa (interação p = 0,37)	Este estudo conclui que, em mulheres pós-menopáusicas, o treinamento dos MAP aumenta mais a força dos MAP em mulheres que não usam terapia hormonal do que em mulheres que usam terapia hormonal. Mais estudos randomizados de alta qualidade são necessários para confirmar se o treinamento dos MAP produz maiores reduções na incontinência urinária em mulheres na pós-menopausa que não usam terapia hormonal.

AUTOR/ANO/ IDIOMA	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
HOLZSCHUH, Juliana Tornquist; SUDBRÄCK, Ana Cristina. (2019) Português	Eficácia dos cones vaginais no fortalecimento do assoalho pélvico na incontinência urinária feminina pós- menopausa: estudo de casos	Avaliar o uso de cones vaginais no fortalecimento do assoalho pélvico (AP) em mulheres com incontinência urinária pós-menopausa.	Participaram do estudo duas mulheres em período pós-menopausa, sendo a Paciente 1 (66 anos) e a Paciente 2 (71 anos). A paciente 1, na avaliação, pontuou o escore de 10 pontos (muito grave) e, na reavaliação, 2 pontos (leve impacto). A paciente 2, inicialmente pontuou 9 (grave impacto) e após o tratamento, 1 ponto (leve impacto). Na avaliação da contração muscular a paciente 1 obteve 40 sauers (normal) e passou para 44 (bom). A paciente 2 passou de 16 sauers (regular) para 28 (normal).	Os cones vaginais apresentaram benefícios nas mulheres avaliadas com incontinência urinária de esforço, fortalecendo os músculos do assoalho pélvico, proporcionando melhora na qualidade de vida.
TANG, Yuting et al., (2022) Inglês	Rumba Dance Combined with Breathing Training as an Exercise Intervention in the Management of Stress Urinary Incontinence in Postmenopausal Women: A Randomized Controlled Trial	O objetivo deste estudo foi determinar se a dança Rumba combinada com treinamento respiratório (RDBT) pode reduzir a gravidade da incontinência e melhorar a qualidade de vida de pacientes com Incontinência Urinária de Esforço (IUE).	A idade média dos participantes foi de 56 anos. Após 16 semanas, no grupo RDBT, o vazamento de urina no <i>pad test</i> de 1 h diminuiu $-2,91 \pm 0,49$ em relação à linha de base. A Pressão Vaginal de Repouso (PVR) aumentou de 76,00 cmH ₂ O para 95,09 cmH ₂ O, a resistência dos MAP de classe I e classe II aumentou, e os graus de força dos MAP da classe I e classe II foram significativamente aumentados ($p < 0,01$). Finalmente, a gravidade da incontinência autorrelatada diminuiu significativamente de 6,12 para 3,81 e a qualidade de vida melhorou de 75,73 para 83,48.	Um programa de 16 semanas de RDBT pode aumentar a força e a resistência dos MAP para reduzir a gravidade dos sintomas de incontinência e melhorar a qualidade de vida em pacientes com IUE, demonstrando a viabilidade de recrutar e manter mulheres na pós-menopausa com IUE em um programa terapêutico de RDBT.

AUTOR/ANO/ IDIOMA	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
KOIODÝNSKA, Gabriela <i>et al.</i> , (2022) Inglês	Assessment of the Effectiveness of the Sonofeedback Method in the Treatment of Stress Urinary Incontinence in Women—Preliminary Report	O objetivo do estudo foi avaliar a eficácia do método de sonofeedback na redução da gravidade da incontinência urinária em mulheres na pós-menopausa com problemas de incontinência urinária	Um total de 60 pacientes com idades entre 45 e 65 anos com incontinência urinária de esforço, confirmada por um ginecologista, foram qualificados para o estudo. No final da terapia, uma redução na urina passada, avaliada por um pad test modificado de 1 h, foi observada no grupo de comparação B (grupo de eletroestimulação com treinamento de biofeedback). Uma tendência decrescente foi observada no grupo de estudo A (grupo de sonofeedback). A redução dos valores no grupo que recebeu tratamentos de eletroestimulação juntamente com treinamento de biofeedback (grupo B) foi estatisticamente significativa. Houve um leve aumento no peso da almofada no grupo controle (grupo C).	O treinamento de <i>sonofeedback</i> dos músculos do assoalho pélvico reduziu a gravidade de alguns sintomas de incontinência nas mulheres pós-menopásicas estudadas. Com base nos resultados obtidos, pode-se sugerir que o método em questão é tão eficaz na redução dos sintomas de IU quanto o método padrão de eletroestimulação com treinamento biofeedback, evidenciando em todos os aspectos avaliados obtendo melhora em relação aos valores iniciais.

O Treinamento dos Músculos do Assoalho Pélvico (TMAP) é um componente chave da fisioterapia no tratamento da IU em mulheres na pós-menopausa. Esse tipo de treinamento envolve a realização de exercícios específicos que visam fortalecer os músculos responsáveis pelo suporte da bexiga e da uretra. Pesquisas conduzidas por Holzschuh e Sudbrack (2019) e Antônio *et al.* (2018) demonstram a eficácia do TMAP, evidenciando uma melhora significativa nos sintomas e uma redução substancial do vazamento urinário em mulheres nessa fase da vida.

A pesquisa realizada por Holzschuh e Sudbrack (2019) foi um estudo de caso que envolveu apenas duas mulheres, o que limitou a força das conclusões. Esse trabalho explorou a aplicação de cones vaginais para fortalecer os Músculos do Assoalho Pélvico (MAP). Embora tenha fornecido algumas informações sobre essa abordagem, o tamanho reduzido da amostra impediu uma generalização mais ampla dos resultados.

Em contraste, o estudo clínico randomizado conduzido por Santos *et al.* (2009) comparou o uso de cones vaginais com a eletroestimulação funcional do assoalho pélvico. Com uma amostra de 45 participantes, das quais 21 utilizaram cones, os resultados mostraram que ambos os métodos são igualmente eficazes no fortalecimento muscular.

O estudo de Antônio *et al.* (2018) avaliou a eficácia do Treinamento dos Músculos do Assoalho Pélvico (TMAP) em mulheres pós-menopausa, comparando aquelas que estavam sob Terapia Hormonal (TH) com as que não estavam. A pesquisa incluiu 99 mulheres, das quais 38 estavam em TH. Os resultados indicaram que o TMAP foi eficaz no fortalecimento dos músculos pélvicos nas mulheres que não utilizavam TH, levando a melhorias significativas nos sintomas de IU. Por outro lado, a eficácia do tratamento foi reduzida entre as mulheres em terapia hormonal, indicando que a TH pode atenuar os benefícios do TMAP. Para validar essas descobertas e entender melhor o impacto da terapia hormonal no fortalecimento muscular, são necessários estudos adicionais com amostras maiores e metodologias mais robustas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos revisados evidencia que a fisioterapia pélvica pode promover melhorias substanciais na força dos músculos do assoalho pélvico, otimizar o controle da bexiga e reduzir tanto a frequência quanto a gravidade dos episódios de incontinência urinária. Dessa forma, ela se destaca como uma opção segura e eficaz para mulheres na pós-menopausa. Contudo, embora seja uma abordagem conservadora e não invasiva com resultados promissores, é essencial conduzir mais pesquisas para avaliar sua eficiência a longo prazo e explorar a efetividade de outras técnicas terapêuticas.

REFERÊNCIAS

- BARACHO, E.. **Fisioterapia aplicada à saúde da mulher**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. p. 552. Acesso em: 08 jun. 2024.
- BATISTA, N. M. T. L. et al. Força e coordenação motora da musculatura do assoalho pélvico e a função sexual feminina. **Interdisciplinary Journal of Health Education**, v. 2, n. 1. 2017. Disponível em: <https://ijhe.emnuvens.com.br/ijhe/article/view/280>. Acesso em: 08 jun. 2024.
- BERTOTTO, A. et al.. Effect of electromyographic biofeedback as an add-on to pelvic floor muscle exercises on neuromuscular outcomes and quality of life in postmenopausal women with stress urinary incontinence: a randomized controlled trial. **Neurourology And Urodynamics**, [S.L.], v. 36, n. 8, p. 2142-2147, 16 maio 2017. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/nau.23258>.
- BRUBAKER, L. **Patient education: Pelvic floor muscle exercises** (Beyond the Basics). Waltham (MA): UpToDate, 2016. Disponível em:<http://www.uptodate.com/contents/pelvic-floor-muscle-exercises-beyond-the-basics>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CREMA, I; TILIO, RAFAEL; CAMPOS, M. Repercussões da Menopausa para a Sexualidade de Idosas: Revisão Integrativa da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 3 p. 753- 769. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003422016>. Acesso em: 08 jun. 2024.
- DECHERNEY, A. H. et al. **CURRENT diagnóstico e tratamento:** ginecologia e obstetrícia. 11 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. Acesso em: 08 jun. 2024.

EARLE, L.; VARTULI, M. A. **Menopausa bem vivida:** o guia definitivo para se sentir bem e radiante na pré-menopausa, na menopausa e depois dela. Editora Senac São Paulo, 2020.

HOLZSCHUH, J. T.; SUDBRACK, A. C. Eficácia dos cones vaginais no fortalecimento do assoalho pélvico na incontinência urinária feminina pós-menopausa: estudo de casos. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 9, n. 4, p. 498-504. 2019. Disponível em: <https://200.128.7.132/index.php/fisioterapia/article/view/2542>. Acesso em: 08 jun. 2024.

KLING, J. et al. **Systematic review of body image measures.** Body Image. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31394462/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

KOŁODYŃSKA, G. et al. Assessment of the Effectiveness of the Sonofeedback Method in the Treatment of Stress Urinary Incontinence in Women—**Preliminary Report.** Journal Of Clinical Medicine, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 659, 27 jan. 2022. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/jcm11030659>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0383/11/3/659>. Acesso em: 12 maio 2024.

LOPES, R. M. M. **Cinesioterapia como tratamento da incontinência urinária na mulher idosa.** Ariquemes, RO: Faculdade de Educação e Meio Ambiente, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes RO, 2021. 45 f. Disponível em: <https://repositorio.unifaema.edu.br/bitstream/123456789/2978/1/ROSICLEI%20DE%20MOU%20RA%20MACHADO%20LOPES.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MANICA, J.; BELLAVER, E. H.; ZANCANARO, V.. Efeitos das terapias na menopausa: uma revisão narrativa da literatura. **Journal Of Health & Biological Sciences**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 82-88, 28 dez. 2018. Instituto para o Desenvolvimento da Educacao. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v7i1.2064.p82-88.2019>. Acesso em: 04 mai. 2024.

MARQUES, S. R. Tratamento Fisioterapêutico na Incontinência Urinária em Idosas. 2016 **Revista Saúde Integrada**, v. 9, n. 17, p. 110- 116. Disponível em:<http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/saude/index>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MORENO, A. L. **Fisioterapia em uroginecologia.** 2 ed. Barueri: Manole; 2009. p. 226. Acesso em: 08 jun. 2024.

OLIVEIRA, A. R.; SILVA, M. M.; PERES, M. P. Os benefícios da fisioterapia pélvica para mulheres com incontinência urinária. **Revista Cathedral**, v. 3, n. 2, p. 48-55, 5 jun. 2021. Disponível em: <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/301>. Acesso: 20 abr. 2024.

OLIVEIRA, T. R. S.; SANTOS, L. G.; SALES, T. H. F.. Effects of menopause on maxillary bones and dental implant survival. **Research, Society and Development**, [S. I.], v. 10, n. 13, p. e130101320874, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.20874. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20874>. Acesso em: 7 mai. 2024.

OLIVETTO, M. M. S. ; LIMA, B. E. S. ; ALENCAR, I.. Physical therapy intervention in the treatment of stress urinary incontinence. **Research, Society and Development**, [S. I.], v. 10, n. 12, p. e319101220568, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20568. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20568>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PEREIRA, E. R. et al. A influência da cinesioterapia no tratamento da incontinência urinária em mulheres: revisão / the influence of kinesiotherapy in treating urinary incontinence in women. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 9734-9748, jan. 2021. **Brazilian Journal of Development**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n1-660>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PINTO; SILVA, M. P. **Tratado de fisioterapia em saúde da mulher.** 2 ed. Rio de Janeiro: Roca, 2019. Acesso em: 08 jun. 2024.

RODRIGUES, H. C. T. **Fisioterapia no tratamento da incontinência urinária de mulheres após a menopausa.** 2021. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Fisioterapia – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes RO, 2021. Disponível em: <https://repositorio.faema.edu.br/handle/123456789/2970>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SILVA, J. C.. **Abordagem fisioterapêutica nas disfunções do assoalho pélvico e os impactos negativos na vida das mulheres.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia) – UniAGES, Paripiranga, 2021. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17878/1/Monografia%20-%20J_OICE%20CAROLINA%20DA%20SILVA%20RUNA.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

SOUZA, N. R. R. et al. **Relação entre terapia de reposição hormonal no climatério e o desenvolvimento de neoplasias.** Repositório Institucional, Universidade Federal de Ouro Preto, v. 25, n. 2, p. 135-143, 2019. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20190103_213618.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

TANG, Y. et al. Rumba Dance Combined with Breathing Training as an Exercise Intervention in the Management of Stress Urinary Incontinence in Postmenopausal Women: a randomized controlled trial. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, [S. L.], v. 20, n. 1, p. 522, 28 dez. 2022. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph20010522>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/20/1/522>. Acesso em: 12 maio 2024.

VARELLA, Dráuzio. **Incontinência Urinária.** Biblioteca Virtual em Saúde. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018 [online]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/incontinencia-urinaria/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

ZAIDAN, P.; PEREIRA, F. D.; SILVA, E. B. **Eficácia da eletroestimulação no tratamento da incontinência urinária de esforço:** uma metanálise. Fisioterapia Brasil, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 91-113, 11 fev. 2022. Convergences Editorial. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33233/fb.v23i1.4725>. Acesso em: 13 mai. 2024.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ROMPENDO OS MUROS DA UNIVERSIDADE PARA A DIVULGAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ANATÔMICOS

Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras

Doutora em cuidados clínicos em Enfermagem e Saúde, pela Universidade Estadual do Ceará. Docente no Centro Universitário Inta- Uninta. Centro Universitário Inta- Uninta, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6377103436374712>
<https://orcid.org/0000-0001-7464-1992>

Rômulo César Afonso Goulart Filho

Mestre em Saúde da Família, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Coordenador do curso de Fisioterapia no Centro Universitário Inta- Uninta.

Centro Universitário Inta- Uninta, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6179690126557567>
<https://orcid.org/0000-0002-0198-3227>

Francisco Marcelo Alves Braga Filho

Fisioterapeuta. Mestre em Gestão em Cuidados da Saúde pela MUST University. Docente no Centro Universitário Inta- Uninta. Centro Universitário Inta- Uninta, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9332138060874220>
<https://orcid.org/0000-0002-2583-4322>

Felipe Dias Ferreira

Graduando no Curso de Fonoaudiologia, do Centro Universitário Inta- Uninta. Centro Universitário Inta- Uninta, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5555335914119211>
<https://orcid.org/0009-0000-1758-4186>

Nelson Viana Feitosa Pinto

Graduando no Curso de Biomedicina, do Centro Universitário Inta- Uninta. Centro Universitário Inta- Uninta, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1308968927807743>
<https://orcid.org/0009-0006-0277-7771>

RESUMO: O presente estudo relata a realização de uma extensão universitária, realizada em junho de 2024, com estudantes da Escola de Ensino Médio de Tempo Integral (EEMTI) Carmosina Ferreira Gomes, localizada no bairro Sumaré, em Sobral, Ceará. Trata-se de um relato de experiência, descritivo, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da vivência dos membros da Liga Acadêmica de Estudos do Corpo Humano e Saúde (LECHS), de uma IES particular, realizado durante o mês de maio de 2024. A atividade de extensão, contou com a participação de

40 estudantes do terceiro ano do ensino médio, e foi realizada em um laboratório de anatomia humana de uma IES (Instituição de Ensino Superior), e teve como objetivo proporcionar aos estudantes uma compreensão da anatomia do sistema muscular, utilizando métodos de ensino práticos e interativos, em um ambiente que promoveu o engajamento e a motivação dos participantes. Assim, os estudantes do ensino médio, puderam expor suas dúvidas, questionamentos e feedbacks, durante a ação de extensão sobre sistema muscular e assim adquirir novos saberes e conhecimentos sobre o tema, ao visitar o laboratório de anatomia humana da IES. Assim, esse conhecimento possibilitou que os estudantes de escolas públicas tenham mais autonomia e consciência sobre seu corpo e sua saúde. Nesse sentido, podemos concluir que o projeto atingiu seus objetivos de forma proveitosa, pois proporcionou aos alunos experiências pedagógicas inovadoras na educação formal e não formal voltados para anatomia humana e educação na adolescência, contribuindo de forma significativa para a melhoria do ensino de ciências humanas e da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Anatomia; Laboratórios; Universidades.

UNIVERSITY EXTENSION: BREAKING UNIVERSITY WALLS TO DISSEMINATE ANATOMICAL KNOWLEDGE

ABSTRACT: The present study reports the carrying out of a university extension, carried out in June 2024, with students from the Full-Time High School (EEMTI) Carmosina Ferreira Gomes, located in the Sumaré neighborhood, in Sobral, Ceará. This is a descriptive experience report, with a qualitative approach, developed from the experiences of members of the Academic League for Human Body and Health Studies (LECHS), from a private HEI, carried out during the month of May 2024. The extension activity, with the participation of 40 third-year high school students, was carried out in a human anatomy laboratory at an IES (Higher Education Institution), and aimed to provide students with an understanding of the anatomy of the muscular system, using practical and interactive teaching methods, in an environment that promoted participant engagement and motivation. Thus, high school students were able to express their doubts, questions and feedback, during the extension action on the muscular system and thus acquire new knowledge on the topic, when visiting the human anatomy laboratory at the IES. Thus, this knowledge enabled public school students to have more autonomy and awareness about their bodies and their health. In this sense, we can conclude that the project achieved its objectives in a fruitful way, as it provided students with innovative pedagogical experiences in formal and non-formal education focused on human anatomy and education in adolescence, contributing significantly to the improvement of teaching humanities and of health.

KEYWORDS: Teaching; Anatomy; Laboratories; Universities.

1. INTRODUÇÃO

Ao decorrer dos anos, as Universidades brasileiras visam cada vez mais à premissa de que o bom funcionamento do conjunto de ensino, pesquisa e extensão contribui de maneira sólida para a formação do futuro profissional.

Assim, a Liga Acadêmica de Estudos do Corpo Humano e Saúde (LECHS), foi fundada em 2024, por docentes de uma Instituição de Ensino Superior (IES), chamada de Centro Universitário Inta- Uninta, com o objetivo principal de promover atividades de caráter teórico e prático, a fim de agregar informações acerca do corpo humano, visando discutir e elucidar o tema e, sobretudo, praticá-las através de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de estudos do corpo humano e saúde, envolvendo as grandes áreas de estudo: anatomia humana e fisiologia humana.

Neste contexto, diante da contribuição contínua e duradoura da extensão universitária, a LECHS visou proporcionar o aprendizado acadêmico inicial sobre o corpo humano aos participantes e oferecer à comunidade a oportunidade de conhecer peças anatômicas sintéticas.

As participações das escolas públicas, com os estudantes de ensino médio, nas atividades da LECHS, são disponibilizadas para qualquer instituição de ensino de caráter público ou privado de todo o município de Sobral, mediante a um agendamento prévio entre os coordenadores do projeto e os responsáveis pela instituição de ensino participante.

Assim, a valorização da extensão universitária é fundamental tanto para a instituição, quanto para a comunidade ao seu entorno. Assim, um dos principais objetivos da criação da LECHS, foi a realização de extensões universitárias, trazendo a inclusão dos alunos das escolas públicas do município de Sobral, Ceará.

Desta forma, a extensão universitária é um dos três pilares fundamentais do ensino superior no Brasil, ao lado do ensino e da pesquisa (Mclean, 2023). Ela se caracteriza pela interação entre a universidade e a sociedade, promovendo o desenvolvimento social, econômico e cultural por meio da aplicação do conhecimento acadêmico em benefício da comunidade (Istiningsih, 2023). Assim, a LECHS foi criada com o intuito de fortalecer essa ponte entre a academia e a sociedade, com foco na educação anatômica para estudantes de escolas públicas de ensino médio e ensino superior.

Neste sentido, é importante ressaltar o conceito de extensão universitária, como “a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

Assim, no Brasil e no mundo, a extensão universitária alia conceitos não apenas da promoção da saúde, mas de outros elementos que visam tornar o ambiente acadêmico mais sustentável e salutogênico, ou seja, busca alterar o modo com a qual saúde e bem-estar são vistos, trazendo uma dissociação da dicotomia entre saúde e doença, criando uma relação onde a prioridade é a promoção de hábitos saudáveis com o objetivo de trazer uma melhora da qualidade de vida e do bem-estar (Marçal et al., 2018).

Neste sentido, a extensão universitária surge como uma resposta a essas deficiências, oferecendo à comunidade escolar o acesso a recursos e conhecimentos que, de outra forma, estariam fora de seu alcance (Rungduin, 2022). Projetos de extensão como o da LECHS, portanto, não apenas complementam a formação dos estudantes universitários, mas também desempenham um papel crucial na melhoria da educação básica. Através dessas iniciativas, a universidade cumpre sua função social, contribuindo para a formação cidadã e para o desenvolvimento das comunidades em que está inserida (Warsame, 2023).

Destaca-se que muitas escolas públicas não possuem um laboratório qualificado e equipado, dificultando os conhecimentos dos alunos sobre o corpo humano. Diante disso, através da extensão universitária da LECHS, foi oferecida a oportunidade aos alunos do ensino médio, de ter um ensino especializado e individualizado sobre o corpo humano. Assim, a extensão universitária torna-se relevante, na relação estabelecida entre instituição e sociedade por meio da aproximação e da troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população, pelo desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem sobre o corpo humano.

Deste modo, devido à importância que a extensão universitária desempenha nas IES, por meio do desenvolvimento de um processo educativo e social, o trabalho visou o compartilhamento dos saberes produzidos pelos acadêmicos do Centro Universitário, e dentro desse contexto, através da LECHS, liga acadêmica sobre o corpo humano, tornando-se um mediador da construção do conhecimento por meio do aprendizado vivenciado cotidianamente pelos acadêmicos e comunitários e pelos resultados obtidos individualmente e coletivamente.

Neste contexto, o presente estudo relata a realização de uma extensão universitária, realizada em junho de 2024, com estudantes da Escola de Ensino Médio de Tempo Integral (EEMTI) Carmosina Ferreira Gomes, localizada no bairro Sumaré, em Sobral, Ceará. A atividade de extensão, contou com a participação de 40 alunos do terceiro ano do ensino médio, e foi realizada em um laboratório de anatomia humana de uma IES (Instituição de Ensino Superior), e teve como objetivo proporcionar aos estudantes uma compreensão da anatomia do sistema muscular, utilizando métodos de ensino práticos e interativos, em um ambiente que promoveu o engajamento e a motivação dos participantes.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, descritivo, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da vivência dos membros da Liga Acadêmica de Estudos do Corpo Humano e Saúde (LECHS), de uma IES particular- Centro Universitário Inta- Uninta, realizado durante o mês de maio de 2024. O público-alvo da ação, foram 40 estudantes matriculados no terceiro ano do ensino médio, de uma escola pública, estadual, do município de Sobral, Ceará. A direção da escola, ao aceitara participar da ação de

extensão, realizou o preenchimento de uma ficha para cadastro da escola, do termo de anuência e os estudantes foram cadastrados através do preenchimento de um formulário no Google Forms, onde também realizaram o preenchimento do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLÉ), para participação na pesquisa.

A extensão universitária da LECHS, foi desenvolvida por oito membros da liga, graduandos dos cursos de enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia e nutrição, de uma IES, do município de Sobral, Ceará. E foi realizado no laboratório de anatomia humana da IES.

Desta forma, para a metodologia de ensino, nos momentos iniciais das aulas foram utilizados: o PowerPoint, para explanação do conteúdo teórico sobre sistema muscular; peças anatômicas do sistema muscular, disponibilizados no laboratório de anatomia humana; e máquina da passa ou repassa, para a realização do quiz sobre sistema muscular. E para demonstração do corpo humano de forma 3D, utilizou-se também o aplicativo “3D: Human Anatomy Atlas” (desenvolvedor Visible Body), o qual pode explorar o corpo humano em uma realidade tridimensional.

Deste modo, o software utilizado “Visible Body Human Anatomy Atlas”, está disponível no link: <https://www.visiblebody.com>. O *Visible Body* é um conjunto de programas online, que cobrem anatomia, fisiologia, músculos, esqueleto e sistema circulatório, com modelos em 3D, animações e questionários. É uma ferramenta que possibilita o aprendizado do aluno de forma síncrona, na qual, pode o estudante interagir com outras pessoas e de várias formas, a partir de um modelo anatômico em 3D (*Visible Body*, 2022). Nesse software, são abordados os sistemas: nervoso, esquelético, circulatório, respiratório, digestivo, urinário, reprodutor, endócrino, linfático e muscular.

E para a forma de avaliação da ação de extensão, utilizou-se o “Formulários Google Forms” constituído de algumas perguntas para *feedback* dos estudantes participantes da ação de extensão.

A coleta de dados foi realizada a partir da análise dos momentos da ação de extensão. de extensão Anatofera, realizado no laboratório de anatomia humana, e veiculado pelos membros da LECHS.

Como procedimentos éticos, a pesquisa adotou a Resolução n: 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que garante proteção aos seres humanos participantes de pesquisas científicas no respeitante à sua dignidade (Brasil, 2012). Para o anonimato dos estudantes, foram utilizados os codinomes Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3... até Estudante 40. Para a análise dos dados, utilizou- se a categorização das falas de Minayo, com a seguinte categoria: “Dialogando com os estudantes do ensino médio sobre anatomia do sistema muscular”.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A anatomia é a ciência que estuda a estrutura do organismo humano e seus componentes. A anatomia humana é um tópico básico de pesquisa com uma das primeiras evidências escritas de estudos encontradas no Egito antigo, em 1.600 Antes de Cristo (AC) com relatos de papiros descrevendo coração, vasos sanguíneos, fígado, rins, hipotálamo, útero e bexiga (Brand, Saberi, 2016). Acredita-se que esses documentos sejam cópias incompletas de documentos antigos, descritos em 3.000 a 2.500 anos AC (Standring, 2016).

Neste sentido, no ensino de anatomia humana, a disciplina de anatomia humana, por ser uma das bases fundamentais do ensino em saúde (Estai, 2016), tem papel também histórico conforme relatado nos parágrafos anteriores.

Deste modo, as ligas acadêmicas de anatomia humana e fisiologia humana, que abordam conteúdos sobre o corpo humano, ajudam no aprofundamento de conhecimentos. Assim a liga acadêmica é uma associação científica que visa complementar a formação em uma área específica, por meio de atividades que atendam os princípios do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão (Ablam, 2010; Cavalcante, et al., 2018).

Desta forma, a exposição de matérias do ensino superior para os estudantes do ensino fundamental e médio, pode possibilitar as crianças e adolescentes um direcionamento para seu futuro, verificando sua afinidade com as disciplinas, podendo pré-selecionar algumas profissões para seu futuro (Matta; Lebrão Heleno, 2017).

Porém, para o ensino atual de anatomia humana, ocorre a necessidade do uso de tecnologias e de um laboratório de anatomia, que disponibilize peças anatômicas, pois o impacto que as novas tecnologias podem trazer no processo de aprendizagem é um fato cada vez mais posto em evidência com repercussões em todo sistema educacional.

Neste contexto, entende-se que o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios históricos, especialmente em relação à educação básica (Oliveira, 2021). A desigualdade de acesso a recursos educacionais de qualidade, como laboratórios de ciências bem equipados, é uma realidade em muitas regiões do país (Brasil, 2023). Em escolas públicas, principalmente nas áreas periféricas, a falta de infraestrutura adequada compromete o ensino de disciplinas que requerem práticas experimentais, como a biologia e a anatomia (Cheng, 2021; Delpino, 2021).

Ao atuar em programas e projetos de extensão, acadêmicos e professores vivenciam a articulação entre universidade e sociedade. A extensão se torna uma importante ferramenta para que os acadêmicos possam partilhar e aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Tal premissa vem ao total encontro dos aspectos defendidos pela Resolução nº 7, publicada pelo Ministério da Educação em 18 de dezembro de 2018. O documento apresenta novas diretrizes para o desenvolvimento da extensão universitária, considerando ter ela o dever de agir como “transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (Brasil, 2018).

Além disso, a referida resolução estabelece que, por meio da extensão, os acadêmicos são oportunizados a desenvolverem uma formação mais cidadã, marcada pelo contato com as comunidades atendidas, pela aplicação dos conhecimentos obtidos na sala de aula e pelo contato interdisciplinar e interprofissional que estabelecem dentro das práticas extensionistas (Brasil, 2018).

Desta maneira, a participação em atividades extensionistas eleva o desenvolvimento das atividades interdisciplinares e interprofissionais, uma vez que um dos cernes da extensão é envolver diferentes áreas para que, por meio da dialogicidade e da interação, os profissionais e acadêmicos envolvidos possam dialogar, compartilhar conhecimentos e experiências, além de vivenciarem práticas colaborativas (Santa Anna, 2020).

Neste contexto, percebe-se que a extensão vem ganhando cada vez mais espaço nas universidades, consolidando-se como uma área que agrega à formação acadêmica e pessoal dos acadêmicos e professores. Além disso, a extensão possibilita que a Universidade cumpra com sua função de colaborar com a sociedade, compartilhando com ela seus conhecimentos e contribuindo para a sua ascensão e valorização.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

"Extensão Universitária- Dialogando com os estudantes do ensino médio sobre anatomia do sistema muscular".

A preparação para a ação de extensão começou com um planejamento detalhado, que envolveu a seleção dos conteúdos a serem abordados sobre o sistema muscular, a definição das metodologias a serem utilizadas, e a organização logística das atividades. O primeiro passo foi a realização de reuniões com os ligantes da LECHS, que discutiram as necessidades da comunidade escolar e as melhores abordagens para atender a essas demandas. Decidiu-se que o foco seria no sistema musculoesquelético, devido à sua importância para a compreensão do corpo humano e ao interesse demonstrado pelos alunos em estudos prévios e seria utilizado o laboratório de anatomia humana da IES.

Assim, no dia estipulado para a realização da extensão, com a chegada dos alunos participantes, dois ligantes realizaram a recepção dos mesmos e esclareceu os procedimentos adotados pelo laboratório, entre esses aspectos éticos e legais. Após as devidas orientações os alunos participantes adentram ao laboratório e foram divididos em grupos seis alunos e encaminhados para cada bancada previamente organizadas com os músculos do corpo humano.

Desta forma, foi organizado uma programação da extensão universitária com os estudantes do ensino médio, para melhor organização da ação de extensão com os alunos do ensino médio, conforme apresentado na tabela 01.

Tabela 01- Programação da extensão universitária, com os alunos do ensino médio, sobre sistema muscular no Laboratório de Anatomia Humana. Sobral, Ceará, 2024.

Programação Extensão Universitária sobre Sistema Muscular. Sobral, Ceará, 2024.
Local: Laboratório de Anatomia Humana do Centro Universitário Inta, Uninta.
13:00h- Acolhimento dos alunos e direcionamento ao laboratório de anatomia humana.
13:30- Momento teórico- Explanação do conteúdo teórico sobre a Anatomia do Sistema Muscular através do Power Point e disponibilização dos livros do Sobotta. Conteúdo: Músculos superficiais faciais, tórax, abdômen, membros superiores e inferiores.
14:00h- Utilização do Software 3D de anatomia humana, para ilustração das principais estruturas dos músculos do corpo humano.
15:00h- Momento da prática- realizando as identificações dos músculos superficiais, nas peças anatômicas do laboratório de anatomia humana.
16:00h- Dinâmica do “Passa ou repassa”, com perguntas sobre a anatomia do sistema muscular.
17:00h- Encerramento da extensão universitária.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, foi desenvolvido um material didático específico para a extensão, composto por apresentações em slides, peças anatômicas, e modelos tridimensionais, com o uso do software 3D de anatomia humana entrega de um roteiro orientador, com as imagens e nomes dos principais músculos, para ajudar na localização das estruturas nas peças anatômicas.

De forma resumida, foram abordados durante a ação de extensão com os conteúdos sobre os músculos da mimica facial, músculos do tórax, abdômen, membros superiores e membros inferiores. Todos os músculos foram demonstrados pelos ligantes nas peças anatômicas. Também foram ressaltadas as principais funções dos músculos.

Deste modo, após a exposição dialogada dos slides, sobre os principais músculos do corpo humano, os ligantes apresentaram alguns músculos no software 3D, facilitando o entendimento da real localização dos músculos. Posteriormente foi realizado uma gincana do “passa ou repassa”, para os alunos, com perguntas sobre os músculos, onde percebeu-se o entusiasmo, interesse e motivação dos alunos em participar da gincana.

Este momento foi de relevância ímpar, pois foi o primeiro contato dos alunos com este tipo de laboratório. Ao longo da visita os estudantes puderam conhecer os músculos de todas as partes do corpo humano e todo o seu processo de funcionamento.

Destaca-se que o uso de múltiplos recursos visuais e práticos foi uma escolha estratégica para atender às diferentes formas de aprendizagem dos alunos, observou-se que o aprendizado é mais eficaz quando os alunos têm a oportunidade de interagir com o material de estudo de maneira ativa, em vez de apenas receber informações passivamente (Alberta, 2021; Ahsan, 2020).

Desta forma, os estudantes do ensino médio, puderam expor suas dúvidas, questionamentos e feedbacks, durante a ação de extensão sobre sistema muscular e assim adquirir novos saberes e conhecimentos sobre o tema ao visitar o laboratório de

anatomia humana da IES. O intuito da ação foi proporcionar aos alunos um contato com peças anatômicas sintéticas, na aquisição de conhecimentos.

Deste modo, percebeu-se durante a realização da extensão universitária, que os alunos apresentaram muitas dúvidas sobre as localizações e funções dos principais músculos, conforme apresentado abaixo:

E1: “Qual o músculo que é responsável pelo sorriso?”.

E2: “Qual os nomes dos músculos da perna?”

E3: “Agora ficou mais fácil entender quais os músculos que são trabalhos quando estamos fazendo atividade física”.

E4: “Como é legal entender os músculos, vendo estes nas peças anatômicas”.

Desta maneira, destaca-se que os ligantes orientaram os alunos, com a exibição das localizações exatas dos músculos, nas peças anatômicas do sistema muscular. Percebeu-se que os estudantes, ficaram entusiasmados com a visualização dos músculos nas peças anatômicas, ajudando na compreensão e fixação dos conhecimentos anatômicos sobre o sistema muscular.

Nesse sentido, o ensino teórico-prático em laboratórios de anatomia pode facilitar a compreensão dos conteúdos relacionados ao corpo humano e seu funcionamento. Além disso, pode-se despertar nos adolescentes uma possível escolha profissional e um melhor aproveitamento e rendimento acadêmico, tanto no ensino médio como no superior (Cardinot; Albuquerque; Siqueira, 2020).

Nesse contexto, estudos apontam que o entendimento do conhecimento teórico deve estar associado ao experienciarão prática dos conteúdos pelos discentes. Assim a combinação de conteúdo teórico e prática amplia a criatividade e a interatividade dos alunos, para que eles possam participar mais ativamente do processo educacional, e melhor utilizar e absorver o que é ensinado (Pinto; Pierucci, 2013; Arruda, Barbosa et al., 2019).

Desta forma, destaca-se que o surgimento e a exploração de novas metodologias, aliando os sistemas computacionais e a anatomia humana, como a realidade virtual e a realidade aumentada, deu-se a partir de sistemas e se estabeleceu para “substituir” a “realidade real” em que nosso corpo físico se encontra ou para trazer uma realidade alternativa à que vivemos (Veras et al., 2024).

Para Tori et al. (2019), essas realidades distintas também são reais, e seu intuito é fazer com que nosso cérebro acredite que todos os objetos e ações do que está acontecendo sejam reais verdadeiras e não apenas simulações. Então, como uma ótima ferramenta para relacionar tal conteúdo anatômico com a tecnologia, os softwares educacionais se inserem nesse contexto, visto que possuem aplicações variadas no ensino de Ciências (Oliveira et al., 2021).

Assim, a extensão universitária, realizada pela LECHS, ofereceu aos jovens de uma escola pública a oportunidade de aliar os conhecimentos teóricos adquiridos em

sala de aula com a prática, por meio de atividades e ações onde foram utilizadas peças anatômicas sintéticas para representar sistemas humanos de forma mais realista, software 3D de anatomia humana, e gincana com a utilização do “passa ou repassa”, tornando o aprendizado mais dinâmico e menos abstrato.

Portanto, a extensão universitária promoveu uma maior integração do ensino superior com a educação básica e comunidade, e fortaleceu a tão importante tríade: ensino, pesquisa e extensão ao integrar os alunos visitantes ao ambiente universitário de forma objetiva e transparente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os alunos participantes da extensão obtiveram uma maior compreensão anatômica acerca dos músculos do corpo humano. Os objetivos esperados foram alcançados, através da realização da extensão universitária, sendo uma forma inovadora de aproximar os alunos do ensino médio aos saberes do corpo humano. É importante evidenciar que a colaboração dos membros da LECHS, trouxe um alcance além da universidade, pois a ação atingiu a comunidade externa.

Assim, esse conhecimento possibilitou que os estudantes de escolas públicas tenham mais autonomia e consciência sobre seu corpo e sua saúde. Além disso, essa experiência com o ensino superior pode motivar os alunos a permanecerem na escola após o ensino médio.

Nesse sentido, podemos concluir que o projeto atingiu seus objetivos de forma proveitosa, pois proporcionou aos alunos experiências pedagógicas inovadoras na educação formal e não formal voltados para anatomia humana e educação na adolescência, contribuindo de forma significativa para a melhoria do ensino de ciências humanas e da saúde.

Cabe também destacar que essa experiência também foi bastante proveitosa para os acadêmicos dos cursos da saúde, participantes da liga LECHS, tendo em vista que este contribuiu para a formação pedagógica da equipe de extensão acadêmica, que teve a oportunidade de aprimorar a compreensão de conteúdos importantes e de se aproximar da comunidade para promover ações educativas de promoção de saúde.

REFERÊNCIAS

AHSAN, Amna; TALAT, Nabil; FAYYAZ, Saira. **Exploring the preferred learning styles among undergraduate medical students and postgraduate residents by using VARK inventory**. Health Professions Educator Journal, v. 3, n. 1, p. 24–30, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.53708/hpej.v3i1.99>>. Acesso em: 19/08/2024.

ALBETA, Sri Wilda; HARYATI, Sri; FUTRA, Dedi; et al. **The effect of learning style on students' learning performance during the Covid-19 pandemic**. Jurnal Tadris Kimiya, v. 6, n. 1, p. 115–123, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15575/jtk.v6i1.12603>>. Acesso em: 21/09/2024.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste de et al. **Extensão como ferramenta de aproximação da universidade com o ensino médio.** Cadernos de Pesquisa, v. 49, p. 316-327, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FYkF49Sc8pFmvQR68z3dyhg/> Acesso em: 21/09/2024.

BRASIL. **RESOLUÇÃO N° 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.** Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 21/09/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 21/09/2024.

CARDINOT, Themis Moura; DE ALBUQUERQUE CORREIA, Carolina; SIQUEIRA, Priscyanne Barreto. **A importância do apoio acadêmico na formação de jovens estudantes do ensino médio: uma experiência exitosa na disciplina de anatomia humana na UFRRJ.** Revista Conhecimento Online, v. 2, p. 165-178, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.2114>>. Acesso em: 13/08/2024.

HASSAN WARSAME, Mr Burhan; ABDULLAHI MOHAMED, Mr Abdinasir; ABDULLAHI YUSUF, Mr Sharmarke. **An exploratory study for the role of civic education in promoting students' public participation at universities (case study on Somali Nation University) Mogadishu Somalia.** International Journal of Education Humanities and Social Science, v. 06, n. 05, p. 207–219, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.54922/ijehss.2023.0589>>. Acesso em: 28/08/2024.

ISTININGSIH, Istiningih; UNRUH, Thomas; SUTRISNO, Sutrisno; et al. **Active learning with research based on three principles of higher education.** Journal of Education and Learning (EduLearn), v. 18, n. 2, p. 421–429, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11591/edulearn.v18i2.20966>>. Acesso em: 04/09/2024.

MATTA, C. M. B. da; LEBRÃO, S. M. G.; HELENO, M. G. V. **Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura.** Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 583–591, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111118>. Acesso em: 03/08/2024.

MARÇAL CCB, Heidemann ITSB, Fernandes GCM, Rumor PCF, Oliveira LS de. **A salutogênese na pesquisa em saúde: uma revisão integrativa.** Rev Enferm UERJ. 2018;26:e37954. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2018.37954>. Acesso em: 04/09/2024.

MUHAMMAD, Noor; SIDDIQUE, Ahsaan; JABEEN, Sofia; et al. **Academic motivation and engagement: A correlational study of students' perspective at secondary school level.** Journal of Social Sciences Review, v. 3, n. 2, p. 852–863, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.54183/jssr.v3i2.315>>. Acesso em: 12/09/2024.

MCLEAN, Scott. **Champions of democracy or agents of professionalization? The extension era at the universities of Toronto, Queen's, and McMaster.** Revue canadienne de sociologie [Canadian review of sociology], v. 60, n. 4, p. 646–667, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/cars.12449>>. Acesso em: 02/09/2024.

Ministério da Educação (BR). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação -PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 19 dez 2018; Seção 1. Acesso em: 02/09/2024.

NAPALIT, Francisco; TANYAG, Bennett; SO, Carl Louie; et al. **Examining student experiences: Challenges and perception in computer programming.** International Journal of Research Studies in Education, v. 12, n. 8, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5861/ijrse.2023.71>>. Acesso em: 02/09/2024.

PINTO, Hyorrana Priscila Pereira; PIERUCCI, Amauri. **Meu corpo, minha fortaleza: uma relação entre anatomia humana e saúde.** Extensão, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 174-185, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REE-v12n12013_rel14>. Acesso em: 02/09/2024.

RUNGUIN, Teresita; BACLAGAN, Tito; MANGAOIL, Armina; et al. **Life narratives of women-recipients of university-designed extension programs.** The Normal Lights, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.56278/tln.vi.1721>>. Acesso em: 02/09/2024.

SANTA ANNA, J. **Para além dos muros da universidade: prática docente na extensão universitária.** Interfaces, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, Edição extra, p. 1-282, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19525/17541>. Acesso em: 15 maio 2024. Acesso em: 02/09/2024.

OLIVEIRA, C. O., et al. **Biomais: um software educativo gamificado para o ensino de anatomia e fisiologia humana.** Revista Valore, v. 6, p. 342-358, 2021. Acesso em: 02/09/2024.

OMAR, Chalak; PLUMB, Sarah. **Teamwork and student engagement during practical sessions in laboratories.** In: **9th International Conference on Higher Education Advances (HEAd'23).** Valencia: Universitat Politècnica de València, 2023, p. 1187-1195. Acesso em: 02/08/2024.

RUNGUIN, Teresita; BACLAGAN, Tito; MANGAOIL, Armina; et al. **Life narratives of women-recipients of university-designed extension programs.** The Normal Lights, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.56278/tln.vi.1721>>. Acesso em: 22/07/2024.

STANDRING, S. (Ed.). **Gray's anatomia: a base anatômica da prática clínica.** 40. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SUSILO, Bambang; DARHIM, Darhim; PRABAWANTO, Sufyani. **Supporting activities for critical thinking skills development based on students' Perspective.** In: Proceedings of the International Conference of Science and Technology for the Internet of Things. [s.l.]: EAI, 2019. Acesso em: 23/08/2024.

ZYWIEL, Michael G.; SATHIYAMOORTHY, Thrmiga; ARCHIBALD, Doug; et al. **Inaugural MSK Medicine Module: An innovative multidisciplinary medical education model.** Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21203/rs.3.rs-916458/v1>>. Acesso em: 12/09/2024.

TORI, R., & Honsell, M. (2018). **Introdução à Realidade virtual e Aumentada.** Porto Alegre: Editora SBC. Visible Body. Software Human Anatomy Atlas (Version 2020.0). Computer software. <https://www.visiblebody.com/>. Acesso em: 02/09/2024.

VERAS et al. **Potencialidades pedagógicas dos softwares 3D de anatomia humana: uma análise a partir da teoria cognitiva da aprendizagem multimídia.** Research, Society and Development, v. 11, n. 12, e392111234378, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/Karlla/Downloads/34378-Article-386313-1-10-20220918%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Karlla/Downloads/34378-Article-386313-1-10-20220918%20(3).pdf). Acesso em: 22/09/2024.

CAPÍTULO 25

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE NO ACESSO E PERMANÊNCIA ACADÊMICA

Francisca Neide Camelo Martins

Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal (2022) Pró-Reitora de Diálogo e Supervisão Institucional do Centro Universitário UNINTA

Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3161066429850481>

Anaisa Alves de Moura

Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT – Lisboa-PT. Gestora de Pesquisa e Docente do Centro Universitário UNINTA EAD. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5733205457701234>

Lara Martins Spíndola Rodrigues Meneses

Graduada em Medicina pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. Vice-Reitora do Centro Universitário Inta UNINTA e docente do curso de Medicina do Centro Universitário Inta – UNINTA Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8785326446929775>

Yuri Alexandre Meneses

Graduado em Medicina. Especialização em Diagnóstico por Imagem em Ultrassonografia pelo Centro Universitário Fametro, Brasil (2022).

Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7437412979362628>

Adriana Pinto Martins

Mestra em Gestão e saúde Coletiva pela UNICAMP. Atualmente Coordenadora da CPA (Comissão própria de Avaliação) do Centro Universitário Inta - UNINTA. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4630466189818295>

RESUMO: A Assistência Estudantil tem o objetivo de fornecer os recursos essenciais aos estudantes universitários, ajudando-os a superar desafios que possam prejudicar seu desempenho acadêmico. Entretanto, muitos alunos desconhecem ou têm informações insuficientes sobre os direitos e serviços que são garantidos por lei. Nesse contexto, surge a seguinte questão: qual o nível de conhecimento dos estudantes universitários sobre os benefícios de Assistência Estudantil oferecido pelas

instituições de ensino superior (IES) em que estão matriculados? A partir dessa problemática, o tema proposto busca investigar a realidade dos discentes e as dificuldades que enfrentam, destacando o desconhecimento generalizado sobre seus direitos e os serviços disponibilizados pelas IES no âmbito da Assistência Estudantil. O objetivo principal da pesquisa é avaliar a percepção dos alunos de duas IES em relação à importância da Assistência Estudantil, levando em consideração fatores como classe econômica e os desafios encontrados ao longo do curso. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com uma abordagem quanti-qualitativa e que utilizará procedimentos de campo para coleta de dados. Para resolver essa questão, sugere-se que as próprias instituições realizem uma melhor divulgação das informações, criando bancos de dados específicos para esse programa, uma vez que os dados disponíveis muitas vezes são dispersos. Além disso, é fundamental ampliar o conhecimento sobre a eficácia do PNAES, a fim de avaliar o impacto do programa no desempenho acadêmico e na permanência dos estudantes contemplados, visando garantir sua conclusão e diplomação.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil. Desempenho Acadêmico. PNAES.

CHALLENGES AND POTENTIAL OF UNIVERSITY STUDENT ASSISTANCE: POLICIES OF INCLUSION AND EQUITY IN ACADEMIC ACCESS AND PERMANENCE

ABSTRACT: Student Assistance aims to provide essential resources to university students, helping them overcome challenges that may harm their academic performance. However, many students are unaware of or have insufficient information about the rights and services that are guaranteed by law. In this context, the following question arises: what is the level of knowledge of university students about the benefits of Student Assistance offered by the higher education institutions (HEIs) in which they are enrolled? Based on this issue, the proposed theme seeks to investigate the reality of students and the difficulties they face, highlighting the widespread lack of knowledge about their rights and the services provided by HEIs within the scope of Student Assistance. The main objective of the research is to evaluate the perception of students from two HEIs regarding the importance of Student Assistance, taking into account factors such as economic class and the challenges encountered throughout the course. Methodologically, this is an exploratory and descriptive research, with a quantitative-qualitative approach and that will use field procedures for data collection. To resolve this issue, it is suggested that the institutions themselves disseminate information better, creating specific databases for this program, since the available data is often scattered. In addition, it is essential to increase knowledge about the effectiveness of the PNAES, in order to assess the impact of the program on the academic performance and retention of the students involved, aiming to ensure their completion and graduation.

KEYWORDS: Student Assistance. Academic Performance. PNAES.

1. INTRODUÇÃO

Em sua essência, o ensino universitário, independentemente do país ou continente, baseia-se na premissa da sistematização e socialização do conhecimento e o saber,

formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária (PNAE, 2016). Historicamente, pode-se afirmar que a universidade surge como a expressão da própria comunidade, encerrando, inclusive, suas contradições e virtudes que envolvem, sobretudo, o tipo de relação existente entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e seu principal ator, o estudante universitário, independentemente do país ou do momento histórico, alguns com uma tradição mais consolidada, outros ainda insipientes na construção dessa cultura educacional.

Quando se trata de América, Janotti (1992) afirma que a primeira universidade surgiu na atual República Dominicana - América Central, em 1538 pelos espanhóis. Logo em seguida, vieram as de San Marcos, no Peru em 1551, no México em 1553, Bogotá em 1662, Cuzco em 1692, Havana em 1728 e entre outras. Porquanto, as primeiras universidades norte-americanas, Havard, Yale e Filadélfia, surgiram respectivamente em 1636, 1701 e 1.755.

Já em nível de Brasil, a instituição da universidade até o início do século XIX, foi a universidade de Coimbra (TEIXEIRA, 1988, p.65), com uma educação sempre com bases religiosas, sem dúvida influenciadas pela experiência portuguesa. Como registro oficial, tem-se como registro o surgimento da primeira universidade brasileira somente em 1920, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que recebeu o nome de Universidade do Rio de Janeiro.

Esclarece Dias Sobrinho (2010) que o surgimento da Educação Superior no país deu-se, realmente, de forma tardia, em relação ao restante dos outros países das Américas espanholas e Inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial. O autor comprehende que este direito social, a uma educação de qualidade, é um aspecto essencial e prioritário para a construção da sociedade, a consolidação da identidade nacional e a inclusão socioeconômica.

Sob o ponto de vista histórico das políticas de assistência estudantil no país, Costa (2012) infere que podem ser observadas sob duas fases: A primeira delas comprehende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o que corresponde ao período de democratização política. A partir desse momento, se identifica uma segunda fase onde há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração das políticas de assistência estudantil para estudantes da graduação, nas universidades brasileiras.

Segundo dados do FONAPRACE (2004), a política de Assistência Estudantil foi marcada pela deterioração de seus programas básicos: os programas de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia (casa de estudantes), provocando o sucateamento das universidades. Apesar da LDBEN e a Constituição de 1988 considerarem a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como direito, estas prerrogativas jurídicas não destinavam verbas específicas para atendimento aos estudantes pobres.

A pressão do FONAPRACE em parceria com os estudantes levou o governo a implementar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que prevê recursos específicos para assistir aos estudantes em situação vulnerável. A política de atendimento ao estudante ocupa um espaço privilegiado pelos gestores de políticas públicas. Fato confirmado pela inserção desta política em uma das dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Foi necessário mais de uma década, para só então, em dezembro de 2007, o governo federal instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa 39, do Ministério da Educação (MEC), visando institucionalizar a assistência estudantil por meio de dotação orçamentária específica no âmbito do orçamento das universidades, categorizando a assistência estudantil como política pública (BRASIL, 2007). Neste sentido, as universidades públicas obrigatoriamente devem contemplar sua política de atendimento ao estudante nos seus relatórios de auto avaliação organizado pelas suas respectivas Comissão Própria de Avaliação (CPA).

As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - Assistência Estudantil; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O PNAES apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (BRASIL, 2017). Contudo, é justamente nesta área do Apoio Pedagógico em que se percebem, empiricamente, como os estudantes podem passar por dificuldades em questões pedagógicas, sociais e até mesmo intelectuais.

A finalidade do PNAES, ao propor a área específica para o Apoio Pedagógico, é viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para melhorar o desempenho acadêmico e evitar a evasão escolar, garantindo assim a permanência do estudante de graduação até o término do curso.

Diante do exposto acima tem-se o seguinte questionamento: Como o estudante universitário conhece o programa de Assistência Estudantil?

Em face da importância desse estudo no âmbito social e educacional, esta pesquisa procura responder as seguintes **questões de investigação**:

- a. O que representa o programa de assistência estudantil para o universitário?
- b. Qual o nível de conhecimento sobre o significado e objetivos do PNAES?
- c. Quais as principais adversidades que interferem em seu desempenho acadêmico?

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa é um recorte da Dissertação de Mestrado da autora Francisca Neide Camelo Martins Rodrigues. De natureza básica e **exploratória**, realizado junto as duas IES – uma pública e uma de natureza privada localizadas na cidade de Sobral – CE, no Brasil. Foi utilizado o método quantitativo de análise, com o objetivo de analisar a percepção do estudante universitário das IES supracitadas sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização de entrevistas aos acadêmicos.

Uma pesquisa básica é justamente aquela que tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Isso significa gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista (APPOLINÁRIO 2011, p. 146).

Na perspectiva dos objetivos, comprehende-se pesquisa descritiva como a que “(...) observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano sem a interferência do pesquisador” (RAMPAZZO, 2005, p. 53).

Para atender aos procedimentos de trabalho com o estudo proposto, a pesquisa trabalhou a recolha de dados, envolvendo a aplicação de um questionário direcionado aos alunos de duas turmas do curso de História e Enfermagem da Universidade Pública e aos alunos de duas turmas dos cursos de Direito e Fisioterapia, considerando aspectos relacionados a Assistência Estudantil.

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder comprehenda com clareza o que está sendo perguntado (FREITAS, 2008).

Sob o ponto de vista da comunicação institucional, para cada participante entrevistado foi solicitada a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), declarando livre sua participação na pesquisa, após ter recebido os devidos esclarecimentos sobre objetivos e métodos de estudo.

Quanto aos instrumentos de análise de dados, de acordo com Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118) não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou comprehendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa).

Assim, pode-se compreender que uma avaliação baseada em dados estatísticos, sendo esta uma das formas explicativas da realidade, constitui-se numa linguagem, da

mesma forma que as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são, sendo cada abordagem um espaço específico e adequado, desde que haja pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Dessa forma, o presente estudo ancora-se nestas duas possibilidades. Na perspectiva qualitativa e quantitativa, a abordagem teórica e prática dos elementos lançará mão da análise de conteúdo.

A análise do conteúdo constitui-se numa técnica de pesquisa e possui características metodológicas específicas como: objetividade, sistematização e inferência. Para Bardin (1979, p. 42), este procedimento encerra um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam extrair, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que concedam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção desse conteúdo. Na perspectiva operacional, a análise de conteúdo tem seu ponto de partida a partir da leitura das falas, adquiridas por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos.

Em via de regra, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO, 2007).

Quanto aos sujeitos da pesquisa fizeram parte duas instituições de Ensino Superior uma da rede pública e outra de natureza privada do municipal de Sobral-CE, localizadas na zona urbana do município e a população de alunos que estão regularmente matriculados entre o quarto e sétimo período.

No total de 200 alunos distribuídos nas quatro turmas. Uma turma do curso de Direito e uma do curso de Fisioterapia da rede privada. Uma turma de História e uma de Enfermagem da rede pública. A escolha destas turmas para participar da pesquisa foi feita para se ter uma visão mais ampla dos dados coletados de cada uma para melhor entender como o estudante ver a questão da Assistência Estudantil nas duas IES anteriormente mencionadas.

Toda a pesquisa foi realizada na cidade de Sobral, situada na região Norte do Ceará, a 232 quilômetros de Fortaleza, a cidade de Sobral se apresenta como o mais significativo referencial de crescimento e desenvolvimento econômico do interior do Estado, constituindo-se num centro de convergência, por sua ampla e moderna estrutura nos setores da saúde, educação, comércio, indústria, serviços, lazer, cultura e arte.

Sobral é ligada a Fortaleza pela BR-222, que interliga nosso estado aos estados do Piauí, Maranhão e Pará. Segundo dados do IBGE, a cidade possui uma população de 203.682 habitantes estimada para 2018, é o quinto município mais povoado do estado e o segundo maior do interior (IBGE, 2018).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E OS DISPOSITIVOS LEGAIS

Ações na área de assistência estudantil não são recentes, porém, percebe-se uma escassez de pesquisas sobre essa temática. (Vargas, 2008; Menezes, 2003; Garrido; Mercuri, 2013) A literatura senta, em sua maioria, estudos de casos e não pesquisas nacionais ou regionais, o que torna a leitura sobre a realidade da assistência estudantil fragmentada.

Há estudos como o do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Ramalho, 2013); Universidade Federal do Vale do São Francisco (Angelim, 2010); da Universidade de Brasília, tratando da situação de saúde mental de estudantes residentes na moradia estudantil (Osse; Costa, 2012); da Universidade Federal de Minas Gerais, relacionando questões socioeconômicas e culturais dos estudantes com auto avaliação organizado pelas suas respectivas Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A fundamentação legal do PNAES surge no Decreto nº 7.234/2010, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal. Com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o programa busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação, (PINHEIRO 2014).

As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação (BRASIL, 2017).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017)

A finalidade do PNAES é viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para melhorar o desempenho acadêmico e evitar a evasão escolar, garantindo assim a permanência do aluno de graduação até o término do curso.

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. Além disso,

Art. 2º [...]

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - Moradia estudantil;
- II - Alimentação;
- III - Transporte;
- III - Assistência à saúde;
- V- Inclusão digital;
- VI - Cultura;
- VI - Esporte; creche; e apoio pedagógico.

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobiliados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados. O mesmo ocorre com alimentação. Em algumas Ifes são priorizados os restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário para utilização em lanchonetes ou restaurantes. Há ainda casos em que são fornecidos tanto serviços como benefícios monetários. Outro aspecto interessante é a possibilidade de acumulação dos programas de assistência estudantil, o que permite que o estudante participe, por exemplo, de ações de moradia, alimentação e transporte simultaneamente.

O público-alvo da assistência estudantil é descrito no artigo 4º da Portaria Normativa:

Art. 4º As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios sócio econômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio.

Apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada universidade tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais, o que permite maior eficiência. Isso está de acordo com a Constituição Federal de 1988 que, no seu art. 207, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Infere-se que o programa será desenvolvido no âmbito das próprias IFES, não havendo restrições legais sobre a terceirização das ações de assistência estudantil ou parcerias com outras instituições ou organizações não governamentais.

PROGRAMAS DE INCLUSÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo o Plano Nacional da Educação, Lei nº 10.172/01, o setor público deveria responder por no mínimo 40% das matrículas no ensino superior. Os dados do INEP de 2011 mostram que ainda estamos distantes de tal índice. Somente com a combinação de políticas públicas de expansão, democratização, permanência e qualidade do ensino é que poderá se falar em igualdade de oportunidades e acesso universal ao ensino superior.

Programa Universidade para Todos – PROUNI

Com a finalidade de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior o Programa Universidade para Todos - PROUNI foi criado em 2004 pelo Governo Federal. Institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao programa, isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.

O PROUNI tem como público alvo os estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, aliando inclusão à qualidade e mérito dos estudantes por considerar o desempenho acadêmico. (<http://prouniportal.mec.gov.br>)

Sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil

Outro instrumento utilizado para promover a universalização do acesso ao ensino superior foi a Educação a Distância - EAD, oficializada pelo artigo 80 da Lei 9394/96 - LDB e cuja oferta foi regulamentada pelo Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005. Com a globalização e avanço das tecnologias de comunicação essa modalidade de ensino passou a receber maiores investimentos por parte do governo federal. Em 08 de junho de 2006 através do Decreto 5.800 foi criada o Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil com a finalidade de ampliação do acesso e interiorização do ensino superior. Segundo o Art. 1º do citado Decreto, são objetivos da UAB:

- I. - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II. - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III. - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

- IV. - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- V. - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VI. - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiada em tecnologias de informação e comunicação.

O Sistema UAB fomenta a educação a distância nas universidades públicas, apoia pesquisas em metodologia de ensino com base em tecnologias da informação e comunicação e tem como principal público alvo os professores de educação básica ainda sem formação superior.

Sistema de Seleção Unificada – SISU

Em 2009, foi desenvolvida pelo Ministério da Educação uma plataforma *online* intitulada Sistema de Seleção Unificada - SISU com o objetivo de oferecer ao estudante que prestou o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM uma forma de acesso à uma instituição estadual de ensino superior - IES sem participar dos processos seletivos específicos de cada instituição - vestibular. Efetivamente, o sistema entrou em operação em 2010, instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010.

Políticas Afirmativas – Ações Inclusivas (Cotas)

As políticas afirmativas pelo sistema de cotas tem sido alvo de constantes debates nas mais variadas esferas, política e social. Segundo Bergmann (1996 *apud* PEREIRA e ZIENTARSKI, 2011) realizar uma ação afirmativa implica planejar e atuar no sentido de promover pessoas pertencentes a certos grupos que têm sido subordinados ou excluídos dos direitos sociais.

A origem das cotas deu-se na Índia em 1940, quando foram estabelecidos na Constituição do país reserva de vagas para castas menos favorecidas, no ensino superior, no Parlamento e no funcionalismo público. No continente americano, o sistema de cotas teve origem nos Estados Unidos, na década de 60 baseado na questão racial, nas desigualdades sociais entre negros e brancos.

As políticas afirmativas se disseminaram pelas Américas sempre objetivando promover segmentos sociais historicamente discriminados, buscando a igualdade de oportunidades e tratamento. No Brasil, as ações afirmativas têm enfatizado mais as questões de raça e gênero e não as condições socioeconômicas. Contudo, a pobreza, problema que não é exclusivo do Brasil, tem redirecionado as políticas sociais, inclusive as educacionais. (PEREIRA e ZIENTARSKI, 2011)

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De posse dos dados coletados foram feitas as análises dos dados a luz do referencial teórico que foi estudado, entre outros. A seguir apresentou-se discussão dos dados com as concepções devidamente referendadas em autores que tratam das questões aqui abordadas: “**Desafios e potencialidades da Assistência Estudantil Universitária: políticas de inclusão e equidade no acesso e permanência acadêmica.**”

Observou-se que o PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil, criado pelo governo federal brasileiro na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad, instituído no intuito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda e oferecer assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde e etc, deveria amparar esses alunos, mas não é o que acontece de fato.

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar a qualidade do ensino ministrado com uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições (BRASIL, 2007).

Corroborando com Brasil (2007), é indiscutível que para que o estudante acadêmico possa gozar de sua plenitude é necessário que haja uma política de assistência efetiva e consistente da qual tenha preocupação com a “[...] construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor...” (FONAPRACE, 1993, p. 301).

Os resultados da pesquisa demonstraram ainda como principais indicadores sociais de sobrevivência: moradia, alimentação, transporte, saúde e trabalho. A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na IES torna-se um importante indicador de sua qualidade e condições de vida. O deslocamento é mencionado também como importante indicador, pois se deslocam de seu contexto familiar, ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. Corroborando com isso Zago (2006) enfatiza que

Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com suas famílias. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga **ou a instituição oferece esse tipo de assistência**), ou com parente, ou ainda dividem a casa e o apartamento com colegas. (ZAGO, 2006, p. 233, **Grifos da autora**)

No que diz respeito ao eixo alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de convivência universitária e de ação social.

Ficou evidenciada a necessidade de criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência do estudante na IES. Dada a importância para a vida acadêmica é fundamental que o RU seja, também, um espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Estudar e trabalhar é uma condição que se constata nitidamente nas respostas dos entrevistados em todas as categorias socioeconômicas, embora o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas seja mais elevado nas categorias provenientes das classes populares, portanto, verificou-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é muito tímida.

A assistência estudantil, entendida como direito de cidadania, precisa ser um dos princípios norteadores do modelo de gestão administrativa e financeira das IES, devendo ser trabalhada como parte da política de educação, articulada com a pesquisa, o ensino e a extensão.

Foi possível observar ainda no contexto desta pesquisa que a assistência estudantil, durante muito tempo foi tratada como um tema secundário, dentro das instituições, havendo pouco debate e escassez de dados estatísticos que mapeassem a situação. Para tentar conciliar, principalmente o interesse e as demandas oriundas do ingresso de alunos através de políticas de inclusão nas universidades, foi preciso introduzir o tema da assistência estudantil, no entanto, essa assistência não deve ser pensada a partir da perspectiva do assistencialismo.

É possível perceber na resposta dos estudantes universitários que não têm muito claro o significado do termo. Muitos têm a visão de que essa assistência estudantil deve ser voltada preferencialmente para alunos com dificuldades econômicas.

A dificuldade em explicar o conceito de assistência estudantil, portanto, pode estar associada ao modo como o tema foi abordado ao longo do tempo, no Brasil. O entendimento de assistência estudantil era atrelado ideia de apoio a moradia e a alimentação, destacando a pertinência do auxílio a fatores de ordem econômica. Atualmente, apesar de avanços, os debates ainda são muito restritos. Por esta razão, a definição da concepção de assistência estudantil ainda é muito nebulosa para todos os envolvidos (LLAMAS e GARRO, 1999, p. 78).

Conforme o entendimento dos alunos sobre o plano de assistência estudantil ficou evidente, que embora mencionado que veem o mesmo como uma ‘melhoria’ para a vida acadêmica, baseado nos achados da pesquisa, percebe-se que os acadêmicos parecem não compreender muito o respectivo plano de assistência, a julgar pelas respostas curtas e rápidas.

5. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção do estudante universitário de duas IES sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização da aplicação de um questionário aos acadêmicos. Para isso, através da pesquisa, com os dados empíricos, foi possível analisar como está se dando a assistência estudantil nas duas IES.

A pesquisa demonstrada constatou que a assistência estudantil ainda necessita caminhar para a concretização de uma política educacional voltada para a formação humana e com princípios éticos. Apesar das contribuições que ajudam na permanência destes estudantes, há também pontos que necessitam avançar, a necessidade de ampliar o conhecimento desses discentes e os direitos conquistados no processo histórico da educação para a formação de uma cultura estudantil que saiba reivindicar e construir um diálogo para a construção de cidadãos críticos, criativos e propostivos.

Ressalta-se também os estudantes que possam ser sujeitos de direitos não pela condição financeira, mas pelo processo de construção de sua história coletiva que pode se dar pela educação a qual possibilita a formação de sujeito ético e político.

Esse fato demonstra que a assistência estudantil configura-se como fator de inclusão das camadas populares tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas com o acesso a permanência nos cursos de graduação demonstrando a educação, apesar do que ainda precisa ser alcançado, como fator de democratização, como espaço de luta de direitos constituído nas IES como espaço de direito público.

Percebe-se desta forma, que todos os esforços estão sendo concentrados para que o processo de implantação ocorra de forma eficiente, e que a busca pelos resultados seja o objetivo principal, para que assim a assistência estudantil se firme como uma política efetiva nas IES.

Os resultados identificados durante a pesquisa nos proporcionaram conhecer, a partir da realidade dessas IES, quais as ações de assistência estudantil, no que se refere as políticas de permanência estão sendo implementadas e quais necessitam melhorar e até mesmo novos programas serem implantados.

Ficamos com a certeza de que a assistência estudantil, precisa ser mais debatida, trazendo para discussão todos os atores envolvidos que, a partir de suas experiências, possa contribuir para a qualificação da assistência estudantil dentro das duas IES.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BRASIL. Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001.

COSTA, Simone Gomes. **A Permanência na Educação Superior no Brasil: Uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-SC, 2012.

FONAPRACE, II **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**, Brasília, 2004.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins; MENEZES, Kímbelly Luisa Braga. **Moradia e Transporte Estudantil:** a experiência dos universitários da Região Norte do Ceará. *Essentia*, Sobral, ano 9, nº 2, dez.2007/maio 2008, pp. 103-119.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade.** São Paulo: EDU/EDUSP, 1992.

LIMA, Maria Célia Nogueira. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. Faculdades Novos Horizontes. Belo Horizonte 2016.

LLAMAS, L.; GARRO. N. Economía y política educativa: igualdad de oportunidades y equidad en la educación. In: ESTRADA, J. L. Et al. (Org.). *Ética y economía: desafíos del mundo contemporáneo*. México: Universidad Autónoma Metropolitana. Unidad Iztapalapa. Centro Gramscsy Plaza Valdés Editores, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Maria Helena de Andréa. **Difícies e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde.** In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni.; GOMES, Maria Helena de Andréa. (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no Ensino Superior:** percurso do estudante do ensino universitário nas camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.11, nº 32, p. 226-237, maio/ago, 2006.



PROFA. MA. ANAISA ALVES DE MOURA - Doutoranda em Educação – ULHT – Lisboa/Portugal. Mestre em Ciências da Educação – ULHT - Lisboa/Portugal – titulação reconhecida pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Escolar - Faculdades INTA, Educação Especial - UCAM, Educação a Distância - UNOPAR, Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar – UNINTA e graduada em Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professora pesquisadora pela CAPES – UVA/UAB – Universidade Aberta do Brasil, desde 2019.

Atualmente integra o grupo de Estudos e Pesquisas de Narrativas Autobiográficas GEPAS – UVA – Cadastrado no CNPq. Docente do Centro Universitário UNINTA – Sobral – CE - Brasil e integrante do corpo editorial científico da Revista Ibero Americana de Educação.

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5733205457701234>

Link do Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4878-089X>



PROFA. MA. MÁRCIA CRISTIANE FERREIRA MENDES - Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba; Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atuei como professora da educação a distância pela Universidade Federal da Paraíba no curso de Matemática (UFPB); exercei a função de Supervisora Educacional na Prefeitura de João Pessoa – PB.

Atuei como Pedagoga no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) da Prefeitura Municipal de Guarabira - PB; Atuei como Professora Substituta na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atuei como Tutora da Educação a Distância da disciplina de Sociologia da Educação I e Gestão Educacional, do Curso de Pedagogia (UFPB); Atuo como tutora da Educação a Distância do IFCE, no curso de Matemática; Exerço a função de Professora do Curso de Pedagogia a Distância – UAB/UVA.

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6377103436374712>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6219-7182>

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉️ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- FACEBOOK www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE: Teoria e prática

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉️ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- FACEBOOK www.facebook.com/atenaeditora.com.br